

VOL I

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL I

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. ^a Dr. ^a Sílvia Inés del Valle Navarro Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez
Imagem da Capa	Artem Oleshko
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile



Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, USA*
 Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
 Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
 Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
 Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
 Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
 Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
 Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
 Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
 Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
 Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
 Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
 Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría", Cuba*
 Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
 Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru*
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas [livro eletrônico] : estudos para uma visão holística da sociedade: vol I / Silvia Inés Del Valle Navarro, Gustavo Adolfo Juarez. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-37-8

DOI 10.37572/EdArt_270621378

1. Ciências humanas. 2. Desenvolvimento humano. 3. Estudos culturais.

I. Del Valle Navarro, Silvia Inés. II. Juarez, Gustavo Adolfo.

CDD 300.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

ESTUDIOS CULTURALES Y DESARROLLO HUMANO

“Só quem pode surgir com o povo é o novo.

E o novo são as crianças.

Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos” ...

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio

São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este libro, titulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge mientras transitamos un momento muy particular para nuestra especie humana, en donde se ve amenazada su existencia en forma global. Es por ello, que debe valorarse el esfuerzo de numerosos autores e investigadores que todavía sienten la necesidad y el deseo de entregar sus esfuerzos en la causa de la difusión de resultados de sus trabajos científicos.

Mientras esperamos soluciones, que resguarden al bienestar en la Salud y con ello en la recomposición de la Economía y Educación, por el retraso que esta situación pandémica produce, queda la esperanza de que el replanteo social en las estructuras de las sociedades nos lleven a valorar los resultados que hasta ahora nos ha permitido sobrevivir. Por lo tanto, en esta obra, donde el conjunto de capítulos reflejan la inherente participación en la diversidad de temáticas planteadas, están agrupados trabajos considerados desde el perfil profesional de cada temática asumida por autores de diversos lugares del planeta.

En el Primer Volumen, que tiene como eje temático **ESTUDIOS CULTURALES Y DESARROLLO HUMANO**, se detallan éstos aspectos que se reflejan en las disímiles comunidades que son estudiadas e investigadas por algunos autores en las problemáticas locales mostrando sus inquietudes, tanto a nivel etario, como de sus actividades, o profesiones.

Esperando que estos trabajos sean de gran aporte a los lectores, les deseamos una buena lectura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

APRESENTAÇÃO

ESTUDOS CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

*“Só quem pode surgir com o povo é o novo.
E o novo são as crianças.
Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos”...*

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio
São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este livro, intitulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge enquanto vivemos um momento muito particular para nossa espécie humana, onde sua existência está ameaçada globalmente. Por este motivo, deve ser valorizado o esforço de inúmeros autores e investigadores que ainda sentem a necessidade e o desejo de se empenharem na causa da divulgação dos resultados dos seus trabalhos científicos.

Enquanto esperamos por soluções que protejam o bem-estar na Saúde e com ela na recomposição da Economia e da Educação, pelo atraso que esta situação pandêmica produz, espera-se que o repensar social nas estruturas das sociedades nos leve valorizar os resultados que até agora nos permitiram sobreviver. Portanto, nesta coletânea, onde o conjunto de capítulos refletem a participação inerente à diversidade das questões levantadas, se agrupam obras consideradas a partir do perfil profissional de cada disciplina assumida por autores de diversas localidades do o planeta.

No Primeiro Volume, que tem como eixo temático ESTUDOS CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO, detalham-se esses aspectos que se refletem nas comunidades díspares que são estudadas e investigadas por alguns autores em problemas locais mostrando suas preocupações, tanto em nível de idade, quanto em suas atividades, ou profissões.

Esperando que esses trabalhos sejam de grande contribuição para os leitores, desejamos uma boa leitura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO
GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....1

A DESINFORMAÇÃO NA HISTÓRIA: AS FAKE NEWS NO CASO DREYFUS E NA ERA DIGITAL

[Denise Paro](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213781

CAPÍTULO 2..... 10

INTELIGENCIA EMOCIONAL RASGO Y PERSONALIDAD

[Èlia López-Cassà](#)

[Núria Pérez-Escoda](#)

[Albert Alegre Rosselló](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213782

CAPÍTULO 3..... 20

REVISIÓN TEÓRICA Y EMPÍRICA DEL ESTUDIO DE LAS FORTALEZAS Y VIRTUDES EN EL CURSO DE VIDA ADULTO

[Franco Morales](#)

[Claudia Josefina Arias](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213783

CAPÍTULO 4.....28

PSICOANÁLISIS CON NIÑOS: JUEGO Y SIGNIFICANTE EN EL RECORRIDO PULSIONAL

[Celeste Ghilioni](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213784

CAPÍTULO 5.....36

IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD: UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS EN EL DESARROLLO DE LA SENSIBILIDAD SOCIAL DE UN GRUPO DE ADOLESCENTES DESINSTITUCIONALIZADOS

[Clody Genaro Guillén Albán](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213785

CAPÍTULO 6 51

MEASURING THE STRUCTURAL VALIDITY OF TWO NORDOFF-ROBBINS SCALES FOR A PATIENT WITH AUTISM

Aline Moreira Brandão André
Cristiano Mauro Assis Gomes
Cybelle Maria Veiga Loureiro

DOI 10.37572/EdArt_2706213786

CAPÍTULO 7 67

ACTIVIDAD SEXUAL, FRECUENCIA Y SATISFACCIÓN DE HOMBRES Y MUJERES MAYORES

Isabel Piñeiro Aguín
Susana Rodríguez Martínez
Iris Estévez Blanco
Bibiana Regueiro Fernández
Marcia Galina Ullauri Carrión

DOI 10.37572/EdArt_2706213787

CAPÍTULO 8 78

A MULHER ENCARCERADA: UM BREVE CAMINHO HISTÓRICO-SÓCIO-CULTURAL DA MULHER E A SUA VULNERABILIDADE

Sylvio Takayoshi Barbosa Tutya
Maria Elisa de Lacerda Faria
Bianca da Silva Muniz
Thamyres Ribeiro Pereira

DOI 10.37572/EdArt_2706213788

CAPÍTULO 9 93

LIDERAZGO FEMENINO BAJO EL BUEN VIVIR Y LA COSMOVISIÓN ANDINA

Carolina Bown

DOI 10.37572/EdArt_2706213789

CAPÍTULO 10 102

LAS NUEVAS FORMAS LABORALES: SU IMPACTO SUBJETIVO Y EFECTOS EN LA SALUD/SALUD MENTAL

María Flaviana Ponce

DOI 10.37572/EdArt_27062137810

CAPÍTULO 11.....	109
COHERENCIA ORGANIZACIONAL: EVIDENCIA EXPERIMENTAL SOBRE EFECTOS DE LOS JUICIOS DE COHERENCIA	
Fernando Toro Álvarez	
DOI 10.37572/EdArt_27062137811	
CAPÍTULO 12.....	119
A GREVE DE 2012 - UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E REAÇÃO CONTRA A APROPRIAÇÃO DO TRABALHO IMATERIAL NA POLÍCIA FEDERAL	
Antônio José Moreira da Silva	
DOI 10.37572/EdArt_27062137812	
CAPÍTULO 13.....	139
DESIGN E ARTESANATO: PROCESSO DE CRIAÇÃO DE BOLSAS DE CROCHÊ COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS	
Zulmira Alves Correia	
DOI 10.37572/EdArt_27062137813	
CAPÍTULO 14.....	144
A ESCOLA MÉDICA DE ANGOLA DE 1791 E A SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA GLOBAL: DIFUSÃO DE SABERES AFRICANOS (SÉCULOS XVIII E XIX)	
Fernanda Ribeiro Rocha Fagundes	
DOI 10.37572/EdArt_27062137814	
CAPÍTULO 15.....	157
RELIGIÃO, ENVELHECIMENTO E DOR: INTERMEDIações ENTRE FORMAS CULTURAIS DE REPRESENTAR O SOFRIMENTO E PRÁTICAS CURATIVAS ENTRE PESSOAS IDOSAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	
Ramiro Esdras Carneiro Batista	
Flávio Pereira Passos	
DOI 10.37572/EdArt_27062137815	
CAPÍTULO 16.....	170
A RELAÇÃO DE MARIA COM A TRINDADE: SIGNIFICADO PARA AS CULTURAS LATINO AMERICANO E CARIBENHA	
Wilner Charles	
DOI 10.37572/EdArt_27062137816	

CAPÍTULO 17	183
O PARADOXO DO JORNALISMO NA HISTÓRIA IMEDIATA: ANÁLISE CULTURAL DA EXPERIÊNCIA VIVIDA DE PROFISSIONAIS NO COTIDIANO DE UBERLÂNDIA	
Gerson de Sousa	
DOI 10.37572/EdArt_27062137817	
CAPÍTULO 18	197
ATIVIDADE DE INCENTIVO À LEITURA - QUE TÍTULO VOCÊ DARIA PARA ESSE LIVRO?	
João Vitor Santos de Souza	
Luciana Zago Ethur	
Guilherme Schimitt	
Shirlei Pezzi Fehndrich	
Aparecida Miranda Corrêa	
João Vitor Liscano Gomes	
Danrlei Melo Maciel	
Daniele Felicio Rodrigues	
Carine Borges Batista	
DOI 10.37572/EdArt_27062137818	
CAPÍTULO 19	207
A IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DA ESCRITA	
Daiane Luiza Lopes	
Alexa Fagundes dos Santos	
Carolina Baldissera Gross	
DOI 10.37572/EdArt_27062137819	
SOBRE OS ORGANIZADORES	213
ÍNDICE REMISSIVO	214

CAPÍTULO 1

A DESINFORMAÇÃO NA HISTÓRIA: AS FAKE NEWS NO CASO DREYFUS E NA ERA DIGITAL¹

Data de submissão: 05/04/2021

Data de aceite: 21/04/2021

Denise Paro

<http://lattes.cnpq.br/6078314168256807>

RESUMO: O artigo aborda como as *fake news* foram usadas no século XIX na França durante o Caso Dreyfus e o modo pelo qual este tipo de informação forjada manifesta-se hoje nas redes sociais. Para chegar a tal objetivo, faz-se um apanhado histórico do Caso Dreyfus, episódio envolvendo o exército francês que dividiu o país e ganhou repercussão internacional, evidenciando o envolvimento da imprensa e o percurso da notícia a partir da fonte até a divulgação nos jornais. Para o entendimento da natureza das *fake news* na atualidade, utiliza-se do conceito de pós-verdade e de uma classificação de diferentes tipos de notícias falsas. Conclui-se que a disseminação das *fake news* na era digital é ampliada pela possibilidade de compartilhamento, viralização e fácil manipulação.

PALAVRAS-CHAVE: *Fake-News*. Pós-verdade. Caso Dreyfus.

DISINFORMATION IN HISTORY: FAKE NEWS, THE DREYFUS CASE, AND THE DIGITAL ERA

ABSTRACT : In this article I discuss how the fake news were used in the 19th century in France during the Dreyfus Affair and the way in which this type of forged information manifests itself today on social networks. To achieve this goal, I give a historical overview of the Dreyfus Affair, an episode involving the French army that divided the country and had international repercussions, evidencing the involvement of the press and the route of the news from the source to its dissemination in the newspapers. To understand the nature of fake news today, I use the concept of post-truth and a classification of the different types of fake news. I conclude that the spread of fake news in the digital age is amplified by the possibility of sharing, viralization and easy manipulation.

KEYWORDS: Fake news. Post-truth. Dreyfus Affair.

1 INTRODUÇÃO

Fenômeno que abala a comunicação, as *fake news* estão longe de ser algo novo. A história traz inúmeros exemplos de notícias falsas cujos efeitos mostraram-se tão devastadores no passado quanto agora. Um deles está relacionado ao Caso Dreyfus, ocorrido na

¹ Este artigo foi apresentado no XII Encontro Nacional de História da Mídia em Natal, no ano de 2019.

França, no século XIX. O episódio ilustra o modo pelo qual o capitão Alfred Dreyfus fora acusado de espionagem em favor da Alemanha e acabou condenado por um tribunal militar com base em documentos forjados pelo exército francês e propagados pela imprensa.

O propósito deste artigo é mostrar como uma notícia falsa envolvendo o capitão Dreyfus se propagou no século XIX, com a participação do Exército francês, e o modo pelo qual as *fake news* são difundidas hoje, em plena era da internet e no contexto da pós-verdade.

Neste aspecto evidencia-se o ambiente da mídia impressa da época em contraponto com as atuais condições de produção jornalística, remodelada diante do estabelecimento da internet, na qual é possível compartilhar, difundir e viralizar informações de modo instantâneo, atingindo um expressivo espectro de leitores e internautas.

Apesar de não contar com a viralização da internet na época, a notícia forjada envolvendo o capitão Dreyfus trouxe sérias consequências para a vida do militar, dos franceses, e ganhou repercussão mundial.

Não foram apenas as *fake news* que marcaram a imprensa no Caso Dreyfus. A verdade também começou a ser revelada pela imprensa a partir da publicação do artigo *J'Accuse*, no jornal *L'Aurore*. Escrito pelo jornalista e escritor Émile Zola, o panfleto, dirigido ao presidente da França, Felix Faure, desmascara a armação para acusar Dreyfus, além de representar o início do processo para absolvição do capitão e se tornar um marco na história da imprensa.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

O Caso Dreyfus tornou-se um escândalo jurídico desencadeado após a condenação do capitão Alfred Dreyfus, em 1894. Oficial alsaciano de origem judaica, Alfred Dreyfus foi condenado por uma corte militar e acabou deportado para a Guiana. Ciente da inocência do militar, o jornalista e escritor francês de origem judaica Bernard Lazare iniciou uma campanha, em conjunto com a família de Dreyfus, para revisão do processo (BRENDIN, 1995).

O movimento ganhou força após a publicação do panfleto *J'Accuse*, no jornal *L'Aurore*, no dia 13 de janeiro de 1898. Com uma tiragem de 300 mil exemplares, a publicação disseminou o debate sobre o caso, dividindo a opinião pública entre os *dreyfusards*, que defendiam a justiça, a verdade, acima da razão do Estado, e os *antidreyfusards*, movidos pelo nacionalismo exacerbado e pelo antissemitismo (BENOÎT, 2002).

Condenado à pena máxima por um tribunal formado por sete juízes militares, Dreyfus foi deportado à Guiana Francesa e colocado em cela com presos comuns,

contrariando a lei, cuja determinação era a de deixá-lo em um presídio de segurança máxima. Era vigiado regularmente por militares.

Na época, a França passava por um contexto muito particular por ter sido derrotada pela Alemanha em 1870, portanto, desejava a revanche e a recuperação de duas províncias, a Alsácia e a Lorena. Em tal condição, os leitores de jornais não viam o Exército enquanto instituição propagadora de inverdades, o que dificultava alguém a duvidar das notícias difundidas pela imprensa.²

Colocar em dúvida a culpa de Dreyfus era passaporte para ser visto como 'espião a serviço do inimigo'. O caso repercutiu sobremaneira na imprensa francesa e internacional. Em um primeiro momento, entre 1894 e 1895, a maior parte dos jornais franceses posicionavam-se pela culpa do capitão Dreyfus.

2.1 O PERCURSO DA NOTÍCIA

O acesso aos documentos falsos forjados pelo Estado-Maior do Exército foi negado à defesa de Dreyfus. Porém, a maioria dos jornais franceses publicavam informações que sinalizavam a culpa dele. Eram pasquins monarquistas, clericais, nacionalistas e antissemitas.

O primeiro jornal a publicar a farsa foi o *La Libre Parole*, no dia 29 de outubro de 1894. O periódico, ultrarreacionário e antissemita, anunciara que havia sido feita uma prisão muito importante por ordem dos militares e que a pessoa presa havia sido acusada de espionagem. A informação foi passada por um membro do exército ao jornalista Papillaud, colaborador do jornal (BREDIN, 1995).

Após a publicação, a notícia ficou estampada em diversos jornais, porém até então sem mencionar o nome de Dreyfus. O *L'Éclair*, que recebeu a informação de uma fonte diferente do *La Libre Parole*, publica a farsa no dia 31 à noite, confirmando a prisão de um oficial. No mesmo dia, o *La Patrie* divulga a prisão de um oficial israelita ligado ao Ministério da Guerra. No dia 31 de outubro, com a data de 1º de novembro, o jornal *Le Soir* revelou à sociedade francesa o nome do militar preso, Dreyfus, 35 anos, um capitão da artilharia e ligado ao Ministério da Guerra. O jornal *La Libre Parole* reforçou a notícia e também publicou com letras garrafais e na primeira página. "Alta traição. Prisão do oficial judeu A. Dreyfus" (BREDIN, 1995, p. 81).

A notícia pautou toda a imprensa, na época bastante atrelada à política. Outro jornal, o *La Croix*, de orientação católica, publica: "Ele entrou no Exército com a intenção premeditada de trair. Detesta os franceses, na qualidade de judeu e de alemão" (BREDIN, 1995, p. 85).

² Palestra proferida pelo professor Jean-Yves Molier. Veja mais in: *Imprensa e Poder: do Caso Dreyfus aos Conglomerados Midiáticos*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=UxAKuwkykoJM>>. Acessado em: 10 fev. 2019.

Com a disseminação da notícia em vários jornais, os ataques aos judeus cresceram exponencialmente na França. Até mesmo o *Le Petit Journal*, que tinha como administrador um judeu, publicou no dia 3 de novembro um artigo intitulado ‘Não é um francês’. Na abertura do texto, a discriminação é escancarada. “O povo renega Dreyfus como compatriota” (BREDIN, 1995, p. 86).

A *fake news* prospera no dia 28 de novembro, quando o general Auguste Mercier concede entrevista ao jornal *Le Figaro* e confirma a culpa de Dreyfus alegando ter provas seguras, em um posicionamento considerado antimoralizante porque o caso ainda estava em fase de investigação judicial.

Diante da atitude do general, foi preciso uma reação do governo francês. Por meio do jornal *Le Temps* – porta-voz oficial – o governo francês rebateu Mercier afirmando a impossibilidade de se prever uma decisão de tribunal.

A verdade só começou a ser revelada quando o tenente-coronel George Picquart descobriu a informação forjada. A falsa acusação teve início após a localização de um borderô anunciando a entrega de notas secretas à Alemanha. Peritos analisaram o documento e constataram que a letra usada era a de Dreyfus. No entanto, as provas materiais eram frágeis. Ao fazer a denúncia aos próprios superiores, Picquart foi enviado à Tunísia sob o risco de ser morto em combate em 1897 (TROYAT, 1994).

2.2 EFEITOS

Em meio à fabricação de notícias e perseguições, a bandeira do antissemitismo – fortalecido após a Guerra Franco-Prussiana (1870) – ganhou força. Várias lojas tiveram vitrines quebradas e bonecos imitando comerciantes judeus foram suspensos como efígies. Tumultos antissemitas ocorriam em várias cidades francesas (ARENTO, 2011).

O caso repercutiu na literatura de rua e na imprensa. Após a publicação do artigo *J’Accuse* no jornal *L’Aurore*, de propriedade de George Clemenceau, o ministro da Guerra, general Jean-Baptiste Billot, processou o escritor Émile Zola por difamação. Ele foi condenado à prisão em fevereiro de 1898, apelou à Corte de Cassação e conseguiu reverter a sentença. No entanto, a condenação foi confirmada em um novo julgamento realizado em julho. Para não ser preso, Zola exilou-se na Inglaterra (BREDIN, 1995).

O romancista morreu em condições duvidosas. Ele teria sido assassinado em outubro de 1902 após um militante de extrema direita, disfarçado de falso operário, ter obstruído a chaminé da residência onde morava. A morte é atribuída ao grupo Ação Francesa, organização de extrema direita e antirrepublicana de cunho antissemitista e ultranacionalista liderada por Henri Vaugois e Maurice Pujo.

O capitão Alfred Dreyfus foi absolvido em 12 de julho de 1906 e posteriormente reintegrado às Forças Armadas.

O Caso Dreyfus teve repercussões no campo judiciário, midiático e político. “O termo *antidreyfusar* pode definir na França, de modo aceitável, tudo o que é anti-republicano, antidemocrático e anti-semita” (ARENDR, 2011, p. 115).

O episódio envolvendo o Caso Dreyfus ilustra o jornalismo praticado entre os séculos XVIII e XIX na Europa e nos Estados Unidos com marcas de calúnia, xingamentos e sem compromisso com a verdade.

No entanto, é notório que tal realidade continue se repetindo. A campanha de George W. Bush, em 2003, para justificar a invasão no Iraque é um exemplo. Manchetes induzidas pelo Pentágono sustentavam que o ditador Saddam Hussein fabricava armas de destruição de massa, fato desmentido posteriormente (BUCCI, 2018, p. 24).

3 AS FAKE NEWS E A PÓS-VERDADE

A fabricação de notícias faz parte da história humana. Falsificar relatos e informações para difamar, caluniar ou confundir a opinião pública foi uma ação usada, por exemplo, durante o Império Romano para atacar o general Marco Antônio, na renascença italiana a fim de influenciar o conclave que elegeu Adriano VI, entre outros momentos (BELDA; PIMENTA, 2018).

A mídia, principalmente aquela de pequena periodicidade ou sensacionalista, sempre manteve um laço estreito com divulgação de informações falsas. No entanto, atualmente, esta tarefa passou a ser protagonizada por sites e redes sociais que inundam *timelines* com inverdades.

Os pesquisadores Claire Wardle, Ethan Zucherman, Danah Boyd e Caroline Jack, e um grupo de jornalistas, argumentam que o termo *fake news* não é adequado para descrever a complexidade do fenômeno da desinformação e da informação incorreta nos dias atuais. Para os pesquisadores, o termo é vago e ambíguo e pode abranger informações falsas considerando notícias, propaganda e desinformação (WARDLE; DERAKSHAN, 2017).

Outro aspecto questionado pelos pesquisadores é o de que o termo *fake news* começou a ser apropriado por políticos para atacar a imprensa e designar por notícias fatos publicados pela imprensa que não agradam a eles, ou seja, críticas.

Portanto, Wardle e Derakshan (2017, p. 17) fizeram uma taxologia para propor tipos de *fake news* para o melhor entendimento do que chamam de desordem da informação:

- a) **Sátira ou paródia** – quando o emissor não tem intenção de causar danos, porém o conteúdo tem potencial para enganar.

- b) **Conteúdo enganoso** – quando a informação é usada com intuito de enquadrar ou moldar um problema do indivíduo.
- c) **Conteúdo impostor** – fontes verdadeiras são forjadas com conteúdo.
- d) **Conteúdo fabricado** – conteúdo novo, 100% falso, feito para enganar e prejudicar alguém.
- e) **Falsa conexão** – quando há manchetes, imagens ou legendas que não dão suporte ao conteúdo disponibilizado.
- f) **Contexto falso** – conteúdo verdadeiro compartilhado com falsas informações de contexto.
- g) **Conteúdo manipulado** – quando informações verdadeiras ou imagens são manipuladas com o objetivo de enganar.

Wardle e Derakshan (2017) também estabeleceram três elementos para se referir à desordem da informação: o agente, a mensagem e o intérprete.

Para Wardle e Derakshan (2017, p. 25), o agente está envolvido em três fases das *fake news* que são a criação, produção e distribuição. “Os agentes podem ser serviços de inteligência, partidos políticos ou organizações de imprensa. As motivações dos agentes podem ser financeira, política, social ou psicológica”.

Quando se trata da mensagem, (WARDLE & DERAKSHAN, 2017) colocam que as vias usadas para a comunicação são pessoais (discursos, fofocas), textos (artigos em jornais ou panfletos) ou de modo audiovisual (imagens, vídeos, memes entre outros).

Em relação ao intérprete, a audiência raramente comporta-se passiva diante da mensagem. A audiência é formada por indivíduos que interpretam a informação de acordo com o seu status social, posições políticas e experiências pessoais (WARDLE; DERAKSHAN, 2017).

3.1 PÓS-VERDADE

Turbinada pela internet, a propagação das *fake news* ganha respaldo em outro elemento importante para entender o comportamento atual da opinião pública, a pós-verdade.

É justamente em um complexo contexto social e midiático inseguro juridicamente em relação aos conteúdos digitais e que propicia a proliferação em grande escala de qualquer tipo de informação que explode o fenômeno da pós-verdade. Em 2016, pós-verdade, *post-truth*, foi escolhida a palavra do ano em língua inglesa pelo Dicionário Oxford³, caracterizada enquanto “qualidade de aparência ou ser sentida como verdadeira, mesmo que não necessariamente verdadeira”.

³ Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

É difícil precisar a exata origem do termo, embora há informações de que tenha sido usado pela primeira vez em 1992, na revista *The Nation*, em um artigo do escritor sérvio-norte-americano Steve Tesich (D'ANCONA, 2017).

A pós-verdade coloca em xeque a objetividade e a imparcialidade, ou seja, o pensamento objetivo e racional perde espaço para o pensamento emocional e as crenças pessoais (BELDA; CARVALHO, 2017). “Uma notícia (falsificada, fraudulenta ou mesmo verdadeira, pouco importa) só se difunde à medida que corresponda a emoções, quaisquer emoções, “positivas” ou “negativas” (BUCCI, 2018, p. 24).

Na pós-verdade “a questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê” (D'ANCONA, 2017, p.57).

O termo pós-verdade ganhou força após a corrida para presidente dos Estados Unidos, em 2016, e a campanha que levou o Reino Unido a sair da União Europeia. Ambos os processos foram feitos com base em informações fraudulentas (BUCCI, 2018, p.22).

Outro elemento necessário para o melhor entendimento das notícias falsas e a pós-verdade é o chamado viés da confirmação, ou seja, tendência inata na qual as pessoas têm de lembrar, interpretar ou pesquisar informações a fim de confirmar crenças e hipóteses iniciais. Habitado aos algoritmos das redes sociais, o receptor da informação sente-se contestado ao ler uma matéria evidenciando os dois lados (FILGUEIRAS, 2018). Em tal contexto, o receptor tende a assimilar com mais facilidade informações que confirmam o que ele pensa.

4 ANÁLISE - DIFERENÇAS E CONVERGÊNCIAS NA DISSEMINAÇÃO DAS FAKE NEWS NO CASO DREYFUS E NA ERA DIGITAL

A partir das características das *fake news* é possível classificar a notícia sobre a prisão e traição de Dreyfus na categoria de Contexto Falso, ou seja, conteúdo verdadeiro compartilhada com falsas informações de contexto (WARDLE, 2017). A categoria de Contexto Falso justifica-se porque a prisão de Dreyfus foi um fato real, porém o contexto da notícia trazia a informação de traição de espionagem em favor da Alemanha, o que se constitui de farsa.

Ao lançarmos mão de uma análise comparativa do modo pelo qual uma notícia falsa era disseminada no século XIX em relação ao atual século XXI é possível fazer inúmeras inferências.

A primeira delas é em relação à fonte. No Caso Dreyfus, a informação foi forjada pela alta cúpula do Exército francês, ou seja, uma notícia fabricada a partir de uma fonte oficial e assimilada pela maior parte da imprensa sem a necessidade de checagem ou

cruzamento de fontes, dispensando assim os preceitos do jornalismo ético. Na época, predominava no jornalismo francês o gênero opinativo, com expressivo potencial de influenciar a opinião pública.

O fato de o exército ser na época uma instituição bastante zelada pelo povo francês fez o efeito da notícia falsa ser danoso e facilmente assimilado pelo receptor, sem espaços para questionamentos até a verdade começar a ser revelada, caracterizando o viés da confirmação.

Outro ponto de análise em relação ao exército francês é a condição de agente da *fake news* com motivações políticas e antisemitas, conforme a definição de Wardle e Derakshan (2017).

Em relação à disseminação na notícia nos dias atuais, é possível apontar uma diferença se comparada ao Caso Dreyfus. No atual ecossistema midiático, a maior parte das *fake news* surgem de sites e redes sociais pouco conhecidas, em alguns casos usados por políticos, porém não são assimiladas pela grande imprensa brasileira. Ao contrário, os veículos da grande imprensa brasileira hoje fazem um movimento de combate ao *fake news*, fato que não ocorreu na França.

Cientes do prejuízo nesta nova ecologia de informações, os jornais passaram a investir em sistemas de checagem, ao modo do *fact-checking* para evidenciar aos leitores as *fake news* que circulam pela rede. Assim, conseguem chamar atenção a seriedade da imprensa tradicional.

No contexto do Caso Dreyfus, a notícia fora publicada em jornais impressos, meio predominante na época. Mesmo sem contar com o alcance da internet, a exemplo dos dias atuais, o fato ganhou repercussão mundial e abalou a imagem da França no exterior por propagar um erro judiciário. Também é preciso salientar que o tema pautou a imprensa e repercutiu nos demais jornais, sem questionamentos, pelo menos no primeiro momento.

O alcance da mesma notícia hoje poderia ser maior e mais rápido, considerando a rapidez com que as *fake news* espalham-se e o poder de alcance da internet e a facilidade de virilização. A propagação das *fake news* é mais rápida e atinge um público que não fica restrito geograficamente ao alcance da mídia impressa, a exemplo do que ocorria antes do advento da internet. O expressivo volume de informações falsas hoje aparece em sites, postagens em redes sociais e são também reproduzidos via WhatsApp.

Um ponto de convergência das *fake news* do Caso Dreyfus e as atuais, principalmente quando se referem à temática política, é o componente emocional que acaba facilitando a disseminação da notícia, conforme Bucci (2018). Neste caso, é preciso considerar o conceito da Pós-Verdade, no qual o pensamento emocional e as crenças pessoais tornam-se referenciais para a interpretação dos fatos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se fazer uma análise do comportamento da notícia do Caso Dreyfus e nos dias atuais, nota-se que as motivações para a fabricação de informações não mudaram ao longo do tempo mostrando intenções políticas, financeiras e xenofóbicas. O poder de disseminação das *fake news* era expressivo no contexto da mídia tradicional e da comunicação de massa pela tamanha influência exercida na opinião pública, a exemplo do Caso Dreyfus que dividiu a França e tomou proporções internacionais.

Atualmente, este poder ganha uma dimensão maior em razão da facilidade tanto de compartilhar quanto de fabricar uma *fake news* que as tornam quantitativamente mais expressiva se comparada com épocas passadas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BREDIN, Jean-Denis. **O Caso Dreyfus**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

BENOÎT, Denis. **Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre** (Littérature et engagement: de Pascal à Sartre). Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

BELDA, Francisco Rolsfen; PIMENTA, Angela. O jornalismo diante das Fake News. **Unespciência**; n. 100, setembro, 2018. Disponível em <http://unespciencia.com.br/2018/09/24/fake-100/> Acesso em: abril 2019.

BUCCI, Eugênio. Pós política e corrosão da verdade. **Revista USP**; São Paulo, n. 116, p. 19-30, maio, 2018. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146574/140220>> Acesso em: 10 abr. 2019.

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de; & BELDA, Francisco Rolsfen; Multiparcialidade, dialogia e cultura participativa como reação à pós-verdade: uma abordagem discursiva sobre o jornalismo. **Cultura Midiática**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba; disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/cm/article/view/35045/17899>>; acesso em: 30 mar. 2019.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2017.

FILGUEIRAS, Isabel et al. **Jornalismo em tempos de pós-verdade**. Fortaleza: Demócrito Dumar, 2018.

TROYAT, Henri. **Zola**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

WARDLE, Claire; DERAKHSAN, Hossein. **Information Disorder: Toward and interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe, 2017. Disponível em: <<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>>. Acesso em: 10 de mar 2019.

CAPÍTULO 2

INTELIGENCIA EMOCIONAL RASGO Y PERSONALIDAD

Data de submissão: 30/03/2021

Data de aceite: 22/04/2021

Èlia López-Cassà

Profesora lectora
Departamento de Didáctica y
Organización Educativa
Universidad de Barcelona
Barcelona- España
ORCID: 0000-0003-3870-8533

Núria Pérez-Escoda

Profesora titular
Departamento de Métodos de Investigación y
Diagnóstico en Educación
Universidad de Barcelona
Barcelona- España
ORCID: 0000-0001-6314-2792

Albert Alegre Rosselló

Profesor
Early Childhood and
Elementary Education Department
East Stroudsburg University
Pensilvania- EUA
ORCID: 0000-0002-7436-1728

otros estudios apuntan que la IER sería un indicador del Factor General de Personalidad (FGP). Con la intención de aportar nuevas evidencias a este debate, realizamos el presente estudio con una muestra de 286 adultos entre los 19 y los 56 años. Se estudió la relación entre la personalidad, medida con el Inventario de Personalidad NEO-FFI (Cordero, Pamos, y Seisdedos, 2008) y la IER medida con el Cuestionario de Desarrollo emocional (CDE-A35) de Pérez-Escoda, Alegre y López-Cassà (en prensa). Nuestros resultados confirman los hallazgos previos sobre la validez convergente del modelo de los cinco grandes (B5) en relación con la IER. La Inteligencia emocional rasgo constituiría otra forma de evaluar la misma construcción de personalidad que mide el modelo B5. También permite confirmar el hallazgo de Pérez-González y Sánchez-Ruiz (2014) acerca de la relación entre la IER y el modelo de dos factores (B2) y aporta evidencia del solapamiento con el factor Estabilidad. Así mismo, se confirma que la IER puede considerarse equivalente al FGP.

PALABRAS CLAVE: Inteligencia emocional. Personalidad. Rasgos de Personalidad. Adultos.

INTELLIGENCE TRAIT AND PERSONALITY

ABSTRACT: Some researchers maintain that the trait emotional intelligence (IER) can be considered a lower personality trait. However, other studies suggest that the IER is an

RESUMEN: Algunas investigaciones sostienen que la inteligencia emocional rasgo (IER) puede considerarse un rasgo de orden inferior de la personalidad, mientras que

indicator of the General Personality Factor (FGP). With the intention of contributing new evidence to this debate, we carried out the present study with a sample of 286 adults between 19 and 56 years old. We studied the relationship between the personality traits measured with the Personality Inventory NEO-FFI (Lamb, Pamos, and Seisdedos, 2008) and the IER measured with the Emotional Development Questionnaire (CDE-A35) of Pérez-Escoda, Alegre and López-Cassà (in press). Our results confirm previous findings about the convergent validity of the Big Five model (B5) in relation to the IER. The Emotional Intelligence construct would be another way of measuring the same personality construct that measures the B5 model. Our study also confirms Pérez-González and Sánchez-Ruiz's (2014) finding about the relationship between the IER and the two-factor model (B2) and provides evidence of the overlap with the Stability factor. It also confirms that the IER can be considered a proxy of the FGP.

KEYWORDS: Emotional intelligence. Personality. Personality traits. Adults.

1 INTRODUCCIÓN

1.1 LA PERSONALIDAD

Durante el último siglo, el estudio de la personalidad ha experimentado cierto consenso basado en aceptar una estructura centrada en términos de rasgos humanos. La clasificación más popular es la conocida como modelo de los Big Five (B5) o Cinco Grandes (Goldberg 1981, Costa y McCrae 1992). Se entiende por rasgos de personalidad las características estables que predisponen a comportarse de una determinada manera en las diversas situaciones de la vida. De acuerdo con el modelo B5, los rasgos de personalidad son: Apertura, Responsabilidad, Extraversión, Amabilidad y Neuroticismo.

Digman (1997) agrupó estos cinco rasgos identificados en el modelo (B5) en dos factores de personalidad (B2) a los que denominó Alfa/Estabilidad y Beta/Plasticidad. En el primero se incluyen tres de los rasgos: la amabilidad, responsabilidad y neuroticismo, mientras que el segundo integró la apertura y la extroversión. Así, la estabilidad contribuye principalmente al ajuste social y emocional, mientras que la plasticidad sería un facilitador del aprendizaje social. Diversos estudios, como el de Şimşek (2014), han apoyado la estructura en los factores Estabilidad y Plasticidad. No obstante, otros trabajos han revelado la existencia de un factor general de personalidad (FGP) (Rushton y Irwing, 2008). De acuerdo con esta teoría, el GFT se sustentaría en la herencia genética y representaría un rasgo adaptativo con una ventaja de supervivencia, lo que refleja en gran medida eficacia social. Sin embargo, no han faltado las críticas argumentando que el FGP no es más que un artefacto estadístico causado por la tendencia de los individuos a dar respuestas socialmente deseables. No obstante, el trabajo de van der Linden, Dunken y Petrides (2016) sostiene que, si bien se puede esperar cierto grado de sesgo, lo más probable es que el FGP sea una construcción real.

1.2 LA INTELIGENCIA EMOCIONAL RASGO

Desde la aparición del concepto, ha habido una gran controversia sobre la definición y la naturaleza de la inteligencia emocional. En el marco del debate han surgido diversos modelos que abogan desde una concepción restrictiva del constructo a un modelo amplio de la inteligencia emocional que englobaría aquellos aspectos que tradicionalmente han quedado al margen de la inteligencia académica. También hay autores críticos con la propuesta de una inteligencia emocional, los cuales sostienen que esta puede ser considerada un aspecto de la personalidad. Con ello, un objetivo importante del debate se ha centrado en aportar luz sobre si la inteligencia emocional puede considerarse parte de la inteligencia (entendida como capacidad) o como un rasgo de personalidad.

Últimamente, parece que hay cierto acuerdo entre los expertos en que hay dos tipos de inteligencia emocional. Uno para referirse a la capacidad de procesar la información emocional, inteligencia emocional capacidad; y otro, denominado inteligencia emocional rasgo (IER) que se relaciona con la personalidad, y representa una combinación de rasgos particularmente eficaz en situaciones con implicaciones emocionales y sociales (Petrides y Furnham, 2001). En este sentido, niveles medio-altos de apertura, responsabilidad, extraversión y amabilidad asociados a un bajo neuroticismo caracterizaría a un perfil de personalidad presumiblemente relacionado con lo que se denomina persona emocionalmente inteligente (Pérez-González y Sánchez-Ruiz, 2014; Bisquerra, Pérez-González y García, 2015).

Siguiendo a Petrides y Furnham (2001), dado que la inteligencia emocional rasgo se relaciona con tendencias de comportamiento y capacidades autopercebidas, su investigación debería suscribirse en el marco de la psicología de la personalidad, mientras que la inteligencia emocional capacidad, al referirse a capacidades que incluyen aspectos cognitivos, debería ser estudiada desde la psicometría. Desde este punto de vista, se concluye que inteligencia emocional rasgo e inteligencia emocional capacidad constituyen dos constructos diferentes que, lejos de competir entre ellos, pueden considerarse complementarios.

Pérez-González y Sánchez-Ruiz (2014) investigaron la relación entre la inteligencia emocional del rasgo y los rasgos de personalidad B5, el B2 y el Factor General de la personalidad. Encontraron que los cinco rasgos de personalidad se correlacionaban con la inteligencia emocional del rasgo. Aplicando un análisis de regresión, pudieron demostrar que cuatro de los B5 permitían explicar el 57,3% de la varianza de la EIR. Además, realizaron un análisis factorial exploratorio y pudieron demostrar que la IER emergía como un factor oblicuo distinto en el espacio del factor B5. Eso significaba, según estos autores, que la EIR posee una validez discriminante con respecto al modelo de los cinco grandes. Con

respecto al B2, Pérez-González y Sánchez-Ruiz, en su estudio, pudieron confirmar que la IER estaba más fuertemente relacionada con la estabilidad. Finalmente, en lo que respecta al factor general de personalidad (FGP), encontraron una fuerte correlación con la IER. A partir de los resultados, concluyeron que la inteligencia emocional rasgo no solo se relaciona con el factor general de la personalidad, sino que es un rasgo de personalidad amplio integrado en las jerarquías de personalidad de múltiples niveles.

El propósito de nuestra investigación ha sido replicar los análisis de Pérez-González y Sánchez Ruiz (2014) usando una nueva medida de la IER desarrollado por Pérez-Escoda, Alegre y López-Cassà (en prensa) y apoyar o no estas conclusiones previas. Además, la idea de la existencia de un tipo superior de personalidad, que sería más eficiente que cualquier otra en situaciones sociales, es una propuesta audaz y que, definitivamente, necesita más apoyo de investigación.

2 MÉTODO

2.1 PARTICIPANTES

La muestra está formada por 286 adultos españoles (77% mujeres) de entre 19 a 56 años ($M = 29.15$, $SD = 9.28$). Su nivel de estudios varía entre escuela primaria y doctorado, con una moda de estudiantes de universidad y un 30% de personas sin actividad laboral.

2.2 INSTRUMENTOS

Medimos los factores B5 utilizando la versión en español del cuestionario de personalidad conocido como NEO-FFI que ha sido traducida y validada por TEA Ediciones (Cordero, Pamos, y Seisdedos, 2008). Se trata de la versión reducida del Inventario de Personalidad NEO Revisado (NEO PI-R; Costa y McCrae, 1989). El NEO-FFI ha demostrado, según sus autores, altos coeficientes de fiabilidad de Cronbach para todas las escalas: Neuroticismo (.86), Extroversión (.77), Apertura (.73) Amabilidad (.68) y Responsabilidad (.81). En nuestro estudio se obtuvieron coeficientes muy similares que se presentan entre paréntesis en la Tabla 1. La prueba consta de 60 elementos y está dirigida a adultos. Utiliza una escala tipo Likert con cinco opciones de respuesta que van desde totalmente en desacuerdo hasta totalmente de acuerdo.

Medimos la inteligencia emocional del rasgo con el Cuestionario de desarrollo emocional para adultos (CDE-A35; Pérez-Escoda, Alegre, López-Cassà, en prensa). Esta escala se basa en el modelo de IE rasgo de Bisquerra y Pérez-Escoda, (2007) que incluye cinco dimensiones distintas: conciencia emocional, regulación, autonomía emocional, competencia social y competencias de vida y bienestar. Consta de 35 ítems, calificados

en una escala Likert, con 11 opciones de respuesta. La escala también proporciona una puntuación de la IE total. El CDE-A35 está especialmente adaptado a la lengua y cultura española, convirtiéndola en la mejor opción para nuestra muestra. El instrumento posee buenas propiedades psicométricas. En el estudio actual, las consistencias internas de las escalas CDE-A35 fueron $\alpha = .66$ para la competencia social, $.78$ para las competencias de vida y bienestar, $.79$ para la regulación emocional, $.81$ para la conciencia emocional, $.74$ para autonomía y $.89$ para la IER (puntaje global).

2.3 PROCEDIMIENTO

Los estudiantes firmaron un formulario de consentimiento aceptando participar voluntariamente en el estudio con garantías de confidencialidad de los datos. La aplicación de los cuestionarios se realizó on-line.

En el análisis estadístico se utilizó la correlación de Pearson y el análisis de regresión para investigar la capacidad del B5, el B2 y el FGP para predecir la IER. Además, se realizaron varios análisis factoriales.

3 RESULTADOS

3.1 LA IER EN EL ESPACIO FACTORIAL B5

Se encontraron correlaciones entre moderadas y altas entre la IER total y los distintos componentes de los B5 (ver Tabla 1); la correlación más alta se obtuvo con Neuroticismo ($r = -.68$) y la más baja con apertura ($r = .24$).

Tabla 1. Correlaciones entre personalidad (B5, B2, y el FGP) e Inteligencia emocional Rasgo

	GPF	STABILITY	PLASTICITY	O	R	E	A	N	Total EI
GPF (.88)	1								
Estabilidad (.87)	.795**	1							
Plasticidad (.82)	.432**	.263**	1						
Apertura (.77)	.133*	.178**	.797**	1					
Responsabilidad (.80)	.687**	.827**	.160*	.114	1				
Extraversión (.82)	.556**	.237**	.775**	.235**	.138**	1			
Amabilidad (.69)	.517**	.757**	.260**	.185**	.265**	.225**	1		
Neuroticismo (.86)	-.842**	-.515**	-.183**	.012	-.409**	-.306**	-.323**	1	
Total emotional intelligence (.89)	.741**	.547**	.439**	.242**	.427**	.453**	.398**	-.681**	1

N = 268. Nota. FGP = Factor General de Personalidad, O = Apertura, R = Responsabilidad, E = Extraversión, A = Amabilidad, N = Neuroticismo, IER Total = Coeficiente de inteligencia emocional total

** Correlación es significativa al nivel de 0.01

* Correlación es significativa al nivel de 0.05

Se realizó también un análisis de regresión múltiple con la IER como variable de criterio y los B5 como predictores. Todos los rasgos B5 fueron predictores significativos de la IER y los valores de VIF fueron inferiores a 1.5, lo que demuestra que no hubo problemas de multicolinealidad. Véanse los resultados en la Tabla 2 (sección 1). Conjuntamente los 5 rasgos de personalidad predijeron el 59,5% de su varianza.

Table 2. Regresión Múltiple de la IER sobre los B5 y de la IER sobre los B2.

Sección	Modelo	Coeficientes No estandarizados		Coeficientes Estandarizados	t
		B	Error Estd.	Beta	
1	(Constante)	4.597	.408		11.267
	Neuroticismo	-.067	.006	-.527**	-11.746
	Extraversión	.032	.006	.210**	5.056
	Apertura	.024	.006	.162**	4.048
	Amabilidad	.021	.007	.115**	2.764
	Responsabilidad	.021	.007	.134**	3.155
2	(Constante)	1.358	.377		3.064
	Estabilidad	.047	.005	.464**	9.666
	Plasticidad	.030	.005	.317**	6.604

N = 268

** p < .01

Al realizar un análisis factorial exploratorio de las cinco escalas NEO-FFI y las cinco dimensiones del CDE-A35, después de una extracción factorial del eje principal y utilizando la rotación Oblimin ($\delta = 0$), se obtiene una solución de dos factores (ver Tabla 3). Todas las dimensiones de la IE aparecen asociadas a todos los factores de personalidad, excepto con la Apertura.

Tabla 3. Análisis Factorial Combinado de la IER y la dimensiones B5

	Componentes		
	1	2	3
Competencias de Vida y Bienestar	,783		
Neuroticismo	-,772		
Regulación Emocional	,709		
Autonomía	,687		
Competencias Sociales	,681		
Conciencia Emocional	,585		
Extroversión	,560		
Responsabilidad	,542		
Amabilidad	,521		
Apertura			,731

3.2 IE DE RASGO Y LOS FACTORES B2

Se investigó la existencia de factores de orden superior en el espacio latente B5. Las cinco escalas NEO-FFI se sometieron nuevamente al análisis de componentes principales (ACP), utilizando la rotación Oblimin (delta =0) (ver Tabla 4) en la que los valores propios y el análisis de la gráfica de pantalla mostraron una solución de dos factores. Esos dos factores fueron claramente (valores propios >1) equivalentes a los Alfa/Estabilidad (factores C, A y N) y los supuestos de Beta/Plasticidad (factores O y E), mencionados anteriormente. Estos dos superfactores (B2) explicaron el 59,61% de la varianza, con Alfa/Estabilidad presentaron un porcentaje sensiblemente mayor que Beta/Plasticidad y una correlación positiva ($r = .26$, $p < .01$), como se observa en la Tabla 1. Asimismo, la correlación entre la IER y el factor Alfa/Estabilidad ($r = .55$) fue mayor que la correlación entre la IER y Beta/Plasticidad ($r = .44$). Los B2 explicaron un 39% de la varianza en IER, con Alfa/Estabilidad como el predictor más fuerte (Tabla 2, sección 2).

Tabla 4. Resultados del AFE mostrando las cargas factoriales para los B2 y el FGP

	Componentes		GFP	
	1	2	NEO-FFI	NEOFFI + TEI
Varianza explicada	38.26	21.36	37.94	39.53
N Neuroticismo	-.838		.775	-.772
R Responsabilidad	.737		.542	.542
A Amabilidad	.600		.521	.521
O Apertura		.867	.259	.259
E Extroversión		.637	.560	.560
Comp. de vida y bienestar				.783
Regulación emocional				.709
Autonomía				.687
Competencia Social				.681
Conciencia emocional				.585

Se relacionaron las cinco competencias de la IE con la Estabilidad y la Plasticidad, encontrando que las competencias de Regulación Emocional, C. Vida y Bienestar, y Autonomía se relacionan más con la Estabilidad que con la Plasticidad, mientras que la Conciencia Emocional y la Competencia Social se relacionaban más con la Plasticidad. (Ver Tabla 5).

Tabla 5. Correlaciones entre las dimensiones de la IER y los B2

	ESTABILIDAD	PLASTICIDAD
Regulación Emocional	,552**	,139*
Conciencia Emocional	,387**	,463**
Competencias de vida	,427**	,288**
Autonomía	,308**	,214**
Competencia Social	,251**	,528**
IER total	,547**	,439**

** La correlación es significativa al nivel 0,01 (bilateral).

* La correlación es significativa al nivel 0,05 (bilateral).

3.3 IE DE RASGO Y EL FGP

Para identificar el factor de personalidad general, se conservó un componente general no rotado (FGP) único. La correlación entre la IER y la FGP fue $r = .74$, que fue mayor que la correlación entre la FGP y los componentes de la B5 de la que se extrajo, excepto por el neuroticismo.

También realizamos un análisis de regresión jerárquica con la IER como criterio, el FGP como predictor introducido en el paso 1 y las escalas B5 individuales (O, C, E, A y R) como predictores introducidas en el paso 2. El análisis multicolineal mostró que había un problema con el neuroticismo y el Big 1. Por lo tanto, se eliminó el neuroticismo de la ecuación de regresión y se efectuó un nuevo análisis. El FGP en el paso 1 explicó un 54,9% sustancial de la varianza en la IER ($R^2_{adj}: 54.9$, $F(1,268) = 345,21$, $p < .001$). Con respecto a la varianza única total de las puntuaciones de la escala B5 en el paso 2, explicaron un 4% adicional de la varianza de la característica ($R^2_{adj}: 58,5$, $F(5,268) = 78,94$, $p < .001$).

Finalmente, se efectuó otro análisis de componentes principales de un solo factor utilizando la rotación Oblimin ($\delta = 0$), donde nuevamente las cinco escalas NEO-FFI se combinaron con los cinco factores CDE-A35 (ver Tabla 4), pero en esta ocasión, se forzó una solución no rotada de un solo factor. Las cargas de los B5 en este factor variaron de 0,29 a 0,78, mientras que las de las características de la IER oscilaron entre 0,56 a 0,79. Al igual que en los resultados de estudios anteriores, el factor más alto de las cargas en FGP correspondieron a los cinco factores IER y al neuroticismo. Sin embargo, en nuestro caso, la extraversión también estuvo entre las cargas más altas, dejando a R, A y a O como menos importantes.

4 DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

El propósito de este estudio fue replicar la investigación de Pérez-González y Sánchez Ruiz (2014). Para ello, se ha seguido la misma metodología que estos autores, pero con una nueva muestra y una herramienta de medición diferente de la inteligencia emocional del rasgo.

Se obtuvieron correlaciones entre moderadas y altas entre la IER total y los componentes de los B5, destacando la correlación con Neuroticismo como la más elevada y de signo inverso. También destaca una correlación un poco más alta entre IER y FGP que obtenida en el estudio previo. Por otro lado, el análisis de regresión evidenció que todos los rasgos B5 fueron predictores significativos de la IER. A diferencia del estudio de Pérez-González y Sánchez-Ruiz (2014) en nuestro caso, la IER no surgió como un factor oblicuo distinto en el espacio del factor B5. Por el contrario, todas las dimensiones de la IE aparecieron asociadas a todos los factores de personalidad, con excepción de la Apertura. Estos resultados indican que la inteligencia emocional no es un factor distinto y único dentro del espacio del factor B5, sino que representa una forma diferente de medir el mismo constructo de personalidad.

Asimismo, se encontró, al igual que en el estudio previo, dos factores de orden superior (Alfa/Estabilidad y Beta/Plasticidad) y también que la IER estaba altamente correlacionada con el FGP, junto a una correlación negativa extremadamente alta entre esos dos constructos y el neuroticismo.

Nuestros resultados confirman una validez convergente entre la inteligencia emocional y la personalidad del rasgo, pero no la validez discriminante, lo que sugiere que la IER no está integrada en el nivel más alto de las jerarquías de la personalidad, sino que es otra forma de medir los mismos cinco grandes rasgos de la personalidad que tradicionalmente componen el constructo.

REFERENCIAS

- Bisquerra, R. & Pérez, N. (2007). Las competencias emocionales. *Educación XXI*, 10, 61-82.
- Bisquerra, R., Pérez-González, J. C., & García Navarro, E. (2015). *Inteligencia emocional en la educación*. Síntesis.
- Cordero, A., Pamos, A. & Seisdedos, N. (2008). *NEO PI-R, Inventario de Personalidad NEO Revisado. Adaptación española*. (3ª edición revisada y ampliada). TEA Ediciones.
- Costa, P. T. Jr. & McCrae, R. R. (1989). *The NEO-PI/NEO-FFI manual supplement*. Psychological Assessment Resources
- Costa, P. T., Jr. & McCrae, R. R. (1992). *Revised NEO personality inventory (NEO-PI-R) and NEO five-factor inventory (NEO-FFI) professional manual*. Psychological Assessment Resources Inc.

- Digman, J. M. (1997). Higher-order factors of the B5. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73 (6), 1246-1256.
- Goldberg L. R. (1981). Language and individual differences: the search for universals in personality lexicon. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 1216-1229
- Pérez-Escoda, N., Alegre, A. & López-Cassà, È. (en prensa) *Validación del cuestionario de desarrollo emocional de Adultos (CDE-A35)*. *Educatio Siglo XXI*.
- Pérez-Escoda, N.; Bisquerra, R.; Filella, G. & Soldevila, A. (2010). Construcción del cuestionario de desarrollo emocional de adultos (QDE-A). *REOP*, 21(2) 367-379.
- Pérez-González, J. C. & Sánchez-Ruiz M. J. (2014) Trait emotional intelligence anchored within the Big Five, Big Two and Big One frameworks. *Personality and Individual Differences*, 65, 53-58. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.01.021>.
- Petrides, K. V. & Furnham, A. (2001). Trait emotional intelligence: Psychometric investigation with reference to established trait taxonomies. *European Journal of Personality*, 15, 425-448. <https://doi.org/10.1002/per.416J.C>.
- Rushton, J. P. & Irwing, P. (2008). A general factor of personality (GFP) from two meta-analyses of the Big Five: Digman (1997) and Mount, Barrick, Scullen, and Rounds (2005). *Personality and Individual Differences*, 45, 679-683. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2008.07.015>.
- Şimşek, Ö. F. (2014). Higher Order Structure of Personality and Mental Health: Does General Affectivity Matter? *Journal of Personality Assessment*. 96, 226-236. <https://doi.org/10.1080/00223891.2013.836527>.
- Van der Linden D, Dunkel C.S. & Petrides, K. V. (2016). The general factor of personality as social effectiveness: review of the literature. *Personal Individual Differences* 101, 98-105. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.05.020>.

CAPÍTULO 3

REVISIÓN TEÓRICA Y EMPÍRICA DEL ESTUDIO DE LAS FORTALEZAS Y VIRTUDES EN EL CURSO DE VIDA ADULTO¹

Data de submissão: 04/04/2021

Data de aceite: 27/04/2021

Franco Morales

Lic. en Psicología, IPSIBAT
Universidad Nacional de Mar del Plata
Mar del Plata, Argentina
CV

Claudia Josefina Arias

Dra. en Psicología, IPSIBAT
Universidad Nacional de Mar del Plata
Mar del Plata, Argentina
CV

RESUMEN: Se presenta una revisión del aporte conceptual y empírico del estudio de las diferentes Virtudes y Fortalezas del carácter en el marco de la Psicología del Desarrollo y la Gerontología. Se revisa la historia de estos constructos y se presentan antecedentes de investigaciones empíricas a lo largo del curso de vida adulto. Se espera que el presente trabajo contribuya al diseño de programas de investigación y dispositivos de intervención en contextos interpersonales que involucren las Fortalezas del carácter

¹ Trabajo realizado con el financiamiento del sistema de becas interno de la Universidad Nacional de Mar del Plata

y se orienten a mejorar el bienestar de las personas mayores.

PALABRAS CLAVE: Psicología del desarrollo. Fortalezas del carácter. Gerontología. Psicología Positiva. Vejez.

THEORETICAL AND EMPIRICAL REVIEW OF THE STUDY OF STRENGTHS AND VIRTUES IN THE ADULT LIFE COURSE

ABSTRACT: A review of the conceptual and empirical contribution of the study of the different Virtues and Strengths of character in the framework of Developmental Psychology and Gerontology is presented. The history of these constructs is reviewed and empirical research antecedents are presented throughout the adult life course. This work is expected to contribute to the design of research programs and intervention devices in interpersonal contexts that involve Strengths of character and are aimed at improving the well-being of older people.
KEYWORDS: Developmental Psychology. Character Strengths. Gerontology. Positive Psychology. Ageing.

1 INTRODUCCIÓN

Tradicionalmente se ha entendido la vejez como una etapa del ciclo vital en la que abundan las pérdidas y el deterioro,

configurando lo que se ha denominado el “Paradigma decremental de la vejez” (Lombardo, 2013). Sin embargo, la corriente de Life Span amplía la visión del desarrollo humano, en especial en el envejecimiento, comenzando a promover estudios que buscan aspectos positivos de la vejez (Baltes, Staudinger, & Linderberger 1998). Teorías como la de Paul Baltes o Bronfenbrenner (Lombardo, & Krzemien, 2008), entre otros, intentan salvar estos reduccionismos teniendo como centro de su atención el contexto y los procesos adaptativos que se ponen en juego en la relación individuo-ambiente.

A pesar de que aún las buenas noticias en la vejez suelen ser leídas como negativas (Carstensen & Charles, 2007), se muestra como paradigmático y ejemplar el avance en el estudio del bienestar en la vejez. Estas investigaciones muestran lo que se ha denominado la “paradoja del bienestar en la vejez”. Esta paradoja se resume en que, a pesar de las múltiples pérdidas propias de la vejez, como el declive biológico, las pérdidas a nivel social y psicológico y un fuerte impacto de los estereotipos negativos sobre el envejecimiento, los adultos mayores mantienen altos niveles de bienestar (Schiebe & Carstensen, 2010).

En síntesis, todos estos cambios teóricos y metodológicos en el estudio del desarrollo sumado a un fuerte apoyo de resultados empíricos derivaron en la convergencia de la psicología que estudia las Fortalezas y el potencial humano, denominada actualmente Psicología Positiva, y de la Psicogerontología en la búsqueda de dimensiones positivas del envejecimiento (Ballesteros 2007; Baltes & Freund, 2007; Hill, 2011; Lombardo, 2013). La exploración de recursos, Fortalezas y diversos aspectos positivos propios de la vejez contribuyen a una mejora sobre la imagen de este grupo etario, al desarrollo de dispositivos de intervención que mejoren su calidad de vida y a la gestión de entornos que permitan potenciar y capitalizar dichos recursos desde la perspectiva del envejecimiento generativo (Villar, 2013).

2 LAS FORTALEZAS DEL CARÁCTER

La Psicología Positiva como “paraguas” de investigación (Gancedo, 2008) se ha propuesto estudiar la experiencia subjetiva positiva, los rasgos individuales positivos y las instituciones positivas (Seligman, & Csikszentmihalyi, 2002). Park y Petersen (2009) han propuesto que el área individual, a saber, el estudio de las Virtudes y Fortalezas del carácter moral, tiene preeminencia sobre las otras dos.

A inicios de este siglo, con el objetivo de dar impulso al estudio científico de las Virtudes y Fortalezas del carácter, Peterson y Seligman (2004) han lanzado un manual donde se da a conocer una clasificación del carácter moral a partir de respuestas sobre

el buen vivir y el comportamiento moralmente bueno en diversas tradiciones filosóficas y religiosas. Para estos autores, el buen carácter está formado por diversos niveles de abstracción. Las Virtudes, los componentes más abstractos, son las características centrales valoradas por los pensadores y religiosos; en un nivel de abstracción menor, se encuentran las Fortalezas asociadas a cada una de estas Virtudes, que se conforman como las vías por las cuales la virtud se muestra. En el nivel más concreto de abstracción se encuentran los temas situacionales que son los hábitos y ámbitos específicos mediante los cuales las personas llevan adelante sus Fortalezas (Cosentino, 2009). La forma en la que Peterson y Seligman (2004) proponen pensar el carácter moral está estrechamente ligada a la teoría del rasgo en la Psicología de la personalidad. Así es como el carácter moral se define como un conjunto de rasgos positivos que existen como diferencias individuales que: a) se muestra en pensamientos, sentimientos y acciones; b) es maleable a través de la vida; c) está sujeto a numerosas influencias de factores contextuales y d) es medible.

El modelo clasificatorio propuesto por Peterson y Seligman (2004) implica las Fortalezas y Virtudes que se detallan a continuación

Virtud de Sabiduría y Conocimiento: Las Fortalezas correspondientes a esta virtud incluyen disposiciones positivas relacionadas con la adquisición y el uso de la información en servicio de la buena vida. Son Fortalezas cognitivas. (*Creatividad, curiosidad, apertura mental, amor por el saber y sabiduría*).

Virtud de Coraje: Estas Fortalezas conllevan el ejercicio de la voluntad de lograr metas en contra de los obstáculos, tanto internos como externos. (*Valentía, perseverancia, integridad y vitalidad*).

Virtud de Humanidad: Las Fortalezas correspondientes a esta virtud incluyen disposiciones positivas que se manifiestan en llevar adelante relaciones interpersonales de cuidado, ternura y amistad. Son Fortalezas que en algún punto se asemejan a las de Justicia, pero que, a diferencia de éstas, se ponen en juego en relaciones uno a uno. (*Amor, bondad e inteligencia social*).

Virtud de Justicia: Se considera que las Fortalezas de Justicia se dan en contextos interpersonales, implicando una interacción óptima entre el individuo y el grupo comunitario. A medida que el grupo sea de menor tamaño y se convierta en más personalizado, estas Fortalezas comienzan a converger con las de Humanidad. (*Ciudadanía, igualdad y liderazgo*).

Virtud de Templanza: Son Fortalezas que nos protegen de los excesos. Estas Fortalezas son definidas en parte por lo que una persona hace, y pueden ser más visibles para observadores templados. (*Perdón, humildad, prudencia y autorregulación*).

Virtud de Trascendencia

A primera vista, este grupo de Fortalezas parece mixto, pero el común denominador de ellas es que permiten a los individuos generar conexiones con un universo más grande que uno mismo y proveer de sentido a su vida. Implican beneficios que ya no redundan centralmente en uno mismo o en otros, sino en un universo superior. (*Apreciación de la belleza y de la excelencia, gratitud, esperanza, humor y espiritualidad*).

2.1 LOS BENEFICIOS SALUGÉNICOS DE LAS FORTALEZAS DEL CARÁCTER

Diversos estudios se han enfocado en poder detectar las consecuencias positivas del desarrollo de las Fortalezas del carácter. Los resultados han revelado que dichas Fortalezas se asocian con “buenas vidas”, cuyos indicadores son usualmente el crecimiento personal, el bienestar, la satisfacción con el trabajo y los logros de metas. (Gable & Haidt, 2005; Peterson, Ruch, Beermann, Park, & Seligman, 2007; Peterson, et al., 2010). Asimismo, se han encontrado estrechas relaciones entre las diferentes Fortalezas del carácter y el bienestar subjetivo (e.g. Bai, 2011; Brdar, & Kashdan, 2010; Gillam, et al, 2011; Leontopoulou, & Triliva, 2012; Liney, Nielsen, Gillett, & Biswas-diener, 2010; Proctor, Maltby, & Linley, 2010; Ruch, et al, 2010; Wood, Linley, Maltby, Kashdan, Hurling, 2011), la satisfacción vital (Hool, 2011; Weber & Ruch, 2012) y la calidad de vida relacionada con la salud (Proctor et al., 2010). Una gran cantidad de estudios indican relaciones positivas entre todas las Fortalezas variables del bienestar tales como satisfacción con la vida y felicidad y relaciones negativas con problemas mentales tales como depresión (Chan, 2009; Dahlsgaard, Peterson & Seligman 2005).

Muchos estudios proponen que las Fortalezas específicas de Curiosidad, Gratitud, Esperanza, Amor y Vitalidad contribuyen de manera significativa y especial con el bienestar de las personas (Berman, 2007; Park & Peterson, 2009; Park, et al., 2004; Peterson, et al, 2010; Shimai, et al, 2006). Desde que estas cinco Fortalezas fueron asociadas con la satisfacción con la vida de forma consistente en diferentes estudios, fueron categorizadas por los psicólogos positivos informalmente como “Key Strengths” (Shimai, et al., 2006).

2.2 LAS FORTALEZAS DE CARÁCTER A LO LARGO DEL CURSO DE VIDA

Los hallazgos acerca de las variaciones de estos constructos según grupos de edad no son consistentes. Un estudio en Alemania ha encontrado que la Curiosidad, Igualdad, Perdón, Humildad, Prudencia, Autoregulación, Apreciación de la Belleza y la Excelencia, Gratitud y Espiritualidad aumenta a lo largo del curso de vida adulto, mientras

que el Humor, Inteligencia Social, Creatividad y perspectiva disminuyen (Ruch, Proyer, Harzer, Park, Peterson, Seligman, 2010). Sin embargo, si bien este estudio cuenta con participantes desde los 15 hasta los 80 años, no distingue entre grupos etareos, que permitiría distinguir etapas vitales, sino que correlaciona estas Fortalezas con la edad. Otro estudio (Hool, 2011) encontró que los adultos mayores y de mediana edad puntúan más en Curiosidad, Creatividad, Igualdad, Perdón, Gratitude, Amor por el Saber, Humildad, Autorregulación, Espiritualidad. Sin embargo, no se incluye aquí una distinción entre adultos mayores y adultos mayores de edad avanzada. Otra limitación de estos estudios es que han sido realizados en otras latitudes.

Estos hallazgos revelan una tendencia al desarrollo de las Fortalezas del carácter a lo largo del curso de la vida, mostrándose contrapuestos a la postura de McCrae y Costa's (1994) que sostiene que la personalidad no cambia notablemente luego de los 30 años de edad.

En cuanto al estudio del capital psíquico, el mismo ha sido evaluado fundamentalmente en jóvenes y en adultos jóvenes. Sin embargo, se encuentran algunos antecedentes en adultos mayores. A nivel nacional, un estudio que exploró el capital psíquico mediante la escala de capital psíquico (CAPPSI) en 614 adultos de ambos sexos de la ciudad de Santa Fé indicó que la tendencia a lo largo del curso de vida adulto es al declive de los recursos, encontrando diferencias por género donde los hombres parecen no padecerlo tanto como las mujeres (Kasanzew et al, 2010). Éstos resultados no son consistentes con los hallados en la ciudad de Mar del Plata, donde los adultos de 60 a 75 años obtuvieron puntuaciones superiores a las de los adultos de mediana edad en todas las dimensiones de la escala, excepto en las capacidades cognitivas (Posada, Castañeiras & Arias, 2008). En un estudio posterior se profundizó el análisis a fin de identificar las Fortalezas que se hallaban presentes en los adultos mayores en mayor medida que en los adultos jóvenes. Entre ellas se destacaron: la Motivación para aprender cosas nuevas, la Sabiduría, la Curiosidad, la Honestidad, la Autoestima, la Persistencia, la Inteligencia emocional, el Amor, el Sentido del Humor, la Empatía y el Altruismo, el Sentido de Justicia, la Capacidad para perdonar, la Gratitude y la Espiritualidad. Finalmente, se realizó una investigación que exploraba el capital psíquico en personas de 75 a 91 años. En este caso se confirmó su estabilidad hasta las edades más avanzadas e incluso su incremento en la dimensión correspondiente a los Valores que orientan nuestros comportamientos y en los aspectos referidos a Sabiduría, Amor y Capacidad para perdonar (Arias, Castañeiras & Posada, 2009).

Otra línea de evaluación a nivel local buscó indagar los significados otorgados al capital psíquico tanto por los adultos jóvenes como por los adultos mayores, desde una metodología cualitativa utilizando la técnica de grupos focales. Se exploraron cinco aspectos del capital psíquico correspondientes a cada una de sus dimensiones:

Creatividad, Honestidad, Compromiso, Sentido del humor y Capacidad de perdonar. En todos los casos los participantes atribuyeron una valoración positiva a cada uno de los aspectos explorados. Sin embargo, en lo referido a la comparación según grupo de edad pudieron observarse mayores diferencias entre los significados otorgados a las Fortalezas Compromiso y Honestidad. En cambio, al efectuar la comparación por género una de las mayores diferencias apareció en los significados atribuidos a la Capacidad de Perdón: las mujeres tendían a relativizar el concepto y su aplicación, independientemente del grupo de edad al que pertenecían (Arias, Giuliani, & Pavón, 2011). Otro estudio que profundizó en la significación atribuida al Compromiso, indicó que el mismo es para los mayores un valor, independiente de lo contextual y con particularidades según el género. En cambio, para los adultos jóvenes, el compromiso es una actitud, más ligada al contexto, a los ámbitos en que los sujetos se desarrollan. En cuanto al compromiso social, el mismo fue valorado positivamente en todos los grupos, incluyendo el ámbito familiar aunque desde distintos lugares según el rol ocupado (Lombardo, Zariello, & Sabatini, 2011).

Las inconsistencias entre los hallazgos de las diversas investigaciones destacan la importancia de profundizar su estudio en diferentes etapas vitales. Se espera que los resultados del presente trabajo motiven nuevos estudios, y provean de herramientas metodológicas y empíricas para un cambio en el entorno que influye el proceso de envejecimiento. Se espera también que el relevamiento de disposiciones psicológicas que se mantienen y/o aumentan en las últimas etapas del desarrollo humano fomente mejoras en la representación social del envejecimiento, promoviendo un cambio del paradigma decremental a uno más amplio, complejo y contextualizado que favorezca un envejecimiento positivo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arias, C., Castañeiras, C. & Posada M. C. (2009). ¿Las Fortalezas personales se incrementan en la vejez? Reflexiones acerca del capital psíquico. En R. Iacub and cols. *Desafíos y logros frente al bienestar en el envejecimiento* (pp. 31-39). Buenos Aires: Eudba.

Arias, C.; Giuliani, F. & Pavón, M. (2011). Exploración de Aspectos del Capital psíquico. Los Significados otorgados según grupo de edad y género. Trabajo presentado en el *Duodécimo Congreso Virtual de Psiquiatría. Interpsiquis*.

Bai, Y. (2011). *The relationships between character strengths and well-being status of college students*. The University of Hong Kong, Pokfulam Road, Hong Kong SAR.

Ballesteros, R. F. (2007). Luces y sombras en la psicología del potencial humano: el ejemplo de la psicogerontología. En U. M. Staudinger & L. G. Aspinwall (Eds.), *Psicología del potencial humano: cuestiones fundamentales y normas para una psicología positiva*. (pp. 183-204). Madrid: Gedisa.

Baltes, P. B., & Freund, A. M. (2007). El potencial humano como orquestación de la Sabiduría y la optimización selectiva con compensaciones. En U. M. Staudinger & L. G. Aspinwall (Eds.), *Psicología del potencial humano: cuestiones fundamentales y normas para una psicología positiva*. (pp. 45-62). Madrid: Gedisa.

- Baltes, P. B., Staudinger, U. M., & Lindenberger, U. (1999). Lifespan psychology: Theory and application to intellectual functioning. *Annual review of psychology*, 50(1), 471-507. doi:10.1146/annurev.psych.50.1.471.
- Berman, J. S. (2007). *Character strengths, self-schemas and psychological well-being: A multi-method approach*. Unpublished PhD Dissertation, University of Texas Southwestern Medical Center at Dallas, Dallas, Texas.
- Brdar, I., & Kashdan, T. B. (2010). Character strengths and well-being in Croatia: An empirical investigation of structure and correlates. *Journal of Research in Personality*, 44(1), 151-154. doi:10.1016/j.jrp.2009.12.001.
- Carstensen, L. L., & Charles, S. T. (1998). Emotion in the second half of life. *Current Directions in Psychological Science*, 7, 144-149.
- Chan, D. W. (2009). The hierarchy of strengths: Their relationships with subjective well-being among Chinese teachers in Hong Kong. *Teaching and Teacher Education*, 25(6), 867-875.
- Cosentino, A. C. (2009). Evaluación de las Virtudes y Fortalezas Humanas en Población de Habla Hispana. *Psicodebate, Psicología, Cultura y Sociedad*, 10, 53-71.
- Cosentino, A. C., & Solano, A. C. (2012). Character strengths: A study of Argentinean soldiers. *The Spanish journal of psychology*, 15(01), 199-215.
- Dahlsgaard, K., Peterson, C., & Seligman, M. E. (2005). Shared virtue: The convergence of valued human strengths across culture and history. *Review of general psychology*, 9(3), 203-213.
- Gancedo, M. (2008). Historia de la Psicología Positiva. Antecedentes, aportes y proyecciones. En M. M. Casullo, (Eds), *Prácticas en psicología positiva*, Gedisa, Buenos Aires.
- Gillham, J., Adams-Deutsch, Z., Werner, J., Reivich, K., Coulter-Heindl, V., Linkins, M., ... Seligman, M. E. P. (2011). Character strengths predict subjective well-being during adolescence. *The Journal of Positive Psychology*, 6(1), 31-44. doi:10.1080/17439760.2010.536773.
- Hill, R. D. (2011). A positive aging framework for guiding geropsychology interventions. *Behavior Therapy*, 42(1), 66-77.
- Hool, K. (2011). *Character strengths, life satisfaction and orientations to happiness - a study of the Nordic countries*. Tesis de Maestría no publicada. University of Bergen, Bergen, Noruega.
- Kasanzew, A., López Pell, A., Brasca, L., Legé, L. y Casabianca, L. (2010). El capital psíquico a través del ciclo vital adulto. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 1(28), 42-51.
- Leontopoulou, S., & Triliva, S. (2012). Explorations of subjective wellbeing and character strengths among a Greek University student sample. *International Journal of Wellbeing*, 2(3), 251-270. doi:10.5502/ijw.v2.i3.6.
- Linley, P., Nielsen, K., Wood, A. M., Gillett, R., & Biswar-Diener, R. (2010). Using signature strengths in pursuit of goals: Effects on goal progress, need satisfaction, and well-being, and implications for coaching psychologists. *International Coaching Psychology Review*, 5(1).
- Lombardo, E. (2013). Psicología positiva y psicología de la vejez. Intersecciones teóricas. *Psicodebate, Psicología, Cultura y Sociedad*, 13, 47-60.
- Lombardo, E., & Krzemien, D. (2008). La Psicología del curso de vida en el marco de la Psicología del Desarrollo. *Revista argentina de sociología*, 6(10), 111-120.

- Lombardo, E., Zariello, F. y Sabatini, B. (2011). Compromiso como capital psíquico en adultos mayores y adultos jóvenes. Trabajo presentado en el 12° Congreso Virtual Interpsiquis. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata.
- McCrae, R. R., & Costa, P. T. (1994). The stability of personality - Observations and evaluations. *Current Directions in Psychological Science*, 3(6), 173-175.
- Park, N. & Peterson, C. (2009). Strengths of character in schools. En R. Gilman, E.S. Huebner & M.J. Furlong (Eds.), *Handbook of Positive Psychology in schools* (pp. 65-76). NY, EE.UU: Routledge.
- Park, N., Peterson, C., & Seligman, M. E. P. (2004). Strengths of character and well-being. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 23(5), 603-619.
- Peterson, C., Ruch, W., Beermann, U., Park, N., & Seligman, M. E. (2007). Strengths of character, orientations to happiness, and life satisfaction. *The journal of positive psychology*, 2(3), 149-156.
- Peterson, C. & Seligman, M.E.P. (2004). *Character strengths and virtues: A handbook and classification*. Washington, DC, EE. UU: American Psychological Association; Oxford University Press.
- Peterson, C., Stephens, J. P., Park, N., Lee, F., & Seligman, M. E. P. (2010). Strengths of character and work. In P. A. Linley, S. Harrington & N. Garcea (Eds.), *Oxford handbook of positive psychology and work* (pp. 221-231). New York, NY, US: Oxford University Press.
- Posada, M. C., Castañeiras, C., & Arias, C. (2008b). Dimensiones del capital psíquico en población general. Estudio comparativo por grupos de edad. En: *encuentro iberoamericano de psicología positiva*. Universidad de Palermo.
- Proctor, C., Maltby, J., & Linley, P. A. (2010). Strengths Use as a Predictor of Well-Being and Health-Related Quality of Life. *Journal of Happiness Studies*, 12(1), 153-169. doi:10.1007/s10902-009-9181-2.
- Ruch, W., Proyer, R. T., Harzer, C., Park, N., Peterson, C., & Seligman, M. E. P. (2010). Values in Action Inventory of Strengths (VIA-IS). *Journal of Individual Differences*, 31(3), 138-149. doi:10.1027/1614-0001/a000022.
- Scheibe, S., & Carstensen, L. L. (2010). Emotional Aging: Recent findings and Future Trends. *Journals of Gerontology*, 65B(2), 135-144.
- Seligman, M. & Csikszentmihalyi, M. (2002). Positive Psychology: An Introduction. *American Psychologist*, 55, 5-14.
- Seligman, M. E. P. (2002) *Authentic Happiness: Using the new positive psychology to realize your potential for lasting fulfillment*. New York, NY, US: Free Press.
- Shimai, S., Otake, K., Park, N., Peterson, C., & Seligman, M. E. P. (2006). Convergence of Character Strengths in American and Japanese Young Adults. *Journal of Happiness Studies*, 7(3), 311-322.
- Villar, F. (2013). Hacerse bien haciendo el bien: la contribución de la generatividad al estudio del buen envejecer. *Informaciopsicologica*, (104), 39-56.
- Weber, M., & Ruch, W. (2012). The role of character strengths in adolescent romantic relationships: an initial study on partner selection and mates' life satisfaction. *Journal of Adolescence*, 35(6), 1537-46.
- Wood, A. M., Linley, P. A., Maltby, J., Kashdan, T. B., & Hurling, R. (2011). Using personal and psychological strengths leads to increases in well-being over time: A longitudinal study and the development of the strengths use questionnaire. *Personality and Individual Differences*, 50(1), 15-19. doi:10.1016/j.paid.2010.08.004.

CAPÍTULO 4

PSICOANÁLISIS CON NIÑOS: JUEGO Y SIGNIFICANTE EN EL RECORRIDO PULSIONAL¹

Data de submissão: 04/04/2021

Data de aceite: 27/04/2021

Mg. Celeste Ghilioni

Profesora de la Cátedra Clínica 1

Facultad de Psicología

Universidad Nacional de Rosario, Argentina

RESUMEN: En este trabajo se propondrá un recorrido conceptual sobre el juego en la práctica psicoanalítica, recorrido que, como veremos, excede el trabajo con niños estableciéndose también en el trabajo con adultos una relación entre lo lúdico y el encuentro entre analizante y analista. Se ubicará, en el reconocido juego del *fort-da* descrito por Freud (1989), la lectura que realizará Lacan (1993), resituando la noción de sujeto, objeto a y pulsión. El juego es considerado por Winnicott (1972) y retomado por otros autores en tanto acción presente en un tiempo y espacio

¹ Trabajo presentado en las VIII Jornadas de Investigación en Psicología, "A cien años de la reforma universitaria; estado actual de la situación de la educación superior pública en nuestro país." Secretaría de Ciencia y Tecnología, Facultad de Psicología. UNR. Este trabajo se inscribe en el marco de la Investigación acreditada por la Universidad Nacional de Rosario, Cátedra Clínica 1, PSI305 "Neurosis infantil y neurosis en la infancia. Despatologizar y desmedicalizar el sufrimiento en los niños" (2015-2019).

actuales que introduce la dimensión creativa de "un orden nuevo" (Freud, S., 1975) que sorprende y produce nuevas significaciones en la relación transferencial, acción que será nominada en forma verbal como "jugar" (Rodulfo, R., 2016).

PALABRAS CLAVE: Psicoanálisis. Niños. Juego. Significante. Pulsión.

PSYCHOANALYSIS WITH CHILDREN: GAME AND SIGNIFICANT IN THE DRIVE PATH

ABSTRACT: In this paper it will be proposed a conceptual journey about the game on psychoanalytic practice. A journey that, as we can see, exceeds the work with children, and also establishes, in the work with adults, a relationship between playfulness and the encounter between the analysand and the analyst. In the known game of *fort-da* described by Freud (1989), Lacan's reading will be found. A reading that will relocate the notion of subject, object and trieb. The game is considered by Winnicott, and has been followed by other authors, as a present action in a current time and space that introduces the creative dimension of "a new order" (Freud, S., 1975) that surprises and produces new meanings in the transfer relationship. An action, that will be, verbally named as "play" (Rodulfo, R., 2016).

KEYWORDS: Psychoanalysis. Children. Play. Significant. Drive.

1 INTRODUCCIÓN

1.1 REALIDAD, JUEGO Y POESÍA

El término “juego” suele estar, habitualmente, asociado a situaciones placenteras y por lo general remite a vivencias de la infancia que en la vida adulta surgen como recuerdos. El niño juega sin hacerse demasiadas o ninguna pregunta sobre esta actividad, sólo se deja tomar por el placer que de ese juego se desprende.

Surge así el primer interrogante: ¿Desde cuándo el hombre, realiza acciones lúdicas que en principio no tendrían ningún fin productivo? Rober Callois, realiza un recorrido por los juegos en los diferentes momentos de la historia del hombre en donde dirá: *numerosos juegos se basan en creencias perdidas, o reproducen, vacíos de contenidos, ritos abandonados. El espíritu lúdico es un elemento esencial de la cultura.* (Callois, 1967)

De este modo el juego que, habitualmente puede ubicarse como una instancia “natural” en el quehacer del hombre, se desprende de ésta, para ligarse estrechamente a un efecto del hombre en la cultura.

Entonces: ¿Cuánto de las actividades en el adulto se enraízan en las experiencias lúdicas de la infancia? Será Freud quien establezca una relación entre el jugar del niño y la creación artística en el adulto.

En su investigación acerca de las motivaciones que llevan al poeta a la creación de su obra, Freud (1975), en “El creador literario y el fantaseo” de 1908, dirige en primer lugar su mirada al jugar del niño, se preguntará:

¿No deberíamos buscar ya en el niño las primeras huellas del quehacer poético? La ocupación preferida y más intensa del niño es el juego. Acaso tendríamos derecho a decir: todo niño que juega se comporta como un poeta, pues se crea un mundo propio o, mejor dicho, inserta las cosas de su mundo en un nuevo orden que le agrada. Además, sería injusto suponer que no toma en serio ese mundo; al contrario, toma muy en serio su juego, emplea en él grandes montos de afecto. (p.127)

Es de destacar, en esta cita, la creación de un nuevo orden, *un mundo en un nuevo orden grato para él* (p.128). Quedan planteadas aquí, al menos, dos coordenadas: la construcción de una ficción y la condición de satisfacción en esta creación. Dirá, además, que esta ficción tendrá el valor de verídica y alojada con esa valoración también para los otros eventuales que puedan participar en el juego del niño.

Continuando con la apertura de los interrogantes que este tema nos propone, cabría preguntarse entonces ¿Por qué jugamos? ¿Qué condiciones deben darse para poder nombrar a una acción como “juego”?

La actividad del jugar, decíamos, es habitualmente pensada como intrínseca al ser humano, claro está, hasta que encontramos en la experiencia analítica las dificultades de

alguien para desempeñar esta acción La observación de las dificultades en el juego da cuenta que deben darse ciertas condiciones para que el juego pueda advenir, dejando de alinearse, como mencionáramos, a un orden “natural” para adscribirse entonces a la orilla cultural.

En el texto citado Freud ubica al juego como antítesis de realidad, expresando:

Lo opuesto al juego no es la seriedad, sino... la realidad efectiva. El niño diferencia muy bien de la realidad su mundo del juego, a pesar de toda su investidura afectiva; y tiende a apuntalar sus objetos y situaciones imaginados en cosas palpables y visibles del mundo real. Sólo ese apuntalamiento es el que diferencia aún su «jugar» del «fantasear». (p.133)

Encontramos así, algunas direcciones para bordear nuestras preguntas. Por un lado, la creación que el mismo acto del jugar produce y, en el mismo movimiento, la instauración de una escena que el juego propone, la cual produciría un distanciamiento de la llamada “realidad”.

Las creaciones artísticas en sus diferentes expresiones, ya sean, la música, la pintura, la poesía o la danza, poseen dos cualidades intrínsecas: suelen producir sensaciones corporales y, habitualmente, escapan por entero a una descripción semántica, dejándonos doblemente perplejos, una vez, ante la experiencia vivida, y otra, ante la carencia de palabras a la que esa experiencia nos arroja. Pero no podríamos aventurar que esta vivencia se produzca por las afueras del lenguaje, dado que, es precisamente por el lenguaje que estas expresiones tuvieron lugar y es, a falta de la eficacia del mismo, que produciríamos infinitos intentos en su captura. Esta incapacidad para poder dar explicación a la obra artística es plasmada por Freud, en el texto citado, del siguiente modo:

A nosotros, los legos, siempre nos intrigó poderosamente averiguar de dónde esa maravillosa personalidad, el poeta, toma sus materiales [...] y cómo logra conmovernos con ellos, provocar en nosotros unas excitaciones de las que quizá ni siquiera nos creíamos capaces. Y no hará sino acrecentar nuestro interés la circunstancia de que el poeta mismo, si le preguntamos, no nos dará noticia alguna, o ella no será satisfactoria. (p.127)

Ubicamos en las antecámaras de las creaciones artísticas, a sus precursores, a la historia del hombre y su arte, así como la creación en los niños. El niño juega y crea en el mismo gesto, movimiento que nos dirige a la articulación de estos elementos.

2 EL JUEGO

2.1 EMERGENTE Y POSIBILIDAD

Si bien el juego en la situación analítica es pensado por numerosos autores como un dispositivo creado a tal efecto, como si se tratara de una “técnica” a ser aplicada en el trabajo con niños, se propone, desde esta lectura, al juego como la irrupción de una manifestación que el analista, o el mismo paciente, pueden decidir tomar o no.

Por su parte Melanie Klein (1955), pionera en el análisis de niños, propondrá con más claridad al juego en sesión como técnica y lo equipará a la labor de asociación libre en el adulto, planteándolo del siguiente modo: *Los juguetes de cada niño son guardados en cajones particulares, y así cada uno sabe que sólo él y el analista conocen sus juguetes, y con ellos su juego, que es el equivalente de las asociaciones del adulto.*

Esta autora sienta las bases de una apuesta al psicoanálisis con niños, lo que le otorga un valor que debemos destacar. Sin embargo, cabría preguntarse si este planteo no estaría desconociendo que, es la asociación libre la que es ofrecida ante Freud por sus pacientes como inexorable a la práctica misma del ser hablante. Este otro estatuto del juego, no ya como técnica sino como emergente y posibilidad, podrá ser ubicado en las palabras de Lutereau, quien en su libro “Los usos del juego”, propone:

El inconsciente no es el lapsus, el sueño, ni ninguna de las formas que mejor lo manifiestan. Dicho de otra manera, ciertas producciones pueden ser formaciones del inconsciente en la medida que realizan un modo de retorno asociado a una experiencia; es decir, la pregunta por el sentido de dichas formas. Y no sólo un sueño es una formación del inconsciente cuando se le supone un saber, sino que además es necesaria una segunda condición: que ese saber implique al sujeto, que sea “autorreferencial”.

Entonces podríamos añadir a las formaciones del inconsciente un nuevo elemento: el juego. Este último no puede ser reconducido a ningún objeto (o juguete), sino a una determinada actitud del “jugante”: la sorpresa.

Dicho de otro modo, el juego no puede ser explicado transitivamente (“Alguien juega a algo”), ya que la experiencia lúdica impone una alteración de la estructura gramatical habitual con que pensamos nuestros actos -en los que somos agentes de lo que decidimos-, para exponer una alteración de la posición del sujeto, que ahora se muestra como objeto y efecto de la experiencia. (Lutereau, 2016)

Es decir que pensar al juego, a la asociación libre, al análisis de los sueños, u a otras manifestaciones de lo inconsciente como una técnica, nos distancia de la posibilidad de poder tomar en cada encuentro lo que acurra, discurra, acontezca. El juego podrá irrumpir en un análisis, no solo si se cumplen ciertas condiciones, sino si, además, se encuentra “un buen entendedor” dispuesto al azar del acontecimiento discursivo.

Por lo tanto, y en esta dirección, no podríamos plantear a priori una técnica a ser aplicada, “juegue”, “hable”, “sueñe”, no serán imperativos que un analista deberá trasladar como regla sobre su paciente. Se tratará de ir leyendo las direcciones que promuevan la creación o dificultad en el jugar, en el decir o en el soñar.

Es en este punto que juego y creación se intersectan, en la sorpresa de lo que en cada sesión se produce o en el desconocimiento de lo acontecido. Es decir, no se trata del “yo” juego, “yo” creo, sino de que eso que aconteció me divide, produce cierto desconocimiento y al mismo tiempo pierde pertenencia; un indecible surge de ello.

En relación a este cruce entre creatividad y juego, Winnicott dirá:

Ahora examinaré un rasgo importante del juego, a saber: que en él, y quizá solo en él, el niño o el adulto están en libertad de ser creadores [...] el hecho de que contiene una paradoja que se debe aceptar, tolerar y no resolver. (Winnicott, 1972, p. 21)

Es decir que habrá un resto que no podrá ser resuelto o explicado de ese acto del jugar y por lo tanto será una apuesta, intentar sostener esa incógnita.

2.2 FORT-DA: UN JUEGO QUE CONSTRUYE HIANCIA

Tomaremos al reconocido juego del *fort-da* para ubicar algunos elementos, que nos permitan pensar este “ser producido” del niño con el juego. Freud (1989) toma la observación de su nieto, e introduce su descripción en su destacado escrito “Más allá del principio de placer” de 1920, artículo que producirá una inflexión en su teoría, dado que, con este texto, dará ingreso a la pulsión de muerte en su cuerpo teórico. Ubicará, entre otras observaciones de su práctica, el juego en este niño como intento de argumentar la existencia de acciones que se repiten, que no se encontrarían en el ámbito de lo placentero pero que aun así, persisten. Alineará en este sentido la insistencia en sus pacientes a cierta “compulsión a la repetición” de acciones, situaciones o producciones displacenteras.

Ubicará en la descripción de este juego el pasaje de una posición pasiva a una activa como un modo de elaboración de una vivencia displacentera. No obstante, será al pie de página de esta descripción, que aparezca un elemento más que destacable para nuestro interés, ya que se narra la exclamación por parte del niño de un “¡Bebé ooooo!” ante la llegada de su mamá, exclamación que Freud relaciona a otra escena en la que el niño jugaba con su propia desaparición en el reflejo de un espejo, situación en la que habría utilizado este mismo sonido. Este puntual detalle, agregado a la expresión *fort-da*, nos habla de la posibilidad de sustitución mediante un significante, sonido, que desplaza “la cosa” en cuestión produciendo su caída. (p.15)

Será Lacan, en torno al trabajo de este conocido juego, observado por Freud, quien aporte nociones fundamentales que terminarán de direccionar al juego en este otro sentido, el de un desprendimiento, una caída. Dirá en la clase del 12 de febrero del 64:

La hiancia introducida por la ausencia dibujada, y siempre abierta, queda como causa de un trazado centrífugo donde lo que cae no es el otro en tanto que figura donde se figura el sujeto, sino, ese carretel unido a él por el hilo que agarra, donde se expresa qué se desprende de él en esa prueba, la automutilación a partir de la cual el orden de la significancia va a cobrar su perspectiva. Pues el juego de carrete es la respuesta del sujeto a lo que la ausencia de la madre vino a crear en el lindero de su dominio, en el borde su cuna, a saber, “un foso”, a cuyo alrededor sólo tiene que ponerse a jugar al juego del salto. (Lacan, 1993, p.70)

Así Lacan lee en este juego la creación de un espacio, agujero que permitirá al niño comenzar a bordear, dirá: “con su cantinela”. Continuando con esta idea enlazará a este movimiento otros elementos esenciales en este armado de juego-cuerpo: significante, acto, sujeto y objeto a, agregará:

Si el significante es en verdad la primera marca del sujeto, cómo no reconocer en este caso (sigue refiriéndose al *fort-da*) –por el sólo hecho de que el juego va acompañado por una de las primeras oposiciones en ser pronunciadas- que en el objeto al que esta oposición se aplica en acto, en el carrete, en él hemos de designar al sujeto. A este objeto daremos posteriormente su nombre de álgebra lacaniana: objeto a. (p.70)

De este modo, Lacan, termina de argumentar este otro efecto que podemos leer en este paradigmático juego, no el reclamo del niño por la ausencia de la madre, sino, mediante la repetición, la búsqueda y la construcción de la simbolización de aquello que, al decir de este autor, no está en tanto que representado, dado que el propio juego es la *Reprasantanz* de la *Vorstellung*. Así, Lacan, termina de introducir los ejes fundantes del lanzamiento del deseo en el engranaje pulsional. El objeto a no será aquello que sustituya la ausencia de la madre, sino que es en sí, hueco, hiancia a partir de la cual el sujeto emerge como producción. El juego es ese despegue del campo del Otro donde el sujeto se constituye, paradoja fundamental en cuanto que el sujeto se constituye en un campo que no le pertenece.

En esta dirección, cabe preguntarse por el estatuto de aquella repetición que insiste en el juego. ¿Qué se busca en este intento de identidad imposible? ¿Por qué el niño pide que las historias le sean contadas de la misma manera? ¿Por qué suelen elegirse los mismos juegos o mismos modos de diversión?

Lacan (1993) ubicará en la repetición del juego en el niño, y también en el adulto, la búsqueda de lo nuevo; dirá: *La repetición, exige lo nuevo, se vuelve hacia lo lúdico que hace de lo nuevo su dimensión*. Continuará planteando que ese deslizamiento en la búsqueda de lo nuevo esconde el verdadero secreto de lo lúdico, es decir, la diversidad más radical que constituye la repetición en sí misma. Tomará como indicio de esta búsqueda de la diferencia en la repetición al pedido de los niños en que el cuento sea contado de la misma manera, imposible que, al decir de este autor, implica la variación, *esta variación hace olvidar la meta de su significancia transformando su acto en juego y proporcionándole descargas placenteras desde el principio de placer*. (p. 69)

La repetición, en su imposibilidad, es el resorte de lo lúdico en tanto tensa y dispara el juego.

En la articulación entre juego y psicoanálisis, en el prólogo al libro “Jugar es cosa seria”, Kuri (2015) dirá:

El jugar se tensa entre el síntoma y la sublimación. Alternativamente, articuladamente, y hasta contradictoriamente interviene en las argumentaciones, la satisfacción, la diferencia significativa, el fantasma, los objetos y la inutilidad del objetivo del jugar. (p.3)

Más adelante, el mismo autor, dirá que el jugar está entre sublimar y aprender. Pero que el punto interesante se ubica al citar a Wolkowicz, a propósito de W. Benjamin quien corre de escena el protagonismo del juguete en el niño y pone en escena lo pulsional allí; Kuri (2015) dirá:

La pulsión es más importante que el objeto. Benjamin observa más la pulsión que el símbolo encarnado en el juguete. El juguete restringe la imitación, el impulso mimético es inherente al juego. (p.5)

En esta misma dirección ubicará a la pulsión mimética mencionada, no en tanto copia sino como trabajo; *la pulsión debe hacer su trabajo, el cuerpo se arrastra, se esconde, se ensucia, la pulsión copia a costa de suspender la preocupación por el objeto, no digo de perderlo, que sería lo mismo que preocuparse, sino sublimando el objeto.* (p.7)

Se presenta así el juego como un trabajo pulsional. Recorrido que producirá efectos que podrán ser leídos. Que el jugar produzca la irrupción de lo nuevo en tanto sorpresa que divide, implicará una lectura, he allí la labor del analista.

3 ALGUNAS CONCLUSIONES

El juego se considera en tanto acción presente en un tiempo y espacio actuales que introduce la dimensión creativa de “un orden nuevo” que sorprende y produce nuevas significaciones en la relación transferencial, acción que será nominada en forma verbal como “jugar” (Rodulfo, R., 2016). Término que en su conjugación da cuenta de un “hacer” lo que nos remite a la noción de praxis en psicoanálisis.

Tener en cuenta las características generales en torno al juego nos aporta elementos para pensar esta producción en función del hombre y su cultura, la relación entre la creatividad infantil y la de del adulto, así como con el arte. Sin embargo, para la especificidad del jugar en un psicoanálisis se considera indispensable pensar la instancia transferencial dado que será sólo en, y por la transferencia que podrá tener lugar un relato, un texto a ser leído en ese acto del jugar.

Las consideraciones anteriores nos impiden ubicar al juego en tanto “técnica” a ser aplicada en el trabajo analítico, dado que el jugar contiene en su impronta el azar, lo inesperado, lo sorpresivo y la creación; términos que distancian al juego de una “esencia” relacionándolo con un devenir aleatorio e impredecible.

El juego del *fort -da* planteado por Freud y retomado por Lacan, es leído como producción de “sujeto” y de “objeto causa”, construcción de un vacío, hiancia que posibilita el

deseo, términos que se constituyen en simultáneo y en el mismo instante de su desaparición. En esta lectura Lacan reubica la noción de sujeto y de objeto en el acto del jugar.

Esta última concepción, dispone un desplazamiento en la consideración del objeto lúdico dado que el mismo no poseerá valor en tanto venga al lugar de la satisfacción del deseo, sino en cuanto que el jugar posibilite un recorrido, sustracción que posibilite un acto. En este sentido no será el niño el que produzca un juego sino, la acción del jugar la que produzca un niño. En esta dirección la desmesurada oferta de “juguetes” que el mercado ofrece tanto a niños como a adultos se presenta absolutamente obsoleta si no tenemos en cuenta esta fundamental inversión de los elementos en juego en el acto del jugar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baraldi, C. (2015) *Jugar es cosa seria*. Buenos Aires: Letra Viva.

Callois, R. (1967) *Los juegos y los hombres*, París, Gallimar: París.

Freud, S. (1975) El creador literario y el fantaseo, *Obras completas*, Buenos Aires: Amorrortu.

Freud, S. (1989) Más allá del principio del placer, *Obras completas*, Buenos Aires: Amorrortu.

Klein, M. (s.f.) *La técnica psicoanalítica del juego: su historia y significado*. Recuperado de <http://www.nucleodestudiosfreudianos.com/resources/pdf> el 05/12/16.

Lacan, J. (1993) Seminario 11, Cap V. y XVI, Buenos Aires: Paidós.

Lutereau, L. (s.f.) “¿De qué hablamos cuando hablamos de juego? Imago Agenda, enero de 2003. Recuperado el 02-11-16 en <http://www.imagoagenda.com/articulo.asp?idarticulo=1861>

Rodolfo, R. (2016) La importancia del jugar. I y II parte. Recuperado el 03-11-2016 de <http://www.psi.uba.ar/academia/carrerasdegrado/psicologia/situoscatredras/electivas/102infantojuvenil/material/laimportanciadeljugar>

Winnicott, D. (1972) *Realidad y Juego*. Argentina: Granica.

CAPÍTULO 5

IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD: UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS EN EL DESARROLLO DE LA SENSIBILIDAD SOCIAL DE UN GRUPO DE ADOLESCENTES DESINSTITUCIONALIZADOS

Data de submissão: 12/04/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Soc. Clody Genaro Guillén Albán
clodyguillen@hotmail.com

RESUMEN: La *Problemática del Niño Institucionalizado*, es común a todos los países de La Región. Si bien la *Institucionalización* surgió como una respuesta de los Estados en la búsqueda de dar protección a niños, niñas y adolescentes en abandono, en la práctica alteró la capacidad de vida en sociedad de quienes se buscaba proteger, volviéndolos vulnerables ante la posibilidad de generar patologías sociales. Tras el cuestionamiento a la *Institucionalización*, ha surgido una nueva generación de medidas de protección, las cuales buscan la *Desinstitucionalización* y la *No Institucionalización* de niños y adolescentes, priorizándose en ambos casos la vida en una Familia, ya sea ésta la propia Familia Biológica, la Familia Extensa o Extendida, una Familia Acogedora o una Familia Adoptiva. En la implementación de la nueva generación de medidas de protección, se ha reintegrado a los niños y adolescentes a su Familia o se les ha integrado en una Familia, observándose que, entre los desinstitucionalizados, se suceden una serie

de conductas de riesgo que dificultan su reinserción social. Debido a ello, comienza a vislumbrarse una preocupación por la *Problemática del Niño Desinstitucionalizado* y, desde la Sociología de la Infancia, cobra relevancia la búsqueda de explicaciones del por qué y del cómo se ha alterado la capacidad de vida en sociedad de los niños y adolescentes que han vivido en Centros de Atención Residencial privados del cuidado de sus padres y familia. Como un intento de explicación, se propone que la *iatrogenia* que se genera en la atención residencial, es lo que –en última ratio– afecta el desarrollo de la *Sensibilidad Social* y produce en los niños y adolescentes desinstitucionalizados una *nueva socialidad*. Así, a partir del reporte de monitoreo de un grupo de diez (10) adolescentes desinstitucionalizados, se realizó un estudio preliminar sobre los efectos que tiene la institucionalización en el desarrollo de la *Sensibilidad Social*, cuyos resultados han sido comparados con los resultados de estudios realizados en Perú, Ecuador y Colombia sobre la conducta de ex residentes de Centros de Atención Residencial. La información que se presenta, forma parte de la revisión que se hizo a la experiencia de intervención social para la modificación de la conducta de adolescentes institucionalizados que fue llevada a cabo entre los años 2004 y 2010 y 2012 y 2015 en tres Centros de Atención Residencial públicos en el Perú y forma parte de una

revisión mayor que busca evidenciar a la institucionalización prolongada como una forma de maltrato hacia los niños, niñas y adolescentes privados de cuidado parental. **PALABRAS CLAVE:** Iatrogenia. Desinstitucionalización. Sensibilidad Social. Preocupación Social. Nueva Socialidad.

1 INTRODUCCIÓN

Aunque a partir de los años veinte del Siglo pasado, comenzó a vislumbrarse cierta preocupación social por el niño que carece de Familia, el análisis sociológico del niño institucionalizado en el Perú, recién se inició ya entrados los años sesenta, siendo pionero el libro *Los Niños del Perú* de Carlos Castillo Ríos (1974), quien, al referirse a los *Menores en Situación Irregular*, ha afirmado que:

Para ellos la sociedad crea instituciones que bajo diversos nombres (...) ejercen su tutela a nombre del amor al prójimo, la solidaridad social o la caridad. Algunos sostienen que, en el fondo, lo que se quiere con estas instituciones es evitar a la ciudad –por indecoroso– el deprimente espectáculo de los niños desamparados (Castillo, 1974, p. 57).

A pesar de la claridad de lo señalado por Castillo Ríos (1974), ha sido lento el proceso de aceptación de que algo estaba pasando al interior de los dispositivos estatales creados para la acogida residencial de los niños y adolescentes. Como consecuencia del lento proceso de aceptación, en el ambiente académico se evidenciaron los graves problemas que la desinstitucionalización significaba para la sociedad, para los Gobiernos y para el Estado, lo cual ocasionó, como consecuencia, una demanda de investigación que –sin proponérselo– priorizó el aspecto psicológico del problema; así, para el caso de Bolivia, se ha afirmado que:

los problemas encontrados más frecuentemente en menores institucionalizados son la incapacidad de dar y recibir afecto junto con trastornos de comportamiento y lenguaje y un retraso en el desarrollo intelectual. Como posibles causas a estos problemas han sido identificadas la falta de cuidado materno en los primeros años de vida, como la falta de estimulación para desarrollar todas sus capacidades (DNI, 1991, P. 39).

Mientras que, en este mismo sentido, para el caso de Chile, Serracino (S/F) ha afirmado que:

La institucionalización, representada como efecto de separación y ruptura del vínculo primario, con la consecuente carencia de relaciones vinculares estables y coherentes que ofrece para los niños y niñas, ha demostrado provocar trastornos en los vínculos y afectar en la formación posterior de una personalidad sana e integrada, con alta probabilidad de desarrollar problemas emocionales y/o conductuales, los que muchas veces pueden aumentar, al no mediar un proceso terapéutico oportuno (Serracino, S/F).

Desde la publicación del libro *Los Niños del Perú* de Carlos Castillo a mediados de la década del 70, la situación de los niños y adolescentes separados de sus Familias e institucionalizados por el Estado para protegerlos, ha constituido a lo largo de casi 50 años, una problemática invisibilizada, pese a revestir un riesgo real para nuestras sociedades.

Al igual que en el Perú, en base a la información proporcionada por Sarracino (S/F), se ha podido conocer que en el caso de Chile:

la institucionalización en lugar de mejorar la situación de los niños y sus familias los expone a situaciones de riesgo que perjudican severamente su desarrollo y la posibilidad de reestablecer vínculos con su familia de origen y la sociedad (Sarracino, S/F).

En este mismo sentido, en el documento *Desinternación en Chile. Algunas lecciones aprendidas* (2005), Unicef ha señalado que el recurso de internación de los niños en instituciones representa un obstáculo en su integración social (Unicef, 2005).

Asimismo, en un estudio realizado por la Asociación Amici del Bambini en Bolivia, Colombia y Perú, se ha afirmado que:

El ambiente de institucionalización hace que estos jóvenes no se inserten favorablemente en la sociedad, en el ámbito laboral, educativo, ni familiar (Ai. Bi., 2011, p. 137).

Sin duda, el problema es común no sólo a los países de la Región; por ello, la Sociología demanda un mayor interés por la investigación que priorice el aspecto social del problema. Es decir:

El problema del daño asociado a la institucionalización que se manifiesta en términos de la interacción social de los niños y adolescentes desinstitucionalizados, aumentando con ello la probabilidad de su exclusión aún dentro de su grupo social de pertenencia.

A partir de la comparación de los resultados difundidos en Estudios e Informes llevados a cabo en Perú, Bolivia y Colombia sobre la conducta de ex residentes de Centros de Atención Residencial, se realizó una revisión de los efectos que la institucionalización tuvo en el desarrollo de la *Competencia Social* de un grupo de diez (10) adolescentes que fueron desinstitucionalizados de tres Centros de Atención Residencial públicos en el Perú, detectándose que todos los adolescentes investigados presentaban una falla en su *Sensibilidad Social*.

La información que se presenta en la ponencia, forma parte de la revisión que se hizo a la experiencia de intervención social para la modificación de la conducta de adolescentes institucionalizados que fue llevada a cabo entre los años 2004 y 2010 y 2012 y 2015 y forma parte de una revisión mayor que busca *evidenciar a la institucionalización prolongada como una forma de maltrato hacia los niños, niñas y adolescentes privados de*

*cuidado parental*¹, por romper su vínculo con los espacios normales para su desarrollo e integración social.

2 DIVISIÓN DEL UNIVERSO DE LOS NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES A PARTIR DE SU SITUACIÓN SOCIAL EN RELACIÓN AL CUIDADO QUE LES ES PROPORCIONADO POR LA FAMILIA BIOLÓGICA

Dentro del universo de los niños, niñas y adolescentes, a partir de su situación social en relación al cuidado que les es proporcionado por su Familia Biológica, puede hacerse una diferenciación entre ellos; así, en base a las diferencias observables respecto al indicador *Cuidado que reciben de su Familia Biológica*, puede hablarse de un modo preliminar de:

- a. Niños, niñas y adolescentes que viven con el adecuado cuidado de sus padres,
- b. Niños, niñas y adolescentes que viven con riesgo de perder el cuidado de sus padres, y
- c. Niños, niñas y adolescentes que han perdido el cuidado de sus padres.

Asimismo, en base a esta diferenciación, entre aquellos niños, niñas y adolescentes que han perdido el cuidado de sus padres o se encuentran en riesgo de perderlo, con mayor precisión, puede hablarse de:

- Aquellos que viven con su Familia Biológica o con su Familia Extensa,
- Aquellos que viven en un Centro de Atención Residencial, y
- Aquellos que viven en la calle.

Para estos niños, niñas y adolescentes, en la mayoría de los países de la Región, los Operadores Sociales de la Investigación Tutelar, han utilizado en forma desmedida la Institucionalización de niños, niñas y adolescentes por razones de protección, mientras que, por estas mismas razones, los Administradores de la Protección Integral buscan prolongarla.

3 LA OTRA PROBLEMÁTICA DEL ADOLESCENTE INSTITUCIONALIZADO

De acuerdo con las estimaciones realizadas por el UNICEF en el año 2013, en la Región, los niños, niñas y adolescentes que han perdido el cuidado de sus padres o se encuentran en riesgo de perderlo que viven en un Centro de Atención Residencial a razón de una supuesta Protección Integral a sus Derechos vulnerados, superan los 240,000, existiendo en el Perú unos 19,000 niños y adolescentes que viven en esta situación, privados del cuidado de una Familia y de la vida en comunidad.

Ante la situación de los niños y adolescentes sin cuidado parental o en riesgo de perderlo, la Sociedad ha creado dispositivos para su protección, los cuales si bien

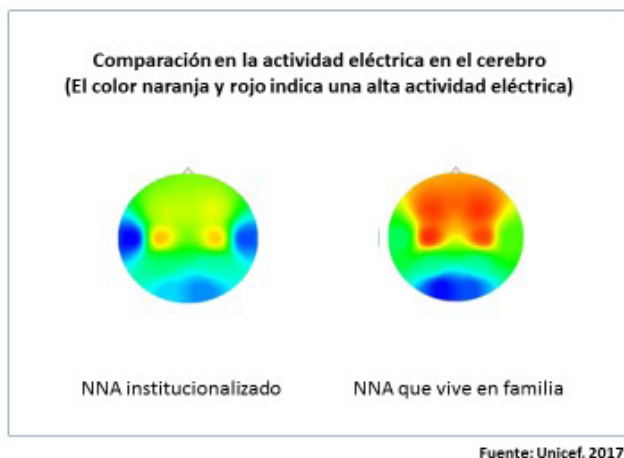
¹ Un avance de este estudio fue publicado bajo el título **La No Desinstitucionalización: una forma de violencia maltrato infantil** en el Boletín N° 12 (2010: 124-141) del Instituto de Familia de la Universidad Fememina – Unifé (Lima-Perú).

han buscado –y al parecer han logrado– la satisfacción de las necesidades básicas, sin proponérselo, han descuidado sus *necesidades sociales*, dificultándose –con ello– su posterior integración a la Sociedad.

La literatura especializada sobre la institucionalización pone de manifiesto que:

La percepción hacia los Centros de Acogida y las relaciones interpersonales que se establecen con el personal que allí trabaja, por el cambio continuo, influyen desfavorablemente en el desarrollo afectivo, la personalidad y los procesos de adaptación y socialización (Ai. Bi., 2012, p. 135).

En este mismo sentido, el UNICEF ha señalado que el vínculo con los cuidadores adultos, genera conexiones en el cerebro en crecimiento que facilitan el desarrollo de habilidades intelectuales, físicas y emocionales. Así, en base a los hallazgos realizados, se ha afirmado que a mayor vínculo, mayores conexiones cerebrales.



Con lo que es de entenderse que la baja actividad eléctrica en el cerebro del niño o adolescente institucionalizado, tiene incidencia negativa en su desarrollo psicológico, cognitivo y motor.

Al respecto, se ha podido observar que los adolescentes desintitucionalizados tienen baja autoestima, son tímidos, presentan bajo rendimiento intelectual, compromiso en el lenguaje y atraso en el desarrollo motor; asimismo, presentan temor exagerado, inseguridad y desconfianza, ante lo cual se encuentran a la defensiva y responden violenta y agresivamente.

En este mismo sentido, la Associazione Amici dei Bambini (2012), ha señalado que los adolescentes desintitucionalizados tienen:

una autovaloración inadecuada, baja autoestima, dificultades en aprendizaje y en las relaciones interpersonales (Ai. Bi., 2011, p. 131).

Aun cuando la *problemática del niño institucionalizado* no es un tema nuevo para la Sociedad ni para la Sociología, la vida de niños, niñas y adolescentes en Centros de Atención Residencial, recientemente ha cobrado relevancia sociológica, a partir del reconocimiento y aceptación de que la institucionalización y la vida privada del cuidado familiar y de la participación en la comunidad que ella implica, tiene «*efectos negativos*» en la socialidad de los niños, niñas y adolescentes «*en riesgo*» o «*en estado de abandono*» a quienes el Estado y la Sociedad buscaban proteger.

En relación a los adolescentes desinstitucionalizados, los *efectos negativos* en su socialidad, han sido evidenciados en que al establecer relaciones sociales, presentan recurrentemente las siguientes conductas:

- a. Mienten con facilidad,
- b. Toman objetos que nos les pertenecen y los ocultan,
- c. Dañan la propiedad privada,
- d. Siempre están a la defensiva ante las opiniones de los demás,
- e. Escasa vez tienen en cuenta los sentimientos de los demás,
- f. Siempre adoptan una actitud desafiante,
- g. Siempre buscan satisfacer sus necesidades sin importarles la satisfacción de las necesidades de los demás,
- h. Por lo general son opositores,
- i. Tienen poca sensibilidad social, y
- j. Tienen poca preocupación por los demás, especialmente por aquellos que sufren o tienen problemas.

La frecuencia (Fr) con que se suceden estas conductas² en los adolescentes observados, puede verse en la siguiente tabla:

TABLA 1. CONDUCTAS RECURRENTE OBSERVADAS EN LOS DESINSITUCIONALIZADOS

Sujeto	CONDUCTA RECURRENTE										Fr
	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	i)	j)	
03-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
04-SFA	x		x	x	x		x	x	x	x	8
05-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
06-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
07-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
08-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
01-CED	x		x	x	x		x	x	x	x	8
02-CED	x		x	x	x	x	x	x	x	x	9

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

² La frecuencia (Fr) de las conductas señaladas ha sido elaborada en base a la información recogida en las entrevistas realizadas con los padres o familiares de los adolescentes observados.

Confirmando la presencia de estas conductas, uno de los entrevistados señaló:

siempre está a la defensiva. Si tú le dices algo te responde fuerte y amenazándote y no le importa hacerte daño.

En este mismo sentido, en la entrevista realizada a la madre de uno de los adolescentes observados, ésta informó:

no se le puede decir nada, siempre responde mal. Parecer que hace las cosas para molestarme, es como si no me quisiera. Cree que tiene más derechos que sus hermanitos y no le interesa si comen o no. Sólo quiere estar en la calle y no ayuda en nada.

En este mismo sentido, la Associazione Amici dei Bambini (2012), ha afirmado que:

Los jóvenes egresados de centros de acogida tienen una conducta de defensa ante sus intereses personales, sin tener en cuenta, ni los sentimientos, ni las opiniones de los demás. Suelen adoptar una conducta amenazante (Ai.Bi., 2012, p. 137).

Si bien, a mediados de la década del 70, Carlos Castillo Ríos en el libro *Los Niños del Perú* (1974) advertía que:

En vez de luchar por la desaparición de las causas que provocan los problemas de la infancia se prefiere abrir internados –al parecer asépticos e idílicos– que, por estar al margen de toda verdadera experiencia social, corrientemente se convierten en oscuros nidos de homosexualismo y de otras desviaciones conductuales. De este modo –en pleno siglo XX y generalmente con dinero del Estado – se van formando imperceptiblemente a inadaptados y acomplejados, cuando no a disminuidos mentales o emocionales (Castillo, 1974, p. 60).

De acuerdo con esto, tal como ha señalado Jonathan Sarracino, es de afirmarse que:

la institucionalización en lugar de mejorar la situación de los niños y sus familias los expone a situaciones de riesgo que perjudican severamente su desarrollo y la posibilidad de restablecer vínculos con su familia de origen y la sociedad (Sarracino, S/f, p. 2).

Es decir, la *Nueva Socialidad* de los adolescentes desinstitucionalizados, estaría –al parecer– determinada por las conductas anómicas que presentan y, a partir de ellas, por la dificultad que tienen para integrarse adecuadamente a su familia y la sociedad.

4 IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD

En la actualidad, ante la evidencia rescatada en estudios e investigaciones realizadas en diferentes países en todo el mundo, es innegable que la institucionalización produce efectos negativos en los niños, niñas y adolescentes.

Así, en base a la abundante bibliografía especializada existente, puede afirmarse que la institucionalización afecta el desarrollo físico, psicológico y social de los niños, niñas y adolescentes, con lo que se postula que la protección que se brinda en los Centros de

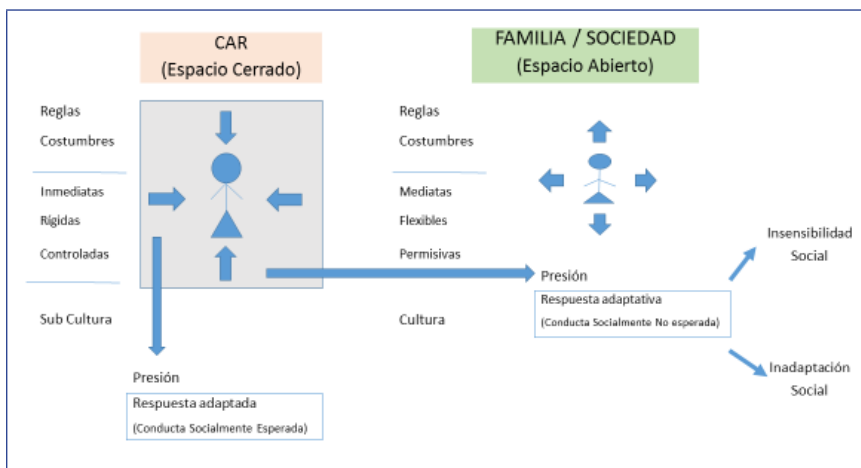
Atención Residencial, *per se*, genera «iatrogenia» (y «efectos iatrogénicos») y que ésta, a su vez, produce una suerte de anomalía en el desarrollo de la socialidad, la misma que se evidencia, como una *Nueva Socialidad*, en la conducta anómica de quienes han vivido de manera más o menos prolongada en Situación Residencial.

En este sentido, la conducta de quienes han vivido en un Centro de Atención Residencial, de una u otra forma, impide que terminen de integrarse adecuadamente a su familia y a la sociedad, incluso entre quienes parecen mejor adaptados.

De acuerdo con esto, recurriendo al concepto propuesto por Yaría (1999), estaríamos frente a una suerte de *socialización patológica* (Yaría, 1999: 30) que se daría al interior de la dinámica preestablecida por un grupo artificial [formado por residentes, cuidadores y profesionales] dentro de un espacio estructurado que –a pesar de todo– no deja de ser restrictivo para la socialización positiva.

La institucionalización devela, en sí misma, las condicionantes de un entramado de relaciones sociales con que –dentro del espacio cerrado del grupo artificial del CAR– el niño o adolescente, debido a la dinámica preestablecida en base a reglas y costumbres inmediatas, rígidas y controladas, es construido (o reconstruido) como sujeto social dentro de una Sub Cultura de la cual –ahora– es depositario y representante, la misma que, además, condiciona su habilidad/inhabilidad para presentarse ante los otros, así como su capacidad para ejecutar conductas ante ellos.

GRÁFICO 1. DINÁMICA DE LA CONDUCTA DENTRO Y FUERA DEL CAR



Elaboración: Soc. Clody Genaro Guillén Albán, 2017

De acuerdo con esto, es de presumirse –aún de modo preliminar– que las relaciones interpersonales que se establecen al interior de los Centros de Atención Residencial con el personal [tanto con los cuidadores como con los profesionales] y con

los demás residentes, se dan, ya sea como respuesta a los cuidadores o como interacción con sus pares, desde una Sub Cultura que es pre existente al ingreso, la misma que – dentro del CAR– influye negativamente en su proceso de socialización y –fuera del CAR– actúa como sustento de su respuesta conductual ante los estímulos que encuentra en el espacio abierto que para él representa la sociedad.

Para demostrar nuestra hipótesis, empezaremos por señalar que, si bien la evidencia documentada muestra que la institucionalización afecta el desarrollo físico, psicológico y social de los niños, niñas y adolescentes, la evidencia recogida empíricamente muestra que, tras dos años de vida en situación residencial, se agudizan los problemas de adaptación al Centro de Atención Residencial y de trastornos de conducta, los que, incluso, requieren de atención especializada en Centros de Salud Mental.

Así, de los diez (10) casos de adolescentes entre 14 y 17 años observados que no habían tenido experiencia previa de vida en un Centro de Atención Residencial, los sujetos **01-SFA** y **02-SFA** [el 20% de la muestra] presentaron mejor adaptación a la dinámica y estructura del Centro de Atención Residencial y, al cabo de dos años en situación residencial, presentaron problemas de salud mental con ideación suicida e intentos de robo y consumo de medicamentos no prescritos.

De acuerdo con la evidencia disponible sobre estos dos (02) sujetos, puede presumirse que la aparente mejor adaptación a la dinámica y estructura del Centro de Atención Residencial, habría sido en realidad un «falso *self*» desde el cual respondían a sus cuidadores y al entorno, sin lograr establecer procesos adecuados de individualización.

En los ocho (08) casos restantes [el 80% de la muestra], todos los sujetos observados evidenciaron mayores dificultades para adaptarse a la dinámica y estructura del Centro de Atención y, asimismo, presentaron problemas de conducta; de éstos, a lo largo de su permanencia en el Centro, los sujetos **03-SFA**, **04-SFA** e **05-SFA** [el 30% de la muestra], requirieron de atención especializada e internamiento en un Centro de Salud Mental, debido a que se auto agredieron infringiéndose cortes en los brazos.

En todos los casos de los sujetos observados que presentaron mayor dificultad para adaptarse a la dinámica y estructura del Centro, se observó opositorismo desafiante y, principalmente, conducta manipuladora y la búsqueda de gratificación secundaria. De éstos, en un caso, el sujeto **06-SFA** [el 10% de la muestra], aprovechó la inexperiencia de un cuidador para simular –en un descuido– un intento de suicidio³ y, posteriormente, requerir la entrega de estímulos materiales para mejorar su conducta; este mismo sujeto constantemente se apropiaba de objetos que no le pertenecían.

³ En este caso, el adolescente fue derivado a un Centro de Salud Mental donde recibió atención y tratamiento en Psiquiatría Infantil, determinándose que no existió el intento de suicidio y que existió búsqueda de gratificaciones secundarias.

En el seguimiento realizado a los sujetos **01-SFA** y **02-SFA**, tras su egreso del Centro de Atención Residencial, se conoció que ambos sujetos desarrollaron esquizofrenia y que el sujeto **01-SFA** intentó suicidarse en más de una oportunidad.

TABLA 2. DESARROLLO DE ESQUIZOFRENIA EN LOS DESINSTITUCIONALIZADOS

N°	Sujeto observado	¿Desarrollaron esquizofrenia?	
		SI	NO
1	01-SFA	x	
2	02-SFA	x	
3	03-SFA		x
4	04-SFA		x
5	05-SFA		x
6	06-SFA		x
7	07-SFA		x
8	08-SFA		x
9	01-DOM		x
10	02-DOM		x
%		20	80

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

En el seguimiento realizado a los ocho (08) sujetos que no desarrollaron esquizofrenia [el 80% de la muestra], se pudo conocer que el sujeto **05-SFA** desarrolló una conducta de Infracción a la Ley Penal y, debido a ello, fue ingresado a un Centro del Poder Judicial para adolescentes infractores y que de los siete (07) sujetos restantes [el 70% de la muestra], todos han continuado realizando las conductas de riesgo que motivaron su ingreso al Centro de Atención Residencial, permaneciendo gran parte de su tiempo fuera de sus hogares y socializando en la calle con adolescentes y jóvenes de grupos intersticiales o marginales.

En el seguimiento de los ocho (08) sujetos que no desarrollaron esquizofrenia [el 80% de la muestra], se conoció que **en seis (06) casos, sus padres, familiares o personas con las que vivían luego de su desinstitucionalización, informaron que éstos tenían escasas o nulas expresiones de «afecto verdadero» hacia ellos.** En el caso de los dos (02) sujetos restantes [el 20% restante de la muestra], del sujeto **04-SFA** se supo que únicamente tenía expresiones de afecto hacia sus abuelos maternos (con quienes vivió hasta antes de su ingreso al CAR y, además, fueron quienes lo visitaron con mayor frecuencia durante su permanencia en él) y que, asimismo, mostraba poco afecto hacia su madre y hacia las demás personas de su entorno; en el caso del sujeto **03-SFA**,

mientras tanto, se supo que éste mostraba mucho afecto hacia su hermana menor, pero se mostraba poco afectivo y hasta agresivo con su madre (a quien responsabilizaba de sus situación) y con las demás personas de su entorno, a quienes sólo se les acercaba cuando tenía algún interés secundario.

La percepción sobre la escasa o nula expresión de afecto de los padres, familiares o personas con las que vivían los ocho (08) adolescentes que no presentaron esquizofrenia, puede apreciarse en el siguiente cuadro:

TABLA 3. PERCEPCIÓN DEL AFECTO EN LOS ADOLESCENTES OBSERVADOS

N°	Sujeto observado	A su juicio ¿Su hijo, nieto, sobrino o hermano es cariñoso/afectivo?	
		SI	NO
1	03-SFA	x	
2	04-SFA	x	
3	05-SFA		x
4	06-SFA		x
5	07-SFA		x
6	08-SFA		x
7	01-DOM		x
8	02-DOM		x
%		20	60

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

La escasa o nula expresión de afecto de los adolescentes desinstitutionalizados también ha sido observada en Bolivia; sobre ello, en el estudio *Vida y Experiencia de Egresados de Hogares de Menores* (DNI, 1991), se ha afirmado que:

los problemas encontrados más frecuentemente en menores institucionalizados son la incapacidad de dar y recibir afecto (DNI, 1991, p. 39; citado por Ai. Bi., 2011, p. 130).

En esta misma línea, para el caso del Brasil, Peisano y Lima de Almeida (2004) al referirse a los *efectos de la institucionalización*, han afirmado que:

las separaciones, cuando son prolongadas o repetitivas, tienen una doble consecuencia: de un lado hacen que surja la rabia y, del otro, atenúa el amor (Peisano y Lima de Almeida, 2004, p. 18).

De acuerdo con esto, es comprensible el por qué –a nivel de toda la Región– se haya afirmado, que:

la institucionalización causa alteraciones en la vida afectiva (Penso del Pino, 1981; citado por Ai. Bi., 2011, p. 130).

La falta de afecto hacia sus padres o familiares, parecería justificarse en el hecho de que los diez (10) sujetos observados [el 100% de la muestra], los responsabilizan de su institucionalización.

TABLA 4. PERSONA A QUIÉN SE RESPONSABILIZA POR LA INSTITUCIONALIZACIÓN

N°	Sujeto observado	¿Quién es el responsable de que esté en el Hogar?	
		Padre / Madre	Otro familiar
1	01-SFA		x
2	02-SFA	x	
3	03-SFA	x	
4	04-SFA	x	
5	05-SFA	x	
6	06-SFA		x
7	07-SFA	x	
8	08-SFA		x
9	01-DOM	x	
10	02-DOM	x	
%		70	30

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

De acuerdo con este hallazgo, es de señalarse que el 100% de los adolescentes fueron entrevistados en el Centro de Atención Residencial y que, durante su permanencia en éste, no asumieron que su ingreso al CAR se debía a las conductas que desarrollaron, señalando, asimismo, que era responsabilidad de sus padres o familiares corregirlos.

Las experiencias recuperadas de los diez (10) adolescentes monitoreados, evidencian que la vida en un Centro de Atención Residencial privados del cuidado familiar y de la vida en sociedad, ha tenido incidencia negativa en el desarrollo de su afectividad hacia sus padres y familiares y, asimismo, en la baja calidad de su reinserción social.

Sin embargo, éste no es un hallazgo nuevo y, por lo general, su explicación ha provenido desde la Psicología, aunque –a nuestro entender– ésta no ha sido suficiente para sustentarla. Así, se ha afirmado que:

La esfera afectiva en los adolescentes institucionalizados privados del cuidado familiar está constituida por las historias de vida, así como por las configuraciones de estas vivencias las que adquieren una situación negativa provocando la formación de una autovaloración inadecuada, baja autoestima, dificultades en aprendizaje y en las relaciones interpersonales (Ai. Bi. 2011, p. 131).

Debido a que explicaciones de este tipo han sido bastante aceptadas por quienes están preocupados por la situación de los adolescentes que han sido desinstitucionalizados, es de señalarse que, pese a haberse afirmado que la *No desinstitucionalización* de niños,

niñas y adolescentes que residen en un Centro de Atención Residencial constituye una forma de maltrato infantil (Guillén, 2010), ésta –a nuestro entender– todavía no ha sido suficientemente explorada.

Durante el seguimiento realizado a los ocho (08) sujetos que no desarrollaron esquizofrenia [el 80% de la muestra], se ha podido conocer que, si bien seis (06) de ellos [el 60% de la muestra] no tenían muestras de afecto hacia sus padres o hacia los familiares con los que convivían, éstos señalaron que los ocho (08) adolescentes eran *insensibles* ante el sufrimiento de las personas que no pertenecieran a su grupo familiar.

TABLA 5. PERCEPCIÓN DE LA INSENSIBILIDAD DE LOS ADOLESCENTES

N°	Sujeto observado	A su juicio ¿Su hijo, nieto, sobrino o hermano es insensible con las demás personas?	
		SI	NO
1	03-SFA	x	
2	04-SFA	x	
3	05-SFA	x	
4	06-SFA	x	
5	07-SFA	x	
6	08-SFA	x	
7	01-DOM	x	
8	02-DOM	x	
%		80	---

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

Si bien la falta de afecto parece justificarse en el hecho de que los diez (10) adolescentes investigados [el 100% de la muestra], responsabilizaban a sus padres o familiares de su institucionalización, al parecer, la conducta anómica de los ocho (08) adolescentes desinstitucionalizados [el 80% de la muestra], se explicaría en el propio hecho de la institucionalización y debido a que esta explicación todavía es insuficiente, proponemos como necesario analizar una variable que –al parecer– no ha sido aún analizada ni estudiada: *La insensibilidad social de los adolescentes observados ante el sufrimiento de los demás*, lo cual revelaría una falla en su Competencia Social o, mejor, una falla en su Socialidad, lo que al evidenciarse como conducta recurrente, vendría a constituir lo que –para los efectos– hemos llamado *Nueva Socialidad*.

Para detectar el nivel de *sensibilidad social* y de *preocupación por los demás*, se aplicó a los padres o familiares una entrevista free list⁴, cuyo procesamiento evidenció una

⁴ La pregunta generadora de la entrevista fue *¿Tú crees que (nombre del adolescente) se preocupa por las demás personas que no sean ustedes?* y, en el desarrollo de la entrevista, surgieron preguntas vinculadas al uso del dinero o bienes personales para apoyar a los demás, recibiendo respuestas negativas en todos los casos.

nula *preocupación social por los demás*, especialmente por aquellos que sufren o tienen problemas sociales.

TABLA 6. PERCEPCIÓN DE LA PREOCUPACIÓN DE LOS ADOLESCENTES POR LOS DEMÁS

N°	Sujeto observado	A su juicio ¿Su hijo, nieto, sobrino o hermano se preocupa por los demás?	
		SI	NO
1	03-SFA		x
2	04-SFA		x
3	05-SFA		x
4	06-SFA		x
5	07-SFA		x
6	08-SFA		x
7	01-DOM		x
8	02-DOM		x
%		---	100

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

Para corroborar este hallazgo, a los entrevistados se les aplicó con posterioridad una repregunta con diferencial semántico; la opinión de los padres, familiares o personas con las que los adolescentes vivían luego de su desinstitucionalización, se puede apreciar en el siguiente cuadro:

TABLA 7. PERCEPCIÓN DE LA PREOCUPACIÓN POR LOS DEMÁS

En relación a los demás, su hijo, nieto, sobrino o hermano se muestra:	Valor	Fr	%
Muy preocupado	4	---	0
Preocupado	3	---	0
Poco preocupado	2	2	25
Nada preocupado	1	6	75
TOTAL		8	100

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

Sin duda, los valores observados en los ocho (08) sujetos [el 80% de la muestra], evidencian una escasa o nula preocupación social por los demás.

Este mismo hallazgo también ha sido encontrado en Bolivia y Colombia y, al parecer, revelaría una falla en la Competencia Social de los adolescentes desinstitucionalizados, lo que junto a su insensibilidad social, en última instancia, determinarían lo que hemos llamado la *Nueva Socialidad* [es decir la Socialidad de los adolescentes observados], la

cual –como ya se dijo– está caracterizada por su escasa o nula preocupación social por los demás, especialmente por aquellos que tienen problemas sociales, así como por el incremento de la agresividad en las relaciones sociales y por la mayor violencia en la comisión de actos contrarios al bien común.

En base a lo encontrado, es de presumirse que el tipo de efecto más común producto de la institucionalización es el efecto que ésta tiene sobre la *sensibilidad Social*, la misma que tendría incidencia negativa en la conducta social y en el comportamiento de los diez (10) adolescentes desinstitucionalizados observados.

BIBLIOGRAFÍA

Acosta, María; Alburqueque, Ana; Barragán, Norma; Barja, Jannet y Cornejo, Rodolfo (2006). *Proyecto de Diseño de Sistema de Evaluación y Monitoreo de una Casa Hogar*. Lima: UNMSM.

Amici dei Bambini (2011). *Familia y Adolescencia: Búsqueda y Construcción de Procesos Sostenibles de salida al abandono en la Región Andina (Bolivia, Colombia y Perú)*. Lima: Ai.Bi.

Castillo Ríos, Carlos (1974). *Los Niños del Perú*. Lima: Universo.

Gamarra Chávarry, Beatriz (2017). *Niños sin cuidados parentales o en riesgo de perderlos: Estándares Internacionales*. Ponencia: UNICEF.

Guillén Albán, Clody Genaro (2010). *La No Desinstitucionalización, una forma de violencia maltrato infantil*. Boletín del Instituto de Familia N° 12, pp. 124-141.

Guillén Albán, Clody Genaro (2016). *La No Institucionalización, un nuevo paradigma para la protección de niños, niñas y adolescentes*. Ponencia: II Congreso Nacional de Trabajadores del INABIF.

Peisano Motta, María Antonieta y Lima de Almeida, Tatiana (2004). *As Marcas do abandono e da institucionalizacao em criancas e adolescentes*. Sao Paulo: Cecif.

Sarracino, Jonathan (S/F). *Infancia institucionalizada: narrativas de la experiencia de familias del programa de "Reparación, acompañamiento y vinculación familiar"*. Ponencia: Congreso Latinoamericano de Sociología – ALAS.

CAPÍTULO 6

MEASURING THE STRUCTURAL VALIDITY OF TWO NORDOFF-ROBBINS SCALES FOR A PATIENT WITH AUTISM

Data de submissão: 27/04/2021

Data de aceite: 15/05/2021

Aline Moreira Brandão André

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte - Minas Gerais, Brazil
<http://lattes.cnpq.br/2506551167425234>
<https://orcid.org/0000-0003-3115-7679>

Cristiano Mauro Assis Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte - Minas Gerais, Brazil
<http://lattes.cnpq.br/2458326202205195>
<https://orcid.org/0000-0003-3939-5807>

Cybelle Maria Veiga Loureiro

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte - Minas Gerais, Brazil
<http://lattes.cnpq.br/5470805433951697>
<https://orcid.org/0000-0003-2578-2400>

ABSTRACT: Psychological studies aimed at validating tests have been taking place for several years and have influenced various professions, such as music therapy. Music therapy emerged as a profession after the Second World War and since then it has proved to be effective for the treatment of various health conditions. In recent decades, studies on the validity of music therapy instruments have increased. This current article aimed to

verify the structural validity of two instruments for music therapy assessment called “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale” and the “Musical Communicativeness Scale”. As a methodology, the scales were used to evaluate 120 excerpts from music therapy sessions performed to a patient diagnosed with Autistic Spectrum Disorder (ASD). Different models were tested through item confirmatory factor analysis. The use of these two scales for measuring with confidence only general latent variable, the interaction, for the assessed patient was shown, considering the 120 excerpts of videos. **KEYWORDS:** Music therapy. Structural Validity. Nordoff-Robbins Scales. ASD.

1 THE MEASUREMENT OF THE INDIVIDUAL NEEDS TO BE ESTIMATED

The current knowledge about the internal and external validity of the psychological constructs, as well as, the prediction of outcomes are—in essence—based on information from the population or groups of individuals. Important predictors can be cited which their evidence based on population, such as (i) self-regulatory and mediated processes (Cardoso, Seabra, Gomes, & Fonseca, 2019; Dias et al., 2015; Golino, Gomes, Commons & Miller, 2014; Gomes, 2007, 2010a; Gomes &

Borges, 2009a; Gomes, Golino, Santos, & Ferreira, 2014; Pereira, Golino, M. T. S., & Gomes, 2019; Pires & Gomes, 2018; Reppold et al., 2015), (ii) personality (Gomes, 2012a; Gomes & Gjikuria, 2017; Gomes & Golino, 2012a), (iii) socioeconomic variables (Gomes & Almeida, 2017; Gomes, Amantes & Jelihovschi, 2020; Gomes & Jelihovschi, 2019; Gomes, Lemos, & Jelihovschi, 2020; Pazeto, Dias, Gomes & Seabra, 2019), (iv) intelligence (Alves, Gomes, Martins, & Almeida, 2016, 2017, 2018; Golino & Gomes, 2019; Gomes, 2010b, 2011b, 2012b; Gomes & Borges, 2007, 2008b, 2009b, 2009c; Gomes, de Araújo, Ferreira & Golino, 2014; Gomes & Golino, 2012b, 2015; Muniz, Gomes, & Pasian, 2016; Valentini et al., 2015), and (v) metacognition (Golino & Gomes, 2014a; Golino, Gomes, & Andrade, 2014; Gomes & Golino, 2014; Gomes, Golino, & Menezes, 2014). The predictors with secondary importance follows the same rationality and their evidence are based on population, such as (vi) approaches to learning (Gomes, 2010c, 2011a, 2013; Gomes & Golino, 2012c; Gomes, Golino, Pinheiro, Miranda, & Soares, 2011), (vii) students' beliefs on teaching-learning processes (Alves, Flores, Gomes & Golino, 2012; Gomes & Borges, 2008a), (viii) learning styles (Gomes, Marques, & Golino, 2014; Gomes & Marques, 2016), (ix) motivation for learning (Gomes & Gjikuria, 2018), and (x) academic self-reference (Costa, Gomes, & Fleith, 2017).

Psychologists are trained by an old practice of more than 100 years that the validity of the psychological constructs and their respective measurements based on information of the population or groups of individual can be estimated and this estimation can be transferred directly to the individual. This direct transposition is technically wrong, according the ergodic theorems, what produces inadequate conclusions about the individual in all clinics' fields. There is an extensive body of arguments sustaining the postulate that the current clinic practice is not adequate. The interested reader can read more details in the works of Jelihovschi and Gomes (2019), Gomes, Araujo, Nascimento and Jelihovschi (2018), Ferreira and Gomes (2017), Gomes and Golino (2015), as Gomes, Araujo, Ferreira, and Golino (2014). To sum up, the measurement of the individual needs to be estimated if the clinician wants to produce proper inference about this person.

2 THE MEASUREMENT IN MUSIC THERAPY NEEDS TO ASSESS AN INDIVIDUAL

Music therapy emerged as a profession after the Second World War, when the therapeutic effects of music in hospitals began to become evident (Davis & Gfeller, 2008). Since then, music therapy has been used in diverse populations in different areas such as: didactic, medical, psychotherapy, ecological, recreational and curative (Benenson, 1988; Bruscia, 2000; Edwards, 2016; Davis, W. B., Gfeller, K. E., & Thaut, M. H., 2008; Thaut & Hoemberg, 2014; Wheeler, 2015). For a long time, music therapy studies focused more

frequently on clinical practice with experience reports, but in recent decades, studies on the validation of specific assessment instruments have increased (Gattino, 2020; Waldon & Gattino, 2018; Zmitrowiczab & Moura, 2018). Psychological studies to estimate in order to build a validity have influenced other areas such as Music Therapy (Andre et al., 2018; Andre, Gomes & Loureiro, 2017; 2020a; 2020b; 2020c; Gattino, 2020; Waldon et al., 2018; Waldon & Gattino, 2018). However, considering that psychometrics and other fields of measurement usually infer about the individual directly transposing the estimative of population to the person, music therapy has been influenced to do the same mistake. Gattino (2020) and Waldon and Gattino (2018) describe the importance of conducting studies to verify evidence of validity in several aspects, including structural validity. However, in the current literature, there is only the studies by Bergman et al. (2015) and Sampaio (2015). Bergmann et al. (2015) analyzed the factorial structure of “Music-based Autism Diagnostics (MUSAD)” in a group of 76 adults with intellectual and developmental disabilities. Sampaio (2015) verified the structural validity to the *Protocolo de Avaliação da Sincronia Rítmica em Musicoterapia (Psinc)*. Unlike Bergmann et al. (2015), Sampaio (2015) evaluates the factor structure of the scale for a specific patient, estimating the parameters based on the own patient, which is a proper analysis to construct inference about the individual. However, the existence of only one study of structural validity in the music therapy literature with a focus on the individual reinforces the necessity to conduct new studies in this context.

In this article, two instruments for music therapy assessment has been developed from studies started in the 1960s in a partnership between the University of Pennsylvania and music therapists will be presented (Nordoff & Robbins, 2007). These two assessment tools are called “The Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale” (*Escala de Relação Criança-Terapeuta na Experiência Musical Coativa*) and “Musical Communicativeness Scale” (*Escala de Comunicabilidade Musical*). These two scales were translated for use in the Brazilian music therapy context by André; Gomes and Loureiro (2017, 2018, 2020a, 2020b).

Regarding the “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale” and the “Musical Communicativeness Scale”, we found data in the literature of studies carried out to verify content validity, inter-examiner reliability (André Gomes & Loureiro, 2017; 2018; 2020a) and correlation with others assessment instruments (Andre et al., 2018). The authors Nordoff and Robbins (2007) when presenting that scales, did not describe details about psychometric validity studies. To date, studies on the structural validity of that scales have not yet been published.

3 OBJECTIVE OF THE ARTICLE

This article aims to measuring the structural validity of the “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale” and the “Musical Communicativeness Scale” in the evaluation of music therapy sessions performed with a child diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD). So, the study objective is to evaluate the structural validity of these two scales for this patient, regarding to estimate the parameters of this individual.

4 METHOD

4.1 PARTICIPANTS

Participated in this study 1 patient and 1 music therapist researcher in this study.

Patient A was diagnosed for ASD and was 5 years old in the period in which the attendance occurred. At the beginning of the interventions, patient A did not vocalize and did not remain in an activity for a few time, no more them a few seconds. The therapeutic objective was to stimulate communication, attention and social interaction. The Method used with this patient was Music Centered Music Therapy. All sessions lasted 30 minutes. The improvisational music therapy technique was used for this patient. This technique was based on the construction of clinical themes. In short, it is based on mirroring musical fragments until the construction of clinical themes presented by the patient (Aigen, 2014; Brandalise, 2001; Freire, Moreira & Kummer, 2015; Freire, 2019).

For this study, it was used videos from two music therapy sessions, the first and the last in the interval of 4 months. The videos were cut in 30-second temporal units, totaling 120 sections. In addition, one of the researches in this study evaluated each of the 120 service segments using the “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale” and the “Musical Communicativeness Scale”.

The person responsible for the patient signed the Free and Informed Consent Form, allowing the recording of sessions and the use of videos in research. This study was approved by the Ethics Committee of the UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) and is registered under the number 04167218.2.0000.5149.

4.2 MEASURES

The “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale” and the “Musical Communicativeness Scale” were used as a measuring instrument.

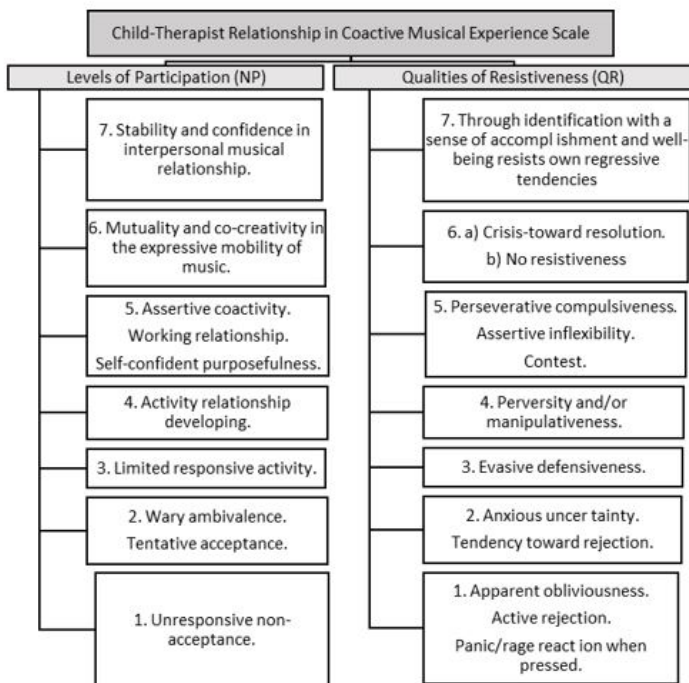
The first scale, “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale”, consists of 2 domains and seven degrees. The first domain allows to evaluate the levels of patient participation (NP – Níveis de participação) in seven degrees. The second domain

allows to evaluate in seven degrees if the patient presents resistivity during the service (QR – Qualidade de resistividade). On this scale, the higher the score, the more appropriate is the patient's behavior. For example: in the participation levels domain, the patient classified in grade 1 is the one who demonstrates no response to the therapist or does not accept the activity proposal while the patient classified in grade 7 is the one who demonstrates stability and trust in the interpersonal musical relationship. In the resistivity quality domain, the patient classified in grade 1 is the one who demonstrates active rejection or has reactions of panic or anger when pressed while the patient classified in grade 7 would be described as someone who, from the identification with a sense of accomplishment and well-being, resists its own regressive tendencies, being able to interact without resistivity.

The evaluation method of this scale used in the Brazilian context is the evaluation by checklist, where the music therapist marks the degree corresponding to each domain.

More details about the English version of this scale can be found in the studies by Nordoff and Robbins (2007). More details about the Portuguese version used in this article can be found in the studies by André, Gomes & Loureiro (2020a). An explanatory scheme of the items evaluated on the scale can be seen in figure 1.

Figure 1. Items of the “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale”.



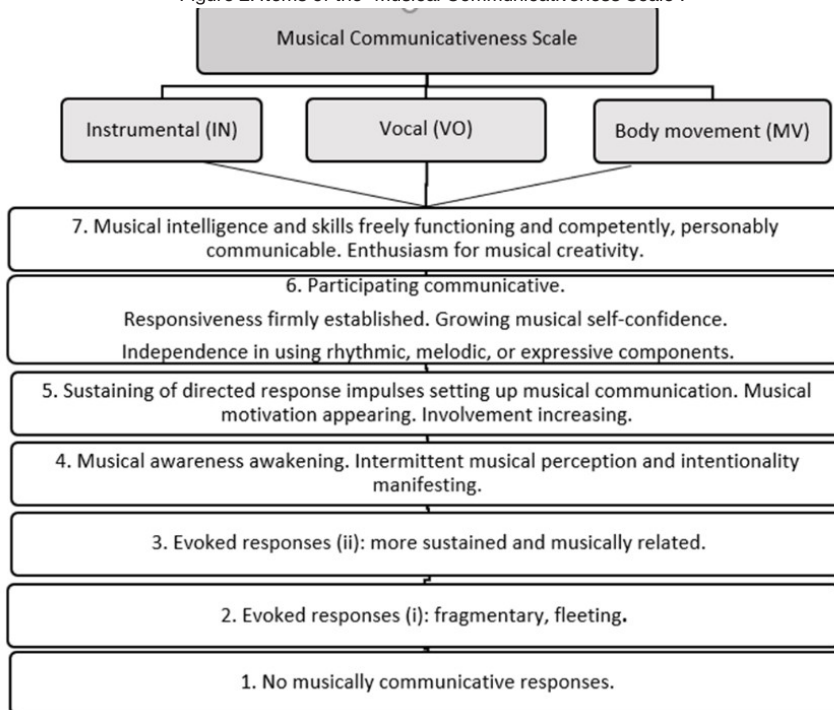
The second scale, “Musical Communicativeness Scale” is made up of 3 domains and 7 degrees. The domains allow the assessment of musical communicability in

instrumental (IN - instrumental), vocal (VO - vocal) and body movement (MV – movimento corporal). In this context, the lowest degree means the least expected communication (no communication) and the highest degree represents the best possible communication (musical intelligence and skills functioning freely, competently and apparently communicable, showing enthusiasm for musical creativity).

On this scale, the evaluating music therapist must mark the corresponding degree for each type of musical communication (vocal, instrumental and body movement). After marking the corresponding degrees, the scale allows that the sum of the values must be done in order to verify the total points referring to the musical communicability demonstrated by the patient. It is important to note that the scale was not designed for one patient to be compared to another, but for the patient to be compared with himself during the session. The authors Nordoff and Robbins (2007) point out that a patient going from grade 2 to grade 3 can be just as significant as a patient who scores in more advanced grades.

More details about the English version of this scale can be found in the studies by Nordoff and Robbins (2007). More details about the Portuguese version used in this article can be found in the studies by André, Gomes & Loureiro (2017). An explanatory scheme of the items evaluated on the scale can be seen in figure 2.

Figure 2. Items of the “Musical Communicativeness Scale”.



4.3 PROCEDURES AND DATA ANALYSIS

First two models were tested using item confirmatory factor analysis. The first model presupposed that the first two categories were explained by a latent variable corresponding to the measurement of the “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale”. On this scale, the latent variable consists essentially in the interaction between the patient and the music therapist. Although music is always present in interventions, the behaviors observed on this scale do not include specific analysis of musical production. Furthermore, this model presupposed that the last three categories were explained by a latent variable representing the measurement of the “Musical Communicativeness’ Scale”. On this scale, the latent variable consists of musical communication resulting from the levels at which the patient can communicate musically through instruments or vocalizations or even through body movements. In this context, the scale makes it possible to assess whether musical communication exists and the degree to which it occurs, whether in a fragmented or in a sustained manner throughout the entire music therapy session. The second model was an alternative model which had the same assumptions of the first model, but assuming that a general factor explained all the five categories and all the latent variables were orthogonal representing a bifactorial structure. In this context, the first scale is considered a representative of the general factor, interaction. Second, the model with the best data fit was selected to compose the third model. This model was the same of the best model but presupposed that the response of the patient was explained too his previous response. In other words, this model considered that there was a temporal dependence in the responses of the patient, so the behavior of the patient was influenced by the previous behavior (the code syntax are described in the supplementary material).

The item confirmatory factor analyzes as well the Mardia Test of multivariate normality were performed through the semTools R package (Jorgensen, Pornprasertmanit, Schoemann, & Rosseel, 2020). The data fit of the models was assessed by the Comparative Fit Index (CFI) and the Root Mean Square Error Approximation (RMSEA). CFI values equal or above .90 as RMSEA values smaller than .10 indicated that the model should not be refuted. The non-refuted models were compared through the chi-square and degree of freedom difference.

5 RESULTS AND DISCUSSION

Table 1 shows the descriptive statistics of the five categories of the “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale” and “Musical Communicativeness

Scale”. The first two categories come from the first scale while the last three categories pertain to the second scale. As can be seen, the response of the patient was more heterogeneous in certain categories, such as the category IN. This category had the lowest score for grade 1, which represents no musical communication and the grade 6 represents the highest score, which demonstrate stability of musical communication with independence in use rhythmic. The category MV was the more homogeneous, since the patient’s responses ranged from 1 to 4, which represents that initially there was no musical communication with body movements and later with the patient’s progress an intermittent musical body communication occurs intentionally. In the categories NP and QR of the “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale”, it was observed variations between grade 2 and grade 6, which shows the patient’s improvement in the level of participation in the interventions and the quality of resistiveness.

Despite the skew and kurtosis of the univariate distribution suggest a normal distribution of the data, the Mardia Test showed that the multivariate distribution is non-normal (Mardia Kurtosis: $z = 6.58$, $p = 4.78 \text{ e-}11$; Mardia Skew: $\chi^2 [35] = 328.54$, $p = 2.13 \text{ e-}49$). So, the maximum likelihood robust was the estimator of the item confirmatory factor analyzes.

Table 1. Descriptive Statistics of the Five Categories: NP (Levels of Participation), QR (Qualities of Resistiveness), IN (Instrumental), VO (Vocal) and MV (Body Movement).

categories	n	mean	sd	se	median	min	max	skew	kurtosis
NP	120	4.36	1.19	0.11	4.0	2	6	-0.26	-0.80
QR	120	4.48	1.02	0.09	4.0	2	6	0.02	-0.95
IN	120	3.63	1.61	0.15	3.0	1	6	0.23	-1.30
VO	120	2.48	1.72	0.16	1.0	1	5	0.49	-1.58
MV	120	2.19	1.19	0.11	2.0	1	4	0.34	-1.46

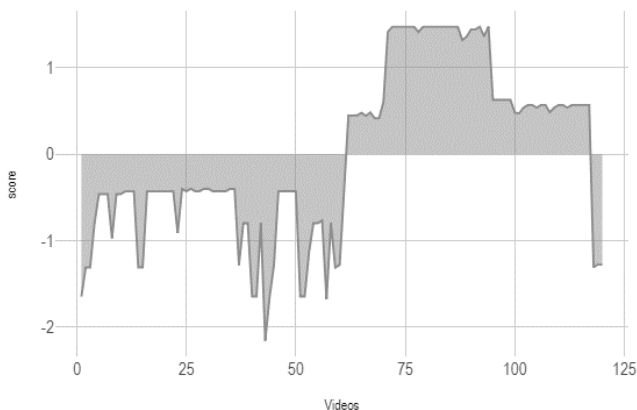
The data fit of the first model indicated that this model needed to be refuted, since its RMSEA value was much higher than the cutoff value ($\chi^2 [4] = 27.47$, CFI = .964; RMSEA = .221, RMSEA CI lower = .148, RMSEA CI upper = .303). The second model showed three problems. Its degree of freedom was zero, impeding the analysis. In addition, the category MV showed negative variance and the latent variable that explained the category NP and QR had two very small loadings of .041 and .135, indicating that this latent variable needed to be eliminated. So, the second model suffered a small change. The MV variance was constrained to be zero and the latent variable which explained the categories NP and QR was eliminated. The modified second model had a good data fit ($\chi^2 [3] = 2.98$, CFI = 1.00; RMSEA = .000, RMSEA CI lower = .000, RMSEA CI upper = .153). The loadings

of the general latent variable on the five categories were high, ranging from .724 to .976 (mean = .855). The latent variable that explains the three categories of the second scale had a loading of .690 on MV, .154 on IN, and .372 on VO. The general latent variable had a Cronbach alpha reliability of .93 and a McDonald omega of .88, presenting a good reliability. Despite the specific latent variable, which explains the three categories of the second scale, had a good reliability through the Cronbach alpha (.88), its McDonald omega value was very inadequate (.17), indicating that its score is not reliable. In sum, both scales measure with reliable score a general latent variable, which is an innovative result. For this patient, considering the 120 videos, both the scales measure the same construct and not different constructs.

The modified second model was used to generate the third model. This model added the temporal dependence through a structure of lag 1. The third model had an inadequate data fit, according the RMSEA index (χ^2 [37] = 161.40, CFI = .929; RMSEA = .168, RMSEA CI lower = .142, RMSEA CI upper = .195). So, the modified second model was the model that best represented the response of the patient. Therefore, the two scales do not represent what they propose to measure for the patient A.

Figure 3 shows the score of the patient in the general latent variable. It is remarkable that the score of the patient was negative in the first 60 videos, which represented the first session, while the following videos, which represented the last session, had, in majority, positive scores. This indicates that, very probably, the music therapy sessions were effective to improve the general latent variable of the patient.

Figure 3. Score of the Patient in the General Latent Variable.



The data represented on figure 3 actually describe what happened during the two assessments evaluated in relation to the relationship and a communication that

occurred in the musical experience between the patient and the music therapist. In the first session of patient A, the same topic was interested in musical instruments, but his musical communication and his relationship with a music therapist were fragmented and fleeting. The patient also did not vocalize at that time.

In the last session of the semester, A's behavior became better as he built a clinical musical theme together with a music therapist. This theme was composed of variations of tempo and vocalizations with variations of vowels, to demonstrate an improvement in the relationship with the music therapist, in musical practice and in non-musical aspects, such as vocalization.

When analyzing the results of patient A, it was found that the latent variable identified in conjunction with the two scales measuring together suggested that it can be the result of development of patient-therapist interaction. In fact, patient A arrived for the first session with difficulties in social interaction, which is common in ASD individual's that looking for music therapy treatment. However, in the last session, it was possible to observe improvement to this issue.

It is interesting to note that the analysis carried out in this study demonstrated that the "Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale" and the "Musical Communicativeness Scale" were considered valid for patient evaluation A. Gomes, Araujo, Nascimento and Jelihovschi (2018) describe how much the validation of a test for the evaluation of an individual can be complex. Hence, they clarify that only the application of tests several times with the same individual by capturing the variance that can enable the individual to be estimated.

Several studies have shown that the "Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale" and the "Musical Communicativeness Scale" have been used more frequently over the years both for assessing people with ASD, and for evaluating people with other conditions, with studies published in English (Cripps; Tsisir & Spiro, 2016; Nordoff & Robbins, 2007; Spiro; Tsisir & Cripps, 2017; Carpenente & Aigen, 2019) and in Portuguese (André, 2017; André; Gomes & Loureiro, 2016, 2017, 2019; 2020a; 2020b; André & Loureiro, 2019a, 2019b; Freire, 2014; Sampaio, 2015; Silva, 2017; Zmitrowiczab & Moura, 2018). These scales have shown positive results in several approaches to music therapy, as well as having good inter-examiner reliability and good correlations with other measurement instruments such as the "Childhood Autism Rating Scale", the "Autism Treatment Evaluation Checklist" and the "Improvvisational Assessment Profiles" (Andre et al., 2018).

As stated by the authors Nordoff and Robbins (2007) a small improvement in the degree scored in the patient's evaluation can be as important as a larger difference in scores in another patient. This reinforces the necessity to always develop studies

taking into account the peculiarities of each individual, as well as what would be the best appropriate assessment tool for them.

6 CONCLUSION

In Music Therapy, most of the validation research on assessment instruments is recent, dating mostly from the last two decades (Waldon & Gattino, 2018). However, music therapy studies focused on analyzing the structural validity of assessment instruments based on the individualize is still scarce. In the literature we find only the study by Sampaio (2015) that analyzed the PSinc.

In this study by verifying the “Child-Therapist Relationship in Coactive Musical Experience Scale” and the “Musical Communicativeness Scale”, it was found good results in the general latent variable of the scales analyzed. This result demonstrates that the scales were considered valid for patient A. However, for patient A, the two scales individually do not measure what they propose to measure. In addition, it was found that he showed considerable improvement during the sessions, which shows that Music Therapy provided positive gains in his development.

Through the results obtained with patient A, it was found that may there be the two scales measured the interaction as a single latent variable. This result reinforces the proposal of the authors Nordoff and Robbins (2007) that the scales should be used together. According to the authors, the scales are complementary in the overall assessment of the patient. For future studies it is suggested the possibility to transform these two scales into one, considering their general latent variable.

These results are innovative, since no studies was found with this type of analysis for these scales in the literature. It is allowed to rethink the scales considering new possibilities of interpretations.

It is expected that this study will contribute to further research on structural validity with other assessment instruments, other individuals and other diagnostics.

7 ACKNOWLEDGMENTS

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

REFERENCES

Aigen, K. (2014). Music-Centered Dimensions of Nordoff-Robbins Music Therapy. *Music Therapy Perspectives*, 32(1), 18–29. doi.org/10.1093/mtp/miu006

Alves, A. F., Gomes, C. M. A., Martins, A., & Almeida, L. S. (2016). Social and cultural contexts change but intelligence persists as incisive to explain children's academic achievement. *PONTE: International Scientific Researches Journal*, 72(9), 70-89. doi: 10.21506/j.ponte.2016.9.6

Alves, A. F., Gomes, C. M. A., Martins, A., & Almeida, L. S. (2017). Cognitive performance and academic achievement: How do family and school converge? *European Journal of Education and Psychology*, 10(2), 49-56. doi: 10.1016/j.ejeps.2017.07.001

Alves, A. F., Gomes, C. M. A., Martins, A., & Almeida, L. S. (2018). The structure of intelligence in childhood: age and socio-familiar impact on cognitive differentiation. *Psychological Reports*, 121(1), 79-92. doi: 10.1177/0033294117723019

Alves, F. A., Flores, R. P., Gomes, C. M. A., & Golino, H. F. (2012). Preditores do rendimento escolar: inteligência geral e crenças sobre ensino-aprendizagem. *Revista E-PSI*, 1, 97-117.

André, A. M. B. (2017). *Tradução e validação da Escala Nordoff Robbins de Comunicabilidade Musical*. Universidade Federal de Minas Gerais.

André, A. M. B., Gomes, C. M. A., & Loureiro, C. M. V. (2020a). Confiabilidade Inter-examinadores da Escala de Relação Criança-Terapeuta na Experiência Musical Coativa para validação no contexto brasileiro. *Hodie*, 20(e64243), 1-18. <https://doi.org/10.5216/mh.v20.64243>

André, A. M. B., Gomes, C. M. A., & Loureiro, C. M. V. (2020b). Confiabilidade Interexaminadores da versão brasileira da Escala Nordoff Robbins de Comunicabilidade Musical. In *Estudos Latino-americanos em Música vol.2* (pp. 152-163). Artemis. https://doi.org/10.37572/EdArt_13210092015

André, A. M. B., Gomes, C. M. A., & Loureiro, C. M. V. (2020c). Equivalência de itens, semântica e operacional da “Escala de Musicabilidade: Formas de Atividade, Estágios e Qualidades de Engajamento.” *Orfeu*, 5(2), 1-22. <https://doi.org/10.5965/2525530405022020e0010>

André, A. M. B., & Loureiro, C. M. V. (2019a). Musicoterapia, autismo e Escala de Comunicabilidade Musical: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIX(23), 32-44.

André, A. M. B., & Loureiro, C. M. V. (2019b). Modos da Escuta de Pierre Schaeffer e Escalas Nordoff Robbins: um estudo de caso. *XXIX Congresso Da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Em Música*, 1-10.

Andre, A. M., Batista, D. O., Freire, M. H., Sampaio, R. T., & Kummer, A. M. e. (2018). Análise psicométrica das Escalas Nordoff Robbins como instrumento de avaliação no tratamento musicoterapêutico de crianças autistas em acompanhamento no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFGM). *Revista Per Musi*, 2018(2018), 1-12. doi.org/10.35699/2317-6377.2018.5273.

André, A. M., Gomes, C. M. A., & Loureiro, C. M. V. (2017). Equivalência de itens, semântica e operacional da versão brasileira da Escala Nordoff Robbins de Comunicabilidade Musical. *OPUS*, 23(2), 153. <https://doi.org/10.20504/opus2017b2309>.

André, A. M., Gomes, C. M. A., & Loureiro, C. M. V. (2018). Reliability Inter-Examiners Of The Nordoff Robbins Musical Communicativeness Scale Brazilian Version. *11th International Conference of Students of Systematic Musicology*, 101-105.

Benenzon, R. (1988). *Teoria da musicoterapia*. Grupo Editorial Summus.

Bergmann, T., Sappok, T., Diefenbacher, A., Dames, S., Heinrich, M., Ziegler, M., & Dziobek, I. (2015). Music-based Autism Diagnostics (MUSAD)—A newly developed diagnostic measure for adults with intellectual developmental disabilities suspected of autism. *Research in Developmental Disabilities*, 43, 123-135. doi:10.1016/j.ridd.2015.05.011

Brandalise, A. (2001). Musicoterapia músico-centrada. In *São Paulo: Apontamentos* (1st ed.).

Bruscia, K. (2000). *Definindo musicoterapia* (2nd ed.). Enelivros.

Cardoso, C. O., Seabra, A. G., Gomes, C. M. A., & Fonseca, R. P. (2019). Program for the neuropsychological stimulation of cognition in students: impact, effectiveness, and transfer effect on student cognitive performance. *Frontiers in Psychology, 10*, 1-16. doi: 10.3389/fpsyg.2019.01784

Carpente, J. A., & Aigen, K. (2019). A Music-Centered Perspective on Music Therapy Assessment. In *The Oxford Handbook of Philosophical and Qualitative Assessment in Music Education* (p. 243). Oxford University Press.

Costa, B. C. G., Gomes, C. M. A., & Fleith, D. S. (2017). Validade da Escala de Cognições Acadêmicas Autorreferentes: autoconceito, autoeficácia, autoestima e valor. *Avaliação Psicológica, 16*(1), 87-97. doi: 10.15689/ap.2017.1601.10

Cripps, C., Tsisis, G., & Spiro, N. (2016). Outcome measures in music therapy: A resource developed by the Nordoff Robbins research team. In *London: Nordoff Robbins* (1st ed.). Nordoff Robbins.

Davis, W. B., Gfeller, K. E., & Thaut, M. H. (2008). An introduction to music therapy: Theory and practice. American Music Therapy Association. 8455 Colesville Road Suite 1000, Silver Spring, MD 20910.

Davis, W. B. & Gfeller, K. E. (2008). Music Therapy historical perspective. In *An introduction to music therapy: Theory and practice*. American Music Therapy Association. 8455 Colesville Road Suite 1000, Silver Spring, MD 20910.

Dias, N. M., Gomes, C. M. A., Reppold, C. T., Fioravanti-Bastos, A., C., M., Pires, E. U., Carreiro, L. R. R., & Seabra, A. G. (2015). Investigação da estrutura e composição das funções executivas: análise de modelos teóricos. *Psicologia: teoria e prática, 17*(2), 140-152. doi: 10.15348/1980-6906/psicologia.v17n2p140-152

Edwards, J. (Ed.). (2016). *The Oxford handbook of music therapy*. Oxford University Press.

Ferreira, M. G., & Gomes, C. M. A. (2017). Intraindividual analysis of the Zarit Burden Interview: a Brazilian case study. *Alzheimers & Dementia, 13*, P1163-P1164. doi: 0.1016/j.jalz.2017.06.1710

Freire, M. H. (2014). Efeitos da Musicoterapia Improvisacional no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. Universidade Federal de Minas Gerais.

Freire, M. H. (2019). *Estudos de musicoterapia improvisacional musicocentrada e desenvolvimento musical de crianças com autismo*. Universidade Federal de Minas Gerais.

Freire, M., Moreira, A., & Kummer, A. (2015). Protocolo de atendimento de musicoterapia improvisacional músico-centrada para crianças com autismo. *Revista Brasileira de Musicoterapia, 1*(18), 104-117.

Gattino, G. S. (2020). *Fundamentos de avaliação em musicoterapia* (1st ed.). Forma & Conteúdo Comunicação Integrada.

Golino, H. F., & Gomes, C. M. A. (2014a). Four Machine Learning methods to predict academic achievement of college students: a comparison study. *Revista E-Psi, 1*, 68-101.

Golino, H.F., & Gomes, C. M. A. (2014b). Psychology data from the “BAFACALO project: The Brazilian Intelligence Battery based on two state-of-the-art models – Carroll’s Model and the CHC model”. *Journal of Open Psychology Data, 2*(1), p.e6. doi:10.5334/jopd.af

Golino, H. F., Gomes, C. M. A., & Andrade, D. (2014). Predicting academic achievement of high-school students using machine learning. *Psychology, 5*, 2046-2057. doi:10.4236/psych.2014.518207

- Golino, H. F., Gomes, C. M. A., Commons, M. L., & Miller, P. M. (2014). The construction and validation of a developmental test for stage identification: Two exploratory studies. *Behavioral Development Bulletin*, 19(3), 37-54. doi: 10.1037/h0100589
- Gomes, C. M. A. (2007). Softwares educacionais podem ser instrumentos psicológicos. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(2), 391-401. doi: 10.1590/S1413-85572007000200016
- Gomes, C. M. A. (2010a). Avaliando a avaliação escolar: notas escolares e inteligência fluida. *Psicologia em Estudo*, 15(4), 841-849.
- Gomes, C. M. A. (2010b). Estrutura fatorial da Bateria de Fatores Cognitivos de Alta-Ordem (BaFaCalo). *Avaliação Psicológica*, 9(3), 449-459.
- Gomes, C. M. A. (2010c). Perfis de Estudantes e a relação entre abordagens de aprendizagem e rendimento Escolar. *Psico (PUCRS. Online)*, 41(4), 503-509.
- Gomes, C. M. A. (2011a). Abordagem profunda e abordagem superficial à aprendizagem: diferentes perspectivas do rendimento escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(3), 438-447. doi: 10.1590/S0102-79722011000300004
- Gomes, C. M. A. (2011b). Validade do conjunto de testes da habilidade de memória de curto-prazo (CTMC). *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16(3), 235-242. doi:10.1590/S1413-294X2011000300005
- Gomes, C. M. A. (2012a). A estrutura fatorial do inventário de características da personalidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(2), 209-220. doi:10.1590/S0103-166X2012000200007
- Gomes, C. M. A. (2012b). Validade de construto do conjunto de testes de inteligência cristalizada (CTIC) da bateria de fatores cognitivos de alta-ordem (BaFaCAIO). *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5(2), 294-316.
- Gomes, C. M. A. (2013). A Construção de uma Medida em Abordagens de Aprendizagem. *Psico (PUCRS. Online)*, 44(2), 193-203.
- Gomes, C. M. A., & Almeida, L. S. (2017). Advocating the broad use of the decision tree method in education. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 22(10), 1-10, 2017.
- Gomes, C.M.A., Amantes, A., & Jelihovschi, E.G. (2020). Applying the regression tree method to predict students' science achievement. *Trends in Psychology*. doi: 10.9788/s43076-019-00002-5
- Gomes, C. M. A., Araujo, J., Nascimento, E., & Jelihovisch, E. (2018). Routine Psychological Testing of the Individual Is Not Valid. *Psychological Reports*, 122(4), 1576-1593. doi: 10.1177/0033294118785636
- Gomes, C. M. A., & Borges, O. N. (2007). Validação do modelo de inteligência de Carroll em uma amostra brasileira. *Avaliação Psicológica*, 6(2), 167-179.
- Gomes, C. M. A., & Borges, O. N. (2008a). Avaliação da validade e fidedignidade do instrumento crenças de estudantes sobre ensino-aprendizagem (CrEA). *Ciências & Cognição (UFRJ)*, 13(3), 37-50.
- Gomes, C. M. A., & Borges, O. (2008b). Qualidades psicométricas de um conjunto de 45 testes cognitivos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(1), 195-207. doi:10.1590/S1984-02922008000100019
- Gomes, C. M. A., & Borges, O. N. (2009a). O ENEM é uma avaliação educacional construtivista? Um estudo de validade de construto. *Estudos em Avaliação Educacional*, 20(42), 73-88. doi: 10.18222/eaee204220092060
- Gomes, C. M. A., & Borges, O. N. (2009b). Propriedades psicométricas do conjunto de testes da habilidade visuo espacial. *PsicoUSF*, 14(1), 19-34.

- Gomes, C. M. A., & Borges, O. (2009c). Qualidades psicométricas do conjunto de testes de inteligência fluida. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 17-32.
- Gomes, C. M. A., de Araújo, J., Ferreira, M. G., & Golino, H. F. (2014). The validity of the Cattell-Horn-Carroll model on the intraindividual approach. *Behavioral Development Bulletin*, 19(4), 22-30. doi:10.1037/h0101078
- Gomes, C. M. A., & Gjikuria, J. (2017). Comparing the ESEM and CFA approaches to analyze the Big Five factors. *Avaliação Psicológica*, 16(3), 261-267. doi:10.15689/ap.2017.1603.12118
- Gomes, C. M. A., & Gjikuria, E. (2018). Structural Validity of the School Aspirations Questionnaire (SAQ). *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, e3438. doi:10.1590/0102.3772e3438
- Gomes, C. M. A., & Golino, H. F. (2012a). Relações hierárquicas entre os traços amplos do Big Five. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(3), 445-456. doi:10.1590/S0102-7972201200030000422
- Gomes, C. M. A., & Golino, H. F. (2012b). O que a inteligência prediz: diferenças individuais ou diferenças no desenvolvimento acadêmico? *Psicologia: teoria e prática*, 14(1), 126-139.
- Gomes, C. M. A., & Golino, H. F. (2012c). Validade incremental da Escala de Abordagens de Aprendizagem (EABAP). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(4), 400-410. doi:10.1590/S0102-79722012000400001
- Gomes, C. M. A., & Golino, H. F. (2014). Self-reports on students' learning processes are academic metacognitive knowledge. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(3), 472-480. doi: 10.1590/1678-7153.201427307
- Gomes, C. M. A., & Golino, H. (2015). Factor retention in the intra-individual approach: Proposition of a triangulation strategy. *Avaliação Psicológica*, 14(2), 273-279. doi: 10.15689/ap.2015.1402.12
- Gomes, C. M. A., Golino, H. F., & Menezes, I. G. (2014). Predicting School Achievement Rather than Intelligence: Does Metacognition Matter? *Psychology*, 5, 1095-1110. doi:10.4236/psych.2014.59122
- Gomes, C. M. A., Golino, H. F., Pinheiro, C. A. R., Miranda, G. R., & Soares, J. M. T. (2011). Validação da Escala de Abordagens de Aprendizagem (EABAP) em uma amostra Brasileira. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(1), 19-27. doi: 10.1590/S0102-79722011000100004
- Gomes, C. M. A., Golino, H. F., Santos, M. T., & Ferreira, M. G., (2014). Formal-Logic Development Program: Effects on Fluid Intelligence and on Inductive Reasoning Stages. *British Journal of Education, Society & Behavioural Science*, 4(9), 1234-1248.
- Gomes, C. M. A., & Jelihovschi, E. (2019). Presenting the regression tree method and its application in a large-scale educational dataset. *International Journal of Research & Method in Education*. doi: 10.1080/1743727X.2019.1654992
- Gomes, C. M. A., Lemos, G. C., & Jelihovschi, E. G. (2020). Comparing the predictive power of the CART and CTREE algorithms. *Avaliação Psicológica*, 19(1), 87-96. doi: 10.15689/ap.2020.1901.17737.10
- Gomes, C. M. A., & Marques, E. L. L. (2016). Evidências de validade dos estilos de pensamento executivo, legislativo e judiciário. *Avaliação Psicológica*, 15(3), 327-336. doi: 10.15689/ap.2016.1503.05
- Gomes, C. M. A., Marques, E. L. L., & Golino, H. F. (2014). Validade Incremental dos Estilos Legislativo, Executivo e Judiciário em Relação ao Rendimento Escolar. *Revista E-Psi*, 2, 31-46.
- Jelihovschi, E. G., & Gomes, C. M. A. (2019). Proposing an achievement simulation methodology to allow the estimation of individual in clinical testing context. *Revista Brasileira de Biometria*, 37(4), 1-10. doi: 10.28951/rbb.v37i4.423

- Jorgensen, T. D., Pornprasertmanit, S., Schoemann, A. M., & Rosseel, Y. (2020). *semTools: Useful tools for structural equation modeling*. R package version 0.5-3.
- Muniz, M., Gomes, C. M. A., & Pasian, S. R. (2016). Factor structure of Raven's Coloured Progressive Matrices. *Psico-USF, 21*(2), 259-272. doi: 10.1590/1413-82712016210204
- Nordoff, P., & Robbins, C. (2007). *Creative Music Therapy: Guide to Fostering Clinical Musicianship* (2nd ed.). Barcelona Publishers.
- Pazeto, T. C. B., Dias, N. M., Gomes, C. M. A., & Seabra, A. G. (2019). Prediction of arithmetic competence: role of cognitive abilities, socioeconomic variables and the perception of the teacher in early childhood education. *Estudos de Psicologia, 24*(3), 225-236. doi: 10.22491/1678-4669.20190024
- Pereira, B. L. S., Golino, M. T. S., & Gomes, C. M. A. (2019). Investigando os efeitos do Programa de Enriquecimento Instrumental Básico em um estudo de caso único. *European Journal of Education Studies, 6*(7), 35-52. doi: 10.5281/zenodo.3477577
- Pires, A. A. M., & Gomes, C. M. A. (2018). Proposing a method to create metacognitive school exams. *European Journal of Education Studies, 5*(8), 119-142. doi:10.5281/zenodo.2313538
- Reppold, C. T., Gomes, C. M. A., Seabra, A. G., Muniz, M., Valentini, F., & Laros, J.A. (2015). Contribuições da psicometria para os estudos em neuropsicologia cognitiva. *Psicologia: teoria e prática, 17*(2), 94-106. doi: 10.15348/1980-6906/psicologia.v17n2p94-106
- Sampaio, R. T. (2015). Avaliação da sincronia rítmica em crianças com transtorno do espectro do autismo em atendimento musicoterapêutico. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Spiro, N., Tsirir, G., & Cripps, C. (2017). A Systematic Review of Outcome Measures in Music Therapy. *Music Therapy Perspectives, 36*(1), 67-78.
- Thaut, M. H., & Hoemberg, V. (2014). *Handbook of neurologic music therapy*. Oxford University Press (UK).
- Valentini, F., Gomes, C. M. A., Muniz, M., Mecca, T. P., Laros, J. A., & Andrade, J. M. (2015). Confiabilidade dos índices fatoriais da Wais-III adaptada para a população brasileira. *Psicologia: teoria e prática, 17*(2), 123-139. doi: 10.15348/1980-6906/psicologia.v17n2p123-139
- Waldon, E. G., & Gattino, G. (2018). Assessment in Music Therapy. In *Music Therapy Assessment: Theory, Research, and Application* (p. 432). Jessica Kingsley Publishers.
- Waldon, E. G., Jacobsen, S. L., & Gattino, G. S. (2018). Assessment in Music Therapy: Psychometric and Theoretical Considerations. In *Music Therapy Assessment: Theory, Research, and Application* (pp. 42-65). Jessica Kingsley Publishers.
- Wheeler, B. L. (2015). *Music Therapy Handbook*. Guilford Publications.
- Zmitrowiczab, J., & Moura, R. (2018). Instrumento de avaliação em Musicoterapia: uma revisão. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XX*(24), 114-135.

CAPÍTULO 7

ACTIVIDAD SEXUAL, FRECUENCIA Y SATISFACCIÓN DE HOMBRES Y MUJERES MAYORES

Data de submissão: 17/02/2021

Data de aceite: 04/03/2021

Isabel Piñeiro Aguin

Universidad de A Coruña

Dpto. Psicología

A Coruña. España

<https://orcid.org/0000-0002-1845-2238>

Susana Rodríguez Martínez

Universidad de A Coruña

Dpto. Psicología

A Coruña. España

<https://orcid.org/0000-0003-4548-0602>

Iris Estévez Blanco

Universidad de A Coruña

Dpto. Pedagogía y Didáctica

A Coruña. España

<https://orcid.org/0000-0003-2821-5663>

Bibiana Regueiro Fernández

Universidad de Santiago de Compostela

Dpto. Pedagogía y Didáctica

Santiago de Compostela. España

<https://orcid.org/0000-0001-8519-960X>

Marcia Galina Ullauri Carrión

Universidad de A Coruña

Dpto. Psicología

A Coruña. España

<https://orcid.org/0000-0002-7080-5969>

RESUMEN: Si bien parece indiscutible que la sexualidad es una parte importante de la vida y el bienestar de las personas, la investigación sobre las prácticas sexuales en las personas mayores es aún escasa. El objetivo principal de este trabajo es analizar las diferencias entre hombres y mujeres en términos de actividad sexual durante el último año y respecto al tipo de prácticas y satisfacción sexual. El estudio correlacional y transversal se implementa mediante encuesta por cuestionario. La actividad sexual, en general, y el tipo de práctica sexual en particular, así como la frecuencia de tales prácticas, reflejan diferencias relevantes entre mujeres y hombres mayores. Aunque son los hombres quienes reconocen una mayor preocupación por la disminución en la frecuencia de las prácticas sexuales, una disminución significativamente más pronunciada en la frecuencia de estas prácticas en el último año ocurre entre las mujeres. Pese a estas diferencias, un número importante de personas mayores se mantiene sexualmente activo y satisfecho.

PALABRAS CLAVE: Hombres y mujeres mayores. Actividad sexual. Prácticas sexuales. Satisfacción sexual.

SEXUAL ACTIVITY, FREQUENCY AND SATISFACTION OF OLDER MEN AND WOMEN

ABSTRACT: Although it seems indisputable that sexuality is an important part of people's lives and well-being, research on sexual

practices in older people is still scarce. The main objective of this work is to analyze the differences between men and women in terms of sexual activity during the last year and regarding the type of practices and sexual satisfaction. The correlational and cross-sectional study is implemented through a questionnaire survey. Sexual activity, in general, and the type of sexual practice in particular, as well as the frequency of such practices, reflect relevant differences between older women and men. Although it is men who acknowledge a greater concern about the decrease in the frequency of sexual practices, a significantly more pronounced decrease in the frequency of these practices in the last year occurs among women. Despite these differences, a significant number of older people remain sexually active and satisfied.

KEYWORDS: Older women and men. Sexual activity. Sexual practices. Sexual satisfaction.

1 INTRODUCCIÓN

El número absoluto de personas mayores está aumentando de forma notable en todo el mundo. Así lo refleja el Informe Mundial sobre Envejecimiento y Salud de la OMS de 2015, donde, además, se afirma que, en muchos países, el ritmo actual de envejecimiento poblacional es mucho mayor que en el pasado. Se espera que entre 2000 y 2050 la población mundial con más de 60 años de edad pase de 605 millones a 2000 millones y acabe representando el 22% de la población mundial. Este fenómeno de envejecimiento poblacional comienza a apreciarse también en América Latina. En este continente, sobre una población esperada de 685,8 millones de personas para 2025, se calcula que la esperanza de vida alcanzará los 75 años, y las personas mayores de 60 años representarán entonces el 14,2 % de la población total (López, 2010). Ecuador no es ajeno a la realidad que acabamos de describir. En el período comprendido entre 1960 y 1965 la esperanza de vida era de aproximadamente 54,76 años, 53,44 años para los varones y 56,07 para las mujeres, mientras en el período comprendido entre 2005 y 2010, aumentó hasta los 74,63 años, 71,73 años para los varones y 77,54 años para las mujeres (Aguilar y Santiago, 2017; Haro, 2017).

En la segunda mitad del siglo pasado el objetivo de vivir durante más años con respecto a los siglos anteriores se convirtió en una realidad; en el siglo actual y desde diferentes ámbitos (político, sanitario, educativo, cultural, etc...) se ha logrado que la vida vivida sea una vida de calidad. Ya no sólo es importante vivir muchos años, sino envejecer de forma satisfactoria y activa. De esta manera, el envejecimiento activo se convierte en un proceso de optimización de las oportunidades de la salud y participación con el objetivo de mejorar la calidad de vida a medida que las personas envejecen. La mejora del bienestar físico, social y mental a lo largo de todo su ciclo vital y la participación social de acuerdo con las necesidades, deseos, y capacidades, proporcionando la protección,

seguridad y cuidados adecuados, se ha convertido en un objetivo central en la tercera edad. En esta línea, la sexualidad constituye un ámbito de crecimiento y realización personal que contribuiría al bienestar subjetivo y a la calidad de vida de los mayores.

Aunque en las últimas décadas se ha experimentado un cambio generalizado en las actitudes hacia la sexualidad, la creencia social de que las personas mayores no tienen relaciones ni deseos de carácter sexual, está fuertemente arraigada en nuestra cultura. Las propias personas mayores tienden a ver la vejez como un periodo de involución y deterioro en el que la sexualidad y la actividad erótica quedarían anuladas. Tradicionalmente, ser mayor se ha relacionado con estar enfermo, con tener una discapacidad y/o una dependencia y con una etapa de declive físico y psicológico. La sexualidad se ha percibido como una de las dimensiones humanas en la que se experimentaría esa merma de capacidades, con un deterioro tanto en la capacidad como en la actividad sexual, y respecto al deseo sexual. Sin embargo, y a pesar de que el número de investigaciones sobre la actividad sexual en la vejez es limitado, sobre todo en los países con ingresos más bajos, las encuestas de población muestran que es frecuente que las personas se mantengan sexualmente activas hasta edades avanzadas (OMS, 2015). La investigación nos permite asumir que los roles de género y las visiones culturales tradicionales de la sexualidad en la vejez podrían afectar a la actividad y la práctica sexual en la edad avanzada (DeLamater, 2012; Drummond et al., 2013; Lodge y Umberson, 2012; Montemurro y Gillen, 2013) y, aunque parece bien documentado que el interés y la actividad sexual van disminuyendo con el paso de los años (Lindau, et al., 2007; Steptoe et al., 2013), resulta infundado el mito de la persona mayor asexuada, dado que muchas de ellas, sobre todo, entre los 65 y 70 años continúan desarrollando una actividad sexual regular.

Si bien parece que los estudios cuantitativos tienden a constatar la disminución de la actividad sexual, no está claro si la satisfacción sexual disminuye también a medida que avanza la edad (p.e., del Mar Sánchez-Fuentes et al., 2014; Træen et al., 2017). Por otra parte, disponemos de estudios donde se sostiene que las mujeres mayores podrían sentirse menos satisfechas sexualmente que los hombres mayores (Carpenter et al., 2009; Syme et al., 2013), y trabajos que no han encontrado tales diferencias de género (del Mar Sánchez-Fuentes et al., 2014). Otro de los aspectos que también se ha estudiado en cuanto a las diferencias de género en el comportamiento sexual ha sido la iniciativa sexual, asumiéndose que son los hombres los que acostumbran a iniciar la actividad sexual (Baumeister et al., 2001).

A pesar de que parece poco discutible que la sexualidad es una parte importante de la vida y del bienestar en general de las personas, la investigación en torno a las prácticas

y la satisfacción sexual de las personas mayores es todavía escasa. Entendiendo que el envejecimiento está asociado a cambios que podrían condicionar de manera importante la sexualidad, y que los individuos que superan los 65 años constituyen seguramente un grupo de gran heterogeneidad sexual, este trabajo tiene como principal propósito explorar las diferencias entre hombres y mujeres mayores en cuanto actividad y prácticas sexuales, así como con respecto a la satisfacción con su vida sexual.

2 MÉTODO

2.1 PARTICIPANTES

La muestra estaba formada por 200 personas mayores, 100 hombres y 100 mujeres, residentes en la Ciudad de Santa Rosa de El Oro (Ecuador) pertenecientes a la “Asociación de jubilados y pensionistas de la ciudad de Santa Rosa”. La muestra femenina tenía una edad media de 71.8 ($SD=5.52$), con edades entre los 65 hasta los 91 años. Con edades entre 64 y 90 años, la media de edad de la muestra masculina era de 70,7 ($SD=5.42$).

2.2 INSTRUMENTOS Y VARIABLES

El instrumento seleccionado para realizar esta investigación ha sido una traducción del SRA-Q (Lee et al., 2016), llevada a cabo por el Grupo de Investigación en Psicología Educativa (GIPED) de la Universidad de A Coruña (España). El instrumento original trata de asegurar la especificidad de género presentando un cuestionario dirigido a hombres y otro dirigido a mujeres. En total, la escala para hombres está compuesta por 50 ítems y la escala para mujeres por un total de 44 ítems.

Respondiendo a los objetivos planteados en este trabajo, se emplean aquí únicamente las cuestiones relativas al tipo, frecuencia y satisfacción con las prácticas sexuales. Para conocer la *práctica sexual* de la muestra en el último año se ha utilizado el ítem: *En el último año, ¿Ha tenido usted alguna práctica sexual (sexo coital, masturbación, roces o caricias)?* con escala de respuesta dicotómica sí/no. Para conocer el tipo de actividad sexual desarrollado por las muestras sexualmente activas se ha recurrido a los siguientes tres ítems: *Durante el mes pasado, ¿Cuántas veces ha tenido usted o intentado mantener relaciones sexuales (vaginal, anal o sexo oral)?*; *Aparte de las veces que usted intentó el coito, durante el mes pasado ¿Con qué frecuencia se implicó en otras prácticas sexuales (besos, caricias y roces)?* Y *¿Con qué frecuencia se masturbó usted en el mes pasado?* Para las tres cuestiones se empleó una escala de respuesta tipo Likert con cinco alternativas que van desde “1= ninguna” a “5 = más de una vez al día”.

Se explora también el cambio percibido en la *frecuencia* de estas prácticas sexuales en comparación con el último año, la preocupación por la actividad sexual referida al último mes y la satisfacción actual con la frecuencia de la actividad sexual empleando escalas tipo Likert de “1= ha aumentado mucho” a “5 = ha disminuido mucho”; de “1= Nada preocupado” a “5=extremadamente preocupado” y de “1=no suficientemente frecuentes” a “3=Demasiado frecuentes”, respectivamente.

Para conocer la *satisfacción con la práctica sexual* durante los últimos tres meses se utilizan como medidas los siguientes ítems: *Durante los últimos tres meses, ¿Con que frecuencia tuvo Usted sexo principalmente porque se sintió obligado o porque era su deber?; Durante los últimos tres meses, ¿con que frecuencia Usted y su pareja compartieron las mismas preferencias sexuales? Y Durante los últimos tres meses, ¿Con qué frecuencia Usted se sintió emocionalmente cercano a su pareja cuando tenían sexo juntos?* La escala de respuesta tiene cinco alternativas desde “1= Casi nunca/nunca” a “5 = Casi siempre/siempre”. Por último, para medir la *iniciativa en la actividad sexual* se ha utilizado el siguiente ítem *¿Quién inicio normalmente la actividad sexual durante los pasados tres meses?* Con las opciones de respuesta “*Fui yo*”, “*Mi pareja(s) y yo indistintamente*” o “*Fue mi pareja*”.

2.3 PROCEDIMIENTO

Se firmó inicialmente un consentimiento informado con la dirección de la Asociación de Jubilados y Pensionistas de la ciudad de Santa Rosa (El Oro, Ecuador) y se procedió a informar a los participantes de los objetivos de la investigación, de la confiabilidad y del manejo ético de los datos. Una vez se verificó el cumplimiento de los criterios de inclusión, se procedió a presentar el instrumento de autoinforme y se leyeron en voz alta las instrucciones generales para su cumplimentación. Se informó expresamente en este momento de que podían dejar de participar libremente en cualquier momento de la investigación. El cuestionario fue contestado de forma individual, anónima y voluntaria. Los investigadores estuvieron presentes durante la administración de las pruebas para aclarar posibles dudas y verificar la cumplimentación independiente por parte de los sujetos. Los sujetos con dificultades fueron asistidos por los encuestadores. No participó en este estudio ningún sujeto que no accedió expresamente a participar una vez conocido el objeto de esta investigación.

2.4 ANÁLISIS ESTADÍSTICOS

Con el objetivo de analizar las diferencias entre los hombres y mujeres de la muestra se llevaron a cabo pruebas χ^2 de diferencias entre proporciones que permite el análisis de

diferencias en sub-muestras con el mismo tamaño. Se empleó también este estadístico para estudiar las diferencias significativas entre hombres y mujeres de la muestra en lo que se refiere a su actividad sexual durante el último año. Se incluye el índice d propuesto por Cohen (1988) para estimar la magnitud de las diferencias halladas. El estudio de la normalidad en la distribución de las respuestas en las muestras de hombres y mujeres se abordó empleando el estadístico Kolmogorov-Smirnov o Shapiro-Wilk, en función del tamaño muestral. Dadas las características de las variables se emplea la prueba U de Mann-Whitney para analizar las diferencias en práctica, frecuencia y satisfacción sexual entre hombres y mujeres.

3 RESULTADOS

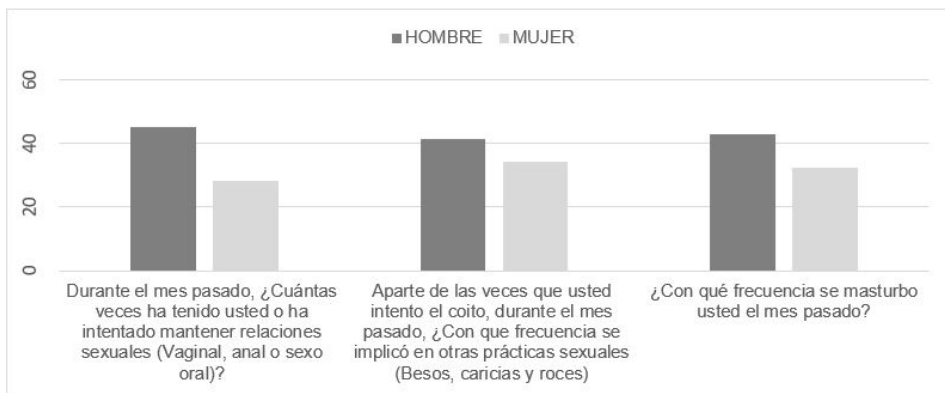
Una vez establecida la actividad sexual de los hombres y mujeres de la muestra, se explorarán las diferencias en tipo y frecuencia de prácticas sexuales, así como la satisfacción con las mismas entre los hombres y mujeres sexualmente activos. El análisis de resultados nos ha permitido constatar diferencias significativas entre hombres y mujeres por lo que a su *actividad sexual durante el último año* ($\chi^2 = 27.925$, $p = .000$, $d = .82$). Únicamente 21 de las 100 mujeres, frente a 57 de los 100 hombres encuestados, informan de haber realizado alguna práctica sexual a lo largo del último año. Del mismo modo, constatamos diferencias en la *actividad sexual de los últimos tres meses* entre los hombres y mujeres de la muestra ($\chi^2 = 7.472$, $p = .006$, $d = .52$). Mientras que prácticamente la mitad de los varones de la muestra informan de haber tenido alguna práctica sexual con una pareja en los tres últimos meses, solo el 75% de las mujeres que informaban de actividad sexual en el último año, reconocen esa práctica en los últimos meses.

3.1 TIPO DE PRÁCTICA SEXUAL

El estudio de la normalidad de las variables empleadas para observar las características de las prácticas sexuales de las muestras sexualmente activas nos permite sostener la no-normalidad de la distribución en las poblaciones. Tal y como puede observarse en la Figura 1, existen diferencias entre los hombres y las mujeres sexualmente activos por lo que respecta al tipo de prácticas sexuales. Concretamente, la prueba Mann-Whitney nos ha permitido constatar que si bien no alcanzan significatividad las diferencias en los rangos de respuesta relativas a las prácticas sexuales consistente en besos, caricias y roces ($z = -1.230$, $p = .219$), los hombres

reconocen una significativamente mayor actividad coital, anal u oral durante el último mes ($z = -2.942, p = .003, d = .67$).

Figura 1. Rango promedio en tipo de prácticas sexuales de hombres y mujeres sexualmente activos.

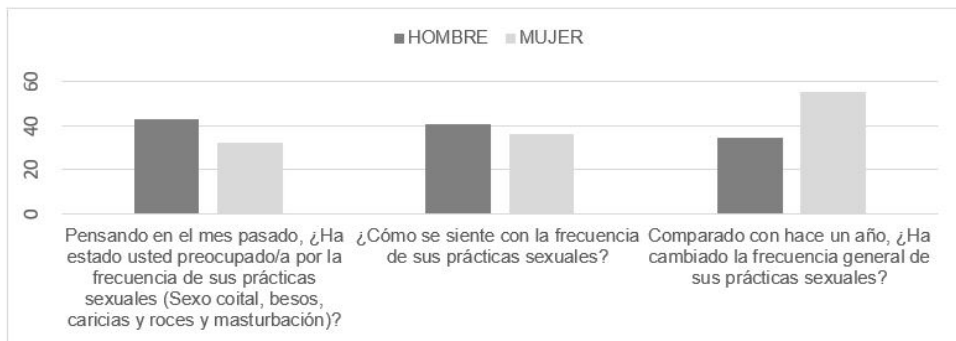


Por otra parte, mientras que sola una de las mujeres sexualmente activas de nuestra muestra refiere haberse masturbado una vez durante el último mes, más del 30% de los hombres reconocen prácticas de *masturbación* varias veces durante el último mes ($z = -2.441, p = .015, d = .42$).

3.2 FRECUENCIA DE LA ACTIVIDAD SEXUAL

Se emplea la prueba no paramétrica U de Mann-Whitney con objeto de comparar los rangos de la muestra de hombres y de mujeres sexualmente activas en los ítems empleados para evaluar la frecuencia de la actividad sexual. Los resultados sugieren diferencias significativas en la *frecuencia de la práctica sexual* y en la *preocupación por la disminución en la frecuencia* ($z = -3.739, p = .000; d = .85$ y $z = -2.085, p = .037, d = .41$), constatándose también que no existen diferencias en la estimación de la *adecuación de la frecuencia de la actividad sexual* ($z = -1.009, p = .313$).

Figura 2. Rango promedio en frecuencia de la práctica sexual de hombres y mujeres sexualmente activos

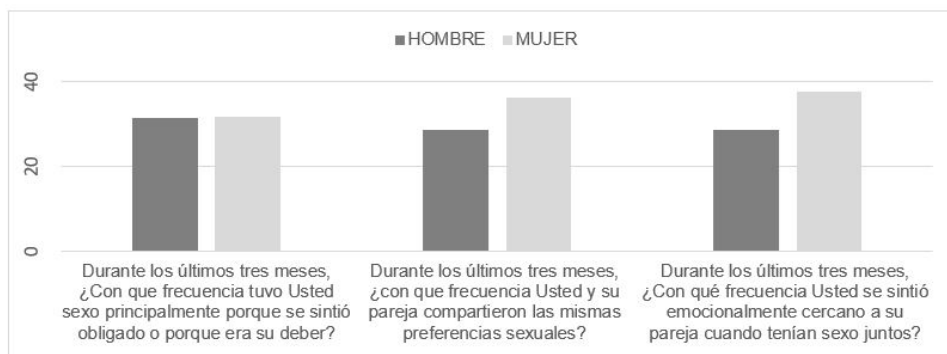


Aun cuando son las mujeres las que refieren una disminución más acusada en la frecuencia de su práctica sexual en el último año, los hombres se muestran más preocupados por esa frecuencia que las mujeres de la muestra (Véase Figura 2).

3.3 SATISFACCIÓN CON LA PRÁCTICA SEXUAL

La diferencia de proporciones alcanza significatividad cuando hombres y mujeres informan de quien inicia la actividad sexual ($\chi^2 = 8.797, p = .012$). Así, frente a menos de un 20% de los hombres, más del 50% de las mujeres sexualmente activas reconocen que es su pareja quien inicia normalmente la actividad sexual. Se exploran también como medidas de satisfacción con la práctica sexual: el sexo por obligación, las preferencias sexuales compartidas y la cercanía emocional durante la relación sexual.

Figura 3. Rango promedio en satisfacción sexual de hombres y mujeres sexualmente activos



Comparando los rangos de las muestras sexualmente activas de hombres y de mujeres, la prueba estadística no paramétrica Mann-Whitney nos permite constatar que no existen diferencias significativas en la frecuencia con la que *mantienen sexo porque se sienten obligados/as* ($z = -0.058, p = .953$); ni con la que *comparten preferencias sexuales con la pareja* ($z = -1.513, p = .130$) o *se sienten emocionalmente cercanos durante la relación sexual* ($z = -1.869, p = .062$) (Véase Figura 3). Estos resultados resultan relevantes en la medida que nos permiten sugerir que a pesar de que la iniciativa de la actividad sexual puede recaer fundamentalmente en los hombres, las poblaciones sexualmente activas de mujeres y de hombres mayores podrían sentirse básicamente igual por lo que respecta a la cercanía emocional y la compenetración con la pareja sexual; e instigadas en proporciones similares por el sentido del deber.

4 DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

Aun cuando el bajo interés por el sexo se asocia frecuentemente a la persona mayor, en consonancia con trabajos previos, los resultados de este estudio ponen de

manifiesto que más de la mitad de los hombres encuestados han tenido alguna práctica sexual en el último año; mientras que menos de una de cada cuatro mujeres reconocen también alguna práctica sexual en este período. Si bien, en general, la actividad sexual puede declinar de manera constante con el paso del tiempo, tal y como sugerían Lindau et al. (2007), las mujeres mayores podrían tener menos actividad sexual que los hombres mayores. Cuando nos centramos en el tipo concreto de práctica sexual llevada a cabo durante el último mes, nuestros resultados ponen de manifiesto que si bien entre las poblaciones sexualmente activas podrían no encontrarse diferencias en cuanto a besos, caricias o roces; la frecuencia de la relación sexual vaginal, anal u oral y de la masturbación podría ser diferente entre hombres y mujeres (Waite et al., 2009; Palacios et al., 2012). En esta línea, Palacios et al. (2012) encontraron que las prácticas sexuales más habituales entre las personas mayores eran los besos y los abrazos, seguido por el coito vaginal, y con una mayor prevalencia de la masturbación entre los hombres (Waite et al., 2009). Los resultados de este trabajo reflejan, por otra parte, una disminución significativamente más acusada entre las mujeres que entre los hombres en la frecuencia de la práctica sexual en el último año; siendo, sin embargo, los hombres los que reconocerían una mayor preocupación por esa disminución de frecuencia (Rodríguez-Llorente et al., 2018).

Por otra parte, los resultados encontrados aquí están en consonancia con investigaciones de diferentes países donde se muestra que una proporción importante de mujeres y hombres mayores están satisfechos con su vida sexual. Es posible que debamos empezar a desmitificar la falta de satisfacción sexual de este colectivo, explorando el papel mediador de la calidad, más que la cantidad, de la actividad sexual en términos de comunicación y la armonía. En este punto la investigación sugiere que las diferencias de género en satisfacción sexual entre las personas mayores o bien no son significativas (Traeen et al., 2017) o constatan una más baja preocupación y mayor satisfacción de las mujeres (Bancroft et al., 2003). Atendiendo a nuestros resultados es posible que las poblaciones sexualmente activas de mujeres y de hombres mayores compartan percepciones similares respecto a la cercanía emocional y la compenetración con la pareja sexual; y podrían verse incitadas por el sentido del deber en proporciones similares. Que la iniciativa para el encuentro sexual sea la mayor parte de las veces masculina podría estar evidenciando un comportamiento cultural que responde al estereotipo sexual de que se delegue en los hombres con la excusa de que ellos están “siempre dispuestos” o “son más sexuales que las mujeres”. Los resultados son congruentes con otros estudios con población, incluso, más joven; los adultos más jóvenes reconocen también que las mujeres inician las relaciones sexuales con menos frecuencia (Baumeister, et al., 2001), siendo también las mujeres más proclives a consentir la actividad sexual no deseada (Impett y Peplau, 2002).

Aunque los resultados del estudio parecen robustos habría que tomarlos con cierta cautela debido a algunas limitaciones propias de la naturaleza de los datos del estudio, la muestra utilizada o el instrumento de medida. Esta investigación es de corte transversal lo cual compromete seriamente cualquier inferencia de naturaleza causal, la selección muestral por conveniencia y los tamaños muestrales reducidos sólo pueden justificarse por la dificultad para acceder a información autorreferida en torno a un tópico claramente sensible y las medidas autoinformadas pueden ser altamente subjetivas.

REFERENCIAS

Aguilar, H. y Santiago, A. (2017). Transición demográfica en Ecuador periodo 1960-2010 (Bachelor's thesis, PUCE).

Bancroft, J., Loftus, J., y Long, J.S., (2003). Distress about Sex: A National Survey of Women in Heterosexual Relationships. *Archives of Sexual Behavior*, 32(3), 193-208. <https://doi.org/10.1023/A:1023420431760>

Baumeister, R. F., Catanese, K. R., y Vohs, K. D. (2001). Is there a gender difference in strength of sex drive? Theoretical views, conceptual distinctions, and a review of relevant evidence. *Personality and Social Psychology Review*, 5(3), 242-272. https://doi.org/10.1207%2FS15327957PSPR0503_5

Carpenter, L. M., Nathanson, C. A., y Kim, Y. J. (2009). Physical women, emotional men: Gender and sexual satisfaction in midlife. *Archives of Sexual Behavior*, 38(1), 87-107. <https://doi.org/10.1007/s10508-007-9215-y>

Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences* (2ª ed.). Lawrence Erlbaum Associates.

del Mar Sánchez-Fuentes, M., Santos-Iglesias, P., y Sierra, J. C. (2014). A systematic review of sexual satisfaction. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 14(1), 67. [https://doi.org/10.1016/s1697-2600\(14\)70038-9](https://doi.org/10.1016/s1697-2600(14)70038-9)

DeLamater, J. (2012). Sexual expression in later life: A review and synthesis. *Journal of Sex Research*, 49(2-3), 125-141. <https://doi.org/1080/00224499.2011.603168>

Drummond, J. D., Brotman, S., Silverman, M., Sussman, R., Orzeck, P., Barylak, L., y Wallach, I. (2013). The impact of caregiving: Older women's experiences of sexuality and intimacy. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, 28(4), 415-428. <https://doi.org/10.1177%2F0886109913504154>

Haro, A. S. (2017). *Transición demográfica en Ecuador periodo 1960-2010* (Tesis Doctoral). Pontificia Universidad Católica. Ecuador.

Impett, E. A. y Peplau, L. A. (2002). Why some women consent to unwanted sex with a dating partner: Insights from attachment theory. *Psychology of Women Quarterly*, 26, 360-370. <https://doi.org/10.1111/1471-6402.t011-00075>

Lee, D., Nazroo, J., O'Connor, D., Blake, M., y Pendleton, N. (2016). Sexual health and well-being among older men and women in England: Findings from the English Longitudinal Study of Ageing. *Archives of Sexual Behavior*, 45(1), 133-144. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0465-1>

Lindau S. T., Schumm, L. P., Laumann, E. O., Levinson, W., O'Muircheartaigh, C. A., y Waite, L. J. (2007). A study of sexuality and health among older adults in the United States. *The New England Journal of Medicine*, 23(357), 762-774. <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa067423>

Lodge, A. C. y Umberson, D. (2012). All shook up: Sexuality of mid- to later life married couples. *Journal of Marriage and Family*, 74(3), 428–443. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2012.00969.x>

López, R. (2010). Crisis económicas mundiales, escasez de recursos ambientales y concentración de la riqueza. *Revista CEPAL*, 102, 29-50.

Montemurro, B. y Gillen, M. M. (2013). Wrinkles and sagging flesh: Exploring transformations in women's sexual body image. *Journal of Women & Aging*, 25, 3-23. <https://doi.org/10.1080/08952841.2012.720179>

OMS (2015). *Informe mundial sobre envejecimiento y salud*. <https://cutt.ly/QkW51eK>

Palacios, D., Carrasco-Garrido, P., Hernández-Barrera, V., Alonso-Blanco, C., Jiménez-García, R., y Fernández-de-las-Peñas, C. (2012). Sexual behaviors among older adults in Spain: Results from a population-based national sexual health survey. *Journal of Sexual Medicine*, 9(1), 121-129. <https://doi.org/10.1111/j.1743-6109.2011.02511.x>

Rodríguez-Llorente, C., Piñeiro, I., Rodríguez, S., Regueiro, B., Estévez, I., y Freire, C., (2018, septiembre). *Práctica sexual y salud percibida en personas mayores [Sexual practice and health perceived in elders]*. Póster presentado al 4º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses, Braga, Portugal.

Stephoe, A., Breeze, E., Banks, J., y Nazroo, J. (2013). Cohort profile: The English Longitudinal Study of Ageing. *International Journal of Epidemiology*, 42(6), 1640–1648. <https://doi.org/10.1093/ije/dys168>

Syme, M. L., Klonoff, E. A., Macera, C. A., y Brodine, S. K. (2013). Predicting sexual decline and dissatisfaction among older adults: The role of partnered and individual physical and mental health factors. *Journals of Gerontology. Series B, Psychological Sciences and Social Sciences*, 68(3), 323–332. <https://doi.org/10.1093/geronb/gbs087>

Træen, B., Carvalheira, A., Kvalem, I. L., Štulhofer, A., Janssen, E., Graham, C. A., Hald, G. M., y Enzlin, P. (2017). Sexuality in older adults (65+) An overview of the Recent Literature, Part 2: Body image and sexual satisfaction. *International Journal of Sexual Health*, 29(1), 11–21. <https://doi.org/10.1080/19317611.2016.1227012>

Waite, L. J., Laumann, E. O., Das, A., y Schumm, L. P. (2009). Sexuality: Measures of partnerships, practices, attitudes, and problems in the National Social Life, Health, and Aging Study. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 64(1), 56-66. <https://doi.org/10.1093/geronb/gbp038>

CAPÍTULO 8

A MULHER ENCARCERADA: UM BREVE CAMINHO HISTÓRICO-SÓCIO-CULTURAL DA MULHER E A SUA VULNERABILIDADE

Data de submissão: 17/04/2021

Data de aceite: 05/05/2021

Sylvio Takayoshi Barbosa Tutya

<http://lattes.cnpq.br/0295395937679266>

Maria Elisa de Lacerda Faria

<http://lattes.cnpq.br/4199938738472787>

Bianca da Silva Muniz

<http://lattes.cnpq.br/7663756902617205>

Thamyres Ribeiro Pereira

<http://lattes.cnpq.br/1501278461822481>

RESUMO: A noção de risco individual e comportamento de risco começou a ser substituída, pelo conceito de vulnerabilidade social, que dizia respeito a um conjunto de questões relacionadas aos direitos humanos, gênero, sexualidade, raça/cor e cidadania, entre outros. Muito dos valores discriminatórios salientados séculos atrás dão o seu ar ainda agora nesse início de século XXI, apesar de toda uma formalização de igualdade entre os seres homem, mulher, jovem, criança, idoso, mesmo que todos tenham proteção garantida por leis, democraticamente. A realidade hoje é que existe a violação dos direitos humanos dos

carcerários, mais aparente nos presídios femininos. O sistema carcerário estabelece uma não diferenciação no tratamento com os presidiários homens e mulheres. Para presas com problemas psiquiátricos, faltam hospitais de custódia em muitos estados brasileiros e geralmente não existe tratamento adequado na unidade onde elas se encontram. Com a falta de unidades específicas para portadoras de doenças mentais ou transtornos psicológicos, muitas presas acabam vivendo em meio a população geral, onde são exploradas, às vezes agredidas, ou simplesmente suportadas pelas demais, sem receber o devido tratamento especializado que necessitam.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Violência contra a mulher. Vulnerabilidade. Violação de direitos. Sistema carcerário. Saúde mental.

THE INCARCERATED WOMAN: A BRIEF HISTORICAL-SOCIO-CULTURAL PATH OF WOMEN AND THEIR VULNERABILITY

ABSTRACT: The notion of individual risk and risky behavior began to be replaced by the concept of social vulnerability, which concerned a set of issues related to human rights, gender, sexuality, race / color and citizenship, among others. Many of the discriminatory values highlighted centuries ago give their air even now in the beginning of the 21st century, despite all formalization of equality between men, women, young

people, children, the elderly, even though everyone has protection guaranteed by laws, democratically. The reality today is that there is a violation of the human rights of prisoners, most apparent in women's prisons. The prison system establishes a non-differentiation in the treatment of male and female prisoners. For inmates with psychiatric problems, custody hospitals are lacking in many Brazilian states and there is generally no adequate treatment at the unit where they are located. With the lack of specific units for people with mental illness or psychological disorders, many prisoners end up living among the general population, where they are exploited, sometimes beaten, or simply supported by others, without receiving the proper specialized treatment they need.

KEYWORDS: Gender. Violence against women. Vulnerability. Violation of rights. Prison system. Mental health.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propôs a avaliar os fatores envolvidos no fenômeno da vulnerabilidade da mulher carcerária. Teve como foco principal abordar alguns dos aspectos históricos, culturais e sociológicos do tratamento de gênero, voltado para a pessoa da mulher, incluindo também uma breve visão jurídica frente a existência de legislação específica de proteção à pessoa da mulher. Para tanto se rumou a mostrar ainda, através de um contexto histórico que a mulher sempre recebeu tratamento desvalorizado pela sociedade, a partir mesmo do seio de seus familiares, quer pai ou marido.

Ainda foi traçado um caminho de análise referente às diferenças no tratamento dado às mulheres carcerárias e aos homens carcerários, considerando a existência de uma distorção entre os gêneros, naturalizando a violência e o desrespeito. Mostrando que o homem carrega em si uma construção social passada de geração em geração, a qual carece de alteração para construção (ou reconstrução) de novos pilares para a equiparidade de gênero e conseqüentemente para a valoração do direito da mulher.

Considerando que a saúde é um direito legítimo de cidadania e um princípio fundamental do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, acredita-se que as ações de saúde nesse contexto deveriam ser mais divulgadas e exercidas por uma rede profissional qualificada de apoio à população carcerária feminina brasileira. Porém, lamentavelmente, as prisões configuram-se como “espaços físicos e representações concretas em que o Estado consolida e legitima uma lógica de pseudo cuidado” (BRAUNSTEIN, 2007, p.12). Nesse cenário, conseqüentemente, as condições de saúde das mulheres que vivem sob o sistema prisional ainda são pouco conhecidas no Brasil. A própria escassez do tema aponta para a relevância de investigar esse universo. Contudo, a saúde da mulher no sistema prisional vem sendo pouco abordada nas práticas de saúde e investigações científicas. Frente a essa problemática, para garantir o atendimento

de saúde da população carcerária. Enfim são apontados alguns aspectos valorativos envolvidos na vitimização da mulher, diante de uma sociedade machista e patriarcal.

2 VULNERABILIDADE

Originário da área da advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem, o termo vulnerabilidade designa, em suma origem, grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania (Ayres, J. R. C. M. 2013, pag. 118 apud Alves, 1994, pag. 15).

No meio acadêmico a noção de risco individual e comportamento de risco começou a ser substituída, pelo conceito de vulnerabilidade social, que dizia respeito a um conjunto de questões relacionadas aos direitos humanos, gênero, sexualidade, raça/cor e cidadania, entre outros. O processo de socialização esculpe as identidades sociais, condicionando os padrões de comportamento considerados aceitáveis para cada sexo, faixa etária e classe social, entre outros fatores. Dentre os poucos padrões de comportamento considerados universais pelas Ciências Sociais, estão aqueles relacionados à hierarquia e à assimetria entre os sexos, que instauram uma dinâmica social de dominação e subordinação entre homens e mulheres.

Segundo a revista bioética (2009) em decorrência da reprodução social desses padrões explícitos e implícitos é perpetuada socialmente a crença na posição subalterna das mulheres em relação aos homens, a qual se apoia em um modelo moral embasado nos papéis tradicionalmente atribuídos a elas. Esses papéis se pautam, principalmente, pela adoção do modelo de conjugalidade estável e pelo exercício da maternidade. Nesse contexto, as mulheres tornam-se vulneráveis à medida que perpetuam as marcas cegas desse papel feminino, que são, na verdade, partes irrefletidas de sua identidade social de gênero. Essa circunstância permite associar o processo histórico que condiciona a opressão feminina ao conceito de vulnerabilidade, inerente a tal condição.

Segundo Cioms (2002) apud *Reciis* (2008), a vulnerabilidade pode ser amplamente definida como a incapacidade de proteger os próprios interesses. O problema da vulnerabilidade em relação à pesquisa biomédica é que indivíduos ou populações vulneráveis estão sob maior risco de sofrerem danos devido a uma capacidade reduzida de proteger seus interesses. Participantes vulneráveis podem ser prejudicados por coerção, consentimento livre e esclarecido inadequado, exploração e exclusão da pesquisa e de seus benefícios.

Existem muitas fontes de vulnerabilidade, mas é possível estabelecer uma tipificação básica: a vulnerabilidade intrínseca— causada por características que têm a ver com os próprios indivíduos, tais como doença mental, deficiência intelectual, doença grave, ou os extremos de idade (crianças e idosos). E a

vulnerabilidade extrínseca – ocasionada por circunstâncias externas, como falta de poder socioeconômico, pobreza, falta de escolaridade ou carência de recursos; então, são circunstâncias sociais injustas podem resultar em vulnerabilidade de várias maneiras, cada uma das quais requer diferentes mecanismos para proteger a população. (RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.31-Sup.41, Dez., 2008).

De acordo com Recis (2008), a vulnerabilidade extrínseca ocorre quando são negados, injustamente, direitos sociais e políticos a certos grupos. Essa categoria de vulnerabilidade é referenciada como “falta de poder”. Grupos podem ser sujeitados a discriminação institucionalizada em razão de gênero, raça, idade ou sexo. A discriminação institucionalizada pode empurrar os grupos afetados para uma posição subalterna dentro da hierarquia social. Em muitas partes do mundo, as mulheres sofrem dessa forma de vulnerabilidade por viverem em estruturas sociais patriarcais que negam seu direito à autodeterminação. Os povos indígenas também são suscetíveis a discriminação por parte de grupos sociais dominantes. A discriminação e a submissão estruturais podem resultar em vítimas que acreditam ser inferiores a outros membros da comunidade e que, portanto, concluem que não têm o direito ou a capacidade de decidir por si próprias sobre sua participação. Populações que são tratadas como subalternas e que também se vêem como tais são vulneráveis ao comando tanto explícito quanto implícito daqueles em posições de poder.

A falta de acesso a cuidados básicos de saúde é uma forma de vulnerabilidade extrínseca, que se sobrepõe fortemente à vulnerabilidade intrínseca. A vulnerabilidade que acompanha a falta de recursos básicos agrava-se quando as pessoas adoecem ou precisam de cuidados de saúde. A total extensão das necessidades de saúde não satisfeitas em muitos países em desenvolvimento, combinada com a pobreza e a exclusão social, torna as populações, em particular aquelas que estão doentes, altamente suscetíveis a exploração ou coerção (CIOMS, 2002; LONDON, 2005 *apud* RECIIS, 2008).

Quando tratamos de mulheres presidiárias, a situação de vulnerabilidade se agrava, dentro e fora das prisões, pois não recebem a devida formação educacional e ainda são estigmatizadas como ex-presas. A representação da figura feminina criminosa tende a ser de uma mulher jovem, de nível socioeconômico e educacional baixo, desempregada, prostituta, solteira ou separada, procedente de centros urbanos e com dificuldade de acesso aos serviços de saúde, tendo sido presa.

O ambiente prisional oferece altos riscos, pois proporciona maior exposição aos riscos físicos e psicológicos e à transmissão de doenças infecciosas. Aliadas a esses fatores, as características biológicas inerentes à mulher tornam-nas, sobretudo, suscetíveis às DST/HIV, sendo um fator a maior vulnerabilidade por parte das presidiárias, pois essa

população sofre as duras condições do ambiente prisional, incluindo a superlotação dos estabelecimentos penais, a ociosidade e uma deficiente oferta de serviços de saúde, outro aspecto e tráfico que se considerando a motivação, essas mulheres tornam-se traficantes por múltiplos fatores: em razão de relações íntimo-afetivas, para dar alguma prova de amor ao companheiro, pai, tio etc., ou, ainda, envolvem-se com os traficantes como usuárias, com o fito de obter drogas, e acabam em um relacionamento afetivo que as conduz ao tráfico tem também o crime que em geral, as mulheres atuam como coadjuvante, enquanto os protagonistas continuam sendo os homens.

Tais mulheres, exatamente por estarem diretamente ligadas ao objeto final do crime, ou seja, na frente mais arriscada do negócio, são as primeiras a serem presas, enquanto muitos homens passam inteiros à prisão e impunes. A ocupação de posições mais baixas e mais expostas e o recebimento de menos dinheiro, tal qual ocorre no mercado formal de trabalho deixa-as mais vulneráveis à prisionização. (MOURA, 2005:59).

A vulnerabilidade social são muitas dentre estas citadas acima é a realidade que se encontra e a de mulheres afastadas de suas famílias com quadros de depressão. Mulheres expostas à violência e ao assédio sexual que vivenciam a gestação, o parto e a maternidade na prisão. Em alguns casos, perdem a custódia dos filhos e sofrem violações dos seus direitos reprodutivos e em completa violação de seus direitos.

3 ENCARCERAMENTO FEMININO

Falar da mulher e do que ela representa dentro de um sistema social e jurídico não é tarefa fácil, pois, desde sempre ocupou um papel diferenciado, continuamente disfarçado no recolhimento ou na invisibilidade. Além do mais, falar da mulher inclui em seu caminho, obrigatoriamente, o caminho dos homens, dos filhos, da família, dos encantos e desencantos de dada época.

Muito dos valores discriminatórios salientados séculos atrás dão o seu ar ainda agora nesse início de século XXI, apesar de toda uma formalização de igualdade entre os seres homem, mulher, jovem, criança, idoso, mesmo que todos tenham proteção garantida por leis, democraticamente.

Embora haja a equiparação formal, as relações nem sempre se dão de forma equilibrada. Por exemplo, entre homens e mulheres, as diferenças estão presentes com frequência na vida cotidiana. Muitas vezes papéis estereotipados exercidos por ambos deságuam em violência e preconceito. Um preconceito que vem de longe, pois há muito tempo a mulher é vítima de uma sociedade patriarcal, tomada como algo natural.

Ou seja, a mulher se torna então parte de um grupo de “vulnerabilidade” onde sua identidade, interesse e seus direitos são feridos e invisíveis aos olhos da sociedade e do poder público.

Assim, se faz imprescindível um retorno sobre a visão histórico-cultural da figura feminina:

Desde onde se possa remexer na história, a mulher estava sob a guarda do pai ou do marido, sob a autoridade paterna ou marital. Aristóteles já sustentava a autoridade do pai e do marido, baseando-a na desigualdade natural existente entre os seres. A mulher (na Grécia) vivia sem capacidade de deliberação, “é considerada personagem secundária na concepção, semelhante à terra que precisa ser semeada, seu único mérito é ser um bom ventre” (BATINDER, 1985 *apud* REVISTA JurES - v.6, n.13 (2014) p. 31).

Segundo Batinder (1985) *apud* Revista JurES (2014), mais tarde, surge uma nova concepção elaborada pela teologia cristã reforçou a autoridade do homem, quer pai ou marido, principalmente agregando agora à mulher a característica da malignidade, ou seja, derivados dos relatos bíblicos, a reconstrução de Eva e seu pecado em cada mulher transformou as mulheres em seres malignos por natureza.

Os relatos expostos demonstram então, as raízes das ideias que paulatinamente formaram a cultura, onde a mulher é um ser inferior. Tal cultura imergiu nas mentes masculinas (e até nas femininas que se acreditavam desta forma), deixando um traço que é por séculos a fio.

A ordem familiar econômico-burguesa repousa portanto em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos. Mas, ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporciona-se meios de controlar aquilo que, no imaginário da sociedade, corre o risco de desembocar em uma perigosa irrupção do feminino, isto é, na força de uma sexualidade julgada tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colada à função materna. A mulher deve acima de tudo ser mãe, a fim de que o corpo social esteja em condições de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pensa-se, de eliminar a diferença dos sexos. (ROUDINESCO, 2003. A família em desordem, p. 21).

Mas para Roudinesco (2003), “O fato de a paternidade ter sido nessa função autoritária não impediu porém que se sujeitar a todo tipo de fragmentação”. Com a diluição da figura paterna, houve um fortalecimento da presença do feminino, possibilitando assim o aparecimento de novas conquistas da mulher.

O que podemos ver é um longo caminho de discriminação e preconceito formado culturalmente sobre o gênero – mulher. Presente ainda na atualidade. Sendo assim, não é difícil perceber que para “elas” a busca por uma equidade é constante.

Apesar de tantos direitos garantidos constitucionalmente salienta que na realidade são evidenciados índices sociais demonstrando a saúde pública com

deficiência de profissionais, estabelecimentos e equipamentos; a vida humana sofrendo atentados de toda a ordem; a educação pública lutando contra os baixos índices de frequência e qualidade no ensino; a segurança pública sendo ameaçada pelos chefes do crime organizado; as vagas de trabalho diminuindo e a mão de obra aumentando; o judiciário abarrotado de processos com insuficiente contingente de juizes; a infância sendo violentada e prostituída. Todos esses fatores pertencem ao ambiente vivido pela população, promovendo influências dentro do dia a dia tornando a população mais conivente e enrijecida diante de tais fatos.

Se tomarmos como base o fator histórico-cultural do gênero mulher, podemos entender a situação da "Mulher Encarcerada" e alguns dos fatos caracterizam e que interferem nos seus direitos nos dias de hoje. Ao analisar as mulheres que cumprem sanção penal no Brasil, é primordial verificar então, os fatores que contribuem para sua entrada no mundo do crime, portanto não se pode observar com minúcia sem focalizar o ambiente que a cercava antes de ser presa.

Dentro deste contexto está todo o conjunto de fatores negativos existentes na sociedade, como: desemprego, desigualdade social, dificuldades financeiras, fatores psicológicos e patológicos de cada indivíduo, promiscuidade, desvalorização da vida, ausência de coerção estatal, entre muitos outros.

Segundo os dados do Ministério da Justiça e Departamento Penitenciário Nacional (2002), em dezembro de 2007 havia 396.760 homens presos e no mesmo período estavam presas 25.830 mulheres, perfazendo um total de 422.590 pessoas sob custódia penal, demonstrando uma diferença ampla entre ambos, no entanto o número de mulheres encarceradas no Brasil cresceu muito nos últimos anos.

De acordo com Bárbara Musumeci Soares (2002),

Apesar de estarem expostos aos mesmos fatores sociais que atingem a nossa população, as mulheres sofrem, além desses, fatores culturais característicos do gênero. Como maus tratos e abuso sexual sofridos durante a infância e adolescência, violência doméstica por parte de seus companheiros, gravidez precoce, entre outros. Mais de 95% das mulheres encarceradas foram vítimas de violência em algumas dessas situações: na infância, por parte de seus responsáveis; na vida adulta, por parte dos maridos e quando presas por parte de policiais civis, militares ou federais.

Segundo Espinoza (2004) *apud* Makki e Santos (2010), dentre os crimes que mais aprisionam atualmente as mulheres, os relacionados às drogas disparam nas ocorrências, como observa "O crime de maior incidência entre as mulheres presas é o tráfico de entorpecentes", de fato, como uma avalanche desenfreada as drogas tomaram conta de parte da vida dos brasileiros, sejam eles usuários ou traficantes, vítimas ou espectadores, policiais ou presidiários. De acordo com Soares a prisão de mulheres devido ao tráfico

está ligada ao fato de ficarem em posições de menos importância, mais expostas a ação policial, Soares (2002), “O fato delas ocuparem, em geral, posições subalternas ou periféricas na estrutura do tráfico, tendo poucos recursos para negociar sua liberdade quando capturada pela polícia”, e complementando a autora menciona que dificilmente as detentas se intitulam como chefes do tráfico.

Outro fator de suma importância que diferencia a mulher presa do homem preso é a questão da sensibilidade, das emoções, sendo ela mais vulnerável ao cárcere. O gênero feminino tende a sofrer mais com a ausência dos filhos e familiares, a distância dos filhos ocasionada pela prisão é sentida mais nela devido à aproximação decorrente de sua natureza fisiológica materna. De acordo com o Relatório Final elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (2008) Apud Makki e Santos (2010) as mulheres preferem permanecer em estabelecimentos carcerários provisórios insalubres, com superlotação, onde não possuem acesso a direitos, para ficarem perto de seus familiares do que irem para penitenciárias mais aparelhadas longe do acesso de visitas familiares e com possibilidades de trabalho, educação e remição de pena. Na mulher a preocupação com o universo fora das grades é maior, ela tende a priorizar o companheiro e a família enquanto que o homem encarcerado recebe o apoio incondicional de sua mulher, sempre não medindo esforços pessoais para facilitar a vida de seu homem enquanto preso.

Evidencia-se também frequentemente que a mulher encarcerada sofreu influências masculinas diretas ou indiretas que a levaram a sua prisão. Como quando estes a induzem ao cometimento ou participação do crime ou então, a assumir a culpa sozinha para livrá-lo do cárcere, servindo como escudo contra a ação policial e outra vez vítima de sua própria natureza.

Segundo a Lei de Execuções Penais nº 7.627 de (1984) o estabelecimento penitenciário feminino deve ser individualizado, ou seja, a mulher presa não pode ser mantida em estabelecimento que abriga indivíduos homens, se for o caso de estarem no mesmo estabelecimento, deve ser em alas diferentes e sem comunicação entre as mesmas. São formas de proteção que demonstram a preocupação com a mulher e sua dignidade. Porém o que se vê é que os estabelecimentos penitenciários femininos não possuem diferenças senão aquelas necessárias à adequação dos direitos do gênero feminino.

Em todos os Estados existem políticas para viabilizar a estrutura carcerária feminina, contudo percebe-se que nos locais com maior lotação diminui-se a qualidade de vida no estabelecimento e aumentam-se as dificuldades de implantação de melhorias. Ou então quando se fornece acesso à saúde não são disponibilizados lazer ou cultura, ou seja, em alguns se tem quase tudo e em outros nem o básico. Nesta exposição diagnosticaram-se as necessidades dos estabelecimentos prisionais femininos e os

principais problemas enfrentados pelas presas, visando a elaboração de propostas para a solução dos mesmos.

Em suma, os estabelecimentos penais devem efetuar a execução da pena, que possui caráter punitivo, porém deve ser aplicada medidas de reinserção do indivíduo na sociedade, buscando assim um caráter mais socializador, preventivo e educativo. Para tanto precisam proporcionar ao preso condições mínimas de salubridade e segurança durante a estadia, promovendo ações destinadas ao reingresso.

4 VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE MULHERES CARCERÁRIAS

No Brasil, o número de mulheres que vivem no sistema carcerário aumenta a cada dia, com a influência de seus parceiros. Tanto as mulheres como os homens possuem direitos humanos para viver no sistema carcerário, que podemos citar a partir da legislação nacional dos direitos humanos, e da convenção nacional dos direitos civis e políticos, como:

Que nenhum preso deve perder seu direito à saúde enquanto está na prisão. Todos os presos têm garantido o direito a serem tratados com humanidade e dignidade, e o tratamento cruel, desumano e degradante daqueles em detenção é proibido. Também impõe uma obrigação clara aos Estados de garantir o direito de desfrute do padrão mais alto atingível de saúde física e mental para todos os grupos, sem discriminação de qualquer tipo, incluindo-se a relacionada a gênero. (HOWARD, Caroline. 2012)

A realidade hoje é que existe a violação dos direitos humanos dos carcerários, mais aparente nos presídios femininos. O sistema carcerário estabelece uma não diferenciação no tratamento com os presidiários homens e mulheres. Podemos assim dizer, que já é uma manifestação de violação, pois as mulheres necessitam de produtos e cuidados com a saúde diferenciados que não aparece no sistema carcerário.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Caroline Howard em 2012, podemos dizer que o sistema carcerário feminino é falho. Podemos dizer que não existem acomodações adequadas para cada detenta, não se possui ventilação e luz adequadas nas salas, os banheiros e chuveiros quando funcionam são com dificuldade por falta de manutenção. Não se dão atenção às necessidades das detentas grávidas, como o pré-natal, ginecologista, acompanhamento da situação do bebê, e após o nascimento, que muitas das vezes acontece na própria cela, não se separa esta mãe e bebê das outras detentas. Não existem políticas públicas para se defender e cuidar da saúde desta mulher e filho. Além disso, as que não estão grávidas, não possuem médicos à disposição, não possuem remédios para uso, mulheres que são soropositivas não possuem acesso ao menor cuidado que deveria existir.

A política pública no sistema carcerário deveria existir e agir em defesa das mulheres carcerárias. O sistema no presídio não possui nenhum tipo de flexibilidade em visitas e atendimentos para casos em especial, a mulheres que acabaram de dar a luz, a mulheres que necessitam de atendimento médico, podemos dizer que não existe cuidado com essas mulheres, para um cumprimento de pena digna e de forma humanitária.

Além destes casos, não se pensam em creches para as crianças que nascem no presídio, essas crianças se mantêm com as mães até ter idade do governo se tornar responsáveis. Não existem atividades para carcerárias, com objetivo de pensar em uma readaptação futura à sociedade, e formação de habilidades para reinserção da mesma no mercado de trabalho.

Não podemos deixar de pensar na violência que a mulher pode sofrer por chefes de carceragens e policias, durante visitas para “investigação”, interrogatórios, quererem alguma informação do que acontece dentro da prisão, sem falar de violência sexual que pode e veem acontecendo para que as mulheres se consigam “regalias” como: papel higiênico, cigarro, comida melhor e etc.

Muito do que acontece hoje no sistema prisional não tem previsão para mudanças ou providências. Então elas convivem com as dificuldades e desigualdades que acontecem até sua pena acabar, ou até que a morte ponha um fim a isso.

5 SAÚDE MENTAL DA MULHER CARCERÁRIA

Alguns estudos têm apontado que a população carcerária possui taxas maiores de problemas mentais que a população geral. A predominância na comunidade gira em torno de 15%, essa taxa já sobre a população prisional representa 42%. Quando essa taxa é apresentada na população feminina presa, a prevalência de transtornos mentais é maior do que a observada na população masculina. De um a dois terços das mulheres presas necessitam de acompanhamento psicológico ou psiquiátrico e cerca de um quinto tem história de uso de medicação psicotrópica. A prevalência de abuso e dependência de substâncias varia de 10% a 48% entre homens presos, e de 30% a 60% nas mulheres presas. (REVISTA Psychiatry Online Brasil 2015)

O estudo que proporcionou o “Manual de Diretrizes de Atenção à Mulher Presa” também obteve altas prevalências de transtornos mentais na população feminina investigada: 33% das mulheres presas entrevistadas já pensaram em se matar; 58,2% das entrevistadas fazem uso de drogas lícitas; 44% das mulheres presas entrevistadas fazem o uso psicotrópico.

Há várias evidências que indicam uma considerável prevalência de transtornos mentais entre indivíduos encarcerados (Cardoso *et al.*, 2004; Kravitz *et al.*, 2004). Jordan *et*

al. (1996) sugerem que entre um terço e a metade da população carcerária feminina britânica possa apresentar algum tipo de transtorno mental. Teplin (1996) realizou uma série de estudos sobre a prevalência de transtornos mentais graves em homens e mulheres presos na cidade de Chicago (EUA). Quando em comparação com os dados de saúde mental da população geral, a população carcerária apresentava taxas de transtornos mentais três a quatro vezes superiores às da população geral, entretanto as prevalências são ainda mais altas quando se consideram apenas as mulheres presas (excetuando-se a esquizofrenia). Os transtornos mentais mais encontrados foram depressão, abuso de substâncias psicoativas e transtorno de estresse pós-traumático. Aproximadamente 81% das mulheres presas em Chicago apresentaram ao menos um transtorno psiquiátrico ao longo da vida, de acordo com os critérios diagnósticos da terceira revisão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III) (Teplin, 1996).

Para presas com problemas psiquiátricos, faltam hospitais de custódia em muitos estados brasileiros e geralmente não existe tratamento adequado na unidade onde elas se encontram. Com a falta de unidades específicas para portadoras de doenças mentais ou transtornos psicológicos, muitas presas acabam vivendo em meio a população geral, onde são exploradas, às vezes agredidas, ou simplesmente suportadas pelas demais, sem receber o devido tratamento especializado que necessitam. Muitas vezes, elas são colocadas no “castigo” (isolamento) porque não conseguem se adequar às regras internas das detentas ou da unidade, ou ainda, são alocadas no seguro por não serem mais aceitas pela população carcerária. Às presas que se encontram detidas em caráter provisório não recebem qualquer atendimento ou consulta médica pra detectar e acompanhar eventuais problemas de saúde mental. É apenas e tão somente a partir da sentença, cuja espera pode durar anos, que essa preocupação pode passar a ser considerada e atendida pelo estado. As consequências dessa omissão são desastrosas. Muitas mulheres com transtornos mentais são colocadas no convívio cotidiano com as demais presas, onde sofrem maus-tratos, até que se descubra que seus atos, não compreendidos e aceitos, são próprios de quem sofre algum transtorno psíquico. Quando uma presa é caracterizada com a doença mental, sofre perigo na mão de outras detentas, que as executam, porque “perturba demais”.

No Brasil, é pouco estudada a questão da saúde mental na população presidiária. O tema é de grande importância pois está vinculado com o crescimento da violência, principalmente nas classes populares, e por presidiárias serem um grupo minoritário basicamente deixado de lado por estudos científicos e por ações de reabilitação. Ou seja, encontrar qualquer informação sobre a população carcerária brasileira é um desafio, pois encontrar até mesmo dados como o número de presas no Brasil pode ser considerado

uma prática quase impossível. A ausência de informação na literatura já demonstra o abandono vivenciado por essas mulheres.

6 PROJETO DE INTERVENÇÃO

Com o número de mulheres presas crescendo a cada dia, favorece com isso a violação dos direitos humanos dessas mulheres, e violências vividas dentro do sistema carcerário. Podemos pensar em mudanças para melhoria deste sistema ou intervenções, como a promoção de saúde, a reorganização e reformulação do sistema prisional, e programas de grupos temáticos.

Na promoção de saúde podemos pensar como hoje a mulher detenta é esquecida pela legislação e pela própria população, que não dá atenção a violação dos direitos que elas sofrem, e as políticas públicas que deixam de lado esse público, que não abarca elas no seu contexto de prevenção e promoção da saúde.

Ausência de uma política ou de ações que observem as especificidades de gênero, inexistência de estabelecimentos adequados ao cumprimento da pena por mulheres, desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos, uso excessivo de medicamentos psicotrópicos e rompimento dos laços familiares são alguns dos problemas que afetam as mulheres presas, população que praticamente triplicou nos últimos 20 anos, apresentando crescimento superior ao dos homens na mesma situação. (IBCCRIM, 2012)

Devemos pensar em olhar para promover a saúde no sistema carcerário, dando atenção básica à saúde, e promovendo a dignidade para este público que a tanto tempo vem sendo esquecido e sofrendo desigualdade e violação de seus direitos. A saúde é um conceito multiprofissional, que envolve os aspectos físicos, psicológicos, biológicos, sociais e identifica que a doença está inteiramente ligada aos contextos sociais, culturais e emocionais. Nos determinantes sociais da saúde, condições econômicas e sociais em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem se dá a configuração da situação de saúde. Então podemos dizer que cabe ao Estado realizar ações coordenadas e coerentes para preservar o ambiente e a saúde da mulher presa.

Olhando para a reorganização e reformulação prisional, podemos prever uma construção de infraestrutura que proporcione a mulher melhor conforto e dignidade, com criações de berçários, salas de aula, sala de atendimento à saúde, locais para desenvolvimento de atividades laborais, local para lazer e locais culturais, local para práticas religiosas, uma melhor organização do sistema. Além de pensarmos em uma reformulação dos funcionários dos presídios, que devem ter consciência das políticas públicas, para que consigam implementá-las no sistema carcerário, oferecendo também a estes funcionários uma melhor apropriação da constituição e direitos das detentas, para

que não ocorra a violação dos mesmos. Deve ser revisado e aplicado todos os direitos das mulheres no sistema carcerário.

Existe também como forma de intervenção os grupos temáticos que tem como objetivo abarcar temas diversos tanto para os funcionários como para as detentas. Nos grupos as questões abarcadas são analisadas, os posicionamentos debatidos entre todos, um consenso é localizado, e podendo ser encaminhado para uma deliberação. Estes grupos precisam ser acompanhados de especialistas para que tenham todas as informações possíveis, formando uma proposta sólida do grupo.

Podemos dizer que se estes projetos de intervenções fossem abarcados poderíamos obter grandes diferenças no sistema carcerário, com toda certeza uma menor violação dos direitos destas mulheres.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi compreendida através de uma análise sócia histórica que ainda se faz presente em nossa sociedade uma distorção entre os gêneros. Formando-se um imaginário cultural e social que permite o desrespeito às mulheres e conseqüentemente a sua vitimização. Tivemos como foco principal, através deste trabalho mostrar como se apresenta a “mulher carcerária” em nossa sociedade e conseqüentemente uma naturalização da violência e um desrespeito contra elas.

Entendemos que na atualidade há elaboração de leis estabelecendo a equiparação, mas que não alcançam a vida concreta, recheada de discriminação e violência. Constata-se, então, que, apesar das mudanças na legislação, existe um desajuste entre a realidade vivida e a realidade das normas de direito, tanto as de equiparação entre mulheres e homens nos presídios, como as de prevenção e contenção da violência e vulnerabilidade como um todo. Foi mostrada então, a complexidade que abrange a trajetória das mulheres e sua vivência nos presídios, relatando a falta de direitos e das más condições em que se submetem.

Evidencia-se uma diferença muito forte em relação à mulher presa e a do homem preso. Não só na questão da falta de uma estrutura pública condizente com as suas necessidades fisiológicas, mas também, na parte emocional, da sensibilidade e das emoções, do qual a mulher se torna mais vulnerável. Porém, o que se percebe é uma dura realidade que diminui a qualidade de vida no estabelecimento carcerário, sem qualquer previsão de melhoria. Nesta exposição diagnosticam-se então as necessidades de melhoria dos estabelecimentos prisionais femininos e os principais problemas enfrentados pelas presas, visando a elaboração de propostas para a solução dos problemas e com isso uma maior dignidade das detentas.

Em suma, quanto ao combate à violência e o desrespeito contra a mulher carcerária, é necessário que além das medidas punitivas haja medidas educativas, cujo intuito seja, em longo prazo, diminuir as influências do machismo na sociedade brasileira. Sendo assim, deve os estabelecimentos penais buscar uma melhor reinserção dessas mulheres dentro da sociedade, buscando assim medidas com um caráter mais socializador, preventivo e educativo. Para tanto precisam proporcionar às presas condições mínimas de salubridade e segurança durante a estadia, promovendo ações destinadas ao reingresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Promoção dos direitos das mulheres: o papel do IBCCRIM. MATSUDA, Alessandra, 2012.

ARAÚJO, Rosângela Cortes; JONAS, Eline; PFRIMER, Irmtraut Araci Hoffmann. Mulheres reclusas e vulnerabilidade ao vírus HIV/aids. **Estudos**, v. 34, n. 6, p. 1021-1040, 2007.

AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**, v. 3, p. 117-140, 2003.

BERTOLOZZI, Maria Rita et al. Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva. **Rev esc enferm USP**, v. 43, n. 2, p. 1326-30, 2009.

BRASIL. **Secretaria da Administração Penitenciária**. São Paulo. Setembro de 2013.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto Lei nº 7.627, de 11 de julho de 1984.

BRAUNSTEIN, H. R. **Mulher encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência**. 2007. Pág. 12. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CORDEIRO, Quirino. MORANA, Hilda Clotilde Penteadó. **Saúde Mental da Mulher Presa**. Psychiatry Online Brasil, v. 19, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.cesec.ucam.edu.br>. Acesso em: 17 mar.2009.

HOWARD, Caroline . **Direito humanos e mulheres**, et al. 2012.

Grupos temático. Conselho de desenvolvimento econômico e social, 2015.

GUILHEM, Dirce; AZEVEDO, Anamaria Ferreira. Bioética e gênero: moralidades e vulnerabilidade feminina no contexto da AIDS. **Revista Bioética**, v. 16, n. 2, 2009.

MAKKI, Salma Hussein; SANTOS, Marcelo Loeblein dos. Gênero e criminalidade: Um olhar sobre a mulher encarcerada no Brasil. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 78, jul 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8080>. Acesso em set 2015.

MORAES, Paulo Augusto Costivelli de e DALGALARRONDO, Paulo. **Mulheres encarceradas em São Paulo: saúde mental e religiosidade**. J. Bras. psiquiatr. [online]. 2006 vol.55, n.1, pp. 50-56. Acesso em set 2015.

MOURA, Maria Juruena de. **Porta Fechada, Vida Dilacerada: [AB1] Mulher, Tráfico de Drogas e Prisão: Estudo Realizado no Presídio Feminino do Ceará**. Dissertação de mestrado apresentada no Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará

Pronasci, **Ministério da Justiça. Programa Nacional de Segurança Pública.** Rio de Janeiro, Boletim Segurança e Cidadania, ano 1, n°1, julho de 2002.

Reorganização e Reformulação do sistema prisional feminino. Secretaria especial de políticas para mulheres, Ministério da Justiça. Brasília, 2007.

RIBEIRO, Eny Borgonhone; SAMEIRO, Almir Godinho Jr. **Aspectos históricos, culturais e sociológicos das diferenças de tratamento de gênero.** Revista JurES - v.6, n.13 (2014) ISSN 2179-0167.

ROGERS, Wendy; BALLANTYNE, Ângela. **Populações especiais: vulnerabilidade e proteção.** Revista RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.31-Sup. 41 Dez. 2008. ISSN 1981-6278.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SOARES, Bárbara Musumeci. **Retrato das mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro.** CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Rio de Janeiro, Boletim Segurança e Cidadania, ano 1, n°1, julho de 2002.

Disponível em: <http://www.cesec.ucam.edu.br>. Acesso em: 17 mar.2009.

VASCONCELOS, Emerson. **A precariedade no sistema penitenciário brasileiro – violação dos direitos humanos.** et al. 2015.

CAPÍTULO 9

LIDERAZGO FEMENINO BAJO EL BUEN VIVIR Y LA COSMOVISIÓN ANDINA¹

Data de submissão: 05/04/2021

Data de aceite: 23/04/2021

Carolina Bown

Departamento de Comunicación
Salisbury University
Salisbury, Maryland, Estados Unidos
<https://orcid.org/0000-0001-6181-9392>

RESUMEN: El origen del concepto del buen vivir -o sumak kawsay en kichwa- de la cosmovisión andina se remonta a la época precolombina; sin embargo, fue en este milenio que activistas, líderes indígenas y autoridades gubernamentales rescataron este principio andino para hacerlo parte del discurso oficial parte del discurso oficial e incorporarlo a la definición del Ecuador como una nación multiétnica y pluricultural. A grandes rasgos, el buen vivir del mundo andino es un modelo de vida que promueve el bienestar de los individuos y las comunidades, en armonía con la naturaleza y con responsabilidad social. El propósito de este trabajo es examinar cómo, a modo de alternativa a la forma dominante de pensar la sociedad y la ruralidad, el buen vivir sirve de guía para las lideresas

rurales indígenas dentro de sus pueblos originarios. Esta investigación incluye datos empíricos provenientes de entrevistas semiestructuradas con 19 lideresas procedentes de ocho pueblos kichwa de la sierra del Ecuador y de mis observaciones de campo, apoyados por el análisis de previos estudios académicos y otros documentos. Los datos empíricos fueron codificados con el programa computacional cualitativo ATLAS.ti (Versión 7) y revisados siguiendo los pasos del análisis temático de Boyatzis (1998). Un hallazgo importante de esta investigación es que el concepto ancestral del buen vivir todavía tiene una influencia en el liderazgo femenino de las zonas andinas rurales del Ecuador. A modo de ejemplo, cuando las lideresas kichwas lideran en organizaciones de base, ellas empoderan dualmente a sus seguidores, promoviendo iniciativas de buen vivir tanto en los espacios públicos como en los privados. Este capítulo finaliza con recomendaciones de política pública para los legisladores y dirigentes de organizaciones no gubernamentales que deseen apoyar a comunidades rurales andinas.

PALABRAS CLAVE: Ecuador. Cosmovisión andina. Liderazgo auténtico. Buen vivir.

WOMEN'S LEADERSHIP UNDER EL BUEN VIVIR AND THE ANDEAN COSMOVISION

ABSTRACT: The Andean concept of good living -sumak kawsay in the Kichwa language- from the Andean cosmivision

¹ Presentado en Congreso ALASRU 2018, Universidad de la República, Uruguay

dates to pre-Hispanic times; however, it was in this millennium that activists, indigenous leaders, and government authorities began using it as part of the official discourse and incorporated it into the definition of Ecuador as a multi-ethnic and multicultural nation. Broadly speaking, the good living of the Andean world is a model of life that promotes the well-being of individuals and communities, in harmony with nature, and with social responsibility. The purpose of this work is to examine how, as an alternative to the dominant way of thinking of society and rurality, the principle of good living serves as a guide for indigenous rural leaders within their communities. This research includes empirical data from semi-structured interviews with 19 leaders from eight Kichwa villages in the Ecuadorian highlands and my field observations, supported by the analysis of previous academic studies and other documents. Empirical data were encoded with the qualitative computational program ATLAS.ti (Version 7) and revised following the steps of Boyatzis' thematic analysis (1998). An important finding of this research is that the ancestral construct of good living has still an influence on female leadership in Andean rural areas of Ecuador. By way of example, when Kichwas leaders lead in grassroots organizations, they dually empower their followers, promoting initiatives that promote good living in both public and private spaces. This chapter concludes with public policy recommendations for legislators and leaders of non-governmental organizations wishing to support rural Andean communities.

KEYWORDS: Ecuador. Andean cosmovision. Authentic leadership. *Buen vivir*.

1 INTRODUCCIÓN

¿Qué es el buen vivir? ¿Cómo guían las lideresas andinas a sus seguidores a ese fin? ¿Cómo influencia el contexto de la región andina la forma en que estas lideresas actúan? Estas preguntas son claves para avanzar en el desarrollo de las teorías de liderazgo, especialmente porque los estudios de este campo se enfocan principalmente en las experiencias de líderes masculinos del mundo político y económico y de sectores privilegiados de la sociedad. No obstante, en términos de investigación académica, la región rural andina es un contexto único para estudiar el liderazgo femenino y para extraer lecciones que pueden ser aplicables a otros contextos.

Con un enfoque cualitativo para estudiar el liderazgo, este capítulo examina cómo la cosmovisión andina y el principio del buen vivir -o *sumak kawsay* en kichwa- están presentes entre las lideresas andinas, abordando las siguientes preguntas:

1. ¿Cómo interpretan las lideresas andinas el principio del buen vivir o del *sumak kawsay*?
2. ¿Cómo las lideresas andinas apoyan a sus seguidores bajo la cosmovisión andina?

1.1 EL CONTEXTO ECUATORIANO Y EL MUNDO ANDINO

Antes de explorar el liderazgo de las mujeres andinas, hay que entender el contexto en que se insertan. En términos del contexto social, político y económico, el Ecuador se ha caracterizado por una recurrente inestabilidad durante décadas que, como consecuencia, ha significado grandes desafíos para los líderes y lideresas de todos los grupos de la sociedad ecuatoriana.

Con una población de 17.5 millones (INEC, 2021a), se estima que entre el 7% y el 39% del total corresponde a la población indígena del país (Becker, 2011). Dentro del mundo indígena, existen 14 nacionalidades y 18 pueblos originarios reconocidos oficialmente (INEC, 2021b, pág. 38), con aproximadamente 90% de estos autodefiniéndose de nacionalidad kichwa y en su mayoría, viviendo en la sierra andina. Una importante diferencia cultural entre el pueblo kichwa y el resto de la sociedad ecuatoriana es la cosmovisión andina que determina una manera de experimentar la realidad para las personas que viven en aldeas aisladas, en lo alto de las montañas y lejos de la carretera más cercana (Gordon, 2014, p.1).

1.2 EL CONCEPTO DEL BUEN VIVIR

Dentro de la cosmovisión andina, uno de los principios más citados en las dos últimas décadas es el buen vivir o *sumak kawsay*. Aunque existen algunas definiciones bien establecidas en la literatura académica, no hay consenso sobre si debe entenderse sólo dentro de la cosmovisión kichwa o si es un ideal para todos, indígenas o no (Manosalvas, 2014). Adicionalmente, el buen vivir ha sido definido por académicos y activistas desde diferentes perspectivas; por ejemplo, como “un nuevo modelo económico y político para la sociedad y el Estado y una nueva visión con respecto a la naturaleza” (Vega Ugalde, 2014, p. 73) o “una oportunidad para construir colectivamente nuevas formas de vida como alternativas a los objetivos actuales occidentales de avance y desarrollo” (Acosta, 2012, p. 62). Desde una perspectiva ecofeminista, León (2010) presenta la idea de una economía de cuidado como parte de este principio que valora la diversidad económica, la solidaridad, las formas sostenibles de producción y una economía de subsistencia tradicionalmente llevada a cabo por las mujeres.

A nivel político nacional, cabe recalcar que el buen vivir fue incluido en el Artículo 1 de la Constitución de la República del Ecuador del 2008 (Constitución Política del Ecuador, 2008) y que esta es la primera Constitución nacional en el mundo – seguida más tarde por Bolivia en 2009 – en incorporar en su texto este principio indígena. A partir de esta integración a la Constitución, el Instituto Nacional de Estadística y Censos del Ecuador

desarrolló la Escala del Buen Vivir. El objetivo de estas métricas multidimensionales era “informar sobre el bienestar de la población y diseñar políticas públicas coherentes con las necesidades reales de los ecuatorianos” (León, 2015). De este modo, además de utilizar instrumentos occidentales para medir el bienestar de las personas – como el nivel de ingresos, el PIB, el coeficiente de Gini o la esperanza de vida –, el Ecuador estaba proporcionando legitimidad a un modelo indígena de vida a escala nacional a través de iniciativas institucionales que no se habían visto antes.

Otros asuntos discutidos del buen vivir son si el concepto ha sido “prestado” o “robado” del mundo indígena; si los líderes y activistas comprometidos con la causa indígena deben ser los únicos que definan este principio (Houtart, 2011; Vega Ugalde, 2014), y si el discurso oficial del gobierno ecuatoriano ha dado últimamente preferencia al término en lengua española sobre el término en lengua kichwa (Manosalvas, 2014). Un último punto de recalcar es el que hace Houtart (2011), quien indica que el discurso de activistas e investigadores sobre el *sumak kawsay* da para amplias interpretaciones y variaciones (p. 12). A pesar de la fluidez del concepto, existe el acuerdo tácito que el buen vivir se refiere al bienestar social y, aunque la relación con la naturaleza es el elemento central, incluye también otros elementos, como la responsabilidad social, igualdad, solidaridad y justicia. Y, con el objeto de resumir las diferentes perspectivas respecto a este concepto andino, en este capítulo lo definiremos como “un modelo de vida en armonía con la naturaleza, con responsabilidad social y fomentando el bienestar de los individuos y las comunidades”.

1.3 LIDERESAS KICHWAS

Los indicadores económicos y sociales indican que las mujeres andinas que viven en zonas rurales conforman un grupo especialmente vulnerable dentro de la población ecuatoriana; pues, además de tener que enfrentar discriminación étnica y de género, sufren otras formas de desventajas debido a factores de acceso a servicios, educación y al uso del idioma. No obstante, esta descripción no le da crédito a los méritos y logros de muchas mujeres indígenas. Es más, al intersectar liderazgo y género en los Andes, algunos autores recalcan el importante rol de estas lideresas al luchar por sus derechos y por los derechos colectivos de sus pueblos originarios (Bown, 2013; Prieto, Pequeño, Flores, Cuminao y Maldonado, 2010).

En términos de estrategias de liderazgo, estudios previos sugieren que las mujeres indígenas ejercen un liderazgo similar al de lideresas de otras culturas y al mismo tiempo reflejando las tendencias culturales dominantes de la región de América

Latina, por ejemplo, con un énfasis en atender las necesidades de sus seguidores de una manera paternalista (véase House et al., 2004); pero, al mismo tiempo, con las propias características que reflejan la cosmovisión andina (Bown, 2013).

2 MARCO TEÓRICO

El *liderazgo auténtico* es una teoría que se enmarca en la psicología positiva. Según Luthans y Avolio (2003), es un proceso que fomenta el autodesarrollo positivo de los líderes a través de ser autoconscientes de sus propios valores, creencias y emociones y de autorregular sus comportamientos. Dos componentes del liderazgo auténtico son la *autenticidad*, como un proceso intrapersonal que influye en las relaciones de seguidores y líderes; y el *multiplicador de liderazgo*, un proceso interpersonal que conduce a que los seguidores tengan un desempeño sostenible. Gardner, Avolio y Walumbwa (2005) indican que el liderazgo auténtico trasciende todos los estilos de liderazgo: participativo, directivo, transaccional o transformativo. Esta teoría servirá para entender cómo las líderes andinas apoyan a sus seguidores bajo la cosmovisión andina, fomentando el bienestar de los individuos y sus comunidades.

3 METODOLOGÍA

Este capítulo es parte de una investigación cualitativa anterior cuyo objetivo era identificar las formas de liderazgo entre las mujeres de comunidades andinas del Ecuador. Utilizando un diseño cualitativo interpretativo básico y descriptivo (Merriam, 2002), los datos se recopilaron entre el 2012 y 2015 principalmente a través de entrevistas semiestructuradas con 19 mujeres de comunidades kichwa. Cada participante fue entrevistada personalmente y las preguntas cubrían temas sobre sus experiencias como líderes en sus organizaciones, las formas en que ellas influyen en la equidad de género y los factores contextuales que afectan su liderazgo. Los datos también provinieron del análisis de documentos y observaciones que sirvieron como medio de triangulación de datos al proporcionar información confirmatoria y descriptiva adicional sobre el contexto y el papel de estas mujeres en sus organizaciones (véase Denzin, 1989).

Las participantes y las comunidades fueron seleccionadas con una combinación de muestreo típico de casos – que describe lo que es típico de una cultura para las personas que no están familiarizadas con el entorno estudiado – y máxima variación, para identificar patrones comunes importantes a través de una amplia gama de variaciones. Ambas son estrategias eficaces cuando no hay mucha información sobre una determinada población (véase Patton, 2002), como es en este caso con ciudadanas rurales del mundo andino. La

muestra incluía mujeres de diferentes edades, niveles de educación y pueblos originarios. Entre otras, las mujeres seleccionadas lideraban diferentes tipos de organizaciones, como cooperativas de ahorros y préstamos, agrupaciones de bordadoras, tejedoras de sombreros Panamá, consultorios médicos rurales y escuelas. Tres informantes clave ayudaron en la selección: una asesora jurídica del FODEPI en Quito, una representante de los kañaris ante CODENPE y una activista y profesora de arte de la provincia del Azuay.

Después de ser transcritas, las entrevistas y observaciones fueron codificadas con el programa computacional ATLAS.ti (Versión 7) y analizadas e interpretadas con el enfoque temático de desarrollo del código de Boyatzis (1998), que es un proceso de organización de los datos por temas, que luego fueron codificados en categorías para revelar el contenido manifiesto (directamente observable en la información) y el contenido latente (subyacente al fenómeno) para convertirlos en narrativas. Este proceso es común en investigaciones cualitativas en las cuales a través de diferentes niveles de análisis se identifican ideas importantes que luego se transforman en categorías y temas (Creswell, 2013).

4 DISCUSIÓN

Respecto a la primera pregunta: *¿Cómo interpretan las lideresas andinas el principio del buen vivir o del sumak kawsay?* Las participantes se refirieron a diferentes elementos del buen vivir o del sumak kawsay, aunque no siempre utilizando esas palabras. Solamente cinco de las 19 participantes mencionaron esos términos exactos; sin embargo, este hallazgo es significativo porque el cuestionario de las entrevistas no había sido diseñado originalmente para abordar este tema. Mientras que para algunas lideresas el buen vivir o el sumak kawsay estaba básicamente vinculado a la protección del medio ambiente, por ejemplo, fomentando preservar semillas de vegetales milenarios pero poco rentables; para otras se relacionaba con el bienestar de las comunidades, ya sea ayudando a las mujeres a continuar con el uso de la medicina natural, tratar el alcoholismo de sus seguidores o familiares de estos, o educar a las mujeres sobre recursos y conocimientos financieros o derechos reproductivos.

En cuanto a la segunda pregunta: *¿Cómo las lideresas andinas apoyan a sus seguidores bajo la cosmovisión andina?* Las categorías *liderazgo auténtico* y *estrategias de liderazgo* arrojaron un alto nivel de densidad (frecuencia con los que los códigos estaban conectados entre sí) lo que sugiere que las lideresas andinas sí logran autenticidad y sirven como *multiplicadoras de liderazgo* en sus organizaciones. Entre otras, las respuestas indicaron que ellas promueven el respeto y vías abiertas de comunicación e inclusión, motivan y guían con el ejemplo, sirven de mentoras, hacen coaching a través de

talleres y ayudan a sus empleados a que sean exitosos. Es interesante ver que este último punto no solo se refiere a los lugares de trabajo sino también a los hogares. En efecto, los datos sugieren que los seguidores en estas comunidades andinas aceptan que sus líderes los apoyen para resolver dificultades maritales, con los hijos y problemas de abuso doméstico. Un ejemplo claro de este estilo de liderazgo mas “entrador” son las iniciativas de dos lideresas para tratar la dependencia de alcohol de cónyuges de los empleados.

5 CONCLUSIÓN

El objetivo de este capítulo fue examinar cómo la cosmovisión andina y el principio del buen vivir están presentes entre las lideresas andinas y cómo estas apoyan a sus seguidores. Con una metodología cualitativa, el análisis e interpretación de datos reveló que cuando las mujeres andinas lideran, no solo buscan alcanzar los objetivos de sus organizaciones sino que además con sus estilos de liderazgo traspasan los límites de lo público y lo privado, resolviendo necesidades personales y familiares de sus seguidores. Es, por ende, una manera de ejercer liderazgo que florece en organizaciones de base pero que se extiende más allá de los límites organizacionales, promoviendo entornos que apoyan el buen vivir.

Sabiendo que las lideresas andinas se enfrentan diariamente a obstáculos de discriminación y a un limitado acceso a recursos, estos resultados muestran las implicancias que esto tiene para los encargados de formular políticas públicas. Aquellos que deseen empoderar a comunidades desfavorecidas, ya sea en el Ecuador u otros lugares del planeta, deben considerar que el éxito de líderes y organizaciones andinas no se debe medir solo por el logro de los objetivos organizacionales sino también por el impacto en la vida personal de sus seguidores.

ORGANIZACIONES DEL ECUADOR CITADAS

- CODENPE - Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador
- CONAIE - Confederación de Nacionalidades y Pueblos Indígenas del Ecuador
- CONEPIA - Comisión Nacional de Estadística de los Pueblos Indígena, Afroecuatoriano y Montubio
- FODEPI - Fondo de Desarrollo de los Pueblos Indígenas del Ecuador
- INEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos del Ecuador

BIBLIOGRAFÍA

Acosta, A. (2012). *Buen vivir – Sumak kawsay. Una oportunidad para imaginar otros mundos*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala.

ATLAS.ti (Versión 7) [Programa computacional cualitativo]. ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH.

- Becker, M. (2011). *Pachakutik: Indigenous movements and electoral politics in Ecuador*. UK: Rowman & Littlefield Publishers.
- Bown, C. (2013). *Indigenous and rural women leaders' support of gender equality in Ecuadorian organizations*. Doctoral dissertation, University of Maryland Eastern Shore.
- Boyatzis, R. E. (1998). *Transforming qualitative information: Thematic analysis and code development*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Constitución Política de la República del Ecuador (2008). http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf.
- Creswell, J. (2013). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Denzin, N. K. (1989). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Gardner, W. L., Avolio, B. J., & Walumbwa, F. O. (2005). *Authentic leadership theory and practice: Origins, effects and development*. *Monographs in leadership and management*, Vol. 3. USA: Elsevier, Inc.
- Gordon, O. E. (2014). *The Andean cosmovision: A path for exploring profound aspects of ourselves, nature, and the Cosmos*.
- House, R. J., Hanges, P. J., Javidan, M., Dorfman, P. W., & Gupta, V. (2004). *Culture, leadership, and organizations. The GLOBE study of 62 societies*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Houtart, F. (2011). El concepto de sumak kawsay (buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad. *Revista de Filosofía*, 69(3), 7-33.
- INEC. (2021a). Instituto Nacional de Estadística y Censos. Contador Poblacional. <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/estadisticas/>
- INEC. (2021b). Instituto Nacional de Estadística y Censos. *La fiesta de los pueblos por la identificación cultural*. https://www.ecuadorencifras.gob.ec/wp-content/descargas/Libros/Memorias/pueblos_por_la_identificacion_cultural.pdf
- León, M. (2010). El "Buen Vivir: Objetivo y camino para otro modelo. In I. León. (Ed.), *Sumak Kawsay/ Buen Vivir y cambios civilizatorios*, (p. 105-111). Quito: FEDAEPS.
- León, M (2015). Del discurso a la medición: Propuesta metodológica para medir el Buen Vivir en Ecuador. Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC). Quito. <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/wpcontent/uploads/downloads/2016/10/Buen-Vivir-en-el-Ecuador.pdf>
- Luthans, F., & Avolio, B. J. (2003). Authentic leadership: A positive developmental approach. In K. S. Cameron, J. E. Dutton, & R. E. Quinn (Eds.), *Positive organizational scholarship* (pp. 241-261). San Francisco: Barrett-Koehler.
- Manosalvas, M. (2014). Buen vivir o sumak kawsay. En busca de nuevos referenciales para la acción pública en Ecuador. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, (49), 101-121.
- Merriam, S. B. (2002). *Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods* (3rd ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.

Prieto, M., Pequeño, A., Flores, A., Cuminao, C., & Maldonado, G. (2010). Respect, discrimination, and violence: Indigenous women in Ecuador, 1990-2007. In Maier, E., & Lebon, N. (Eds.), *Women's activism in Latin America and the Caribbean: Engendering social justice, democratizing citizenship*. (pp. 203-218). New Brunswick: Rutgers University Press.

Vega Ugalde, S. (2014). El orden de género en el sumak kawsay y el suma qamaña. Un vistazo a los debates actuales en Bolivia y Ecuador. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, (48), 73- 91.

CAPÍTULO 10

LAS NUEVAS FORMAS LABORALES: SU IMPACTO SUBJETIVO Y EFECTOS EN LA SALUD/SALUD MENTAL

Data de submissão: 10/04/2021

Data de aceite: 23/04/2021

María Flaviana Ponce

Dra. en Psicología
Especialista en Educación
Docente e Investigadora
Facultad de Psicología
Universidad Nacional de Rosario
Argentina

<https://orcid.org/0000-0002-4938-8742>

RESUMEN: El objetivo general del trabajo es investigar las principales transformaciones de los procesos y las organizaciones de trabajo a la luz de lo que mundialmente está sucediendo con la pandemia, entendiendo que el trabajo es productor de subjetividad y las condiciones en que éste se desarrolla dentro de un contexto histórico, político y social, trae consecuencias a nivel de la salud/ salud mental general de los trabajadores. Qué pasa con el sujeto, sus relaciones, su cuerpo, su deseo? Las problemáticas vinculadas con el trabajo, la salud y la subjetividad atraviesan de manera compleja y sistemática todo el tejido social y adquieren relevancia por las importantes transformaciones que atraviesan al mundo y sus nuevas modalidades de organización,

gestión y control. Estas transformaciones obligan a poner en consideración que los discursos empresariales, sobre todo en los puestos medios y gerenciales, convierten lo humano en mercancía y aparecen exigencias que colocan al sujeto en contradicción: progreso, innovación, desarrollo, sentido de pertenencia, conviven con exigencias y demanda de apertura a los cambios, lo desechable, lo momentáneo, lo virtual, la liviandad, la incertidumbre, la inconstancia, lo caduco. La metodología de la investigación es de tipo hermenéutico y también tiene un enfoque mixto, cuantitativo, pues se confía en la medición estandarizada y numérica a través de la utilización de fuentes y datos estadísticos, y de corte cualitativo, porque a través de entrevistas el foco está puesto en las nuevas modalidades laborales y las modificaciones subjetivas que se producen conjuntamente con sus efectos a nivel de procesos de salud/salud mental.

PALABRAS CLAVES: Trabajo. Salud/salud mental. Subjetividad.

THE NEW WORK FORMS: THEIR SUBJECTIVE IMPACT AND EFFECTS ON HEALTH / MENTAL HEALTH

ABSTRACT: The general objective of the work is to investigate the main transformations of work processes and organizations in light of what is happening worldwide with the pandemic, understanding

that work is a producer of subjectivity and the conditions in which it develops within a historical, political and social context, has consequences at the level of the general health / mental health of workers. What about the subject, his relationships, his body, his desire? Problems related to work, health, and subjectivity go through the entire social fabric in a complex and systematic way and acquire relevance due to the important transformations that the world is going through and its new forms of organization, management and control. These transformations make it necessary to take into consideration that business discourses, especially in middle and managerial positions, turn the human into merchandise and there are demands that place the subject in contradiction: progress, innovation, development, sense of belonging, coexist with demands and demand for openness to changes, the disposable, the momentary, the virtual, the lightness, the uncertainty, the inconstancy, the outdated. The research methodology is of a hermeneutical type and also has a mixed, quantitative approach, since it relies on standardized and numerical measurement through the use of statistical sources and data, and qualitative, because through interviews the focus it is put into the new work modalities and the subjective modifications that occur together with their effects at the level of health / mental health processes.

KEYWORDS: Work. Health / mental health. Subjectivity.

1 BREVE DESARROLLO

El Proyecto tiene relación con la Investigación que estamos llevando adelante desde la Cátedra de Psicología en el Trabajo, de la Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, y busca contribuir a la reflexión y discusión sobre uno de los problemas que preocupa mucho al mundo del trabajo y a las organizaciones: cómo las nuevas formas laborales impactan en la Salud/Salud Mental de los trabajadores. También vimos necesario indagar sobre las posibilidades reales de inserción laboral, lo que afecta subjetivamente muchísimo, y si las exigencias del mercado provocan efectos psicopatológicos, teniendo en cuenta especialmente que las exigencias y posibilidades de inserción laboral no son iguales para todos.

Interesa entonces, la reflexión y análisis crítico de los nuevos escenarios laborales, desde una perspectiva psicológica.

Haremos foco también en las condiciones laborales ya que también ellas van a determinar el bienestar o malestar de los trabajadores. La categoría de subjetividad está estrechamente relacionada con procesos culturales de construcción de sentido, de pertenencia e identificación colectiva desde los cuales los sujetos elaboran su experiencia existencial, sus propios sentidos de vida. La subjetividad es definida por González Rey (1999:108) como “la organización de los procesos de sentido y significado que aparecen y se configuran de diferentes formas en el sujeto y en la personalidad, así como en los diferentes espacios sociales en los que el sujeto actúa”.

La historia de la Psicología y más específicamente, la historia de la Psicología Laboral, es relativamente nueva y se halla en proceso de construcción. Como disciplina académica y aplicada, tiene menos de un siglo, y resulta indisociable de la evolución y modificaciones que las dinámicas laborales han tenido, dependiendo, tal como afirma Pulido (2011), de los cambios de la sociedad capitalista, así como del proyecto civilizatorio y colonizador de la modernidad. Esta situación se da en consonancia con el rol y responsabilidades, modelos y actividad profesional del Psicólogo que se desempeña en el campo del trabajo. Es importante afirmar que este rol se ha nutrido también de otras disciplinas como la economía, derecho laboral, sociología, medicina del trabajo, antropología, etc.

Hoy día, muchos profesionales Psicólogos se insertan laboralmente en recursos humanos y no como Psicólogos del trabajo y las Organizaciones, buscando su identidad y reconocimiento en otros campos disciplinares.

Como señalan Peiró, Prieto y Roe (1996a), Agulló (2001) y Blanch (2007), la Psicología del Trabajo comparte dos principios básicos:

- a. un ámbito temático estructurado en términos de conducta, interacción personal-ambiente, reacción comportamental o acción laboral de un sujeto que busca modificar su ambiente socio laboral;
- b. una misma acepción de trabajo en tanto que empleo, esto es, una forma socio históricamente determinada de actividad laboral asalariada, en un régimen contractual, en el marco de una organización laboral.

De esto se deriva la multiplicidad de aspectos abordados por la Psicología del Trabajo, así como la diversidad de enfoques utilizados para el análisis de la conducta de las personas en el trabajo. Consideramos entonces el trabajo como un fenómeno cuyo estudio no se agota en el análisis de la actividad de una persona en un determinado ambiente. El trabajo es fruto de la interacción de la actividad humana en sociedad. Condiciona la vida humana por lo que sería posible hablar también de una psicología social del trabajo.

Constituye un elemento de integración social, por lo que el análisis de este fenómeno, no puede restringirse ni a su consideración como conducta individual, ni a la consideración macroscópica que lo contempla como fenómeno económico, político o social. La psicología toma el trabajo a partir de las relaciones de producción capitalista, por lo tanto, es un producto directo de la transformación del hombre en mercancía, producto de la división social del trabajo, en donde el trabajo se considera productivo, en la medida en que produce capital y realiza plusvalía. En segundo lugar, en las condiciones

actuales de trabajo asalariado- empleo, emergen nuevas formas de trabajo, nuevas formas de relación laboral, que influyen, decisivamente sobre la vida cotidiana de las personas trabajadoras y sobre la dinámica organizacional. Por esta razón, cualquier estudio que se haga sobre la inserción al “nuevo”, “dinámico” y “cambiante” mercado laboral debe considerar las transformaciones acaecidas en la sociedad en general y en los sistemas de producción en particular.

Existe una zona en la que la intersección entre lo social y lo individual se articula y el trabajo adquiere distintas significaciones de acuerdo a cómo es percibido, pudiendo ser un factor de alienación en el que el sujeto no se reconoce a sí mismo en lo que hace, o a ocupar un papel fundamental y central en la vida personal. Para la supervivencia o el bienestar, los psicólogos consideramos el trabajo como fenómeno social y como actividad humana. Autores como Rodríguez (2004), destacan su carácter eminentemente humano, social, complejo, dinámico, cambiante, reflexivo, consciente, propositivo, estratégico, instrumental y moral. En 1995, Giddens afirmaba que la construcción de la identidad se encuentra indisolublemente ligada a los procesos biográficos y a las trayectorias individuales. En ese sentido, las formas y los contenidos por los cuales los trabajadores adquieren, mantienen, y desenvuelven su identidad a lo largo de sus vidas se revela de capital importancia para la comprensión de sus prácticas. La construcción de la identidad define al trabajador como persona construida por una multiplicidad de experiencias de vida.

En cuanto a la Salud Mental, no existe una definición que satisfaga plenamente.

Ante la pregunta: ¿Qué es la salud mental? Se puede responder, inicialmente y con cierto grado de certeza, lo que la salud mental no es. En consecuencia, se puede decir que la salud mental no es solo la ausencia de trastornos mentales. Se la puede definir como un estado de bienestar en el cual el individuo es consciente de sus propias capacidades, puede afrontar las tensiones normales de la vida, puede trabajar de forma productiva y fructífera y es capaz de hacer una contribución a su comunidad. Es un estado dinámico que se expresa en la vida cotidiana a través de sujetos que desplegando sus recursos emocionales, cognitivos y mentales, pueden trabajar y establecer relaciones significativas.

Con la pretensión de ampliar la discusión sobre el asunto, la salud mental se conceptualiza por lo menos de tres maneras diferentes y muy generales: como estado, como proceso y como resultado. Como estado, de bienestar psicológico y social; como proceso, indicativo de una conducta de afrontamiento (por ejemplo, luchar por conseguir la independencia y la autonomía); como resultado, por ejemplo, en un estado crónico debido a una confrontación aguda e intensa con un factor estresante, como sucede en el trastorno de estrés postraumático.

Analizando los métodos actuales de producción y las adaptaciones psíquicas con las que el hombre trata de satisfacer las exigencias del trabajo actual, vemos la exigencia de actitudes y rasgos de carácter social que lo enferman psíquicamente.

Resumiendo, podemos decir que la salud mental abarca una amplia gama de actividades directa o indirectamente relacionadas con el componente de bienestar mental incluido en la definición de salud que da la Organización Mundial de la Salud, OMS (2011): “un estado de completo bienestar físico, mental y social, y no solamente la ausencia de afecciones o enfermedades”. Dicha conceptualización de la salud mental está relacionada con la promoción del bienestar, la prevención de trastornos mentales y el tratamiento y rehabilitación de las personas afectadas por dichos trastornos.

Considera Dejours (2009) que se asiste al incremento y diversificación de actividades, tanto de aquéllas que consideran sustantivas del trabajo como de las que se realizan con un sentido estratégico. La peculiaridad de este trabajo estratégico reside en su efecto despersonalizante y el sufrimiento que genera.

La crisis del coronavirus ha estimulado el crecimiento del trabajo *online*. Esta tendencia está experimentando un impulso decisivo. El Covid-19 fuerza a empresas y organizaciones a imponer políticas de trabajo remoto en un mundo que cada vez proscribe más el contacto físico. El cambio repentino al trabajo digital remoto masivamente, tiene el potencial de acelerar los cambios en la forma de trabajar y en nuestras ideas sobre la organización del trabajo.

La pandemia puede resultar un punto de inflexión trascendental para la transformación digital del lugar de trabajo. Ahora bien, la vida laboral se ve enormemente modificada para millones de trabajadores de todo el mundo que hacen trabajos puntuales. No obstante, trasladar la vida laboral a internet no es algo nuevo y para muchos también es la manera habitual de trabajar.

El Covid-19 podría ser el catalizador que lleve la evolución de la organización del trabajo a otro nivel, en cualquier lugar y tiempo, quizás mejorando oportunidades para colaborar, pensar, crear y conectarse de forma productiva.

No obstante, el Covid-19 está imponiendo una enorme presión sobre los trabajadores mal remunerados o que carecen de acceso a los beneficios del seguro de desempleo o de licencia por enfermedad, o que tienen un acceso inadecuado a ellos, siendo los más afectados. En una posición extremadamente vulnerable, socava la dignidad e intensifica las divisiones sociales y económicas.

A mediados de marzo 2020, la Organización Internacional del Trabajo (OIT) hizo pública una elevada cifra estimada de desempleo global de 24,7 millones a causa del Covid-19; una semana más tarde, el jefe del Departamento de Política de Empleo de la

misma institución advirtió que la cifra final podría ser aún mucho más elevada. También se espera que a escala mundial pueda haber hasta 35 millones más de trabajadores pobres que antes del pronóstico pre-Covid-19 para 2020.

Estas estadísticas obligan a proteger a los trabajadores de los efectos adversos de la crisis, lo que significa incluir a quienes realizan trabajos no tradicionales, marginales, cuentapropistas o con ingresos inestables, o a quienes no pueden beneficiarse con los recientes paquetes de medidas de emergencia.

Si bien es importante para el futuro del trabajo, crear una era digital, no debemos permitir que asuma para los trabajadores un formato de desprotección y privación social.

Nos enfrentamos a las fallas y las debilidades de nuestras políticas laborales y sociales, y a la responsabilidad colectiva para manejar los riesgos que recaen injusta y severamente sobre la población más vulnerable.

En estas trágicas circunstancias, hay una lección para el futuro: trabajar online o de manera remota, significa algo más que readaptar los mercados laborales. Los sistemas de protección y asistencia social deben asegurar que todos tengan la capacidad de concretar el derecho humano a la seguridad social en la era digital post-Covid-19. Ninguna sociedad ni democracia organizada puede darse el lujo de ignorar la situación vulnerable de los trabajadores que cuentan con poca protección social y, sin embargo, son fundamentales durante una crisis.

Los cambios señalados, las nuevas exigencias del mercado laboral, el comportamiento de las personas empleadas, hacen que se asista a una eclosión de síntomas y patologías vinculadas con las nuevas formas que el trabajo asume, la sobrecarga, su intensificación, así como la aparición de nuevos perfiles, entornos violentos, estrategias de resistencia y efectos des-subjetivantes. Por tanto, la formación relativa a la salud/ salud mental y el trabajo adquiere relevancia en la profesionalización del Psicólogo que se desempeña en el campo del trabajo a la luz de estos cambios epidemiológicos. Más que nunca el mensaje para legisladores, empleadores, trabajadores y sus representantes es que incluyan el trabajo digital precario dentro del ámbito de la protección social. Si se hace bien, podemos crear un futuro de trabajo justo.

BIBLIOGRAFÍA

González Rey, F. (1999). *Psicologia e Educação: desafios e projeções*. In O A Rays. (org.) *Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas*. (pp. 102-117) Porto Alegre: Sulina.

Peiró, J. Prieto, F. & Roe, R. (1996a). La aproximación psicológica al trabajo en un entorno laboral cambiante. En: Peiró, J. Prieto, F. (Eds.). *Tratado de psicología del trabajo, I: La actividad laboral en su contexto* (pp. 15-36). Madrid: Síntesis.

Peiró, J. Prieto, F. & Roe, R. (1996b). El trabajo como fenómeno psicosocial. En: Peiró, J. Prieto, F. (Eds.). Tratado de psicología del trabajo. Vol. II: Aspectos psicosociales del trabajo (pp. 15-33). Madrid: Síntesis.

Pulido, C. (2011). Psicología y trabajo: una relación bajo examen. En: Ballesteros, B. & Escobar, H. *Psicología y políticas públicas: aportes desde la academia*, (pp. 123-144). Bogotá: Universidad Javeriana.

Rodríguez, R. (2010). Disertaciones acerca de los resultados del proyecto de intervención desde el psicoanálisis sobre el problema de la psicosis y la inclusión social. *Tesis Psicológica*, 5, 12-29.

CAPÍTULO 11

COHERENCIA ORGANIZACIONAL: EVIDENCIA EXPERIMENTAL SOBRE EFECTOS DE LOS JUICIOS DE COHERENCIA

Data de submissão: 23/04/2021

Data de aceite: 12/05/2021

Fernando Toro Álvarez

Director Centro de Investigación en
Comportamiento Organizacional

Carrera 25A No. 1-31, Of. 1102

Medellín, Colombia

Teléfono (57) 4441546

www.cincel.com.co

E-mail ftoro@cincel.com.co

<https://orcid.org/0000-0003-4582-2772>

los participantes distintas circunstancias de trabajo a las que debían reaccionar y para hacerlo era preciso elaborar juicios de coherencia, previos a su respuesta a la situación descrita. Los análisis evidenciaron que efectivamente los juicios de coherencia consisten en la asociación cognitiva de hechos distintos que se agrupan y relacionan de acuerdo con un referente (idea, concepto) subjetivo. Estos juicios mostraron efectos reguladores de la conducta en el contexto de trabajo, como lo muestran los resultados obtenidos.

PALABRAS CLAVE: Juicio de Coherencia. Coherencia organizacional. Sentido subjetivo.

RESUMEN: Es escasa y dispersa la conceptualización del concepto de coherencia y de sus implicaciones y aplicaciones a los contextos de trabajo en las organizaciones. En este escrito compendio algunos resultados de investigación experimental en la que he examinado la naturaleza de los juicios de coherencia que elaboran las personas en el trabajo y algunos de sus efectos en el comportamiento individual y organizacional. El estudio se realizó con una muestra de personas empleadas en distintas organizaciones productivas. Se empleó la metodología experimental de viñetas, mediante las cuales se presentaron a

1 INTRODUCCIÓN

El presente escrito es parte de un proyecto de investigación sobre coherencia organizacional que viene desarrollando el Centro de Investigación en Comportamiento Organizacional de Colombia. Es el propósito de este escrito presentar varias evidencias experimentales para explicar la manera como los juicios de coherencia (JC) promueven efectos cognitivos necesarios para dar respuestas adaptativas en los ambientes de trabajo y de organización.

2 QUÉ ES UN JUICIO DE COHERENCIA

Un juicio de coherencia (JC) es un patrón de pensamiento consistente en la vinculación de datos, hechos o realidades diferentes en función de un elemento que los integra (Toro, 2018). Este elemento integrador es subjetivo y permite asegurar un grado de comprensión y sentido a la relación entre los diferentes hechos o datos así asociados (Toro, 2015). Es entonces una manera de juzgar las relaciones entre hechos o datos para decidir sobre su veracidad o confiabilidad y valorar su credibilidad o certidumbre. Son, entonces, características de un (JC): (a) Relacionar elementos distintos de una situación con base en una idea, supuesto o criterio. (b) Ser un patrón de pensamiento basado en un elemento integrador elegido de manera autónoma y subjetiva. (c) Permitir decidir sobre la coherencia o incoherencia de una situación. (d) Facilitar decisiones sobre credibilidad, veracidad, confiabilidad de la situación así valorada. (e) Conducir a elaboración de otros juicios y a toma de decisiones (Toro, 2018).

La investigación (Toro, 2018) destacó varios efectos individuales inmediatos que pueden derivarse de un (JC) y que fueron entonces las variables dependientes del estudio: sentido de la situación, comprensión, claridad, valoración, coherencia, credibilidad.

3 METODOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN

Se contó con una muestra por disponibilidad de 292 personas con empleo vigente de al menos un año, en organizaciones colombianas de los sectores educativo, industrial, salud, comercial y de servicios. 63% eran mujeres y el 37% hombres, con educación tecnológica, profesional y de posgrado. Se empleó la Metodología Experimental de Viñetas, consistente en la descripción de escenas o situaciones particulares presentadas de manera breve, pero con información suficiente (Aginis y Bradley, 2014), que asegure las siguientes características: brevedad, descripción clara de una persona, situación u objeto, combinación sistemática de características (Atzmüller y Steiner, 2010). Se diseñaron cuatro situaciones experimentales, cada una basada en una viñeta que contenía varios elementos descriptivos de una situación de trabajo o de empresa. En cada viñeta se estableció un elemento integrador que fue la variable independiente y se formularon una, dos o tres preguntas directas acerca de la situación, cuyas respuestas permitían examinar uno o algunos de los efectos inmediatos de los (JC), que fueron las variables dependientes: sentido de la situación, comprensión, claridad, valoración, coherencia, credibilidad. La información se obtuvo de manera virtual. Se realizaron análisis de χ^2 de Consistencia, Análisis no paramétricos de varianza de Friedman, Test de Kruskal-Wallis (debido a la no normalidad de las distribuciones) y Anova factorial.

3.1 PRIMER EXPERIMENTO

Utiliza viñeta con cinco hechos distintos que ocurren en un área de ventas. Para examinar su efecto como elemento integrador se presentó al grupo experimental 1 el texto: “Se supo que el supervisor renunció por no sentirse capaz de manejar ese equipo”. Para el grupo experimental 2 solo cambió el texto del elemento integrador: “Se supo que el supervisor renunció por descontento con el mal ambiente de ese equipo”. Una tercera viñeta igual se presentó al grupo de control 3 y el texto del elemento integrador se cambió por una frase no interpretativa: “Algunos días de la semana se consigue aumentar las ventas en el área”. Se pidió a los participantes de los tres grupos que eligieran, entre los elementos disponibles, aquel que les permitiera encontrarle sentido a la situación. La tabla No. 1 muestra las respuestas dadas en cada grupo a los cinco hechos que describen la situación. La tabla No. 2 presenta las hipótesis examinadas y la verificación estadística obtenida.

Tabla 1. Frecuencia de respuestas al elemento integrador (5) en las tres condiciones.

Condición	Hecho que más ayuda a encontrar sentido				
	1	2	3	4	5
EXPERIMENTAL 1	9	14	13	21	89
EXPERIMENTAL 2	11	15	20	17	78
CONTROL 3	10	33	26	44	24

Tabla 2. Hipótesis y resultados obtenidos.

Hipótesis	Resultado
1. Los grupos experimentales 1 y 2 no difieren significativamente en la escogencia del elemento integrador (5) a pesar de su diferencia de contenido.	$F(7) = 1.600, p = .135$ $1.Mdn = 7.0, 2.Mdn = 7.0$
2. Los grupos experimentales 1 y 2 obtienen una puntuación significativamente más alta en <i>sentido de la situación</i> que el grupo de control.	$F(1) = 32.049,$ $p < .001, r = -.38$ $1+2.Mdn = 7.0, 3.Mdn = 5.0$

Los elementos integradores de los dos grupos experimentales, a pesar de tener un contenido distinto, contribuyeron de igual manera al sentido subjetivo, lo que no ocurrió con el elemento integrador del grupo de control, en el que los distintos hechos fueron escogidos en proporciones similares. Estos resultados apoyan la previsión teórica de que una realidad compleja, conformada por una diversidad de elementos, podrá adquirir

un sentido subjetivo en la medida en que los diversos elementos se logran integrar en función de un elemento, idea o principio que los aglutina para atribuirles un significado personal. Aunque con diferencias, en las tres condiciones las personas encontraron algún grado de sentido. El resultado en la condición de control evidencia que los participantes, en su búsqueda de sentido, eligieron alguno de los cinco hechos, en ausencia de un mejor elemento integrador. El elemento integrador en las dos condiciones experimentales cumplió su función de integrar y dar sentido a pesar de tener un contenido diferente.

3.2 SEGUNDO EXPERIMENTO

Dos viñetas describen el programa semanal de trabajo de un empleado de supervisión en una institución financiera. La viñeta de control contiene, como elemento integrador, una lista de beneficios que se derivan del buen desempeño. La viñeta experimental tiene la misma lista de beneficios, pero incluye comentarios acerca de algunos incumplimientos de la empresa en relación con tales beneficios, generando así contradicción en la información. El experimento examinó en qué medida las contradicciones en el elemento integrador, variable independiente, pueden desmejorar la claridad y el valor o valencia atribuida a la situación, variables dependientes.

Tabla 3. Respuestas de los grupos al elemento integrador (5)

Condición	Elemento que mejor contribuye a la claridad de la situación				
	1	2	3	4	5
CONTROL	28	44	14	3	50
EXPERIMENTAL	7	41	7	12	69

Tabla 4. Respuestas de los grupos al atractivo de la situación (Valencia)

Condición	Elemento que más ayuda a ver la situación como más atractiva				
	1	2	3	4	5
CONTROL	5	16	15	4	98
EXPERIMENTAL	20	19	22	26	49

Se aprecian diferencias importantes en las elecciones de los participantes: el elemento integrador (5) del grupo experimental promovió claridad a más personas que el del grupo de control, pero la situación fue valorada como más positiva por el grupo de control, que cuenta con un elemento integrador sin contradicciones.

El análisis estadístico reveló varios hechos: (1) el grupo con contradicciones en el elemento integrador (experimental) calificó como más clara la situación, pero al mismo

tiempo la considero menos atractiva. Este resultado cobra sentido si se tiene en cuenta que la muestra contenía una alta proporción de personal profesional y especializado (88%) y con experiencia laboral. (2) La situación sin contradicciones en el elemento integrador (control) fue valorada como más positiva.

Tabla 5. Hipótesis y resultados obtenidos.

Hipótesis	Tipo de Apoyo
1. El grupo Experimental puntúa significativamente más bajo que el grupo de control en claridad de la situación.	Kruskal-Wallis $H(1) = 35,765, p = .000, \eta^2 = .01$ 1.Mdn=7.0, 2.Mdn=9.0
2. El grupo experimental puntúa significativamente más bajo que el grupo de control en la valencia o atractivo de la situación.	Kruskal-Wallis $H(1) = 64,484, p = .000, \eta^2 = .13$ 1.Mdn=6.0, 2.Mdn=8.0
3. El grupo de control elige el elemento integrador (sin contradicciones) como contribuyendo más a la claridad que el grupo Experimental.	$\chi^2(1) = 23,443, p < .001$
4. El grupo de control elige el elemento integrador (sin contradicciones) como contribuyendo más al atractivo de la situación que el grupo Experimental.	$\chi^2(1) = 43,036, p < .001$

En conclusión, se aprecia que la ambigüedad en el elemento integrador promueve incertidumbre (Toro, 2013) y esta conduce a un juicio de coherencia que hace ver menos conveniente o atractiva una situación, pero en el presente caso la ambigüedad promovió también que muchos participantes consideraran tener mayor claridad acerca de la situación, por el hecho de conocer sus contradicciones.

3.3 TERCER EXPERIMENTO

En este experimento se construyeron dos viñetas, experimental y de control, que contenían informaciones inconsistentes. La variable independiente fue la credibilidad en la fuente de información. En la condición experimental la información conocida, y con

incoherencias, provenía de un rumor y en la de control, con las mismas incoherencias, provenía de la gerencia. De manera separada se examinaron tres variables dependientes: coherencia percibida, credibilidad y claridad de la información recibida.

Tabla 6. Hipótesis y resultados obtenidos.

Hipótesis	Tipo de Apoyo
1. El grupo experimental (rumores) puntúa significativamente más bajo en <i>coherencia</i> que el de información de la gerencia.	Kruskal-Wallis $H(1) = .246, p = .62$ 1.Mdn=2.0, 2.Mdn=2.0
2. El grupo de control (información de gerencia) puntúa significativamente más alto en <i>credibilidad</i> que el grupo con información de rumores.	Kruskal-Wallis $H(1) = .361, p = .55$ 1.Mdn=2.0, 2.Mdn=2.0
3. El grupo de control (información de gerencia) puntúa significativamente más alto en <i>claridad</i> de la información que el grupo con información de rumores.	Kruskal-Wallis $H(1) = .073, p = .787$ 1.Mdn=2.0, 2.Mdn=2.0

En relación con la coherencia de la situación surgieron dos resultados importantes. El primero consistió en que no se diferenciaron significativamente los grupos, al contrario, se observó consenso alrededor de una baja calificación dada a claridad, coherencia y credibilidad de la situación. El segundo resultado mostró que ambos grupos encontraron bastante incoherente la situación (Mdn=2.0, rango de 1 a 10). Por tanto, los datos inconsistentes de la situación tuvieron más peso en el juicio que el origen de la información, hecho que desconfirma la hipótesis inicial.

En el juicio sobre credibilidad de la información se observó algo similar. No se pudo apoyar la previsión de las hipótesis porque los grupos coincidieron en encontrar la información poco creíble y poco clara. Propongo algunas explicaciones. La primera es el nivel educativo y de experiencia laboral de la muestra: más del 80% de las personas participantes contaban con educación superior y experiencia laboral superior a seis años. El 36% de los participantes tenían más de 16 años de experiencia y cerca del 30% eran jefes. Es posible que estas condiciones particulares promovieron una visión crítica de la situación y el no dar crédito a la información, aún proviniendo de la gerencia.

Una segunda explicación proviene de la Teoría de la Coherencia Emocional de Thagard (2000, 2005). Su principio de Inferencia de la Mejor Explicación afirma que una persona juzga como más veraz la mejor explicación que le puede dar a un

conjunto de datos. En el presente caso esto significa que para las personas educadas y experimentadas de la muestra la explicación más veraz es la mejor que hay disponible, es decir, que la información recibida es incoherente. De este modo el elemento integrador propuesto no fue la fuente de sentido, como se previó en el diseño, sino la escasa lógica de la situación descrita. En una muestra con personas de más baja escolaridad y estrato socioeconómico, y posiblemente mayor distancia de poder (Hoeftede, 1997), es probable que la fuente de información sea el elemento integrador, pues este podría ser “la mejor explicación”. Esto merece examinarse en investigación futura. En conclusión, no fue la fuente de información, como elemento integrador, lo que promovió los juicios de coherencia, credibilidad y claridad de la situación sino el hecho mismo de la inconsistencia lógica de la información. Ésta fue tan evidente que su falta de lógica se constituyó en un elemento integrador más determinante que los otros elementos de la situación que, también sea dicho, fueron elegidos por varias personas de la muestra.

3.4 CUARTO EXPERIMENTO

Se elaboraron dos viñetas iguales relacionadas con una tarea de selección de candidatos para un cargo gerencial. Se estableció como elemento integrador para la situación (variable independiente) la existencia de varios requisitos para el cargo. En la condición experimental, se adicionó una política de vinculación, pero no en la de control. Las variables dependientes fueron: seguridad experimentada en relación con la decisión y satisfacción con el acierto supuesto en la decisión. Se buscó aquí verificar la hipótesis de que el desempeño en la tarea es significativamente mejor y la persona experimenta confianza en el resultado obtenido, si existe un criterio explícito (política de la empresa) que define el sentido de la tarea.

Tabla 7. Elección de candidatos por los participantes

Condición	Candidato Elegido			
	1	2	3	4
EXPERIMENTAL	10	106	19	1
CONTROL	20	85	28	1

La mayor cantidad de elecciones correctas ocurrió en el grupo experimental que conocía la política institucional de selección de personal. Esta política complementó y contribuyó al sentido de los criterios de selección. En el grupo de control, que solo conocía los criterios, pero no la política, se dio una mayor cantidad de elecciones incorrectas y una menor cantidad de elecciones acertadas.

Tabla 8. Hipótesis y resultados obtenidos.

Hipótesis	Tipo de Apoyo
1. El grupo experimental tiene más aciertos en la decisión que el grupo de control.	$X^2 (3) = 7.351, p = .048$
2. El grupo en la condición experimental está significativamente más seguro de la decisión tomada que el grupo de control.	Kruskal-Wallis $H(1) = .785, p = .375$ $1.Mdn=8.5, 2.Mdn=8.0$
3. El grupo en la condición experimental está significativamente más satisfecho con la decisión tomada que el grupo en la condición de control.	Kruskal-Wallis $H(1) = 1,820, p = .177$ $1.Mdn=9.0, 2.Mdn=8.0$

El grupo en que se incluyó la política exhibió un mejor desempeño en la tarea. En el grupo de control, sin la política, fueron más frecuentes los errores de decisión y menos frecuente la elección correcta. El efecto de la coherencia sobre el desempeño organizacional ha sido reportado en diversos estudios (Lindwan y Mainardi, 2010; Coning y Friis, 2011; Crettenard, Laperrousa, Finger y Duthaler, 2010) que sugieren la solidez de esta relación. La evidencia no soportó las hipótesis de una diferencia en seguridad y satisfacción con la decisión y además en los dos grupos fueron altas tanto la seguridad como la satisfacción reportadas. Esto último parecerelacionarse con la alta educación y experiencia de trabajo de las personas de la muestra. Otros estudios deberán examinar si este resultado se sostiene o se modifica con una muestra más representativa de trabajadores con menor preparación y experiencia.

4 CONCLUSIONES

De los datos presentados se pueden derivar algunas conclusiones e implicaciones. (1) Mediante los (JC) se ponen en relación hechos o datos diversos con ideas, afectos, conceptos o experiencias subjetivas de la persona. Este vínculo entre la realidad percibida y la subjetividad facilita la elaboración de un sentido subjetivo de coherencia o incoherencia. De aquí se derivan efectos cognitivos y conductuales inmediatos que contribuyen a la auto-regulación y a la generación de respuestas adaptativas. (2) El elemento integrador de un juicio de coherencia puede ser una idea, concepto, sentimiento o experiencia previa, de aquí su carácter subjetivo, y su tarea consiste en vincular la historia personal con los hechos presentes para poderles atribuir un significado (González-Rey, 2013). (3) Los mismos hechos o datos pueden ser considerados como

más o menos coherentes dependiendo del elemento integrador que cada persona adopte, lo que explica las diferencias sobre la coherencia que pueden producirse ante una misma realidad. (4) Ambigüedades en el elemento integrador conducen a que se valore la situación como negativa o menos positiva pero, para personas con niveles altos de educación y experiencia tal ambigüedad contribuyó a la claridad de la situación. (5) Inconsistencias lógicas en la situación tendieron a sustituir elementos integradores más idiosincráticos, por lo que se elaboró un juicio de incoherencia que condujo a dar una baja valoración a la claridad, coherencia y credibilidad de la situación. (6) Una explicación que aclara o sustenta el elemento integrador contribuyó a mejorar el desempeño de los participantes, aunque no afectó su seguridad y satisfacción en relación con la tarea. En conjunto, estos hallazgos evidencian que los juicios de coherencia son subjetivos y también producen efectos cognitivos y conductuales de carácter regulador, por lo cual es relevante su comprensión y su gestión en los ambientes de trabajo. No basta que una situación de empresa sea coherente, hace falta que las personas la perciban y juzguen como tal y esto justifica que se le haga gestión (Toro, 2018).

REFERENCIAS

- Aguinis, H. y Bradley, K. J. (2014). Best Practice Recommendations for Designing and Implementing Experimental Vignette Methodology Studies. *Organizational Research Methods*, 17(4), 351-37.
- Atzmüller, C. y Steiner, P.M. (2010). Experimental Vignette Studies in Survey Research. *Methodology* 6(3), 128-138. DOI: 10.1027/1614-2241/a000014.
- Coning, C. & Friis, K. (2011). Coherence and Coordination. The Limits of the Comprehensive Approach. *Journal of International Peacekeeping*, 15, 243-272. Recuperado de: <http://archives.cerium.ca/IMG/pdf/coning.pdf>
- Crettenand, N., Laperrousa, M., Finger, M. & Duthaler, C. (2010). *Performance and Coherence in Network Industries*. Third Annual Conference on Competition and Regulation in Network Industries, Brussels, Belgium.
- González-Rey, F. L. (2013). La subjetividad en una perspectiva cultural- histórica: Avanzando sobre un legado inconcluso. *Revista CS en Ciencias Sociales*, 11, 19-42.
- Hoefte, G. (1997). *Cultures and organizations. Software of the mind*. New York: McGraw-Hill.
- Leindwan, P., & Mainardi, C. (2010). The Coherence Premium. *Harvard Business Review*, (June), 1-8.
- Thagard, P. (2000). *Coherence in thought and action*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Thagard, P. (2005). The Emotional Coherence of Religion. *Journal of Cognition and Culture*, 5(1), 58-74. <https://doi.org/10.1163/1568537054068642>.
- Toro, F. (2018). *Juicios de coherencia en el contexto organizacional. Aportes para una teoría de la coherencia en las organizaciones*. Disertación Doctoral, Universidad de Puerto Rico.

Toro, F. (2015). Reflexión sobre subjetividad y juicios de coherencia en el trabajo. *Revista Interamericana de Psicología Ocupacional*, 34(2), 93-107, DOI: 10,21772/ripo.v34n2a03.

Toro, F. (2013). *Coherencia*. En F. Toro & A. Sanín (Eds). *Gestión del Clima Organizacional. Intervención basada en evidencias*. Medellín: Cincel.

CAPÍTULO 12

A GREVE DE 2012 - UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E REAÇÃO CONTRA A APROPRIAÇÃO DO TRABALHO IMATERIAL NA POLÍCIA FEDERAL

Data de submissão: 02/04/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Antônio José Moreira da Silva¹

Universidade Federal da Fronteira Sul
<http://lattes.cnpq.br/7342419299529833>

RESUMO: O trabalho explicita, através de pesquisa e sistematização de notícias acerca do movimento sindical na Polícia Federal, a existência de uma tensão institucional vivida, no cotidiano, pelos policiais federais. Aborda os fundamentos do processo de apropriação, pelos delegados de polícia, do trabalho imaterial desenvolvido pelos demais policiais, bem como descreve a luta de ocupação do espaço social que decorre da resistência a esse processo. Os esforços se concentram na descrição de fatos que circunscreveram e sucederam a greve da categoria em 2012 e propõe um diálogo com elementos das observações de Hardt, Negri, Lazzarato, Bordieu, Castoriadis e Bernardo.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho imaterial. Movimento sindical. Polícia Federal.

¹ Agente de Polícia Federal e Professor de Legislação Trabalhista e Previdenciária na UNETRI Faculdade, em Barracão - PR. Graduado em Direito, Especialista em Direito Penal e Processual Penal e em Controle da Gestão Pública Municipal. Mestre em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

1 INTRODUÇÃO

Em meio aos debates a respeito da necessidade de reforma da “arquitetura institucional” das policiais e da modernização da investigação criminal, escamoteia-se um fenômeno pouco evidenciado na observação dos fatores apontados como problemas da segurança pública brasileira, mas que pode ser uma das causas do baixíssimo grau de eficiência da investigação criminal no Brasil: a proposital invisibilidade institucional de policiais que atuam na linha de frente da investigação e a apropriação do resultado do trabalho desses profissionais por parte dos delegados de polícia. No presente artigo pretende-se discutir os contornos empíricos dessa invisibilidade, demonstrando que esse fenômeno integra uma estratégia deliberada de acumulação de poder, seja pela imposição de um rígido sistema de controle, seja pela vulgarização do trabalho imaterial desenvolvido por policiais que não ocupam o cargo posicionado no topo da hierarquia funcional e, portanto, habitam as franjas do sistema de persecução criminal brasileiro.

Não se pretende aqui uma profunda análise de cunho sociológico das relações

institucionais e do movimento sindical na Polícia Federal, mas se busca, a partir da descrição de fatos que circunscreveram e sucederam a greve da categoria, em 2012, demonstrar como escrivães, papiloscopistas e agentes da Polícia Federal, autodenominados pela sigla EPAs, se movimentaram para pautar - no debate político - a crise de paradigmas do atual modelo de investigação criminal e da arquitetura institucional da segurança pública brasileira (SOARES e BALESTRERI, 2012).

O presente trabalho caracteriza-se como exploratório-descritivo (RICHARDSON, 1999), pois busca demonstrar os mecanismos políticos, legislativos e institucionais (hierarquia e disciplina) que são utilizados para dar contornos de legitimidade ao objetivo último de manutenção da atual estrutura estratificada das polícias brasileiras e, em especial, da Polícia Federal.

Quanto aos procedimentos utilizados, a pesquisa revestiu-se de natureza empírica, dado ao *locus* de observação do fenômeno abordado, uma vez que o autor ocupa o cargo de agente de polícia federal e atua no movimento sindical. Foram pesquisadas as normas institucionais e as publicações a respeito de fatos envolvendo o movimento sindical na Polícia Federal, com o objetivo de traçar um cronograma de acontecimentos que marcam os antagonismos e os olhares sobre a realidade de cada uma das partes envolvidas nesse conflito.

Buscou-se dialogar com autores como Bernardo, Bordieu, Castoriadis, Hardt, Lazzarato e Negri, no intuito de propor uma inserção teórica da pesquisa baseada nos conceitos de trabalho imaterial, na caracterização dos conflitos resultantes do sistema hierárquico e na disputa pelo espaço social.

Importa dizer que existe uma enorme dificuldade no tratamento científico do tema abordado, pois grande parte das questões trazidas à discussão advêm da vivência policial e do manuseio empírico de uma realidade observável apenas pelos integrantes da instituição, os quais estão submetidos a uma rígida hierarquia funcional. Porém, essa condição coloca os policiais federais (ao menos aqueles socialmente engajados no processo de transformação de sua realidade) como “sujeitos” e “objetos” do seu próprio processo de produção do conhecimento” (BRANCALEONE, 2015, p. 368).

Nesse sentido, muitos dos elementos que dão coerência argumentativa ao estudo, são justamente aqueles que se apresentam como uma matéria prima quase intangível, uma vez que a realidade observada está fortemente amparada por uma estrutura jurídica arcaica e pela cultura institucional das polícias brasileiras, herdada ainda dos tempos do Brasil colônia (FREITAS, 2008).

Assim, a legitimação do ponto de vista ora expressado calca-se na premissa de que não existe uma abordagem eminentemente cognitiva sobre os modos de se fazer

pesquisa e sobre o engajamento social, porém, busca-se uma produção do conhecimento não subordinada às lógicas de dominação, que assumam valores dentro de um cenário de correlação de forças e que encontrem um “espaço honesto” para a emergência de uma ciência social “situada”. (BRANCALEONE, 2015, p. 368-369).

O presente artigo foi elaborado ainda em 2015 e o tema ora tratado foi objeto de estudos mais aprofundados em minha dissertação de Mestrado, intitulada “FOGO AMIGO: as disputas internas na Polícia Federal analisadas no contexto do debate sobre a reforma das instituições policiais e da investigação criminal no Brasil” (MOREIRA DA SILVA, 2018). No entanto, nenhuma das abordagens se ocuparam de analisar o debate havido no interior da Polícia Federal após as eleições de 2018, que transformaram por completo os posicionamentos do movimento sindical na Polícia Federal, os quais serão abordadas noutra momento.

O artigo original foi modificado para a adaptação do tempo verbal do texto, com o objetivo de delimitar o recorte temporal e o contexto em que foi escrito. No entanto, algumas das percepções nele contidas foram mantidas como registro histórico, ainda que não muitas delas tenham sofrido sensível alteração desde então.

2 DESENVOLVIMENTO

Em que pese a aprovação pública acerca do que se conhece do trabalho desenvolvido pela Polícia Federal, na instituição existe uma tensão interna desconhecida do grande público e que é pouco identificada pelo campo da observação acadêmica, mas é vivida, no cotidiano, pelos policiais federais. Essa tensão deu origem ao movimento sindical na instituição, cujo marco inicial foi a criação da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), fundada em 25 de agosto de 1990 (FENAPEF, [20--?]).

Desde a sua fundação, um dos pilares das lutas dessa entidade foi o seu posicionamento explicitamente contrário ao modo como os delegados de polícia federal se movimentavam e ainda se movimentam no cenário político e institucional para manter e acirrar os contornos inflexíveis da atual estrutura organizacional da PF. À época, discutiam-se, por exemplo, situações como a exigência de policiais se levantarem quando um delegado entrasse no recinto (SINPOFESC, [20--?]).

No dia 20 de outubro de 2004, a Revista Veja publicou uma extensa matéria tratando da atuação da PF que, nos vinte meses anteriores, havia prendido 44 de seus próprios integrantes, fazendo o que seria, segundo a avaliação da revista, o maior expurgo de sua história.

Analisando o que se apontava como sendo a sobredita depuração, a matéria fazia a seguinte observação:

O processo de autolimpeza da PF, cujos primeiros frutos estão sendo colhidos agora, começou a ser montado em 1997. O ponto de partida foi um concurso para novos agentes – desde então, obrigatoriamente portadores de um diploma de curso superior. De lá para cá a corporação foi renovada em dois terços dos seus mais de 7000 integrantes. (RIZEK e OYAMA, 2004, p. 41).

A exigência de diploma de curso superior para ingresso na Polícia Federal decorreu da Lei 9.266 de 1996. Na observação da revista, essa mudança colaborou para a evolução dos quadros funcionais (RIZEK e OYAMA, 2004, p. 41).

Após a edição dessa lei, ganhou ainda mais força, no âmbito dos sindicatos dos policiais federais, um debate sobre a carreira da instituição. Apesar de ser tratada pela Constituição de 1988² como carreira (no singular), de fato, na PF sempre existiu uma carreira para delegados e outra para os demais policiais.

Em que pesasse aquela mudança, tanto o governo federal quanto a administração da PF continuavam a classificar os cargos de Agente, Escrivão e Papiloscopista como sendo de nível médio, sob o argumento de que a redação do artigo 2º da Lei 9.266 apenas estabeleceu o nível superior como requisito de ingresso, sem que isso significasse que esses cargos fossem classificados como de nível superior³; isso porque o Decreto-Lei no 2.320/1987 e a Portaria 523/1989 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG⁴ continuavam a descrever os cargos dos EPAs como sendo de nível médio e os cargos de delegado e perito como nível superior. Assim, aos delegados foram reservadas as atividades de “direção, supervisão, coordenação, assessoramento e controle, no mais alto nível de hierarquia da administração policial federal, bem como articulação e intercâmbio policial a nível (sic) internacional” (MPOG, 1989).

A característica mais marcante dessa norma, que descreve as atribuições dos cargos da carreira policial federal, é a camuflagem das reais atividades desempenhadas pelos EPAs, pois, de fato, muitos desempenham - formal ou informalmente – atividades reservadas aos delegados. O descompasso entre a realidade e a norma caracteriza um vistoso traço de subalternidade e informalidade no trabalho desenvolvido por esses profissionais. No entanto, essa informalidade é o fator que possibilita o andamento das atividades desenvolvidas pelo órgão, principalmente as investigações criminais, pois a estrutura normativa que as regula é insuficiente para dar cabo do dinamismo necessário do trabalho policial⁵.

² CF/88, art. 144, §1º: Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; (...) § 1º - A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a (...)”.

³ Tabela de remuneração do MPOG. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_remuneracao/2013/tab_60_2013_1.pdf

⁴ Portaria 523, de 28 de julho de 1989, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

⁵ Mais adiante serão demonstradas as atividades informalmente desempenhadas pelos policiais federais.

Quanto a isso, Bernardo observa o seguinte:

No decurso de processos normais de trabalho, em que o conflito não é superficialmente aparente, sucede que trabalhadores, por iniciativa própria, laborem segundo formas e ritmos por eles decididos, em violação das normas estabelecidas pela direção da empresa; e, ao entrar assim com outro tipo de relação com o maquinismo, cada um estabelece com os colegas um relacionamento diferente do previsto no organograma oficial. (...). Daqui resulta, por um lado, um aumento da produtividade, porque, nas condições que assim para eles próprios criam, os trabalhadores laboram mais e melhor (BERNARDO, 1991, p.320).

São estas, pois, as bases da afirmação de que, na Polícia Federal, existe um sistemático processo de apropriação do trabalho imaterial realizado pelos EPAs, que é a verdadeira “força produtiva” (VIRNO, 2003) da Polícia Federal. No Brasil, essas forças são canalizadas para o inquérito policial, presidido por uma autoridade policial (delegado)⁶, como preceitua o Código de Processo Penal (CPP).

Hardt e Negri definem trabalho imaterial aquele que “*no resulta en bienes materiales ni durables, definimos al trabajo implicado en esta producción como trabajo inmaterial - es decir, trabajo que produce un bien inmaterial, tal como un servicio, un produto cultural, conocimiento o comunicación*” (HARDT e NEGRI, 2000, p. 253).

De acordo com Cabette (2003, p. 197), o trabalho de investigação não se destina apenas a obter indícios para a acusação, mas apurar a verdade, seja ela a favor da acusação ou da defesa. Para Antunes (1985), a investigação criminal é “*a pesquisa sistemática e sequente do respectivo objecto, com recurso a meios técnicos e científicos*”.

Alves (2008) aponta que a investigação criminal é um trabalho multifacetado e interdisciplinar:

O perfil do investigador envolve a formação de um corpo de detetives hábeis em manusear com o fenômeno criminal, nas suas particularidades no tocante à materialidade ou a apresentação de autoria delitiva. Daí, portanto, a existência dos necessários conhecimentos de criminalística. A criminalística, vista não apenas como um conjunto metodológico instrumental, à disposição das técnicas de investigação, mas sim como repositório científico de diversos ramos do conhecimento aplicados ao fenômeno criminal, resulta numa formação diferenciada, que por vezes afasta-se do inibido modelo do policial meramente cumpridor de diligências (ALVES, 2008).

Entretanto, Azevedo e Vasconcellos, ponderam o seguinte:

(...) a elaboração do inquérito policial exige diferentes saberes, os quais, muitas vezes parecem estar em conflito. Há uma variedade de papéis e atividades desenvolvidos dentro das delegacias de polícia que requerem diferentes tipos de conhecimento (administrativo, investigatório, jurídico), e a distribuição

⁶ Embora o CPP não estabeleça que a autoridade policial é o delegado de polícia, essa categoria profissional tem-se movimentado no sentido de alterar, na legislação brasileira, a expressão “autoridade policial” por “delegado de polícia” (Vide: MOREIRA DA SILVA, 2014). A lei 13.047/2014 (MP657/2014) cristalizou esta situação no âmbito da PF.

desses papéis e suas respectivas atividades é marcada por forte hierarquia institucional. As atividades realizadas pelos servidores situados na parte superior dessa hierarquia costumam estar fundamentadas e legitimadas pelo conhecimento jurídico, o qual possibilita a realização de relatórios formalmente capazes de produzir material legítimo para a instrução de processos criminais. As demais atividades realizadas pela polícia, como policiamento comunitário, atendimento a grupos específicos, administração de conflitos e mesmo o trabalho de investigação acabam sendo consideradas pelos integrantes da instituição como atos secundários, de menor importância, e os profissionais que executam tais funções ocupam um local inferior na hierarquia policial (AZEVEDO e VASCONCELLOS, 2011, p. 64).

Assim, dada a estrutura organizacional da Polícia Federal, as funções exercidas pelos EPAs são formalmente classificadas como auxiliares. Embora sem amparo constitucional, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF classificava aqueles cargos como integrantes de “carreiras policiais auxiliares” (ADPF, 2014, p. 33). Em razão da existência de entradas múltiplas para a carreira policial, as chefias não derivam da experiência profissional ou de saberes inerentes à área de atuação profissional, pois essas funções estão destinadas aos ocupantes do cargo de delegado. Assim, todo o capital social e simbólico (BORDIEU, 2011) produzido pelo trabalho de todos os integrantes da instituição é concentrado nas mãos dos ocupantes deste cargo.

Contribui com essa realidade a existência de uma enorme lacuna regulatória, que relega a um limbo institucional as características, as atividades, os saberes e as competências necessárias para a realização do trabalho investigativo, ou seja, a lei não estabelece o “como fazer” uma investigação. Dessa forma, o processo de planejamento, de coordenação e as decisões tomadas pelos EPAs são eclipsados, tornando-se invisíveis ao sistema formal de persecução criminal. Assim, o que se torna conhecido pelos outros integrantes do sistema (Judiciário e Ministério Público), é a compilação (pelo delegado) dos dados recolhidos durante as investigações, ou seja, o produto último do trabalho imaterial do investigador. Esses dados, são, por exemplo, um trabalho de campo, uma interceptação telefônica, uma infiltração policial, a realização de uma perícia, ou mesmo as percepções mais subjetivas do investigador, o qual está em contato direto com os fatos e sujeitos investigados. No entanto, como se disse, a prática institucional classifica essas atividades como auxiliares do delegado de polícia, que tem como maior mérito o domínio formal do poder de determinação da realização dessas atividades e a compilação dos resultados alcançados, que é materializado pelo relatório do inquérito policial.

Nas discussões que eram travadas em redes sociais e em sites da internet, os representantes das entidades sindicais dos delegados argumentavam que essa distinção se devia às características jurídicas do trabalho por eles realizado, que são legitimadas em razão da aprovação em um concurso público cujas provas versam essencialmente sobre disciplinas jurídicas.

Quanto a isso, desde 2001, notou-se um sensível incremento na complexidade das provas do concurso público para delegado, que tinha contornos semelhantes aos dos demais cargos, à exceção da maior relevância das disciplinas jurídicas. A partir do concurso para o provimento de cargos de delegado de polícia federal realizado em 2012 (BRASIL, 2012), enrijeceram-se os contornos jurídicos da atividade do cargo de delegado de polícia federal, tendo sido instituída, por exemplo, a prova oral e a de títulos. Por outro lado, um movimento inverso ocorreu em relação ao concurso para aos cargos de escrivão, papiloscopista e agente (BRASIL, 2014a). Numa análise das atribuições descritas nesses dois concursos, percebe-se uma nítida intencionalidade no sentido de explicitar a subalternidade dos cargos de EPAs⁷. Com relação a isto, Castoriadis (2012) já identificava o sistema hierárquico como instrumento de apropriação da produção e do trabalho alheio.

Os candidatos aprovados no concurso de delegado, ao ingressarem na Polícia Federal, assumem, de imediato, postos no topo da hierarquia do órgão. Passam a chefiar policiais com maior experiência profissional e conhecimentos adquiridos na área investigativa. No entanto, como se evidencia, na Polícia Federal (e em todas as polícias brasileiras), a experiência empírica ou a qualificação acadêmica não possibilitam a ascensão profissional para os policiais que não ocupam o cargo de delegado. “Essa realidade, de acordo com moderna ciência policial e gerencial, afigura-se como verdadeira aberração, pois privilegia o conhecimento jurídico (teórico e formal) em detrimento do conhecimento técnico nas áreas investigativas”. (MOREIRA DA SILVA e REICHERT, 2012).

Esse estado de coisas deu início um processo sistemático de resistência e contestação da apropriação do trabalho imaterial e foi a questão central da maior greve na Polícia Federal, que foi deflagrada em 07 de agosto de 2012 e encerrada no dia 15 de outubro daquele ano. O movimento reivindicava a reestruturação da carreira policial federal, com o reconhecimento, em lei, do nível superior dos cargos de EPAs e das atribuições que exerciam apenas de fato (FENAPEF, 2013b).

Como estratégia, durante a greve, a FENAPEF instituiu um movimento denominado “Campanha PF legal. Pela legalidade, cidadania e proteção dos direitos humanos”. Esse movimento, fundado sobre um “manual de procedimentos funcionais” (que ficou conhecido pelos policiais como Cartilha), consistia numa compilação de normas e orientações sobre como o policial federal deveria proceder, dentro dos limites da estrita legalidade, a fim de perseguir uma mudança normativa e institucional, e garantir eficiência, legitimidade e respeito aos direitos humanos (FENAPEF, 2012).

⁷ O edital do concurso de 2004 para o cargo de agente definia assim as atribuições do cargo: “executar investigações e operações policiais na prevenção e na repressão a ilícitos penais, bem como desempenhar outras atividades de interesse do órgão”. Já o edital do concurso de 2012 assim definia as atribuições: “executar investigações e operações policiais na prevenção e na repressão a ilícitos penais, dirigir veículos policiais, cumprir medidas de segurança orgânica, desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas”.

O documento também justificava que as posturas nele descritas eram “decisivas para uma desejável evolução de conceitos e quebra de paradigmas, que podem resultar em avanços institucionais, condições adequadas de trabalho e dignidade profissional para os ocupantes de todos os cargos da carreira policial federal” (FENAPEF, 2012).

Esse documento apregoava que os policiais federais deveriam deixar de atuar informalmente em suas atividades e que realizassem somente as atividades descritas na Cartilha, deixando para os delegados as atividades afetas ao planejamento, direção, supervisão, coordenação, assessoramento e controle. Assim, caracterizava-se o que Bernardo denomina greve de zelo (BERNARDO, 1991, p. 320).

O resultado dessa ação foi uma sensível redução nos números das operações policiais, principalmente aquelas feitas por meio de interceptações telefônicas, que eram realizadas em setores inteiramente controlados por agentes, sem a participação de delegados (GREVE..., 2013).

Os detalhes dessa crise, embora tenham ganhado pouco destaque nos grandes veículos de comunicação, chamaram a atenção da mídia independente, que pontuava os seus contornos mais graves, relacionando-os com a gritante queda nas estatísticas da Polícia Federal.

O jornalista Fábio Campana, em seu blog, relatava o seguinte:

No Distrito Federal, um agente disse “não” quando a delegada Andreia Albuquerque, que estava à frente da Operação Miquéas, pediu um relatório analítico sobre escutas e movimentação financeira dos investigados. Segundo relato de um policial ao GLOBO, o agente disse que repassaria os dados brutos a Andreia. Caberia a delegada, e não a ele, fazer os cruzamentos de informações e extrair as devidas conclusões sobre as supostas ligações de políticos com um famoso doleiro local.
(...)

Antes, agentes faziam relatório de inteligência (com cruzamento de dados) e os delegados assinavam. Hoje eles não fazem mais. Não aceitamos a apropriação (indevida) de propriedade imaterial. Hoje os agentes fazem a investigação, fazem a análise parcial dos dados. O relatório, com as conclusões finais, quem faz é o delegado – afirma Flávio Werneck, presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal I (CAMPANA, 2014).

Indiferente à gravidade da crise, o governo federal oferecia aos grevistas apenas um reajuste salarial de 15,8%, índice que havia sido oferecido às demais categorias do serviço público federal. A proposta calava-se sobre as demais reivindicações que, na visão dos grevistas, eram centrais. Essa proposta era sistematicamente rejeitada pelos policiais federais, que vislumbravam um horizonte que ia além da recomposição das perdas salariais, pois o que pleiteavam era o reconhecimento do nível superior de seus cargos e a definição das atribuições que exerciam de informalmente.

Nesse período, quando os delegados se manifestavam publicamente, escarniavam os pleitos dos EPAs, afirmando que as suas “absurdas” pretensões se resumiam a uma

vontade de “pegar um trem da alegria”, pois queriam se “transformar em delegados sem prestar o concurso público” (OLIVEIRA, 2014). A base desse discurso era a de que os EPAs “já sabiam como ela (PF) era quando prestaram concurso”, e que esses cargos se destinam a “executar as ordens dadas por alguém superior hierarquicamente⁸”. Isso caracteriza o que Pierre Bourdieu define por trabalho de representação utilizado pelos que ocupam posição dominante no espalho social “para imporem a sua visão do mundo e a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social” (BOURDIEU, 2011, p. 139)

No dia 21/09/2015, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu pela legalidade da greve, impondo, no entanto, rígidas condições relativas ao percentual mínimo de efetivo a realizar as atividades desenvolvidas pela PF (TELLES, 2012). Assim, apesar de considerada legal, as condições impostas inviabilizaram a continuidade do movimento. Em que pesasse o encerramento formal da greve, a proposta de reajuste salarial oferecida pelo governo foi rejeitada, dando-se continuidade a um longo processo de negociação, que durou quase dois anos.

No ano de 2013, ganha força, no debate político nacional, a Proposta de Emenda à Constituição 37/2011 (PEC 37), apresentada pelo delegado de polícia e deputado federal Lourival Mendes, do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB/MA). A proposta visava a tornar o poder de investigação exclusivo das polícias judiciárias, afastando a autoridade investigatória do Ministério Público. Essa proposta, apoiada por todas as entidades representativas dos delegados de polícia, civis e federais, (ADPF, 2014b), era combatida pela FENAPEF, que se posicionava no sentido de que a PEC 37 representava uma “luta corporativista desenfreada por poder, capitaneada por associações de delegados de polícia, que tentam, a todo custo, pressionar os parlamentares” (ROVER, 2015).

O posicionamento da FENAPEF e dos sindicatos estaduais resultou em uma conjunção de forças com a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), que se manifestava publicamente contra a PEC 37 (SINDICATO..., 2013). Essa aliança reverberou a divisão da Polícia Federal e representava um desdobramento da luta contra a apropriação do trabalho imaterial de agentes, escrivães e papiloscopistas (ADEPOL, 2013; ADPF, 2013).

A evidenciação de que a oposição dos policiais federais se tratava de uma resistência à apropriação do trabalho imaterial, ficou transparente em entrevista concedida por Jones Borges Leal, então presidente da FENAPEF, ao Jornal o Estado de São Paulo:

Eles estão brigando por uma coisa que não fazem. Quem investiga é o agente, o escrivão, o papiloscopista. Os delegados só pegam o relatório, copiam e colam,

⁸ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/governo/cupula-da-pf-comemora-liminar-que-praticamente-encerra-movimento-grevista/>

e encaminham ao Ministério Público" (...) "Se nós hoje tirarmos esse cargo, nada mudaria na segurança pública. Os policiais investigariam da mesma forma e encaminhariam ao MP, talvez com mais rapidez e agilidade e (VIANNA, 2013).

Embora seja um episódio de difícil demonstração, a união entre as entidades representativas dos policiais federais e dos procuradores da república resultou em uma enorme movimentação nas redes sociais. Por coincidência ou não, o tema PEC37 "viralizou" e a oposição a essa medida ganhou espaço entre as bandeiras defendidas durante as manifestações de junho de 2013⁹. Essa enorme pressão popular chegou ao Congresso Nacional que, na sessão plenária de 25/06/2012, rejeitou a PEC37, por esmagadora maioria formada por 430 votos contrários, 9 favoráveis e 2 abstenções (TOKARNIA, 2013).

Não sem um nexos causal, em junho de 2014, ANPR emitiu uma Nota Técnica, dirigida ao Senado, propondo a reestruturação da Polícia Federal, com a instituição de uma carreira única e a extinção do cargo de delegado (ANPR, 2014).

Pouco antes, em maio de 2014, a FENAPEF firmava com o MPOG um Termo de Acordo (FENAPEF, 2014) que resultou na edição da Medida Provisória 650, de 30 de junho de 2014, cuja exposição de motivos descrevia todo o processo de negociação que culminou em sua edição o (BRASIL, 2014d).

A tramitação dessa medida provisória ocorreu em um cenário de grandes embates dentro e fora do Congresso Nacional, pois os delegados de polícia federal opunham-se ao seu texto, por serem contrários ao nivelamento de todos os cargos da carreira policial federal, alegando que isso quebraria a hierarquia do órgão.

Em matéria publicada na página da Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal¹⁰, foi noticiada a manifestação de delegados federais na sessão legislativa do dia 07/10/2014, na Câmara dos Deputados:

Não só nos bastidores da política, mas de forma expressa, alguns delegados retiraram a máscara e se expuseram em pleno Congresso Nacional chamando os demais cargos da carreira de "BANDO", querendo passar a mensagem FALSA aos congressistas de que o cargo de Delegado de Polícia Federal é hierarquicamente superior aos demais cargos da carreira e que, sem eles, a Polícia Federal perde o pilar da hierarquia e disciplina, próprio de organismos policiais (ANEPF, 2014).

Bourdieu, analisando o processo de ocupação de posições denominadas no espaço social, considera o seguinte:

Os que ocupam as posições denominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica e não se vê de onde

⁹ Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-19/programa-da-tv-brasil-analisa-manifestacoes-que-atingem-varias-cidades-do-pais>

¹⁰ Disponível em: <http://anepf.org.br/joomla30/index.php/home/noticias/85-nota-de-repudio-a-mpv-657-14>

lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social, se a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses específicos que aí se geram produzisse o efeito de predispor uma fracção dos profissionais envolvidos neste campo a oferecer aos dominados, na base de uma homologia de posição, os instrumentos de ruptura com as representações que se geram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais e que tendem a garantir a reprodução continuada da distribuição do capital simbólico (BOURDIEU, 2011, p. 152).

Ainda segundo Bourdieu “uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico (...) consiste assim em pôr o senso comum do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias de crença dele” (BOURDIEU, 2011, p. 143).

Depois de 121 dias de tramitação, a Medida Provisória 650 foi aprovada no último dia do prazo regimental e transformada na Lei 13.034/2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 29/10/14.

Além da edição da MP 650, o Termo de Acordo nº 001/2014-MPOG pactuava a criação de um Grupo de Trabalho – GT, integrado por representantes da FENAPEF, do Departamento de Polícia Federal (DPF) e do MPOG, com o objetivo de elaborar proposta de ato normativo dispendo sobre os graus de responsabilidade e complexidade dos cargos da carreira policial federal.

Um dos pontos cruciais do GT foi a convocação, pela FENAPEF, para que os sindicalizados enviassem contribuições para o que foi chamado de “Coletânea nacional de documentos estratégicos produzidos pelos Agentes, Escrivães e Papiloscopistas da Polícia Federal” (SINPEFRS, 2014). A convocação solicitava o envio de cópias de documentos que comprovassem o desempenho, de fato (ou informal), de atividades complexas não previstas na Portaria MPOG 523, tais como: pareceres jurídicos, portarias de nomeação para o desempenho de função privativa de delegado de polícia federal, portarias de nomeação para o desempenho de chefia, coordenação, gerência e planejamento, relatórios complexos de investigação, atos decisórios em procedimentos de polícia administrativa, entre outros.

A convocação resultou na reunião de 1.541 páginas de documentos enviados por policiais federais de todo o Brasil. Esse material foi utilizado na mesa de negociações com o MPOG para a demonstração de que os EPAs desempenhavam, de fato, atividades complexas e de alta responsabilidade (atribuições), à margem de qualquer regulamentação.

O resultado dos trabalhos do GT foi a apresentação, no dia 5 de setembro de 2014, da proposta de reestruturação da carreira policial federal, que abordava a regulamentação, em lei, das atribuições desempenhadas informalmente pelos EPAs, a

unificação dos cargos de Agente e Escrivão em novo cargo operacional, a transferência das atividades burocráticas cartorárias aos servidores do plano especial de cargos da Polícia Federal e a implementação de uma tabela salarial correspondente às novas exigências do cargo (FENAPEF, 2015).

Essa, que foi tida como uma vitória do movimento sindical, logo foi abalada pela inesperada edição da Medida Provisória 657/2014, que definia a hierarquia na Polícia Federal, sob o comando dos delegados federais, que foram classificados como autoridades policiais no âmbito da polícia judiciária da União e suas funções passaram a ser classificadas como de natureza jurídica e policial, essenciais e exclusivas de Estado” (BRASIL, 2014e).

A edição dessa medida provisória foi cercada de polêmica, pois veio a lume a pouco menos de duas semanas para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014, época em que a campanha para a reeleição da Presidente Dilma Rousseff vinha sofrendo fortes reveses em razão de vazamentos que ocorriam na Operação Lava Jato, os quais envolviam membros do governo e do Partido dos Trabalhadores no esquema de corrupção da Petrobrás (CARVALHO e LIMA, 2014).

No dia 14 de outubro de 2014, em reportagem do Jornal Folha de São Paulo, foi divulgado que a medida provisória, que atenderia aos pleitos dos delegados, foi redigida às pressas, “diante da postura de alguns delegados que cogitaram fazer paralisações e escancarar problemas internos da corporação” (ODILLA; HAUBERT, 2014).

Segundo o jornal:

A publicação da medida provisória nesta terça ajudou a esvaziar a audiência organizada pelo deputado federal e ex-delegado da PF Fernando Francischini (SDD-PR). O deputado marcou a sessão para ouvir o presidente da Associação Nacional dos Delegados da PF, Marcos Leôncio Ribeiro. Ele esteve na Câmara para participar da audiência, mas, como não havia quórum, ela foi cancelada. Apenas Francischini compareceu. O deputado acredita que o governo editou a medida provisória hoje para esvaziar a audiência. “O governo teve que editar uma MP ontem a noite porque sabia que hoje ia ser uma pancadaria. Botamos o governo de joelho. Fazer uma MP na calada da noite, a dez dias das eleições, mostra claramente que o governo não estava dando atenção para a Polícia Federal como gosta de alardear na propaganda eleitoral”, disse Francischini (ODILLA; HAUBERT, 2014).

Após a edição da MP 657, no dia 16 de outubro de 2014, a imprensa passa a noticiar o vazamento de uma delegação premiada, ocorrida na Operação Lava Jato, dando conta de que o então presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra – morto em março daquele ano – teria pedido 10 milhões de reais para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobrás, aberta em julho de 2009, no Senado, fosse encerrada (MACEDO; BRANDT; COUTINHO, 2014).

Essa medida provisória foi aprovada e transformada na Lei Ordinária 13.047/2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 03/12/14¹¹. Portanto, apenas 50 dias após a sua edição. A partir daí os delegados afirmaram-se como “autoridades policiais” no âmbito da Polícia Federal e passaram a ter exclusividade na ocupação da direção do órgão e agora desfrutando do status de uma “carreira jurídica e policial” (BRASIL, 2014b).

Como reação, o movimento sindical da polícia federal buscou o judiciário, impetrando Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei nº. 13.047, através da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), entidade à qual se filia a FENAPEF. A ação questionou a relevância e urgência da MP657 e a restrição do conceito de autoridade policial ao cargo de delegado, o que seria inconstitucional, pois a alterações do Código de Processo Penal não poderiam ocorrer por meio de Medida Provisória (vícios formais).

A CSPB ainda questionou a natureza jurídica do cargo de delegado, argumentando que ela não encontra amparo no texto constitucional, bem como o critério de exclusividade para indicação aos cargos de chefia das Polícias Federal e Civil, fundamentando a contrariedade na quebra de isonomia e da impessoalidade que deve reger a Administração Pública. Finalmente, atacou o estabelecimento da hierarquia e da disciplina como fundamentos da Polícia Federal (AGÊNCIA FENAPEF, 2015).

Após esses episódios, ocorreu uma intensa correlação de forças no âmbito do Congresso Nacional que - permeado pela influência dos sujeitos dessa contenda - discutiu uma série de proposições legislativas voltadas à segurança pública. As que eram defendidas pelos delegados recebiam a oposição sistemática dos demais policiais e vice-versa.

No âmbito do Poder Executivo, após o impeachment da Presidente Dilma Rouseff, não se vislumbram decisões que tivessem por objeto a solução das questões que deram origem à crise instalada na Polícia Federal, uma vez que as propostas apresentadas pelo GT perderam-se em meio à crise econômica e política que se instalou no país.

Portanto, o raciocínio jurídico formalista e as sociabilidades tradicionais em torno do campo da segurança pública se mostram insuficientes como resposta honesta e satisfatória aos desafios que emergem do quadro aqui descrito. Além disso, observação feita por Lima e Azevedo ajudam a mensurar as dificuldades da formulação de discussões nesse campo:

(...) observa-se que se aglutina em torno do que empiricamente tem se convencionalizado chamar de segurança pública é, no plano do debate político e das políticas públicas, um campo perpassado por disputadas de saberes em torno da legitimidade da nomeação do que pode ou não fazer parte de suas fronteiras (LIMA e AZEVEDO, 2015).

¹¹ Diário Oficial da União, do dia 03/12/14, p. 01, col 01.

3 CONCLUSÃO

Pode-se dizer que, em comparação aos trabalhos produtivos tradicionais, objetivamente, o trabalho policial equipara-se ao trabalho de qualquer operário. Embora a polícia seja uma função estatal e não produtiva, no sentido clássico, o tipo de relação estabelecida entre o Estado e o trabalhador policial pode ser enquadrada no novo modelo produtivo pós-fordista. De acordo com Negri e Lazzaratto, nesse novo modelo, exige-se do trabalhador, cada vez mais intelectualizado, capacidade de escolha e de tomada de decisões, pois “(...) é a alma do operário que deve descer na oficina. É a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. Qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade” (NEGRI e LAZZARATTO, 2001, p. 25).

O envolvimento do policial com as questões advindas de sua atuação profissional não se limita ao tempo de trabalho em que está presente na corporação, pois ele cria um liame subjetivo com o fato investigado, mantém-se à disposição do trabalho em razão de imposições legais de dedicação exclusiva¹², estabelece uma rede de informantes e leva para a sua vida privada os traços de comportamentais determinados por atuação profissional.

Quanto a isso, Negri e Lazzaratto afirmam o seguinte:

Nessa transformação não é nem o trabalho imediato, executado pelo próprio homem, nem é o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua produtividade geral, a sua compreensão da natureza e o domínio sobre esta através da sua existência enquanto corpo social (...).” (NEGRI e LAZZARATTO 2001, pp. 28-29).

Diante de um cenário tão conflituoso, impossível que as relações funcionais e interpessoais no âmbito da Polícia Federal não tenham se contaminado pelas frustrações e ansiedades dele decorrentes. Isso certamente oportunizou não só a resistência coletiva e ativa, como descrito anteriormente, mas também formas de organização individual passivas como a preguiça, o absenteísmo (ou o presenteísmo¹³), o alcoolismo e outras maneiras práticas de reduzir o tempo de trabalho despendido sem para isso entrar em conflito aberto com os gestores do órgão. (BERNARDO, 1991. p.318). Além disso, o assédio moral e as doenças psicológicas são causas uma assustadora onda de suicídios que acomete a corporação¹⁴.

Entretanto, as consequências dessas tensões, ao contrário do que ocorre no setor privado, não afetam somente as relações produtivas ou os interesses privados do capitalista, mas refletiram nos índices de elucidação criminal e no próprio valor de uso

¹² Lei 4.878, de 3 de dezembro de 1965, art. 4º: A função policial, fundada na hierarquia e na disciplina, é incompatível com qualquer outra atividade.

¹³ Segundo o website “Comportamento Humano no Trabalho”, o presenteísmo ocorre “quando as pessoas estão no trabalho e não produzem o que deveriam por estarem doentes, sem vontade de trabalhar, distraem-se nas redes sociais, dentre vários outros motivos que a levam a não serem produtivas em seus cargos”.

¹⁴ Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/321921_ONDA+DE+SUICIDIOS+ASSUSTA.

do sistema de segurança pública, uma vez que, nesse campo, são tratadas questões elementares para o equilíbrio social.

Portanto, o objeto da análise não se resume a uma observação neutra de categorias antagônicas em relação à percepção do mundo social (BOURDIEU, 2011), mas uma tomada de posição no sentido de que os pilares que subsidiam os argumentos daqueles que se opõem às mudanças na arquitetura institucional das polícias brasileiras são os mesmos que sustentam os estereótipos e a criminalidade estampados seguidamente pelo Anuário Brasileiros de Segurança Pública.

REFERÊNCIAS

ADEPOL-BR- Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF (Brasil). **Em defesa da PEC da Legalidade: ADPF e Adepol Brasil divulgam manifesto em defesa da PEC-37 aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.** Levianamente, membros do Ministério Público estão disseminando a informação de que esta seria uma “PEC da Impunidade”. 2012. Disponível em: <http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=5220#Wsd57C7wZ0x>. Acesso em: 06 dez. 2015.

ADPF - Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. (Brasil). **Hoje é dia do Delegado de Polícia ADPF comemora com visão para futuro.** 2013. Homepage da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Disponível em: <http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=6228&wi.redirect=MH2ML6JNFJ88M69Y4RBY#.WyZa_1VKh0w>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ADPF e ADEPOL do Brasil saem em defesa da PEC 37. (2014b) Disponível em: <<http://sindepol.com.br/site/noticias/adpf-e-adepol-do-brasil-saem-em-defesa-da-pec-37.html>>. Homepage do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Goiás. Acesso em 05 dez. 2015.

AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. **Programa da TV Brasil analisa as manifestações que atingem várias cidades do país.** 20/06/2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-19/programa-da-tv-brasil-analisa-manifestacoes-que-atingem-varias-cidades-do-pais>>. Acesso em 04 dez. 2015.

AGÊNCIA FENAPEF. Atendendo Fenapef, CSPB ajuíza Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADI contra a Lei nº 13.047/14. (Brasil). 2015. Disponível em: <<https://www.cspb.org.br/news/print.php?2015ago.17/atendendo-fenapef-cspb-aju-za-a-odireta-de-inconstitucionalidade-adi-contra-a-lei-n-13-047-14.phtml>>. Acesso em 15 dez. 2015.

ALVES, Fernando Antonio da Silva. **Delegados de polícia - Operadores do direito ou profissionais da segurança pública? (descobrimos novos atores sociais na política criminal).** In Revista Sociologia Jurídica. N.º 07 - Julho-Dezembro/2008. Disponível em: <http://www.sociologiajuridica.net.br/antigo/rev07falves.htm#_ftn3>. Acesso em 09 jun. 2014.

ANTUNES, Ferreira, **Investigação criminal – Uma perspectiva introdutória** in Polícia e Justiça. São Paulo: EPJ, 1985.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL. **A Polícia Federal na visão dos Delegados de Polícia Federal.** VI Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Caderno Temático. Vilha Velha – ES, abril de 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL. **PEC-37. Em defesa da PEC da Legalidade.** 31/12/2012. Disponível em: <http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=5220#.VmwBc7iDGko>. Acesso em 02 dez. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA FEDERAL. **Nota de repúdio à MPV 657/14.** Disponível em: <<http://anepf.org.br/joomla30/index.php/home/noticias/85-nota-de-repudio-a-mpv-657-14>> Acesso em 8 dez. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA. **Nota Técnica PRESI/ANPR/ACA nº 021/2014.** Disponível em: <http://www.anpr.org.br/images/anpr_em_acao/2014/junho/notatecnicapec73.pdf> Acesso em 07 dez. 2015.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS Fernanda Bestetti de. **O inquérito policial em questão - situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo Brasileiro de investigação criminal.** Revista Sociedade e Estado. vol.26 no.1 Brasília: jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100004> Acesso em 06 dez 2015.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** Cortez, 1991.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico;** tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRACALEONE, Cássio. **Sobre modos de produção do conhecimento e engajamento social: apontamentos, experiências e desafios.** in. Prefigurar lo político, disputas contrahegemónicas en América Latina / Paula Camara da Silva ... [et.al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO; Último Recurso, p. 365-390. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20150707041754/Prefigurar.pdf>> Acesso em 18 dez. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projetos de Lei e Outras Proposições.** MPV 650/2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=619236>. Acesso em 30 nov. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projetos de Lei e Outras Proposições.** MPV 657/2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=623330>> Acesso em 30 nov. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projetos de Lei e Outras Proposições.** PEC 37/2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>>. Acesso em 30 nov. 2015.

BRASIL. **Código de Processo Penal.** Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm> Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12830.htm>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.047, de 02 de dezembro de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9266.htm>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.047, de 2 de dezembro de 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13047.htm>. Acesso em 17 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4878.htm>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9266.htm>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **Medida Provisória nº 650, de 30 de junho de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv650.htm> Acesso em 30 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Federal. Diretoria de Gestão de Pessoal. Coordenação de Recrutamento e Seleção. Concurso Público para Provimento de Vagas no Cargo de Delegado de Polícia Federal. **Edital nº 11/2012 – DGP/DPF, de 10 de junho de 2012.** Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_12_DELEGADO/arquivos/ED_1_2012_DPF_DELEGADO.PDF>. Acesso em 20 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Federal. Diretoria de Gestão de Pessoal. Coordenação de Recrutamento e Seleção. Concurso Público para Provimento de Vagas no Cargo de Agente de Polícia Federal. **Edital nº EDITAL Nº 55/2014 – DGP/DPF, de 25 de setembro de 2014.** 2014a Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_14_AGENTE/arquivos/EDITAL_N__55__ABERTURA.PDF>. Acesso em 20 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria 523, de 28 de julho de 1989.** Disponível: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=6415>> Acesso em 07 dez. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Tabela de remuneração do MPOG. 2013.** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/tabela_remuneracao/2013/tab_60_2013_1.pdf> Acesso em 05 dez. 2015.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **O papel do inquérito policial no sistema acusatório – O modelo brasileiro.** Revista Brasileira de Ciências Criminais. 2003.

CAMPANA, Fábio. Crise na Polícia Federal. Blog Fábio Campana. **Política, cultura e o poder por trás dos panos.** 08/02/2014. Disponível em: <<http://www.fabiocampana.com.br/2014/02/crise-na-policia-federal/>> Acesso em 02 dez. 2015.

CAMPANA, Fábio. **Crise na Polícia Federal.** Blog. Política, cultura e o poder por trás dos panos. Publicado em 08 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.fabiocampana.com.br/2014-fev.-crise-na-policia-federal/>>. Acesso em 08 nov. 2017.

CARVALHO, Mario Cesar, Samantha; LIMA. Desvio em estatal irrigou 3 partidos, diz ex-diretor. **In Folha de São Paulo**, 09/10/2014. Caderno Eleições 2014. P.01. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/189795-desvio-em-estatal-irrigou-3-partidos-diz-ex-diretor.shtml>>. Acesso em 27 dez. 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. Socialismo Ou Barbárie - **O Conteúdo do Socialismo.** Brasiliense: 1983. CESPE. UnB. **Edital n.º 24/2004 DGP/DPF-NACIONAL, de 15 de julho de 2004.** Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_12_AGENTE/arquivos/ED_1_2012_DPF_AGENTE_ABT.DOCX.PDF> Acesso em 09 dez. 2015.

CESPE. UnB. **Edital nº 11/2012 – DGP/DPF, de 10 de junho de 2012.** 2012. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_12_DELEGADO/arquivos/ED_1_2012_DPF_DELEGADO.PDF> Acesso em 09/12/2015

CESPE. UnB. **Edital nº 55/2014 – DGP/DPF, de 25 de setembro de 2014.** Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_14_AGENTE/arquivos/EDITAL_N__55__ABERTURA.PDF> Acesso em 09 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Federais protestam contra o congelamento da Polícia Federal.** Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/43785>> Acesso em 06 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **FENAPEF e Procuradores da República repudiam a PEC da Impunidade.** Disponível em: <<http://FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/40921>> Acesso em 02 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Grupo de Trabalho cria coletânea nacional de documentos estratégicos produzidos pelos EPAs.** Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/45256>> Acesso em 09 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Projeto de Reestruturação do GT contempla ativos, inativos e pensionistas do DPF.** 27/02/2015. Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/45723>> Acesso em 09 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Aliança FENAPEF-CSPB. FENAPEF e CSPB ajuízam ADI contra a Lei nº 13.047/14.** 16/08/2015. Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/46316>> Acesso em 05 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Campanha PF legal. Pela legalidade, cidadania e proteção dos direitos humanos. Manual de procedimentos funcionais.** FENAPEF, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sinpefmg.org.br/mpf-FENAPEF.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Fenapef 18 anos. A Polícia Federal Somos Nós.** Disponível em: <<http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia/imprimir/16893>> Acesso em 05 dez. 2015.

FENAPEF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **História.** [?]. Página da Federação Nacional dos Policiais Federais. Disponível em: . Acesso em: 29/03/2018. FENAPF - Federação Nacional dos Policiais Federais (Brasil). Missão, Visão e Valores. [20--?]. Disponível em: <<http://fenapef.org.br/missao-visao-e-valores/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

FENAPF - Federação Nacional dos Policiais Federais (Brasil). **A prática imoral de apropriação do trabalho intelectual dos subordinados.** 2013b. Disponível em: <<https://www.fenapef.org.br/42502/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015.** Ano 9, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em 30 nov. 2015.

FREITAS, Ramenon de Oliveira. **Reconstruindo a polícia: crítica ao inquérito e demanda social.** Santa Catarina: Ed. Unisul, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Tradução (espanhol): Eduardo Sadier. Da edição de Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 2000 Disponível <https://drive.google.com/file/d/0ByKFx7W1FnUXNWExOTcOMzMtOTJkZS00MzBiLWI2OWUtN2VmZDhkOWIwMjYz/view?layout=grid&ddrp=1&pid=0ByKFx7W1FnUXYzIhOTFmOGYtZTY0OS00ZTNhLThIMmEtYjQ1ZjkyMGZmYzlj&sort=moddate&desc=true#> Acesso em 30 nov. 2015.

HERMES, Ivenio. **A Condição da Vontade** (Conditio voluntae). Disponível em: <<http://www.FENAPEF.org.br/FENAPEF/noticia/index/45424>>. Acesso em 06 dez. 2015.

LIMA, Renato Sergio de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de: A Segurança Pública dividida em teoria e prática. **Folha de São Paulo**, Ilustríssima, p. 3, 6 dez. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/12/1714574-a-seguranca-publica-dividida-em-teoria-e-pratica.shtml>> Acesso em 06 dez. 2015.

MACEDO, Fausto; BRANDT, Ricardo; COUTINHO, Mateus. Ex-diretor afirma que tucano extorquiu Petrobrás e recebeu propina de R\$ 10 milhões. **Estadão on-line**. 18/10/2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ex-diretor-da-petrobras-diz-que-pagou-propina-para-ex-presidente-do-psdb/>> Acesso em 03 dez. 2015.

MAGALHÃES, Vera. O fim da greve na PF. Radar On-Line. **Veja On-line**. 21/09/2012. Comentários de leitores. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/governo/cupula-da-pf-comemoracao-liminar-que-praticamente-encerra-movimento-grevista/>> Acesso em 06 dez. 2015.

MOREIRA DA SILVA, Antônio José. **A concentração de poder nas mãos do delegado de polícia como fator de ineficiência da investigação criminal no Brasil**. Artigo Científico. UCAM, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/8024036/UCAM_UNIVERSIDADE_CANDIDO_MENDES_A_CONCENTRA%C3%87%C3%83O_DE_PODER_NAS_M%C3%83OS_DO_DELEGADO_DE_POL%C3%8DIA_COMO_FATOR_DE_INEFICI%C3%8ANCIA_DA_INVESTIGA%C3%87%C3%83O_CRIMINAL_NO_BRASIL>. Acesso em 24 dez. 2015.

MOREIRA DA SILVA, Antônio José; REICHERT, Dimas Ari. **Greve na Polícia Federal: Uma Quebra de Paradigmas na Segurança Pública Brasileira**. Blog Linha Avançada. “em defesa da dignidade policial e do cidadão”. 24/09/2012. Disponível em: <<https://linhaavancada.wordpress.com/2012/09/24/greve-na-policia-federal-uma-quebra-de-paradigmas-na-seguranca-publica-brasileira/>> Acesso em 01 dez. 2015.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ODILLA, Fernanda; HAUBERT, Mariana. Dilma assina medida provisória pró-delegados e gera tensão com a PF. **Folha de São Paulo**, Poder, p. A4, 14 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1532203-dilma-assina-medida-provisoria-pro-delegados-e-cria-problema-com-agentes-da-pf.shtml>> Acesso em 17 nov. 2015.

OLIVEIRA, Renata. **Transparência crítica patrocínio da Prefeitura de Vila Velha a evento de delegados**. 2014. Século Diário. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/16192/8/transparencia-critica-patrocinio-da-prefeitura-de-vilavelha-a-evento-de-delegados-1->>. Acesso em: 06 abr. 2018.

PIERRY, Flávia. Greve dos agentes da Polícia Federal chega ao fim. **Jornal O Globo on-line**. Edição de 16/10/2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/greve-dos-agentes-da-policia-federal-chega-ao-fim-6405259>> Acesso em 30 nov. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª. e 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999/2007.

RIZEK, André; OYAMA. Thais. A autolimpeza da PF. **Revista Veja**. Ed. 1876, p. 38-47, 20/10/2004.

ROVER, Tadeu. **PEC 37 divide agentes e delegados da Polícia Federal**. Consultor Jurídico, 14/06/2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-jun-14/delegados-agentes-policia-federal-divergem-pec-37>> Acesso em 30 nov. 2015.

SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DE GOIÁS. ADPF e **Adepol do Brasil saem em defesa da PEC 37**. 29/06/2012. Disponível em: <<http://sindepol.com.br/site/noticias/adpf-e-adepol-do-brasil-saem-em-defesa-da-pec-37.html>>. Acesso em 29 dez. 2015.

SINPOFESC - Sindicato dos Policiais Federais em Santa Catarina. **O Histórico do Sinpofesc**. (20--?). Página do Sindicato dos Policiais Federais em Santa Catarina. Disponível em: <<http://pfbrasilmelhor.com.br/2015/sinprofesc/>>. Acesso em 30 mar. 2018.

SOARES, Luiz Eduardo; BALESTRERI, Ricardo. A Raiz de nossos problemas de segurança". **Folha de São Paulo**, 18 de maio de 2012. Primeiro Caderno. P. A2. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/05/18/2/#>> Acesso em 30 nov. 2015.

TELLES, Zé. **STJ decide pela legalidade da greve da Polícia Federal**. 2012. Blog Luís Nassif. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/stj-decide-pela-legalidadeda-greve-da-policia-federal>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

VIANNA, Andrea Jubé. Agentes da Polícia Federal apoiam MP contra PEC 37. **Estadão On-line**. 24/06/2013. Disponível em:<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,agentes-da-policia-federal-apoiam-mp-contra-pec-37,1046433>> Acesso em 30 nov. 2015.

VIRNO, Paolo. **Gramática de la multitud**. Para un análisis de las formas de vida contemporâneas. Tradução para o espanhol: Adriana Gómez, Juan Domingo Estop e Miguel Santucho. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

CAPÍTULO 13

DESIGN E ARTESANATO: PROCESSO DE CRIAÇÃO DE BOLSAS DE CROCHÊ COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS

Data de submissão: 13/04/2021

Data de aceite: 04/05/2021

Zulmira Alves Correia

Universidade Federal da Bahia

zulmiracorreia05@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4577660620104936>

RESUMO: Busca-se descrever, brevemente, as fases de criação de bolsas artesanais da marca AZU, que utilizam a técnica de crochê com fio de malha e reaproveitamento de lona de banner, seguindo a metodologia de Design Thinking e os Princípios de Economia Solidária, com o objetivo de desenvolver práticas de mercado que promovam impactos positivos do design para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Artesanato. Design. Reaproveitamento.

1 CROCHÊ, SUSTENTABILIDADE E O FAZER MANUAL

O artesanato é uma atividade produtiva de objetos e artefatos através da transformação da matéria-prima, é o fazer manual, por meio do qual se pode

compreender determinado povo, a cultura e identidade. Além disso, segundo Durante (2007), o artesanato tem se mostrado um importante aliado do meio-ambiente, uma vez que vários artesanatos são desenvolvidos com base no reaproveitamento de materiais, como no caso do presente projeto, onde foi utilizado fio de malha como matéria-prima para as bolsas de crochê da AZU. O fio de malha é produzido através do reuso de retalhos de malha provenientes da indústria têxtil, processo que aumenta o ciclo de vida do tecido. Assim, a pesquisa e construção do produto procuraram aliar o conhecimento tradicional, Design e sustentabilidade para prover estratégias de reuso e pós-uso.

O autor Dougherty (2011) utiliza o exemplo do abacate para explicar que Design é material, mensagem e mudança. Para ele, o interior do abacate representa o desafio central ao qual giram todas as mensagens e materiais do design: a efetivação da mudança. “A verdadeira excelência vai além da estética do artefato criado e engloba sua fabricação e a mensagem que ele passa e seu impacto na sociedade”. (DOUGHERTY, 2011, p. 157). Assim, enquanto designer é importante

conhecer o ciclo de vida útil do produto, sua durabilidade e não mais pensá-lo de maneira linear, através do fluxo de produção, venda e descarte, mas de modo cíclico.

Nesse contexto, a Ecologia Industrial considera que resíduo em um processo produtivo é aproveitado como insumo em outros processos. Assim sendo, o papel do Design vai muito além de produzir produtos para o incremento do mercado. O design deve se utilizar das ferramentas tecnológicas, dos novos conceitos para transformar o pensamento atual de uso e descarte das mercadorias, repensar as necessidades e os novos consumidores.

2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

De maneira geral, desde o surgimento do Design o intuito era o de gerar soluções, em primeiro caso, em relação às aparências e funcionalidade dos objetos para a produção em grande escala, até então, com o passar dos anos, traçar novas direções e oportunidades para a inovação e soluções sob diversas perspectivas e ângulos. Desafiar os padrões de pensamento e comportamento faz com que os designers produzam soluções que geram novos significados, de modo que a experiência seja parte integral do conhecimento dos objetos, mais ainda, da compreensão dos usuários.

Dessa maneira, a criação das bolsas de crochê com fio de malha da AZU partiu da iniciativa da disciplina de Desenvolvimento do Projeto de Programação Visual II (EBA165), de montar um negócio que gerasse renda seguindo os Princípios de Economia Solidária e Comércio Justo e Solidário, despertando o aluno para as práticas de mercado através de demandas reais, empreendedorismo, preço justo e impactos positivos do design para a sociedade.

No primeiro estágio, o propósito era que o estudante/designer definisse o escopo do projeto e suas fronteiras, além de identificar os perfis de usuários e outros atores-chave que foram abordados ao longo do processo. A Pesquisa Exploratória era, portanto, uma pesquisa de campo que visava uma familiarização com o contexto a ser trabalhado. Desse modo, foram listadas as necessidades iniciais a serem levadas a campo, como saber o funcionamento das lojas colaborativas em Salvador, perfil de usuários, suas demandas e necessidades, como também concorrentes e similares.

Os dados de campo foram compilados num mapa conceitual, o qual oferecia uma visualização gráfica dos conceitos guiados por perguntas e questionamentos levantados em campo. Foi dividido em dois sentidos: o que as pessoas encontravam de bolsas com fio de malha no mercado e como encontravam, o canal a qual mais compravam. Assim, foram definidos alguns requisitos para a criação do produto: (1) baixo custo; (2) alças

removíveis; (3) formatos maiores, como mochilas; (4) forro e compartimentos internos com material resistente; (5) possibilidade de usos diversos e pós-uso; (6) não utilizar plástico; (7) materiais com selo de sustentável; (8) envolver o público no processo de criação, através da transparência da marca nas redes de mídia.

Figura 1 – Propostas de usos da bolsa com alça removível



Fonte: autoria própria (2018)

De acordo com os requisitos, a alternativa para diminuir o custo do produto foi conseguir sobras de tecidos com fabricante de uniformes em Salvador, e então, fazer de forma manual o fio de malha. Para o forro e compartimentos internos, foi usada lona de banner doada pela Editora da UFBA (EDUFBA), que antes seriam descartados. As propostas de uso e pós-uso foram baseadas nas possibilidades das alças removíveis, de modo que, como na figura 1, podem ser usadas até como almofadas.

Por último, a marca incentivava o cliente a não descartar o produto, apresentando alternativas de aproveitamento da bolsa para outras funções ou coleta dos produtos que não serão mais usados. A longo prazo, a bolsa recebida será higienizada, o crochê será desfeito para dar origem a outro produto, como tapetes ou camas para animais de estimação, por exemplo. Esses produtos serão doados para instituições carentes e lares de acolhimento de animais na cidade de Salvador. Essa será uma forma sustentável e solidária de fazer o produto voltar para a cadeia produtiva.

3 O PROJETO E OS PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Segundo Ribeiro e Santos (2017), o Comércio Justo e Solidário preza pelas relações democráticas de trabalho e o desenvolvimento sustentável local se caracteriza pelas relações mais justas de trabalho, duradouras, participativas e transparentes, valorizando a diversidade cultural e de pensamento. “Transparência é a palavra de ordem do Comércio Justo e Solidário.” (RIBEIRO; SANTOS, 2017, p. 17). Desse modo, o projeto pensa em condições justas de produção, agregação de valor e comercialização através da formação correta do preço, calculando custos dos materiais, tempo de produção, perdas, entre outros, e deixando claro ao consumidor em que ele está investindo seu dinheiro. O preço e informações ficam claros na etiqueta do produto. Além disso, promove o desenvolvimento local em direção à sustentabilidade, pois os materiais e parcerias foram feitos com fornecedores e produtores da cidade.

Quanto à conservação e cuidado com o meio ambiente, a marca utiliza-se de fio de malha como matéria prima sustentável, que deve possuir o selo de ecológico ou ser produzido de forma manual. Incentiva práticas de reutilização e reaproveitamento de materiais, além de possibilidades de uso do produto para que ele dure mais.

Para a correta comunicação com o consumidor, a marca dispõe de um manual de uso e pós-uso dos produtos para que o consumidor seja consciente do material que está adquirindo, bem como as possibilidades do produto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente projeto permitiu a familiarização com novas pesquisas e inovações sustentáveis, além do contato com usuários, de forma que, a marca buscou propor um produto sustentável segundo as demandas destes. Assim, o feedback dos usuários se mostrou positivo durante e após o processo de construção do produto, mais ainda porque o fio de malha é uma matéria-prima recente no mercado. Quando as pessoas descobrem o material, elas também buscam saber mais sobre, se

envolvem com ideias sustentáveis, reutilização de materiais, durabilidade do produto e até com a precificação baseada nos Princípios de Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

DOUGHERTY, Brian. **Design gráfico sustentável**. 1.ed. São Paulo: Edições Rosari, 2011.

DURANTE, Alessandra Mendes. **As interferências e ações de designers no artesanato brasileiro: um recorte sobre a opinião dos artesãos de Minas Gerais e Brasília**. Tese (Pós-graduação em Design) – Departamento de Desenho Industrial. Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

RIBEIRO, Erica; SANTOS, Isadora Candian dos. **Multiplicadores do Comércio Justo e Solidário e Sistemas Participativos de Garantia na Rede de Saúde Mental e Economia Solidária**. São Paulo: Instituto Integra para o Desenvolvimento, 2017.

CAPÍTULO 14

A ESCOLA MÉDICA DE ANGOLA DE 1791 E A SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA GLOBAL: DIFUSÃO DE SABERES AFRICANOS (SÉCULOS XVIII E XIX)

Data de submissão: 29/04/2021

Data de aceite: 16/05/2021

Fernanda Ribeiro Rocha Fagundes

Doutora pelo PPGHCS/COC/ FIOCRUZ

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/3097024677764697>

RESUMO: A Escola Médica de Angola de 1791 fez parte do projeto da Rede de Informações do Império Ultramarino Português. Conforme Ângela Domingues, na conjuntura da Ilustração, ao final do século XVIII, funcionários do ultramar como físicos-mo- res, viajantes naturalistas, governadores, secretários de Estado e até mesmo traficantes de escravos foram remetidos para as longínquas possessões ultramarinas de impérios modernos, como o português, com o intuito de alimentar uma rede de informações úteis, da qual esses Estados obtinham informações preciosas em regiões onde ocorriam o contato entre diversas culturas. Nessas áreas, foram obtidas informações políticas, econômicas e culturais por meio das redes de sociabilidades instaladas. No conjunto dessas informações, foram valorizados os saberes médicos e diversos saberes relacionados à História Natural, que de certa maneira valorizaram os saberes de

cura africana, que puderam se difundir nas redes escravistas e circularem entre a África, Portugal, Brasil e diversos países da Europa, conforme a Nova História das Ciências Global e Transcontinental.

PALAVRAS - CHAVE: África. Circulação. Saberes. Curas e plantas.

THE MEDICAL SCHOOL FROM ANGOLA OF 1791 AND ITS PARTICIPATION IN GLOBAL HISTORY: AFRICAN KNOWLEDGE DIFFUSION (CENTURIES XVIII AND XIX)

ABSTRACT: The Medical School from Angola of 1791 was part of the project Knowledge Web of the Overseas Portuguese Empire. During the Enlightenment, Portuguese employees such as physicists, naturalist travelers, governors, state secretaries and even slave traders were sent to the distant overseas possessions of modern empires, such as the Portuguese, in order to feed a network of useful information, from which these States obtained precious data from regions where contact between different cultures occurred. In those sites, they got information about politics, economies and cultural information by webs of socialization, which belonged to those contacted zones. In the aggregate of that information, medical knowledge and diverse knowledge related to Natural History were valued, which in a way valued the knowledge of African healing, which was disseminated in slave networks

and circulated between Africa, Portugal, Brazil and several European countries, according to the New History of Global and Transcontinental Sciences.

KEYWORDS: Africa. Circulation. Knowledge. Cure and plants.

1 INTRODUÇÃO

A Escola Médica de 1791 está inserida na rede de informações do Império Ultramarino Português. Os funcionários a serviço do Estado atuaram como intermediários entre as culturas, permitindo a formação de conhecimento novo fora da Europa. Dentre eles destacaram-se o viajante cientista Joaquim José da Silva e o físico-mor e professor José Pinto de Azeredo, que prospectaram conhecimentos de cura de grande utilidade, reelaborando-os e fazendo-os circular, sobretudo, nas redes escravistas.

Contida no projeto de rede de informações do Império ultramarino português a Primeira Escola Médica de Angola de 1791 contribuiu para alimentar a referida rede e produzir ciência em Angola conforme a realidade daquele momento. A Escola Médica de 1791 reelaborava conhecimentos científicos, produzia novos saberes conforme o impacto desses conhecimentos com os saberes locais. E por estar em uma região escravista, muitos desses saberes difundiram-se por meio das rotas de comércio de cativos africanos. Os saberes africanos foram, de certo modo, valorizados por constarem no conjunto de saberes úteis pelo Projeto de Rede de Informações do Império Ultramarino Português. Na segunda metade do século XVIII o conhecimento científico foi renovado por meio de indivíduos e instituições. Os Estados Modernos financiaram cientistas, diversos profissionais como médicos, cartógrafos, astrônomos, altos funcionários administrativos. Esses agentes sociais por sua vez criaram Colégios, Escolas Médicas, Academias militares, Jardins botânicos, Associações científicas, das quais eram requisitados estudos de História Natural. O Império ultramarino português e outros Estados modernos financiaram viagens científicas para o Brasil, África e Ásia. Na ocasião, foram abertas prioridades com diretrizes científicas para áreas geográficas, para a recepção e gestão de informação de várias regiões do ultramar. Todo esse conjunto de dados era destinado à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos. Esses agentes sociais espalhados pelo ultramar português sustentaram uma rede de informações, através da qual o Estado português poderia conhecer os seus domínios, potencialidades econômicas, limites físicos, áreas administrativas em diversas regiões como na Europa, na América, na Ásia e na África. Essas informações, vinham de diferentes pontos do império em função de critérios científicos, muitas vezes sistematizados sob a forma de memórias,

participação de viagens científicas e diversos documentos emitidos por governadores, administradores e intendentos. Os cientistas produziam discursos administrativos e os diversos funcionários sistematizavam as informações de natureza científica (DOMINGUES, 2001, p. 824 e 825).

Em consonância com a ideia de rede de informações, pode-se afirmar que a Ilustração portuguesa que atingiu a prática médica, por meio das reformas da Universidade de Coimbra, gestadas pelo marques de Pombal, no último quarteto do século XVIII, permitiu que o conhecimento científico estivesse em sintonia com a política administrativa, muito dos profissionais enviados para o ultramar, sobretudo, físicos e cientistas naturalistas, entraram em contato com informações médicas do período. Funcionários e viajantes sistematizavam informações de população, de riquezas naturais de aspecto pragmático, que incluíam a questão da saúde voltada para os escravos e a grande parte da população, que era atingida por enfermidades. Daí a necessidade de conhecer a realidade das possessões ultramarinas e as condições de vida dos habitantes. Verifica-se então, obras importantes no caso da América portuguesa, como a de Ribeiro Sanches, "*Tratado da conservação da Saúde dos Povos*" de 1755, que fazia referências às doenças nas regiões da África, da Índia e da América. Não eram apenas físicos-mores que se referiam a matéria médica, viajantes naturalistas como Alexandre Rodrigues Ferreira, o Frei Veloso, que traduzia obras para reduzir as doenças dos escravos, José Vieira de Carvalho que traduzia as obras de Dazzile, como "*Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos e meios de prevenir*" se esforçavam para sistematizar informações a cerca da população, riquezas naturais e remessas de fauna e flora (ABREU, 2007, p.770-772 e 774).

O envio de cientistas, viajantes naturalistas entre outros profissionais interligados aos Estados ultramarinos também se estendeu para territórios que correspondem à faixa Congo-Angola, onde se ergueu a primeira Escola Médica de 1791. Nessa região é possível destacar dois importantes personagens o viajante Joaquim José da Silva e o físico-mor e professor da referida Escola, José Pinto de Azeredo. Esses personagens históricos também se esforçaram em sistematizar informações relacionadas as riquezas naturais, remessas de fauna e flora e saberes de cura africana.

Para entender como esses agentes sociais, a serviço do Império Ultramarino português conseguiam alimentar a rede de conhecimentos e produzir ciência conforme o último quarteto do século XVIII é necessário entender a perspectiva da História das Ciências Global e Transcontinental.

2 A DIFUSÃO DE SABERES AFRICANOS POR INTERMEDIÁRIOS ENTRE AS CULTURAS

No bojo da referida análise consta a ideia de intermediação cultural, no último quarteto do século XVIII e início do século XIX, que ocorria apesar do advento do capitalismo e da Revolução Industrial. Ao estudar Calcutá foi possível identificar a ideia de intermediação especializada nela mesma, que pode ser autônoma em um mercado local. Os profissionais podem se apresentar de forma interdependente, sendo unidos por uma administração das possessões ultramarinas. Esses profissionais da expansão imperial, os vários indivíduos e grupos possuíam um papel importante e modelavam as suas carreiras na ciência, providenciando crescimento, manutenção intelectual, social e cultural dos locais onde atuavam e ao mesmo tempo legitimavam as suas carreiras. Os profissionais intermediários entre as culturas acabaram construindo e gerenciando as diferenças culturais. Isto teria promovido “o coração da ciência” no século XIX. Os profissionais intermediários deslocavam-se entre as culturas, ativando e sustentando a expansão europeia, negociando as fronteiras culturais (RAJ, 2009, p. 106 e 107).

Os Médicos, os tradutores, os navegadores, os mercadores e os viajantes executavam uma intermediação cultural especializada nela mesma, que ganhava autonomia em mercados e comunidades. Tais profissões tornavam-se interdependentes unidas à administração imperial. Os portugueses, por exemplo, estabeleceram seu império em locais adversos, recebendo rejeição dos nativos. Porém, através dos profissionais, que se localizavam nessas regiões de encontro de culturas, os portugueses conseguiram estabelecer-se junto aos mercadores e ao resto da população. Eles estabeleceram a sua religião, construíram fortificações ao longo das costas litorâneas, promoveram a interação com os colonos, com o mercado privado e estabeleceram uma política comercial regional com as várias comunidades e autoridades políticas. Tudo isso, se preocupando sempre com a possibilidade de mediação, de profissionais intermediários na literatura, na técnica, no jurídico e nas habilidades administrativas, o chamado “*go between*”. Assim, entende-se que no mercado de regiões cosmopolitas, como no caso de Calcutá, existia a possibilidade de construção de conhecimento. Esse último é aprendido em comunidades, em diversos mercados como o marítimo. Os papéis dos atores sociais intermediários entre as culturas traziam consigo seus conhecimentos naturais, sociais, políticos, que eram difundidos como mercadoria, que circulavam na rede mercantil asiática e na variabilidade das trocas entre elas. O conhecimento da natureza, as plantas medicinais, as pedras e outras mercadorias circularam por meio de um conhecimento aprendido entre as diversas comunidades locais. O conhecimento permanecia nas mercadorias circulantes e entre elas, sendo transmitido entre os diferentes grupos ao longo da trajetória dos *commodities*.

Os saberes eram parte da estratégia de trocas, sendo objeto de negociação e mediação (RAJ, 2009, p.108, 110 e 112).

Acredita-se que a mesma análise aplicada à Calcutá pode ser observada na faixa Congo-Angola. Os atores intermediários entre as culturas, que entravam em contato com diversos povos possibilitavam uma mediação, que gerava uma nova forma de conhecimento. Assim como Domingues (2001), Raj (2009) acredita que no início do processo de globalização do mundo moderno o conhecimento intermediário foi a base de membros de diversas comunidades, que negociaram saberes específicos próximos e conectados às suas redes comerciais. Assim como RAJ (2009 p.112) considera Calcutá uma zona de contato entre as culturas, onde emergem novos conhecimentos de geografia, cartografia, história, linguística, etnologia, acredita-se que a faixa Congo-Angola também seja uma zona de contato, com diversos desses profissionais, que interagem com inúmeras outras culturas, com várias estratégias úteis, em uma dinâmica de diferentes formas de intermediação, desenvolvida durante séculos e que permitia a produção de vários conhecimentos.

Dentro desse contexto de intermediação cultural, acredita-se que cientistas naturalistas como Joaquim José da Silva tenha atuado como um profissional “*go between*”.

O Joaquim José da Silva foi um ator importante no período porque a sua trajetória interceptava o momento de vigência da 1ª Escola Médica de Angola, erguida entre 1791 e 1797. Como viajante naturalista a serviço de Portugal ajudou a difundir saberes africanos, e que inclusive estavam nos escritos do primeiro professor da referida escola médica.

Joaquim José da Silva cursava matemática na Universidade de Coimbra, nessa universidade ele também foi atendido pelo curso de medicina, graduando-se em 1778. Trabalhou no curto período de tempo nos Jardins do Palácio da Ajuda. Fez viagens ao Ribatejo, trabalhou com outros naturalistas sob a supervisão de Júlio Mattiazi e Domingos Vandelli. Os acompanhantes de Silva até Angola foram Ângelo Donatti, artista e naturalista que preparou aquarelas de plantas tropicais europeizadas e que havia sido assistente nos Jardins do Palácio da Ajuda (SIMON, 1983, p. 81) também participava da equipe, o riscador José Antônio (RODRIGUES, 2016, p.339). Silva foi designado para uma secretaria em Angola em 1782, chegando em Benguela em 1783, partindo para Luanda e depois para Cabinda na área do rio Dande. Entre 1785 e 1787 Silva explorou o interior e o sudeste de Angola na pesquisa do rio Cunene (SIMOM, 1983, p. 80 e 81). A função de Silva seria a de recolher preparar e remeter exemplares de História Natural conforme a Academia de Ciência de Lisboa. Ele teria feito quatro expedições: a primeira em 1784 à Cabinda e ao rio Dande; a segunda também em 1784 à Massangano; a terceira entre 1785 e 1787 à

Benguela e a Cabo Negro; e a quarta e última, em 1787, em Serra na região de Luanda. (RODRIGUES, 2016, p.340).

Findando a expedição voltou para administração em Luanda e posteriormente foi designado para o presídio em Ambaca. Adquiriu família em Luanda, sendo recolocado em uma secretaria de governo em Angola. Silva teria abraçado o posto no governo de Angola até a sua morte. O governador de Angola na ocasião de Joaquim José da Silva, José Gonçalo da Câmara, fazia o esforço para cumprir a coleta de espécimes para Lisboa e fiscalizava a atuação dos naturalistas. Em 1784 Silva reportava a ministro Martinho de Melo e Castro o envio de espécimes para o Museu de História Natural do Palácio da Ajuda com amostras de ferro de Cabinda e depósitos de asfalto no Dande. Nos envios haviam também flora, fauna, chifres, quadrúpedes, cabras e 27 espécies de herbário. Os espécimes foram coletados na África centro-ocidental na Gambia e nordeste de Angola (SIMON, 1983, p.81-85).

De acordo com Simon (1983) e Rodrigues (2016) a descrição e os apontamentos investigativos de Silva foram baseados nos parâmetros de Linneau e as regiões por onde passaram as expedições eram marcadas por falta de alimentos, água e doenças, que atrapalhavam as expedições. Tanto que, em 1784 os dois membros da companhia de Joaquim José da Silva acabaram morrendo, pois eram constantes as doenças como as febres, sezões ou febres intermitentes. Muitos dos esforços de Silva estavam voltados para superar a barreira das doenças. As enfermidades eram um obstáculo tão grande, que em 1785, Silva não havia embarcado espécimes porque estava convalescente de febres, que havia adquirido em Massangano. Apesar de ter pedido para sair de Angola e voltar para o Rio de Janeiro, o seu pedido não teria sido aceito. Em 1789, Silva teria ficado por mais seis anos em Angola permanecendo no real serviço atendendo a atividade naturalista preparando envios para o Museu da Ajuda. De 1790 a 1798 assumiu o cargo de capitão mor em Massangano, sendo transferido para Ambaca em 1794. Na década de 1790, Silva abraçou postos administrativos em Luanda e em Ambaca. E em 1802 foi recolocado como Secretário de Governo em Angola, ainda atuando como naturalista enviando espécimes para Lisboa. Silva foi classificado como um importante funcionário e cientista a serviço de Portugal. (SIMON, 1983, p.87, 88, 92, 94 e 101).

Assim como Domingues (2001), Abreu (2007), Raj (2009), Rodrigues (2016) reconhece que a ciência ilustrada do último quartel do século XVIII atuou nos domínios portugueses. Acreditando também, como acredita esta pesquisa, que em Angola administradores cientistas por meio do conhecimento prático exploraram o território e esses profissionais naturalistas, médicos, militares entre outros, tornaram-se evidencia

de circulação de saberes no Atlântico. Admitindo que homens de ciência visavam saberes africanos para serem transportados para Europa.

Dessa forma, Joaquim José da Silva contribuiu para a difusão de saberes de cura africanas, tanto que algumas plantas prospectadas por ele como o *embondo* poderia ser observada nos textos do primeiro professor e físico-mor da 1ª Escola Médica de Angola. A referência da planta prospectada por Joaquim José da Silva ocorreu no ano de 1793, quando o governador de Angola, Manoel de Almeida Vasconcelos, enviou um ofício a Martinho de Melo e Castro, onde enumerava os produtos, coletados pelo referido viajante, para o gabinete de História Natural em Lisboa. Segundo Vasconcelos:

[...] Aproveitando a favorável ocasião faço embarcar na fragata Minerva, um caixão com um jacaré apanhado no rio Dande, acondicionando com dificuldades outras espécies respectivas a História Natural, e da produção e uso deste país. Na forma que declara a relação junta, e tendo se nessa coleção empregado Joaquim José da Silva. Me roga implorar a benignidade de vossa excelência em seu benefício [...] podendo eu atestar da sua conduta e bom comportamento [...] Relação dos produtos naturais que pela Secretaria de Estado da Repartição do Ultramar vão remetidos ao Real Gabinete da Ajuda, na real fragata Minerva, em cumprimento das reais ordens de sua majestade, em fevereiro de 1793. [...]quatro pedaços de pau Quicongo, espécie de sândalo, creta metálica [...] uma lata com petróleo negro [...] raiz de Mututo, havida por medicinal[...] dois pedaços do pau chamado Quissecoa [...], uma lata com uma espécie de goma copal [...] uma lata com pó de uma erva que se podia chamar Embundo [sic] (SILVA, 1793, P. 69 e 70 verso).

Azeredo, professor da 1ª Escola Médica de Angola de 1791, também registrava as utilidades do embondo. Conforme o físico:

[...] Atendendo ao uso e utilidade com que as arvores se prestam aos colonos e habitantes da conquista, podemos com maior excesso insistir pela conservação e ainda animar a sua multiplicação: por quanto achamos dos poucos e destroçados Embondeiros [...] a sua mesma casca cobre a desnudez do industrioso quissama, e do pobre escravo que não duvida resistir a fome, e ao escorbuto, comendo a poupa farinácea, que dentro da sua siliqua [...] conserva sempre fresca a semente (AZEREDO, 1799, p. 42 e 43).

Tanto para viajante Joaquim José da Silva, quanto para o físico-mor e professor da Escola Médica de 1791 as plantas africanas eram saberes úteis para alimentar a rede portuguesa.

Ainda dentro da ideia de Raj (2009), referente a atores sociais intermediários entre as culturas, que possibilitam a formação de conhecimento novo fora da Europa, é imprescindível falar do professor da 1ª Escola Médica de Angola de 1791, José Pinto de Azeredo. Esse ator social foi um importante propulsor da circulação dos saberes africanos de cura, além de reelaborar conhecimento novo na referida escola. Tanto Oliveira (2013, p.153, 154, 167, 169 e 172), quanto Costa (2014, p. 258 e 260) Abrunhosa (2014, p. 282) e

Barradas (2014, p. 293) concordam que Azeredo, natural do Rio de Janeiro iniciou seus estudos em Edimburgo em 1786 e 1787, ingressou para Universidade de Leiden em 1788, se tornou físico-mor de Luanda em 1789 e professor de Filosofia Racional e Medicina em Angola entre 1791 e 1797 na mencionada escola médica. Com o fim da Escola Médica de Angola de 1791, Azeredo tornou-se médico do Real Hospital Militar de Lisboa, em Xabregas, no ano de 1801, e posteriormente foi feito médico da Real Câmara e da Família Real em 1806, quando volta para o Brasil em 1807.

Tanto Costa (2014) como Abrunhosa (2014), especulam que a primeira Escola Médica de Angola de 1791 funcionava no Hospital da Misericórdia de Luanda. As funções do José Pinto de Azeredo incluíam lecionar medicina, preparando o material para os seus alunos, exercer a medicina atendendo as tropas e o restante da população, interagindo com o cirurgião-mor, o boticário e outros agentes envolvidos em sua rede de atuação. O perfil de José Pinto de Azeredo era o de descritor, cientista, médico e pedagogo. (ABRUNHOSA, 2014, p. 281 e 282).

É possível observar na trajetória de José Pinto de Azeredo, nos textos que produziu em atuação na referida escola, e em Portugal, já médico do Hospital Militar em Xabregas entre 1801 e 1804, as ideias africanas de cura que foram úteis e que circularam e alimentaram a rede de Informações do Império Ultramarino português.

No que se refere ao manual que produziu para a Escola Médica de 1791, Marques (2014) evidencia as práticas e técnicas de Azeredo, observando-o como um cientista em Angola. José Pinto de Azeredo poderia ser classificado como um médico, um químico e um anatomista. Ele usava a anatomia médico-filosófica por meio de uma visão de medicina barroco-iluminista. As glândulas foram analisadas a partir dos paradigmas das máquinas ou autômatos dos séculos XVII e XVIII. Azeredo atuava em um mundo marcado pelo mecanicismo, pelo vitalismo e pelo organicismo. Referindo-se ao “*Tratado Anatômico dos ossos e vasos linfáticos e glândulas*”, texto produzido para a primeira escola Médica de Angola de 1791, Azeredo se comportava como médico e químico e pendia para o anti-vitalismo. Era ao mesmo tempo fiscalista, mecanicista e materialista. Sendo observado como um físico que se encontrava na passagem da empiria clínica para a objetividade experimental. José Pinto de Azeredo combinava os problemas de função química e física para além da dificuldade médica experimental (MARQUES, 2014, p. 317, 319, 339 - 357).

Nota-se que os autores, acima citados, reconhecem o esforço científico realizado nas possessões ultramarinas do último quarteto do século XVIII e início do XIX. Esses intermediários entre as culturas puderam gerar conhecimento novo através do contato com as novas localidades. Isto porque, pelo viés da corrente interpretativa da nova História

das Ciências Global e Transcontinental é possível entender a atividade científica através de um novo olhar. A ciência passa a ser compreendida como uma complexa relação com a sociedade, com o Estado e a economia. A partir dessa nova perspectiva, a ciência vai além da produção do conhecimento específico e passa a englobar instrumentos, técnicas, serviços, que envolvem esse conhecimento. O local de produção de ciência deixa de ser fixo e passa a ter origem no espaço global desde o início da modernidade, no contexto da expansão europeia. (RAJ, 2007, p.10).

Destaca-se a reelaboração de conhecimentos de Azeredo, tanto das propriedades químicas quanto ao uso da natureza. Ele gerou novos saberes para enfrentar as mortais febres de Angola, que foram usados no Brasil, em Portugal e outras partes do mundo.

José Pinto de Azeredo reelaborava conhecimentos referentes às febres intermitentes de Angola em 1799. Por meio da experimentação desenvolvia o novo método usando o arsênico branco, a noz vômica e a casca de coco. Conforme Azeredo:

[...] Há muito tempo vivia eu persuadido que as febres terças e quartãs se não curam com quina, ou ao menos que elas resistem por meses a sua virtude. Também a experiência me fazia ver, que elas igualmente zombavam da noz vômica; e do arsênico branco. Estes desenganos me obrigaram a por em prática infinitos remédios [...] A experiência já tem sido feita por outros, a quem comuniquei a sua virtude, e eles acham os mesmos felizes efeitos. Já posso assegurar que tendo eu, a noz vômica, o arsênico branco, a casa de coco e os evacuates, não temo intermitentes e dispenso a mesma quina por muitas vezes. (AZEREDO, 1799, P. 64, 91 e 92).

O saber reelaborado de Azeredo se deu conforme o aprendizado que adquiriu como físico-mor e professor da 1ª Escola Médica de Angola 1791. Esse conhecimento viajou até a América portuguesa e chegou ao Rio de Janeiro, sendo usado pelo médico Francisco Xavier Sigaud¹ Conforme Sigaud:

Os práticos da Bahia constataram a eficácia médica do arsênico no tratamento das febres intermitentes. O doutor Persiani que exerceu vários anos nesta cidade o empregou com sucesso tanto nas pirexias periódicas quanto nas afecções nervosas do peito. Este agente terapêutico de que o sr. Doutor Boudin, médico dos hospitais da Argélia, mostrou a poderosa eficácia médica[...] o doutor Azeredo Pinto diz em sua obra: "Fui obrigado a recorrer a outros remédios além da quina, na falta desta última, e encontrei no arsênico branco um poderoso antídoto para as febres intermitentes [...] o mesmo prático introduziu no Brasil o seu método curativo, que tinha experimentado com sucesso em São Paulo de Luanda. É a ele que se deve o tratamento seguinte[...] Administra-se a seguinte decocção na dose de uma xícara de chá três vezes por dia: casca de palmeira pisada, dez onças; água pura, quatro libras; ferver até reduzir à metade; escorrer em seguida. Dá-se o mesmo tempo a noz-vômica em pilulas[...].associar um amargo, como a genciana; começa-se com três pilulas de dois grãos cada[...] se a febre persistir, passar ao emprego do arsênico..." (SIGAUD, 1844, p. 187 e 188).

¹ José Francisco Xavier Sigaud, médico francês radicado no Rio de Janeiro, que produziu a obra "*Do clima e das doenças do Brasil e estatística médica deste Império*" (1844).

No Hospital Militar em Xabregas em Portugal, fez referências à *calumba*, planta africana importante para o combate às febres, usada no lugar da quina. Conforme Azeredo:

“Calumba é um gênero desconhecido a sua raiz é um fortíssimo amargo. Tem sido pouco uso, mas ela promete ser um fortíssimo tônico próprio para as febres intermitentes. Dela tenho usado nas mesmas febres suprimindo a quina com bom sucesso ... (AZEREDO, 1801, P. 16 VERSO).

A *calumba*, citada na obra de Azeredo, *Textos de química*, de 1801 pode ser observada como um saber africano, fruto da circulação por meio de rotas escravistas. A raiz de *calumba* era uma produção do território moçambicano. Ela havia circulado nos portos do Índico e teria ido para a Europa despertando o interesse de muitos cientistas europeus. Desde o século XVII era conhecida em Portugal. Foi incorporada pela matéria médica após a recomendação de Thomas Percival², colocando-a como poderoso antiemético. Acabou sendo estudada por Lamark em 1797, tornando-se um *símplice*³ importante no século XIX (RODRIGUES, 2016, p. 381).

É importante destacar, que a localização da Primeira Escola Médica de Angola de 1791 na rede escravista, acabava por facilitar o circular dos saberes. Os portos marcados pelo comércio de escravos, que movimentavam muitas pessoas, informações, mercadorias e doenças, com a atuação de intermediários, como traficantes de escravos, barbeiros, sangradores, permitiu com que os saberes dentro dos negreiros, de cativos de diversas nações africanas, fossem partilhados. Esse conhecimento especializado era de extrema utilidade para os portugueses, pois a região era marcada pela insalubridade, pela falta de alimentos e chuvas, pelos constantes ataques e instabilidades políticas de reinos africanos inimigos e pela dificuldade de abastecimento das boticas. A questão do trato das doenças era um saber crucial para alimentar a rede de informações portuguesa a respeito da faixa Congo-Angola. Atuar como profissional intermediário nessas regiões de encontro das culturas era muitas vezes sinônimo de óbito, tanto que era considerado um local de degredo.

A circulação das informações sobre plantas e textos não dependiam apenas dos administradores portugueses. Isto porque havia rotas comerciais existentes séculos antes, que também permitiram o viajar da História Natural e das tão desejadas plantas medicinais africanas (KANANOJA, 2015, p. 3- 8) (RODRIGUES, 2016, p. 381). Abrunhosa (2014, p. 289) reconhece o desafio enfrentado por Azeredo, que saiu da Europa para uma Luanda doentia para se submeter ao projeto português, médico-científico em um

² Médico britânico que constituiu o primeiro código de ética médica moderno chamado de “Medical Ethics” de 1803. Um trabalho de transição entre a hegemonia da normativa hipocrática para exigências de uma medicina profissionalizada. Disponível em <http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/download/145/150>. > Acessado em 5.fev. 2019.

³ Drogas que entram na composição dos remédios.

local de entreposto de exportação de escravos. Luanda, naquele momento colocava-se como uma grande porta de saída de escravos para o Rio de Janeiro, sendo o local mais importante no registro de fluxo de cativos entre 1790 e 1830 (FLORENTINO, 2014, p. 13). As rotas de comércio favoreciam as trocas de saberes e cirurgiões, práticos de medicina entre outros profissionais se movimentaram pelo Mundo Atlântico do último quarteto do século XVIII e início do XIX atuando no comércio de escravos e no trato de doenças dos cativos. Esses profissionais atuavam com saberes adquiridos durante as suas variadas funções, saberes da natureza e tratamento das doenças (WISSENBACH, 2009, p. 281).

Como exemplo de circulação de saberes de cura africana no Brasil, Portugal e África podemos identificar o barbeiro Luís Gomes Ferreira⁴ no Brasil com o uso da fruta *pepe* em meados do século XVIII. Identificamos também, o próprio Azeredo com o uso de outra planta denominada *quassia* no Hospital Militar em Portugal e com o uso da *cola* em Luanda.

Segundo Luís Gomes Ferreira a fruta *pepe* de origem angolana era importante para tratar os defluxos do peito na região das Minas Gerais. Segundo Ferreira:

Flor de laranja azeda, raízes de malvas com algumas folhas... raiz de manjeriçõ, raiz de arruda e raiz de alfavaca; de cada coisa uma mão cheia, deite –se tudo em panela nova vidrada, na qual se lançarão duas libras de água comum e uma de vinagre branco,... ponha a ferver até diminuir metade... e coe... e nele se lançaram duas frutas reladas por nome pepes que vêm de Angola e não faltam na Bahia, e os angolistas costumam trazer[...].estando o doente de costas, se mandará esfregar com esta água desde o pescoço até o fim das costelas por todo peito... De nenhum modo se pode fazer este remédio sem as frutas de Angola... e só se poderão alcançar por via de algum homem que tenha correspondência no dito Reino de Angola, para que as mande vir, ou procurarem no portos de mar, como na Bahia...que trazem as embarcações... as quais vêm com outras coisas medicinais... (FERREIRA, 1735, P.556-558).

Azeredo de volta a Portugal e como físico-mor no Hospital de Xabregas também se referia à *quassia*, uma planta medicinal comumente usada pelos escravos. Segundo o físico-mor: “*quassia foi muito usada nas febres fatais de Suriname com feliz sucesso. A também amarga e tônica como a calumba...*” (AZEREDO, 1801, p. 16 verso e 25 verso).

Em Angola Azeredo ainda experimentava outras espécies vegetais comuns aos nativos como a cola: Conforme Azeredo:

A Cola é um fruto sólido e amargo, de que fazem contínuo uso todos os habitantes, mascando todas as vezes que querem beber água, para que ela fique doce e saborosa, como sucede com quase todos os amargos. Ela, contudo facilita de algum modo a digestão [...] e nas companhias se oferecem em pedaços [...] com a mesma galanteria com que entre nós se apresenta o rapé (AZEREDO, 1799, p. 46).

⁴ Luís Gomes Ferreira foi o cirurgião barbeiro que atuou como cirurgião nos navios portugueses, chegando ao Brasil em 1707, morou na Bahia e depois foi atraído para a região de Minas Gerais na busca pelo enriquecimento como o ouro, mas acabou atuando na arte da cura. A trajetória desse profissional da arte médica resultou na publicação do “Erário Mineral” de 1735.

3 CONCLUSÃO

Enfim, atores sociais como José Pinto de Azeredo e Joaquim José da Silva contribuíram para que os saberes de cura africana circulassem no último quarteto do século XVIII e princípios do XIX. Plantas medicinais de origem africana como a *Calumba*, a *Quassia*, o *Embondo*, o *Pepe* e a *Cola* viajaram para América portuguesa, Portugal, países da Europa como a Inglaterra e outras regiões da África como a Argélia. Sendo consideradas de primordial utilidade, essas plantas ajudaram alimentar a rede de informações do Império Ultramarino português dentro do raio de atuação da 1ª Escola Médica de Angola de 1791, que produzia ciência conforme os parâmetros do final do século XVIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jean Luiz Neves. A colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das luzes e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. **História, Ciências Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14n. 3, jul- set 2007. p. 761-778.

ABRUNHOSA, Rui. Um debruço sobre o Tratado Anatômico de José Pinto de Azeredo. In: *Azeredo, José Pinto. Tratado Anatômico dos ossos, vasos linfáticos e glândulas. Antecedido da oração da sapiência feita e recitada no dia 11 de Setembro de 1791*. Lisboa: Edição Júlio Costa, 2014, pp. 279- 293.

AZEREDO, José Pinto de. **Ensaios sobre algumas enfermidades D'Angola**. Lisboa: Régia Oficina de Tipografia. 1799. *Biblioteca Nacional*.

AZEREDO, José Pinto de. **Textos de química e botânica, [c a.1801]**. Códice 8484. Disponível em: < <http://purl.pt/index/geral/aut/pt/152878.html>>. Acessado em 4 ago.2016.

BARRADAS, Joaquim. Os vasos absorventes no Tratado de José Pinto de Azeredo. In: *Azeredo, José Pinto. Tratado Anatômico dos ossos, vasos linfáticos e glândulas. Antecedido da oração da sapiência feita e recitada no dia 11 de Setembro de 1791*. Lisboa: Edição Júlio Costa, 2014, pp. 293-311.

COSTA, Júlio Manuel. Breve escólio do tratado anatômico dos ossos, vasos linfáticos e glândulas de José Pinto de Azeredo. In: *Azeredo, José Pinto. Tratado Anatômico dos ossos, vasos linfáticos e glândulas. Antecedido da oração da sapiência feita e recitada no dia 11 de Setembro de 1791*. Lisboa: Edição Júlio Costa, 2014, pp. 277-279.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais dos setecentos. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.8, Supl. 2001. pp. 823-838.

FERREIRA, Luís Gomes. **Erário mineral**. Organização Júnia Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudo Históricas e culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 821, 2v il. (coleção mineriana, série clássicos).Publicado em 1735 em Lisboa Ocidental na oficina de Manoel Rodrigues, documento dividido em 12 tratados.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas Negras: Uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

KANANOJA, Kalle. Bioprospecting and European uses of African natural medicine in early modern Angola. **Portuguese Studies Review and Baywolf Press**, University of Helsinki, 23 (2) 2015, pp. 1-25.

Livro de cartas de ofício enviadas para a Corte por Manuel de Almeida e Vasconcelos, governador e capitão general do reino de Angola e suas conquistas. São Paulo de Assunção de Luanda. 1790 – 1797. Códice 4-A-1-4 (Arquivo Nacional Histórico de Angola) 457 fotogramas PADAB DVD11, 28.

MARQUES, Manuel Silvério. A bolota e a madre pérola: Imagens e operações na tessitura das glândulas. In: *Azeredo, José Pinto. Tratado Anatômico dos ossos, vasos linfáticos e glândulas. Antecedido da oração da sapiência feita e recitada no dia 11 de Setembro de 1791.* Lisboa: Edição Júlio Costa, 2014, pp. 311-381.

OLIVEIRA, Antônio Braz de. “Do Rio a Lisboa, passando a Luanda: a chegar para uma bibliografia de José Pinto de Azeredo”. In: OLIVEIRA, Antônio Braz de et al. (org.). **Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola.** Lisboa, Portugal: Edições Colibri, 2013. pp. 153-187.

RAJ, Kapil. Introduction. In: RAJ, Kapil. **Relocating modern science: circulation and construction of knowledge in South Ásia and Europe, 1650-1900,** London: Palgrave Macmillan, 2007, pp. 1-26.

RAJ, Kapil. Mapping Knowledge Go-between in Calcutta, 1770-1820. In: SCHAFFER, Simon; ROBERT, Lisa; RAJ, Kapil; DELBURGO, James (Orgs.). **The brokered world: Go-betweens and global intelligence 1770-1820.** Sagamore Beach: Watson Publishing International LLC, 2009, pp.105-193.

RODRIGUES, Eugênia. Angola no século XVIII, atores, redes e saberes. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Melo; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho (orgs.). **Os naturalistas do Império: o conhecimento científico de Portugal e suas colônias (1768-1822).** Rio de Janeiro: Versal 2016, pp. 333-387.

SIGAUD, J.F.X. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística medica deste império 1844.** Tradução de Renato Aguiar. Coleção História e Saúde; clássicos e fontes. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SIMON, Willian Joel. Joaquim José da Silva, naturalist and secretary of government in Angola: 1783-1808. In:-----**Scientific Expeditions in the portuguese oversea territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intelectual scientific community of the late eighteenth century.** Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 1983, pp. 79-104.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões e mercados nas dinâmicas do comércio Atlântico de escravos (séculos XVIII e XIX). In Souza, Laura Mello et all (org.) **O governo dos povos.** São Paulo: Alameda, 2009. pp. 281-300.

CAPÍTULO 15

RELIGIÃO, ENVELHECIMENTO E DOR: INTERMEDIÇÕES ENTRE FORMAS CULTURAIS DE REPRESENTAR O SOFRIMENTO E PRÁTICAS CURATIVAS ENTRE PESSOAS IDOSAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA¹

Data de submissão: 05/05/2021

Data de aceite: 28/05/2021

Ramiro Esdras Carneiro Batista²

<http://lattes.cnpq.br/0809460177410652>

Flávio Pereira Passos³

<http://lattes.cnpq.br/6155181448624759>

RESUMO: O artigo objetiva refletir sobre a relação entre distintas formas culturais de representar o envelhecimento e a dor, recorrendo a abordagem etnográfica a fim de referenciar práticas discursivas e terapêuticas, que desvelem estratégias de enfrentamento a dor física advinda do processo de envelhecimento biológico, bem como a dor psíquica, resultante da

¹ Registramos nosso agradecimento à Professora Doutora Jane Felipe Beltrão, que no âmbito da disciplina *Debates Contemporâneos e Feminismos – Tópicos Especiais em Antropologia* (PPGA-UFFPA), nos proporcionou leituras e subsídios para iniciar a presente discussão.

² Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFFPA). Professor assistente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pesquisador vinculado ao Grupo de *Pesquisa Cidade, Aldeia e Patrimônio na Amazônia/CNPq-UFFPA*. E-mail: ramiro.esdras.carneiro@gmail.com.br

³ Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFFPA). Fisioterapeuta especializado em geriatria e gerontologia. Membro do grupo de *pesquisa Cidade, Aldeia e Patrimônio na Amazônia/CNPq-UFFPA*. E-mail: flavio.pp@hotmail.com

representação social que se impõe a pessoas idosas, em diferentes contextos da Amazônia oriental. Propõe ainda pensar nas possibilidades que políticas públicas de atenção à saúde e bem viver de pessoas idosas podem realizar, em diálogo com instituições comunitárias e religiosas que se constituem como estratégia autônoma de enfrentamento a senectude de diferentes sujeitos sociais, quer em contexto urbano, quer em contexto rural.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia da dor. Envelhecimento e práticas terapêuticas. Amazônia.

RELIGION, AGING AND PAIN: INTERMEDIATIONS BETWEEN CULTURAL WAYS OF REPRESENTING SUFFERING AND HEALING PRACTICES AMONG ELDERLY PEOPLE IN THE BRAZILIAN AMAZON

ABSTRACT: The article aims to reflect on the relationship between different cultural ways of representing aging and pain, using the ethnographic approach in order to refer to discursive and therapeutic practices, which reveal strategies for coping with physical pain arising from the biological aging process, as well as the psychic pain, resulting from the social representation that imposes itself on elderly people, in different contexts of the eastern Amazon. It also proposes to think about the possibilities that public policies for health care and good living for elderly people

can achieve, in dialogue with community and religious institutions that constitute an autonomous strategy for coping with the senectus of different social subjects, whether in an urban context or in a rural context.

KEYWORDS: Anthropology of pain. Aging and therapeutic practices. Amazon.

Ao longo da história humana, indivíduos e povos tem envidado práticas religiosas no objetivo de tornar, tanto a experiência de dor, quanto de morte, um processo suportável, porque imerso em uma teia de significados socialmente construídos. Tomando a análise a relação entre práticas terapêuticas e religiosas entre pessoas idosas, vimos que tal relação pode ser vivenciada de maneira semelhante, mas com resultados distintos em diferentes grupos étnicos e no interior de diferentes confissões religiosas, conforme discutiremos. Outrossim, é possível propor que a busca pelo alívio da dor junto a religiões e personalidades (pessoas) com supostos dons de cura é uma prática comum entre as populações amazônicas, desde o período pré-colonial.

As variadas formas de significar a dor refletem a complexidade do emaranhado de signos que envolvem o conceito de saúde, entre seres humanos. Nesse sentido, a violência estrutural do estado brasileiro com respeito ao não provimento de políticas públicas de saúde, bem-estar e envelhecimento sadio, fazem das práticas religiosas de diferentes matrizes um importante condutor terapêutico, para que as pessoas possam lidar com a progressiva perda de bem-estar social, sobretudo aquelas/les que se encontram em situação de vulnerabilidade, seja por aspectos intrínsecos (biológicos) ou extrínsecos (instabilidade política e econômica).

O campo do sagrado e do religioso na Amazônia apresenta-se especialmente complexo em função das narrativas historicamente constituídas que apontam para o contexto de encantaria, misticismo e fusão de diferentes matrizes religiosas que tanto caracterizam a região, dada sua diversidade humana e cultural no tempo e no espaço. Desta maneira, o presente artigo pretende comparar práticas/narrativas terapêutico-religiosas entre pessoas amazônicas idosas, indígenas e não indígenas, da perspectiva do método etnográfico, com coleta de dados a partir de entrevistas não estruturadas.

SAÚDE, ENVELHECIMENTO E GÊNESE DA DOR

A exemplo do conceito de saúde, há dificuldades em classificar e categorizar o envelhecimento humano e até mesmo de entender o que seria o fenômeno, visto seu caráter subjetivo. Um exemplo que representa a subjetividade inerente a representação

desta fase da vida é percebido no relato de Ziraldo Alves Pinto.⁴ Uma vez provocado a falar sobre seu próprio processo de senectude, durante uma entrevista, o cartunista brasileiro respondeu que:

“... eu tô inventando agora essa moda de ficar velho, porque o negócio é o seguinte: eu vim andando pela vida, nunca passou pela minha cabeça que eu era velho. Um dia acordei e falei “gente eu tô velho”, aí levantei e tropecei no taco levantado, falei: “a prova tá aí, já estou arrastando o pé!... e comecei a arrastar o pé, foi semana passada isso ...” (Ziraldo Alves, 2017)

A resposta dada demonstra a individualidade inerente ao tema, pois para Ziraldo, a velhice chegou a partir do momento em que começou a “arrastar o pé” e sua resposta, talvez proposta de forma jocosa, confere lastro a muitas ilações. Segundo Debert (1994), a maneira de lidar com a velhice pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural em que o sujeito está inserido. Assim, se o entorno social atribui estereótipos a esta fase da vida, discriminando e diminuindo progressivamente o papel e a importância social do indivíduo de acordo com os anos vividos, acaba-se por atribuir um significado negativo a velhice, transformando-a em prenúncio para a morte social do indivíduo (Kellehear, 2016), o que parece ser o caso da maior parte dos arranjos sociais de cunho urbano e industrial das sociedades ocidentais, na atualidade.

Por outro lado, se o arranjo em que o sujeito social está inserido atribui a vetustez de sua existência funções como a mediação na relação com o sagrado, e/ou a prática de saberes e mecanismos de cura e alívio físico e emocional, por exemplo, o papel atribuído e o *status* da pessoa idosa será completamente distinto, o que pode impactar subjetivamente na forma como ela mesma irá somatizar os efeitos e dores inerentes ao processo de envelhecimento biológico. Nesse sentido, a comparação entre pessoas idosas de um contexto urbano industrial com outras de contextos sociais não urbanos e pertencentes a grupos etnicamente diferenciados, pode lançar possibilidades de reflexão sobre o mencionado subjetivismo.

No caso do presente artigo, tomaremos a análise uma comunidade indígena do município de Oiapoque/Amapá e, em comparação, um grupo de idosas/os não indígenas da cidade de Belém/Pará, indagando de que forma seus sujeitos conferem significado ao papel e função social de pessoas em processo de envelhecimento, ao tempo que tentamos perceber nuances da relação entre religiosidade e tratamento da dor. Por tratar-se de uma alteridade distinta da ocidental urbanizada, pode-se propor aprioristicamente que entre comunidades indígenas em sentido *lato* – mesmo as impactadas pelo processo de

⁴ Entrevista concedida ao Programa de televisão Altas Horas, em 09/12/2017. Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/6347638/>.

colonização epistêmica protagonizado por distintos atores civis, militares e eclesiásticos – pessoas idosas detêm *status* diferenciado do que estamos acostumados a testemunhar no contexto do transporte público de uma metrópole como a capital paraense, por exemplo.

Entre o povo indígena *Karipuna* do rio Curipi, no município de Oiapoque/ Amapá, o cotidiano etnográfico demonstrou que o decorrer dos anos confere as pessoas saberes e comportamentos que não são possíveis de serem alcançados por uma pessoa jovem, por mais habilidosa que ela seja (Beltrão, 2020, p.17). Dentre os *Karipuna*, o título de *Ghãmun*⁵ (Pessoa-Grande), é usado para anciãos e anciãs, produto da sabedoria e conseqüente reconhecimento social dirigido pela comunidade em direção a seus membros, via de regra, idosos. Nesse sentido, entre os *Karipuna*, pode-se depreender que pessoas idosas são inerentemente qualificadas como lideranças a serem consultadas em todos os aspectos da vida, sobretudo no que diz respeito as práticas terapêuticas e religiosas, estas, dificilmente passíveis de separação entre aquele povo. Cumpre ressaltar ainda que no mesmo contexto o povo *Galibi-Marworno* também lança a seus idosos o título de *Ghãmun*. Além disso, os *Palikur-Arukwayene*, outro povo indígena do Baixo Oiapoque, em que pese a distinção linguística e cultural, trata seus idosos com o título de *Ahwiw*, palavra traduzida do *parikwaki*⁶ como “velho”, mas que tem a conotação de “sábio das coisas da vida e do cosmo” (Natã dos Santos – Comunicação Pessoal, abr.2018). Portanto, constata-se que pelo menos três dos quatro povos indígenas do Baixo Oiapoque atribuem uma função social parecida e sobretudo, positiva, aos seus membros idosos.

Em relação à prática religiosa, sabemos pela literatura etnográfica que os *Karipuna* são, dentre os coletivos indígenas do Oiapoque, o povo onde o *Turé Aruaque* e o cultivo aos espíritos *Karuana* é mais presente, atualmente. Entre os *Karipuna*, o trabalho do xamã é socializado e seu desempenho tornado público “[p]or meio dos turés e das sessões de cura”. (Sztutman, 2005, p. 218) Aparentemente, o xamanismo *Karipuna* guarda em suas festividades de agradecimento aos espíritos *Karuana* uma relação de domesticação em detrimento da troca de agressões, o que lhe confere um *status* positivo e sincrético com a simbologia cristã, dentre o coletivo, conforme percebemos na imagem abaixo:

⁵ *Ghãmun* é uma palavra em *Kheúol* (língua geral afro-indígena usada pelos quatro povos do Baixo Oiapoque) que pode ser traduzida literalmente como “mundo-grande” ou “pessoa-grande”. Como nos foi explicado, a palavra designa uma pessoa grande e notável em conhecimento e, portanto, digna de maior respeito e etiqueta no trato cotidiano. Essa grandeza não pode ser atingida por uma pessoa jovem, por mais rica e poderosa que ela se apresente e, conforme *Yanomami* Silva (Comunicação pessoal, mar. 2016), trata-se de um título que só a comunidade, a idade e a experiência juntas podem conferir ao sujeito.

⁶ Língua indígena de matriz *Aruaque*, de uso exclusivo do povo *Palikur*.

Foto 01: Cerimônia do *Turé Karipuna*. Ao centro do *Laku* (círculo ritual), sentada em um banco zoomorfo de peixe espadarte e ao sopé da cruz de morfologia judaico-cristã, a falecida *Ghãmun* Xandoca (Alexandrina dos Santos), serve a *cuia de Kaxiri* (bebida cerimonial a base de mandioca) aos jovens iniciados.



Foto de Ramiro Esdras. (novembro. 2015)

A partir da imagem acima, é possível inferir o papel central atribuído a uma *Ghãmun* idosa no coletivo indígena, que comanda a relação com o sagrado e inicia os jovens nas práticas terapêuticas e religiosas. No contexto do grupo de pessoas idosas não indígenas com as quais dialogamos, que frequentam o Centro de Convivência da Terceira Idade Zoe Gueiros (CCIZG)⁷ em Belém do Pará, constatamos a diferença no espaço que destina-se exclusivamente a pessoas de 60 anos ou mais, residentes nos arredores, sendo que suas atividades ocorrem em período vespertino e matutino de segunda a sexta-feira. No caso da interlocução com as idosas não indígenas, o período de convivência total foi de três meses e possibilitou a escuta de 25 interlocutoras, as quais, em sua maioria, referiam alguma queixa de dor seja por doença, violência ou solidão.

Chamou-nos atenção que tanto entre as narrativas de pessoas indígenas, quanto não indígenas, a importância atribuída a prática religiosa como meio de sobrepujar as dificuldades e dar novo sentido à vida é constante, o que parece evidenciado na fala de Dona Maria Lucia, sobre a importância do CCIZG:

⁷ Modalidade de instituição não-asilar de permanência diurna, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para idosos/os (Brasil, 1996). Atende por preferência idosos/os de baixa renda, beneficiários dos programas de auxílio do governo.

“... eu só tenho um ano aqui, sou novata né! Mas me sinto bem graças a Deus. [emocionada, chorando continuou] Eu achava que na minha vida, eu ia assim morrer, por que não tinha vida, vamos dizer assim, eu não tinha assim, aaa é idoso, [dona Lindaval completou: “fica jogado às traças”] E graças a Deus cheguei aqui encontrei as meninas aqui com o maior carinho com a gente [funcionários], ela também [as frequentadoras] graças a Deus me senti bem, me senti outra Lúcia que até o pastor disse: “a como você mudou! ”. (71 anos, 28. jun. 2018)

Igrejas, templos, paróquias ou espaços religiosos/comunitários que promovem o fortalecimento de vínculos entre seus/suas frequentadores/as aparentemente permitem ressignificar a velhice, talvez por intermédio da atividade física ou trabalho voluntário, o que propicia uma nova rotina e desenvolve possibilidades de trabalho que respeitam as limitações do corpo. A exemplo, Dona Lindalva fala sobre sua dedicação na paróquia:

“sou voluntária, assim, quando tem trabalhos da Paróquia né, de negócio de jantar essas coisas, hoje eu já estou sentindo que eu já não tenho o pique de fazer 1000 refeições, para quem trabalhava nos jantares era 1000 refeições né, então hoje eu já não tenho, eu coordenava essa cozinha hoje eu já não tenho condições eu já tô sentindo que não tenho condições. Por que? Pelas limitações, porque eu já não tenho condições de pegar uma panela por causa das dores dos braços né, pega panela pesada porque você sabe uma coisa para 400, 800, 1000 pessoas é muita coisa né, são coisas que você trabalha três dias praticamente, trabalha antes no meio e depois, então isso o próprio corpo da gente vai limitando vai mostrando e anunciando que nós não temos condições de manter aquela rotina, mas nós podemos procurar outro caminho, podemos continuar nossas atividades fazendo coisas mais leves né, para não parar, então isso é que eu ‘tô procurando, tô por aqui procurando me mexer de todo jeito né”. (66 anos, 10.mai.2018)

Em campo também foi observada a presença de imagens religiosas dispostas no móvel de madeira nos fundos do CCIZG (Foto 02, abaixo), onde a todo momento, as pessoas se aproximavam para tocá-las e fechavam os olhos ao que parecia ser um momento de oração. Diante do observado, conversamos com a assistente social da instituição a respeito e foi dito que as/os frequentadoras/es tem por hábito, todos os dias, ler a bíblia ou falar com as imagens:

Foto 02: Altar multireligioso localizado no interior do Centro de Convivência.



Fonte: CCIZG (abril.2019)

Outro momento importante proposto pelo Centro CIZG foi a realização do Mini Círio (Foto 03, p. 07) no ano de 2018, onde as/os frequentadoras/es prestaram homenagens à Nossa Senhora de Nazaré. A importância do evento se dá pela sua representatividade, visto que o Círio de Nazaré⁸ é a maior procissão religiosa do Brasil (Alves, 2005), e acontece por mais de dois séculos em Belém/PA, impactando a vida de inúmeras pessoas, principalmente as que residem na cidade e professam a religião católica. O cortejo do Mini Círio é considerado importante porque planejado de acordo com a capacidade física das/os frequentadoras/es e tem como protagonistas as idosas/os frequentadores do centro, contando ainda com a participação de estudantes de escolas próximas e acadêmicos que frequentam o CCIZG.

Foto 03: Cortejo do Mini Círio organizado pela coordenação do Centro de Convivência em outubro de 2018.



Imagem cedida pelo CCIZG. (abril.2019)

Com respeito a sociedades não indígenas e contextos sociais distintos do proporcionado pelo trabalho do CCIZG, Lins de Barros (2003) problematiza que o ato de reconhecer-se como velha ou velho parece ser difícil, pela classificação estar mais associada a decadência e menos a possibilidade de atingir à sabedoria. Mas como

⁸ É considerada a maior festa do estado e uma das maiores do país, ocorrendo todos os anos no segundo domingo do mês de outubro, nas ruas históricas de Belém do Pará. O Círio foi comemorado pela primeira vez em outubro de 1793, e ao todo são quinze dias de manifestações de fé (Jurkevics, 2005).

parece demonstrar o caso específico da/do *Ghãmun* entre os *Karipuna* na atualidade, tais adjetivos e premissas negativas que pejoram a imagem da pessoa idosa devem ser relativizadas, particularizadas, e a partir de sua existência e significância no interior de cada arranjo social, serem ou não confirmadas. Em relação a Lins de Barros, a premissa parece estar dirigida a arranjos sociais urbano/industriais, mas, nem mesmo assim, podem ser generalizadas, como nos mostra o contexto relacional observado no cotidiano do Mini Círio.

Toledo Angel Moreno (2011) nos auxilia a entender tais distinções acerca da representação social do envelhecimento quando demonstra que estes são ensinados na infância, momento em que as pessoas constroem boa parte de seu arcabouço para interação social. Tratam-se portanto de valores e percepções que uma vez ensinados, permanecem por gerações, o que não impede que sejam desconstruídos, quando entendemos o quanto prejudicam a saúde, auto imagem e bem estar social das pessoas idosas (Beltrão et. al, 2019).

No caso de sociedades não indígenas, um fator que parece contribuir de forma sintomática para estigmatizar o envelhecimento de seus membros é o fato de os idosos/as não mais integrarem a população trabalhadora, ou em outros termos, a população economicamente ativa. Segundo Denys Cuche (2002) a valorização do trabalho surge na segunda metade do século XVIII, em oposição ao ócio da aristocracia que se distinguia da burguesia, exatamente por sua ostentação. Aparentemente, as sociedades ocidentais que afastaram a aristocracia do poder político reafirmando os valores burgueses do trabalho e produtividade, não conseguiram ressignificar os papéis e funções atribuídos aos seus membros idosos.

Notamos que a busca da juventude eterna como forma de resposta e resistência ao lugar social desconfortável atribuído ao idoso (Debert, 1997; Minayo & Coimbra, 2002), não parece fazer sentido em sociedades não indígenas, pelo menos no que diz respeito ao povo *Karipuna* do rio Curipi, visto que o *status* de *Ghãmun* não se coaduna com a ideia desconfortável de um/a “velho/a” como um sujeito sem função social e entregue a própria sorte. Ao contrário, a velhice venerável e eivada de funções sociais especializadas e relevantes para o grupo costuma ser descrita como agradável, porque o “trabalho pesado” seria reservado aos jovens, a exemplo do que ouvimos em diferentes oportunidades no médio rio Curipi. A julgar pelas evidências etnográficas que encontramos, há uma modalidade de gerontologia em termos próprios (Debert, 1994), difundida no coletivo *Karipuna*, que lança uma visão valorosa sobre seus membros idosos.

Digno de nota também é que no interior do coletivo indígena não foram percebidas buscas por eufemismos como “terceira” ou “melhor idade” para referir os idosos. O termo

“velho” ou “mais velhos” é usado em português livremente, sem que se constitua em acinte ou ofensa aos idosos e idosas do grupo. Mas durante as interlocuções com idosas na metrópole paraense a queixa de dor foi frequente e nesse sentido, vale indagar se o desconforto físico pode ser intensificado ou atenuado, mediante a representação do grupo sobre o sujeito que envelhece. Dito de outra forma, como é possível que em sociedades erroneamente classificadas com termos generalizantes como a de “caçadores-coletores” ou “agricultores de várzea”, que dependem essencialmente da força e vitalidade física de seus membros, o ato de envelhecer possa ser experimentado como mais confortável e seguro, a julgar pelo constatado no exemplo *Karipuna*? Seria possível postular que a sensação objetiva de dor física pode ser modulada por meios simbólicos, referentes ao *status* social da pessoa em processo de senectude?

RELIGIOSIDADE E EFICÁCIA SIMBÓLICA

Como já vimos apontando, o ato de envelhecer é subjetivo e percebido no âmbito do valor que o grupo confere ao sujeito idoso. É sabido que perceber-se senil decorre de eventos significativos e multifacetados, seja por mudança na própria participação social (aposentadoria, viuvez), seja por momentos de ameaça à vida materializados em eventos de dor crônica ou doença. (Lins de Barros, 2003)

Em alguns casos o ato de sentir dor é associado ao envelhecimento, como nos relatos de nossas interlocutoras idosas do CCIZG. Neles, eventos relativos à dor são tidos como sinônimo de “velhice”, assim, quem sente dor é porque “tá velho” ou “é coisa de velho”. Tal expressão discriminatória identificada na fala das interlocutoras é usada como uma “piada”, dirigida contra pessoas de qualquer idade que se queixam de dor. São observações que podem ser ampliadas para pensar o grupo de idosas/os não indígenas porque foram constantemente reificadas, de maneira que no caso das pessoas de Belém com quem dialogamos – diferentemente dos idosos/as da etnia *Karipuna* do Oiapoque – a velhice não parece ter sido associada a sabedoria ou a um *status* socialmente significativo perante a comunidade, mas antes a decadência, ao isolamento e a incapacidade da pessoa.

Além da percepção negativa do *status* de idoso por pessoas genas de Belém, os diálogos etnográficos demonstraram a tensão intergeracional e as dificuldades de comunicação entre a geração frequentadora do CCIZG e seus jovens familiares e comunitários. Em que pese os/as “velhos/as” serem percebidos como frágeis pela jovem geração trabalhadora, estes mesmos idosos apontam “os jovens de hoje” como frágeis diante das adversidades da vida. Segundo Dona Lindalva, um motivo para o suposto envelhecimento precoce da geração atual seria a gravidez na adolescência, visto que

“... [e]ssa juventude tá ficando velha cedo, menina de 15 anos já anda com uma criança no colo e outra na barriga, aí com 20 anos já estão doente!”. (Comunicação pessoal, 66 anos, junho. 2018)

Dentre as interlocutoras do CCIZG, percebemos que a ideia de envelhecimento vem acompanhada de um sentir e viver em um meio social que não está preparado para atribuir um sentido e uma função social a pessoa idosa, o que pode contribuir para aumentar o isolamento e a fragilidade inerentes ao processo de declínio da saúde do sujeito que envelhece. Esta possível hostilidade aos idosos, aparentemente não é sentida no interior do grupo religioso frequentado pelas pessoas do CCIZG, em que se percebe um lugar social criado e ressignificado por essas mesmas pessoas para reagir às agruras da dor física, preconceito e isolamento conferidos pela sua condição de idosas/os, em uma sociedade que valoriza a capacidade de trabalho e produção sistemática. Nesse sentido, podemos inferir que a prática religiosa e a troca de informações sobre recursos terapêuticos que percebemos, parecem se constituir como um espaço de resistência ao papel relegado aqueles que envelhecem, além de potencializar o efeito terapêutico destas mesmas práticas no combate e convivência com a dor.

David Le Breton (2011) faz menção ao desconhecimento da classe médica atual em relação à eficácia simbólica de cunho levi-straussiano para o tratamento da dor e moléstias, citando como exemplo o que a farmacologia ocidental chamaria de efeito placebo, que trata do uso de práticas ou substâncias terapêuticas que não possuem efeito real por seus princípios ativos, mas pela crença do indivíduo que faz uso dela. Assim, o que determinaria o resultado do tratamento seria a maneira com que determinada sociedade afirma o sujeito ou substância como possuidor do dom/saber de cura, podendo o mesmo ser um médico, curandeiro ou xamã. Nesse sentido, a prática religiosa visualizada tanto no contexto indígena, quanto no centro de convivência não indígena, efetivamente constituiu-se como práticas terapêuticas.

Outra semelhança entre os grupos pesquisados é o uso de ervas medicinais de forma ritualística, como recurso a saúde. Durante as interlocuções com as frequentadoras do CCIZG a casa de ervas foi mencionada como local adequado para compra de recursos terapêuticos, diante do baixo custo, composição natural e não intoxicação farmacológica. O estudo de Taiane Novaes do Carmo⁹ et. al. (2015) quanto aos tipos de ervas, sua procura e a forma de uso e ritualística em Belém/PA, demonstrou a grande variedade e uso para cura e proteção de acordo com objetivo do consumidor. É sabido que no caso desta cidade, o conhecimento e cultivo de ervas hoje comercializadas tem origem

⁹ A pesquisa foi realizada no Complexo Feira da 25 em Belém do Pará, e por meio de entrevistas com consumidores e erveiros, evidenciou o registro de 148 plantas comercializadas secas ou verdes, encontradas em garrafas, xaropes, lambedores (mistura de ervas) e utilizadas para fins medicinais, ritualísticos e medicinais ritualísticos.

africana e indígena, e que durante o longo período de tráfico de pessoas escravizadas, várias espécies vegetais embarcaram junto aos navios negreiros, e outras espécies botânicas foram levadas do Brasil para a África. Neste novo *habitat* em solo brasileiro algumas plantas importantes para os rituais de saúde foram substituídas. Os terreiros de religiões afro-brasileiras foram os maiores consumidores, tendo como representantes do saber de cura os *Yalorixás* (sacerdotes) responsáveis por prescrever o uso das ervas para fins medicinais e ritualísticos. Atualmente participam deste sistema de saúde não oficial as casas de ervas, erveiros, centros religiosos e o consumidor final. A composição das práticas de cura, crenças e costumes africanos foi nomeado como Terapêutica *Yorubá*, e sua origem provém da localização no sudoeste da Nigéria. Nesta perspectiva, alcançar cura parte da espiritualidade e da crença no poder de divindades envolvidas no processo por meio das ervas. (Almeida, 2003)

Não conseguimos até o presente atingir narrativas sobre o uso de ervas entre os *Karipuna* do rio Curipi, visto que grande parte desses conhecimentos são considerados “segredo”. Para pensarmos por analogia, para os *Kaingang* na Terra Indígena do Guarita, no Rio Grande do Sul, considera-se que as doenças podem atingir o corpo por intermédio de feitiçaria ou interferências espirituais, e para a prevenção e tratamento este povo mantém a utilização de plantas medicinais e ritualísticas a muitas gerações. A transmissão do conhecimento etnobotânico entre os *Kaingang* se dá nas atividades diárias compartilhadas. Os conhecimentos sobre quais plantas devem ser utilizadas na ritualística medicamentosa só podem ser ensinados aos mais jovens caso os mais velhos tenham a sensação de estar no fim da vida, pois acredita-se que quando os ensinamentos são passados antecipadamente aos mais novos, diminuem seu tempo de vida. (Porsch, 2011)

As ervas e seu uso medicinal ritualístico se fazem presentes na fala das interlocutoras não indígenas com que dialogamos, e também nas festividades das comunidades indígenas do Oiapoque, bem como em parte dos terreiros de religião afro-brasileira mais conhecidos, o que demonstra o peso do conhecimento etnobotânico no processo de cura. Nesse quesito, percebemos em nosso trabalho de campo que tanto na comunidade indígena, quanto na não indígena alcançadas na pesquisa, não é possível separar práticas terapêuticas de práticas religiosas. As práticas curativas, tanto no caso do xamanismo *Karipuna*, quanto das religiões das idosas belenenses, parecem combinar-se no tratamento da dor por uso de ervas, o que nos leva a pensar tanto na eficácia simbólica acima referida, como na prática religiosa como instrumental no enfrentamento da dor. É o mesmo Le Breton (2012) quem considera que assim como a fome a sede, a dor é sentida de maneira diferenciada pelas pessoas, mediante sua experiência subjetiva de pertença social.

Conclui-se provisoriamente que a reflexão sobre a consciência do envelhecimento e da mortalidade é algo que caracteriza o ser humano em sua diversidade (Kellehear, 2016), mas que diferentes percepções/sentidos sobre o envelhecimento são experimentadas em diferentes arranjos sociais. Nesse sentido, aspirar a plenitude de vida e, conseqüentemente, a morte adequada é algo que muito provavelmente perpassa todas as culturas humanas etnografadas. Mas cumpre mencionar que a diferença mais intensamente percebida entre as duas comunidades abordadas, dentre diferentes interlocutores/as idosos/as, guarda relação com a falta de equipamentos públicos de saúde e qualidade de vida que poderiam prover um processo de envelhecimento mais confortável. Assim, as práticas religiosas e terapêuticas identificadas parecem somar-se no esforço de combater a dor e a ausência de saúde em ambos os casos. A diferença fulcral entre os dois grupos etnografados parece estar exatamente na representação social que os mesmos atribuem as pessoas idosas, o que aparentemente interfere de forma objetiva na percepção de saúde, doença, intensidade da dor e relevância social destas mesmas pessoas, no interior de seus respectivos grupos de convivência.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Linadalva da Silva. 2018. Entrevista concedida em Belém/PA. Brasil.

Maria Lucia. 2018. Entrevista concedida em Belém/PA. Brasil.

Natân dos Santos (Povo *Palikur-Arukwayene*). 2018. Entrevista concedida no rio *Urukauá*. Oiapoque/AP. Brasil.

Yanomami dos Santos Silva (Povo *Karipuna*). 2016. Entrevista concedida na Aldeia Santa Izabel. Oiapoque/AP. Brasil.

Ziral Alves Pinto. 2017. Entrevista concedida ao Programa de televisão Altas Horas. Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/6347638/>

BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Isidoro. 2005. "A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré" in *Estudos avançados* vol. 19, n. 54, p. 315-332. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01030142005000200017&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em: 15/04/2019.

Almeida, Maria. Zélia de. 2003. *Plantas medicinais*. Salvador. EDUFBA.

Barros, Myriam Moraes Lins de. 2003. *Velhice ou terceira idade*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

Beltrão, Jane Felipe, Barata, Camille Gouveia C. e Passos, Flávio Pereira. 2019. *Envelhecimento, Gênero e Violência: os relatos de abusos e negligência nos convidam a refletir sobre como a sociedade lida com velhas mulheres*. Belém, Ed. Especial Beira do Rio.

Beltrão, Jane Felipe. 2020. "Senhor Uwetmin e as narrativas da memória e identidade Palikur/ Arukwayene" In *Keka Imawri: narrativas e códigos da guerra do fim do mundo*. Belo Horizonte: CMFL.

Carmo, Taiane Novaes do; Lucas, Flávia Cristiane Araujo; Lobato, Gerciane de Jesus Miranda & Gurgel, Ely Simone Cajueiro. 2015. "Plantas medicinais e ritualísticas comercializadas na feira da 25 de setembro, Belém, Pará". In *Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer*. v.11 n.21 Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015b/saude/plantas%20medicinais.pdf>. Acesso em: 13/04/2019.

Cuche, Denys. 2002. "A Gênese Social da Palavra e da Ideia de Cultura" In *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, p. 17-32.

Debert, Guita Grin. 1997. "Envelhecimento e curso da vida". In *Revista Estudos feministas*. Vol 5. n. 1: p. 120. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/12564/11720>. Acesso em: 11/12/2017.

Debert, Guita Grin. 1994. "Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice". In *textos didáticos. Campinas, IFCH/UNICamp*. n. 13: p. 7-30. Disponível: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/1497>. Acesso em: 12/12/2017.

Decreto Nº. 1.948 sobre Política Nacional do Idoso. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1948.htm. Acesso em 17/04/2019.

Jurkevics, Vera Irene 2005. "Festas religiosas: a materialidade da fé". in *Revista História: Questões & Debates* vol. 43, n. 2. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7863> Acesso em: 14/04/2019.

_____. 2012. *A sociologia do corpo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.

Kellehear, Allan. 2016. *Uma História Social do morrer*. São Paulo: Ed. Unesp.

Le Breton, David. 2011. *Antropologia do Corpo e Modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.

Minayo, Maria Cecília De Souza & Coimbra, Carlos Everaldo Alvares. 2002. "Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento" In *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. p. 11-24. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043-02.pdf>. Acesso em: 18/01/2018.

Moreno, Toledo Angel. 2011. "Viejismo (ageism). Percepciones de la poblacion acerca de la terceira edad: Esteriotipos, actitudes e implicaciones sociales" In *Revista Poesias* vol. 10, n. 9. Disponível em: <http://funlam.edu.co/revistas/index.php/poiesis/article/view/101>. Acesso em: 20/12/2018.

Porsch, Juliano. 2011. *Saberes da natureza e conhecimento etnobotânico indígena: o caso da comunidade Kaingang na terra indígena do Guarita*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre. (Inédito) Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/52340> Acesso em: 13/04/2019.

Sztutman, Renato. 2005. "Sobre a ação xamânica" In: Gallois, Dominique (Org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo, FAPESP, p. 151-226.

CAPÍTULO 16

A RELAÇÃO DE MARIA COM A TRINDADE: SIGNIFICADO PARA AS CULTURAS LATINO AMERICANO E CARIBENHA¹

Data de submissão: 29/03/2021

Data de aceite: 15/04/2021

Wilner Charles²

<http://lattes.cnpq.br/2159307790833207>

RESUMO: O presente artigo trata da relação de Maria com a Trindade e seu significado para as culturas da América Latina e Caribenha. Assim, contemplamos os desafios enfrentados na inculturação da fé cristã especificamente na devoção popular mariana. Falamos da atuação de Maria como mulher histórica tal como ela é apresentada nos Evangelhos, como também sua atuação sendo mulher relacionada com a Trindade que constrói uma comunidade divina. Apresentamos Maria como mulher que vive e experiencia a fé popular. Mostramos que esta fé é resultado do culto popular prestado a Nossa Senhora em determinadas culturas, tradições religiosas e simbólicos populares, particularmente como experiência de vida ligada à Maria e seu exemplo.

PALAVRAS-CHAVE: Relação. Maria. Cultura. Trindade. Latino-Americano.

¹ Este artigo foi publicado em "Anais do Congresso de Mariologia: piedade popular, cultura e teologia 21 a 23 de agosto de 2017 ISBN: 978-85-397-1075-1".

² Doutorando em teologia na PUCRS. Contato: charleswilner@yahoo.fr

1 INTRODUÇÃO

O ano Mariano e trezentos anos de encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida nos convidam a refletir e aprofundar a devoção de Maria em nossa própria realidade. Neste sentido olhando para o contexto sociocultural antropológico e político do continente da AL e Caribenha percebemos certas dificuldades nas relações humanas.

A devoção popular mariana consiste em estabelecer relações com Deus, consigo e com os outros. E por isso propomos de trabalhar a relação de Maria com a Trindade tendo presente o seu significado para as culturas da América Latina e Caribenha. A trindade é um único e o mesmo Deus. Maria não pode estar em relação com o Pai sem estar também com seu Filho e o Espírito Santo. Dificuldades que encontramos nas relações partem mais devido a divergência das descendências de nosso povo. Daí surge a interrogação que nos acompanha nessa breve reflexão "de que modo falar da relação de Maria com a Trindade sobre tudo em nossas culturas?" Porque nossa cultura é africana, indiana, mestiça e outras. Ao abordamos a relação de Maria com a Trindade

não referimos a esta mesma como doutrina, mas como comunidade divina que é modelo para a comunidade humana. A comunidade humana é comunidade visível da comunidade divina que é invisível.

Propomos de tratar a realidade da santíssima Trindade. Mas sabemos que a salvação humana consiste na comunhão com Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Somos conscientes como cristão de que a salvação vem por parte de Jesus. No entanto esta salvação acontece quando alguém se insere em Jesus. Nisto Maria se torna ponto de referência. Maria esteve unida com Jesus, biologicamente, espiritualmente, religiosamente e existencialmente.

A comunidade divina está sempre presente na história da humanidade. Trindade é um fato que esteve e continua sempre presente na vida humana. Ela se expressa na emergência da consciência e depois na história até a sua plena conscientização em Cristo. Falamos de comunidade divina enquanto comunidade de pessoas relacionadas entre si e com toda a criação. A relação de Maria com a Trindade é o modo com o qual ela se encontra com os nossos povos como mãe libertadora. No nosso continente esta relação nos apresenta Maria como uma pessoa histórica e uma figura simbólica.

Trabalhamos este tema por duas razões: primeiro porque sentimos a necessidade de elaborar a dimensão feminina ao lado da dimensão masculina da Comunidade trinitária tal qual é. Segundo sentimos a necessidade de determinar as relações das três pessoas divinas e de cada uma com a humanidade e toda criação.

O objetivo dessa breve reflexão é apresentar a relação de Maria com a Trindade e seu significado para as culturas Latino Americana e Caribenha. Para elucidar esse objetivo dividiremos o nosso debate em quatro passos. No primeiro passo falaremos sobre a devoção popular mariana e sua influência na nossa cultura. No segundo passo enfatizaremos sobre a atuação de Maria como mulher histórica a partir dos Evangelhos. No terceiro passo procuraremos trabalhar a participação de Maria na construção da comunidade divina (trindade). E por fim, percebemos uma das formas de mediação de Maria que tem uma grande importância é o contexto da fé vivida em condições de opressão por isso no quarto passo apresentaremos Maria como mulher que vive e experimenta a fé popular da América Latina e Caribenha tendo presente dois focos, a saber, a figura de Maria no Vodou haitiano (no sincretismo religioso) e na história da América Latina e Caribenha. Nas fontes da fé Maria se revela como uma mulher solidária com a paixão de seus irmãos. Isto é de extrema importância para os que se comprometem na fé.

2 A DEVOÇÃO POPULAR MARIANA

“O significado e a importância da devoção popular mariana reside em sua capacidade de estabelecer a relação com Deus. A verdadeira espiritualidade mariana não consiste tanto em rezar a Maria, mas rezar como Maria”³. A devoção mariana é atualizar a fé cristã tendo como modelo Maria primeira mulher que testemunhou a fé em Deus a luz do testemunho de Jesus Cristo. O desafio maior da devoção popular mariana é como orientá-la? Será que é necessário o culto devocional? O que fazemos com essa devoção excluí-la ou orientá-la bem?

Adotamo-nos os encontros de terço como devoção popular Mariana. Quanto mais rezamos Ave-Maria mais sentimos como devotos. Mas será que isso revela algo que diz respeito a devoção popular Mariana? Nas nossas devoções será que não fazemos muitas vezes de Maria um ícone a ser adorado e não uma mulher como modelo e exemplar no seguimento a Cristo? Com isso, temos grande desafio para a inculturação da fé na devoção popular Mariana. A devoção popular mariana é atuar e viver como Maria tendo como ponte de partida a fé em Deus.

A devoção popular mariana é uma proposta do seguimento de Cristo. E nisto ter Maria como a figura feminina que é anterior a cada comunidade de fé e encontra nela o sentido da própria luta em favor da vida com abundância⁴.

A devoção popular mariana na América Latina e Caribenha é vista sobre vários ângulos. Entre estes, destacamos as épocas do ano as quais se celebra no calendário da Igreja Católica. As épocas em que as religiões de matriz africana comemoram a mãe Ochun no Brasil e Erzuli no Haiti. A devoção popular mariana tem seu significado neste continente referido as datas como também as primeiras imagens que foram introduzidas no processo dos movimentos da colonização da AL e Caribenha. Estas imagens receberam títulos conforme as necessidades e preocupações das pessoas devotas. E cada uma destes nomes atribuídos a Maria dispõe de seus santuários, o lugar de acolhida para inúmeras pessoas devotas.

Maria marca as horas de cotidiano. Por exemplo, 6horas, 12horas e 18 horas são reconhecidas como horas de Ave Maria. Em qual quer lugar, esta hora é favorável sempre uma música de Ave Maria e reflexão na radio sobre Maria. Então a hora de Ave-Maria é sagrada, não pode faltar na vida do povo, pois, a súplica a virgem dá sentido a vida humana. É momento que o filho e a filha pedem a benção da mãe e do pai.

Maria é um membro integrado nas famílias, quase em cada família tem uma pequena imagem dela. A sua imagem está sempre em destaque na sala de estar. Para fechar esse

³ BALTHASAR, Von e outros. *O culto a Maria hoje*. Paulinas, 1979. P. 14.

⁴ BOFF, Lina. *Maria e a Trindade*, 2002. P. 52.

ponto podemos dizer que a devoção popular mariana segue duas linhas que são de um lado a vida concreta de sofrimento e pobreza do povo (experiência). De outro lado, parte da fé que aliena a consciência do povo com respeito a realidade e a vida carente que leva⁵.

3 A ATUAÇÃO DE MARIA COMO MULHER HISTÓRICA A PARTIR DOS EVANGELHOS

Nos evangelhos Maria se apresenta como mãe, mulher do povo, mulher libertadora. Na experiência de fé mariana é necessária uma reflexão teológica para levar em conta a relação própria e pessoal de Maria com os protagonistas dos acontecimentos da salvação. Tendo presente essas realidades, trataremos da atuação de Maria como mulher histórica a partir dos evangelhos considerando a sua relação com o nascimento e vida pública de Jesus, o amadurecimento de Maria na fé que passou pela cruz e se completa na descida do Espírito Santo no pentecostes.

Ao escutar a voz do anjo Maria recebeu o convite para participar no nascimento e na vida pública de Jesus, mas antes de responder a esse convite ela fez uma pergunta para firmar a sua resposta “como será isso se eu não conheço homem algum?”⁶. Eis a resposta para Deus nada é impossível⁷.

Maria respondeu ao convite somente depois da resposta do Anjo. Ela se confiou totalmente à vontade da comunidade divina. Ao dizer sim a Deus-pai na encarnação do Salvador que faz evento em sua pessoa pela força do Espírito Santo Maria revelou sua maneira de contribuir para a vida plena de toda a humanidade e para uma nova criação.

Em Lucas (Lc1, 46-55) Maria no encontro com a Isabel revelou sua fé e sua atuação profética no cântico de magnificat (Lc1, 39-45). A fé e a profecia de Maria atingem seu ponto alto na vida e na obra de Jesus. Isso se comprova no senhor ressuscitado que derramou seu espírito sobre toda a carne (At 2, 17).

Maria tem uma relação intrínseca com a Trindade, pois historicamente ela inseriu no projeto da salvação que inclui toda a espécie humana. *Quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou o seu Filho. Ele nasceu de uma mulher, submetido à Lei para resgatar aqueles que estavam submetidos à Lei a fim de que fôssemos adotados como filhos* (Gl4, 4). Maria é a primeira oferecida e com ela o Pai reúne todo o ser humano e todo cosmos no tempo devido. Para falar da relação de Maria com o Espírito Santo é preciso também remetê-lo ao pai e ao Filho⁸.

Maria viveu o processo de experiência de amadurecimento na fé. Ela soube como diferenciar a contingência do necessário.

⁵ BOFF, L. *Maria e a Trindade*, 2002. p. 49.

⁶ Lc1,34

⁷ Lc1, 30.37

⁸ BOFF, L. *Maria e a Trindade*, 2002, p. 15-16.

Para Marcos, Maria se encontra entre os parentes que têm dificuldade de crer na missão de Jesus. Porque em Mc3, 33-35 trata-se dos parentes de Jesus aqueles que fizeram a vontade de Deus, mas muitos parentes tiveram dificuldade de aceitar Jesus e sua proposta de segui-lo. Entretanto para entender a mensagem de Marcos quando se referiu aos parentes de Jesus devemos ir além dos parentes sanguíneos.

Mateus no seu evangelho a partir de outros aspectos da pessoa de Jesus tentou a desvelar elementos novos da pessoa de Maria. Ele deu ênfase mais no seguimento de Jesus do que um simples familiar sanguíneo⁹. Como diz São João “estes não nasceram do sangue, nem do impulso da carne, nem do desejo do homem, mas nasceram de Deus” (Jo1, 13). Contrário a Marcos parece que Mateus eliminar o fato de que Maria como parte dos parentes de Jesus tivesse dificuldade para compreender a proposta do Reino que se realiza no seguimento a vida de Jesus e na atuação de seu projeto salvífico cujo sua origem é do Pai¹⁰.

A interpretação da narrativa de Lucas (2, 41-50) revela certas atitudes que Maria assumiu. Ela retém cuidadosamente em seu coração tudo que vem do seu filho. Ela ampara com a inteligência da razão e da fé o sentido profundo dos acontecimentos que o filho envolve. Maria penetrou intensamente no mistério do pai que lhe revelou o Filho no anúncio formal da encarnação pela força do Espírito Santo¹¹.

Contemplando os sinóticos apesar das diferentes maneiras de abordar a história de Maria é notável dizer que a relação de Maria com a Trindade se expressa não porque ela é simplesmente a mãe de Jesus, mas porque ela também viveu o mesmo processo que todos os batizados experimentaram em sua vida como seguidores de Jesus. Maria se torna discípula fiel no seguimento de Jesus porque ela guardava tudo o que ela não entendia dentro de si mesma e buscava entendê-lo na medida em que ela segue o Filho. Maria levou o tempo necessário para amadurecer nos ensinamentos e na fé de Jesus.

4 A PARTICIPAÇÃO DE MARIA NA CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE DIVINA (TRINDADE)

Como falar da participação de Maria na construção da Comunidade Divina (Trindade)? Falar da participação de Maria na construção da comunidade divina é apresentar ela na comunidade nascente de Jerusalém. Maria participa na construção da comunidade divina porque esta comunidade não é um fato exterior ou fora da experiência humana. Ela faz parte da experiência humana. E por isso a figura de Maria requer uma

⁹ BOFF, L. *Maria e a Trindade*, 2002, p.17.

¹⁰ BOFF, L. *Maria e a Trindade*, 2002, p. 17-18.

¹¹ BOFF, L. *Maria e a Trindade*, 2002, p. 18.

problemática interdisciplinar. Uma verdadeira teologia mariana deve levar em consideração a evolução das ciências que se ocupam da pessoa humana na sua globalidade^{12,13}.

Como Maria participa nos eventos da salvação? Maria é a mãe dos eventos da salvação. Em Atos 1, 12-14 quando os apóstolos estavam reunidos no cenáculo onde recebem o dom de Deus doado por Cristo Maria também estava junto. A presença de Maria mostra como a Igreja está em gestação a partir da primeira comunidade onde todos têm o mesmo sentimento e buscam continuamente a sua missão¹⁴.

A participação de Maria na comunidade divina é uma presença que evoca o seu testemunho de fé do tempo glorioso do Ressuscitado e do tempo do Espírito em que o Ressuscitado atua através das comunidades de nossos dias¹⁵. Maria ensina as comunidades como se harmonizam “com o novo modo de relacionar com o Pai a partir do Espírito que remete ao Ressuscitado, plena realização do projeto eterno, projeto envolvido no silêncio há séculos e séculos, mas agora revelado e anunciado pelo Cristo da glória”¹⁶. Maria participa na glória de Deus que se manifesta em Jesus Cristo (Rm 16, 25-27).

Maria participa na comunidade divina não somente pelo fato da encarnação, mas também pela sua testemunha de fé transmitida nas novas comunidades tais como a comunidade de fé universal, “mediante os Apóstolos, sua família, as mulheres e homens seguidores de Jesus e de todos os povos abertos ao Espírito”¹⁷.

Hoje para entender a participação de Maria na comunidade divina, exige de nos, uma certa abertura para relação que crie espaço tanto para homens igualmente para as mulheres. É uma atitude anticristã excluir a presença das mulheres nas nossas comunidades, pois Maria sempre estava presente nas primeiras comunidades cristãs junto com os apóstolos, seguidores e seguidoras de Jesus. A presença de Maria nestas comunidades revela a presença das mulheres juntos com os homens para testemunhar a fé um ao lado do outro e não um acima do outro (p. 25-26).

A participação de Maria na comunidade de Jerusalém mostra não somente a relação de Maria com a comunidade divina, mas também com todas as comunidades que professam historicamente a sua fé a partir das outras culturas e tradições a nós ignoradas “mas vivificadas pelas sementes do verbo, presentes em cada cultura”¹⁸.

Maria é a mulher ativa que participa livremente e conscientemente no projeto trinitário. Ela deu sua cooperação na encarnação. Em Maria se revela a iniciativa do Pai

¹² Antropologia, psicologia, a cultura, a história e outras.

¹³ BOFF, L. *Maria e a Trindade*. 2002, p. 24.

¹⁴ Nota de rodapé bíblia pastoral. P. 1325.

¹⁵ BOFF, L. *Maria e a Trindade*. 2002, p. 24-25.

¹⁶ BOFF, L. *Maria e a Trindade*. 2002, p. 25.

¹⁷ BOFF, L. *Maria e a Trindade*. 2002, p. 25.

¹⁸ BOFF, L. *Maria e a Trindade*. 2002, p. 26.

que envia o Filho na força do Espírito Santo. A relação de Maria com a comunidade divina é vinculada com a atuação do Espírito Santo¹⁹.

Maria “em atenção aos méritos de seu Filho, e unida a Ele por um vínculo estreito e indissolúvel, foi enriquecida com a excelsa missão e dignidade de Mãe de Deus Filho; é, por isso, filha predileta do Pai e templo do Espírito Santo, e, por este insigne dom da graça, leva vantagem á todas as demais criaturas do céu e da terra” (LG 53). Ela é a primeira entre os humildes e pobres do Senhor, que confiadamente esperam e recebem a salvação de Deus. (LG, 55).

As pessoas divinas atuam na sua missão sem uma excluir a atuação da outra. Nesta dinâmica Maria professou sua fé trinitária, pois em Jesus encontrou-se uma maneira autêntica de manifestar a fé concreta em osso e carne. A luz da missão de Jesus Maria se torna a figura que fortalece a caminhada de todas as mulheres que unem e reúnem as comunidades para construir o reino de Deus em lugares mais necessitados²⁰.

Maria participa na comunidade divina não por sua maternidade biológica, mas por entrar na ordem da fé do Reino revelado e anunciado pelo seu próprio Filho Jesus de Nazaré. Ela participa na comunidade divina como discípula que precede toda a humanidade.

Com Maria contemplamos Cristo. Esta contemplação é insuperável. Foi no ventre dela que Jesus se plasmou e dela recebeu uma semelhança humana “que evoca uma intimidade espiritual certamente ainda maior”²¹. É desta maneira que Maria participa na comunidade divina. Ela vive com os olhos fixos em Jesus e guardou cada palavra sua “Conserva todas estas coisas ponderando-as no seu coração” (Lc 2,19).

5 MARIA MULHER QUE VIVE E EXPERIENCIA A FÉ POPULAR DA AMERICA LATINA E CARIBENHA

Tratar de Maria como mulher que vive e experiencia a fé popular é trazer presente a sua história e o seu significado para a nossa cultura. A história de Maria é sua atuação na comunidade divina. A sua atuação nesta última é o seu testemunho de fé e sua fidelidade à iniciativa do projeto de salvação. A relação de Maria com a comunidade divina se dá na medida em que as celebrações litúrgicas de nossas comunidades possibilitam uma comunicação relacionada a Maria e seu povo com o Pai, Filho e Espírito Santo. A sabedoria cristã está nas celebrações de caráter devocional a Maria. Caráter devocional

¹⁹ BOFF, L. *Maria e a Trindade*. 2002, p. 27.

²⁰ BOFF, L. *Maria e a Trindade*. 2002, p. 28.

²¹ Carta Apostólica Rosarium virginis Maria: Do Sumo Pontífice João Paulo II ao Episcopado, ao clero e aos fiéis sobre o Rosário, 2002. N. 10.

a Maria no sentido que ela é a mulher modelo que sabe como viver e experiencial a fé popular. Maria é mulher que sabe como criativamente encarnar o humano e o divino²².

Quando referimos a Maria como mulher que vive e experiencia a fé popular, referimos a Maria histórica que vivenciou e experimentou a fé popular. Maria no Continente Latino Americano e caribenha assume varias figuras que se igualar ao universo cultural e religioso dos povos. “A fé vivida por Maria aproxima-a muito mais de nossa vida de fé do que belas lendas de Jesus e S. João inteiramente criadas pela imaginação e devoção do povo”²³.

O povo interpreta a figura de Maria conforme a sua própria necessidade espiritual. Maria é interpretada a partir de uma visão objetiva e subjetiva ao mesmo tempo²⁴. O mistério marial comporta duas dimensões: uma é histórico-humano e a outra é supra-histórica. A primeira nos permite de considerar o mistério num plano modesto de uma mulher do povo, de uma mulher de piedade simples que viveu num contexto político bem determinado. A segunda nos permite de contemplar uma mulher que contribuiu para a salvação de toda humanidade²⁵.

“A diversificada missão de Maria, em relação ao povo de Deus é, efetivamente, uma realidade sobrenatural, operante e fecunda no organismo eclesial”²⁶. Todas as ações de Maria orientam-se para um único fim, isto é, reproduzir nos filhos as afeções do Filho primogênito. Maria vive e experiência a fé do povo da América Latina e Caribenha, pois a sua maternidade como também a sua santidade torna-se motivo de esperança superior para todo gênero humano. Quando referimos a Maria como mulher que vive e experiência a fé popular

refere-se à maneira como o povo vive a sua fé e amor à Virgem Maria, tornando vivido o que recebeu através da formação católica e do lugar que Maria tem no conjunto da religião do povo. Se expressa nas manifestações de fé à Virgem Maria, através das quais o povo fórmula a sua compreensão popular de Maria, identidade que, naturalmente, o povo lhe dá a partir da imagem que tem dela²⁷.

Conforme o Documento de Santo Domingo de 1992, Maria é o modelo de Evangelização da cultura. Maria pertence à identidade cristã do povo da América Latina²⁸ (SD, 283; 85). Por sua cooperação livre tornou-se protagonista da história e ela é elevada a máxima com Cristo.

²² BOFF, L. Maria e a Trindade. 2002, p. 32-33.

²³ CHILLEBEECKX. Maria mãe da Redenção, 1968. P. 14.

²⁴ BOFF, L. Maria e a Trindade. 2002, p. 33.

²⁵ CHILLEBEECKX. Maria mãe da Redenção, 1968, p. 12.

²⁶ Exortação Apostólica sobre a virgem Maria. P. 72.

²⁷ *Maria Mãe de Jesus (Mariologia)*. Disponível em <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1306> acesso em 20 de Jul. 2017.

²⁸ SANTO DOMINGO. Conferência do Episcopado da América Latina. 1992. SD, 283; 85

O Documento Aparecida de 2007 apresenta Maria como discípula missionária.

Diante dos problemas da América Latina e do Caribe se convida, a partir de Cristo e para se identificar com ele, de acordo com o plano de salvação, emerge a figura de Maria (DA, 41). O seu papel é unificar e reconciliar os povos por sua “presença materna indispensável e decisiva na gestação de um povo de filhos e irmãos, discípulos e missionários de seu Filho” (DA 574). Sua figura se destaca sendo “a discípula mais perfeita e o primeiro membro da comunidade dos crentes em Cristo.” “Mulher livre e forte, conscientemente orientada ao seguimento de Cristo”²⁹.

Na cultura do povo do nosso continente a figura de Maria é interpretada de forma subjetiva e objetiva. Essa figura é escravizada. É sofrida. É discriminada. Ela é desconhecida.

“Diante do não reconhecimento da cultura e da religião dos nossos índios e dos escravos vindos da África, assim como da rejeição de tudo o que vinha como expressão indígena e negra as divindades femininas ainda povoam em grande parte o universo simbólico e religioso do povo que vive numa cultura tão diversificada”³⁰.

Neste continente não podemos uniformizar as culturas, mas somos convidados a confrontar e viver a riqueza das diferentes culturas de nosso povo. Pois fazendo isso, experimentamos Maria como mulher que vive a fé popular e descobrimos o significado da sua relação sua com a comunidade divina.

A creditar como nossa Senhora para o nosso povo multiculturais transita através da identificação com as figuras míticas e simbólicas da cultura religiosa universal. As culturas primitivas consideram a terra, a lua e a água como elementos básicos da natureza. E em cada uma destes elementos Maria é contemplada de uma maneira ou outra. No Haiti, por exemplo, no universo do Vodou Maria é reconhecida como *Erzulie*, mãe que tem a solução para tudo. Maria está presente no universo cultural e religioso de nosso povo. A população Latina Americana e Caribenha sente e experimenta a presença de Maria em tudo o que é significativo para a vida espiritual³¹.

5.1 A FIGURA DE MARIA NO SINCRETISMO VODU HAÏTIANO

O primeiro nome de Maria no Vodou Haitiano é a Grande Erzuli Freda Dahomin. Ela é reconhecida como protetora de família. Ela é a deusa da água doce e amiga da pureza. O título de Maria mais apropriada a ela é Nossa Senhora das Dores. Quem pede a proteção dela, são os doentes ou pessoas em depressões. Ela é a padroeira das prostitutas porque é reconhecida como uma mulher que passou por muitas dificuldades quando era jovem. Nada nunca deu certo para ela. Ela casou não deu certo. Era prostituta, não deu certo.

²⁹ *Maria Mãe de Jesus (Mariologia)*. Disponível em <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1306> acesso em 20 de Jul. 2017.

³⁰ BOFF, L. Maria e a Trindade. 2002, p. 35.

³¹ BOFF, L. Maria e a Trindade. 2002, p. 36.

Tinha um único filho, foi navegar no mar se afundou. E logo depois da morte de Seu filho se arrependeu. Então ela é adotada como padroeira das prostitutas, pois estas têm esperança de se arrepender dos pecados.

O segundo nome de Maria no Vodou Haitiano é Maitresse Erzuli Freda-Tocandaomin. Ela é guardião das águas doces. É mãe da beleza e do amor. É a protetora dos homens. Essa devoção vem da República Dominicana. O título de Maria mais apropriada a ela é a virgem Negra da Graça, muito popular no Haiti. Antigamente, os haitianos foram a RD para venerar essa virgem.

Maitresse Erzuli é venerada hoje no Haiti sob diversos nomes como Bemaventurança Monte Carmelo, a Virgem Milagrosa, Nossa senhora das Ermitas (protetora de casamento).

O terceiro nome de Maria no Vodou haitiano Agoué. O título de Maria mais apropriado com esse nome é a Virgem Caridade. Sua origem é cubana com o nome virgem de la Caridad del Cobre. No Haiti é identificada à Chun. A sua veneração começou com a chegada dos migrantes. É protetora dos passageiros de barco. Ela caminha sob a água como Cristo.

Enfim, Maria é reconhecida como Mestra da Sirene. Esta última é coincide com a Nossa Senhora da Assunção

5.2 FIGURA DE MARIA NA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA E CABERINHA

Na América Latina e Caribenha temos dois símbolos cristãos que são a cruz de Cristo e a imagem de Maria. Em 1518 Carlos V deu a ordem para colocar a cruz e a imagem de Maria em todo o lugar reservado para a oração do Povo. Por isso ficou até hoje no nosso Continente a devoção popular tem grande repercussão na vida dos cristãos. Desta maneira a oração de Ave Maria se torna uma profissão para o nosso povo. Celebramos muitas festas marianas. Muitas pessoas receberam o nome de Maria sob diversos títulos. Há vários Santuários de Maria.

Falar da figura de Maria na história da América Latina é notável referir a certas categorias de pessoas marcantes no desenvolvimento histórico deste continente. Começando com Cristóvão Colombo, reconhecido como descobridor da AL. Teve grande piedade de Maria. A maioria das cidades que ele descobriu recebeu o nome de Maria. Por exemplo, República Dominicana hoje teve vários nomes de Maria tais como Puerto de Maria, Puerto de Concepción. Em 1494 foi construída a primeira Igreja da AL em santo Domingo e dedicou-se a Virgem Maria e a Cristo³².

³² BOFF. C. *Mariologia social: O significado da virgem para a sociedade*, 2006, p. 219.

Os conquistadores do Nosso continente eram pessoas de fé e que tinham uma grande devoção a Virgem Maria. Por exemplo, Hernán Cortés, foi um conquistador espanhol, que liderou a expedição que começou a conquista do México e o fim do Império Asteca, no início do século XVI, colocando sob domínio da coroa de Castela, o território do que foi chamado de Nova Espanha. Este homem trazia sempre em seu peito uma medalha de Maria pendura numa correntinha de ouro. “Na equipagem que levou para o México tinha 600 homens, 11 caravelas, 16 cavalos, 10 canhões e 6 imagens de Maria. E depois da conquista colocou uma destas imagens no templo central asteca e uma delas na ilha de Consumel. Os conquistadores de nosso Continente viram a Virgem Maria como a conquistadora por excelência.

Também temos Alonso de Ojeda que foi um conquistador espanhol, governador e navegador; Ele percorreu a costa da Guiana, Venezuela, Trinidad, Tobago, Curaçao, Aruba e Colômbia. Ele recebeu o nome de Cavaleiro da Virgem. Sempre tinha com ele uma imagem de Maria. Levava esta mesma numa maletinha. E de vez em quando a fixava numa árvore e rezou salve Ranha como a sua patrona militar.

A devoção dos próceres da Independência dos países da América Latina e Caribenha não era fraco. Consideramos por exemplo o primeiro país independente deste continente, o Haiti. Os haitianos são devotos desde sempre a Virgem Maria. Mas há várias manipulações política na devoção mariana. Christophe, chefe militar do norte do Haiti, para ter o apoio dos camponeses e bater Pétion seu concorrente do sul, chegou a encenar graças a um espião travestido, uma aparição de Maria. Soulouque recorreu à impostura de inventar aparições marianas para fazer-se aceitar como imperador. Em certas maneiras o poder de Maria as vezes é manipulado. A sua figura é utilizada “para mobilizar agentes históricos e a necessidade de se obviar a progressos regressivos semelhantes através de uma sóciomariologia critica libertadora”³³.

Simão Bolívar viu a mão de Maria na vitória de Pantano de Vargas que libertou a Colômbia do domínio espanhol.

Do nosso continente “muitas das catedrais dedicadas a Nossa Senhora são construídas em cima das fontes de água, onde antigamente adoravam deusas mitológicas”³⁴. Nos dias de hoje, em alguns lugares a permanece na tradição popular como templos nascidos do corpo-alma da mulher.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir essa reflexão cujo objetivo era de tratar da relação de Maria com a Trindade e seu significado para as culturas da América Latina e Caribenha, é necessário

³³ BOFF, Clodovis. *Mariologia social: O significado da virgem para a sociedade*, 2006, p. 226.

³⁴ BOFF, Clodovis. *Mariologia social: O significado da virgem para a sociedade*, 2006, p. 39.

ressaltar o que conseguimos ao longo do percurso. Com efeito, contemplamos os desafios enfrentados na inculturação da fé cristã especificamente na devoção popular mariana. Mostramos que esta última é uma proposta do seguimento à Cristo a exemplo de Maria como figura feminina que precede todas as comunidades de fé. Elencamos que o maior desafio com a devoção popular mariana é como orientar essa devoção.

Falamos da atuação de Maria como mulher histórica tal como ela é apresentada nos Evangelhos, como também sua atuação sendo mulher relacionada com a Trindade que constrói uma comunidade divina. Nisto defendemos que Maria exerceu um papel na história da salvação de toda a humanidade, de modo especial, na história dos povos que aceitam em sua vida a pessoa e projeto de Cristo como enviado do Pai. Maria foi uma colaboradora fiel na história da salvação. Esta história reflete sobre a experiência de fé do povo da América Latina e Caribenha. Defendemos que a fé e a profecia de Maria atingem seu ponto alto na vida e na obra de Jesus.

Apresentamos Maria como mulher que vive e experiencia a fé popular na América Latina e Caribenha. Mostramos que esta fé é resultado do culto popular prestado a Nossa Senhora em determinadas culturas, tradições religiosos e simbólicos popular, particularmente como experiência de vida ligada a Maria e seu exemplo. A partir disto também apresentamos a figura de Maria no sincretismo vodu Haitiano e mostramos como Maria foi uma das protagonistas na luta pela libertação do povo do nosso continente, apesar que, as vezes a sua presença foi manipulada. Percebemos que Maria é por excelência um membro integrado nas famílias devotas.

Podemos concluir que a relação de Maria com comunidade divina significa para as nossas culturas, ter um novo olhar em nossas pastorais, reconhecer a presença das mulheres em todas as circunstâncias da vida humana, no plano sociopolítico e religioso.

Maria não pode estar presente somente historicamente e simbolicamente no nosso Continente, mas deve estar presente de forma concreta na nossa prática pastoral e no processo de Evangelização de nosso povo. Esta relação significa para a nossa cultura abrir o espaço para que as mulheres hoje possam ter a igualdade de opções, a participação em nível das decisões nos diferentes segmentos da sociedade e da Igreja.

BIBLIOGRAFIA

BALTHASAR, Hans Urs Von e outros. *O culto a Maria hoje*: Subsídio teológico-pastoral elaborado sob a direção de Wolfgang Beinert. São Paulo: Paulinas, 1979.

BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2003.

BOFF, Clodovis. *Mariologia social*: O significado da virgem para a sociedade. Paulus: 2006.

BUCKER, Barbara P.; MARIA Carmen Avelar; BOFF, Lina. *Maria e a Trindade: implicações pastorais – caminho pedagógico vivencia*. Paulus, 2002.

Carta Apostólica Rosarium virginis Maria: Do Sumo Pontífice João Paulo II ao Episcopado, ao clero e aos fiéis sobre o Rosário. Vaticano, 16 de Outubro de 2002.

Maria Mãe de Jesus (Mariologia). Disponível em <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1306> acesso em 20 de Jul. 2017.

SANTO DOMINGO. *Conferência do Episcopado da América Latina*. 1992.

SCHEEBEN, M.J. *A mãe do Senhor*. S.D.

SCHILLEBEECKX, Edward. *Maria mãe da Redenção*. Petrópolis: Vozes, 1968.

CAPÍTULO 17

O PARADOXO DO JORNALISMO NA HISTÓRIA IMEDIATA: ANÁLISE CULTURAL DA EXPERIÊNCIA VIVIDA DE PROFISSIONAIS NO COTIDIANO DE UBERLÂNDIA

Data de submissão: 29/04/2021

Data de aceite: 14/05/2021

Gerson de Sousa¹

Universidade Federal de Uberlândia
Minas Gerais, MG

<http://lattes.cnpq.br/4315543987857344>

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a narrativa de jornalistas de Uberlândia a partir da seguinte problemática: a produção do jornalismo pode ter atribuído em sua produção de sentido o status de história? Por meio da abordagem metodológica Análise Cultural pela teoria dos Estudos Culturais Ingleses, a defesa é que o sujeito esteja com consciência de seu destino histórico quando efetiva uma parte do processo comunicativo. Mas as indagações no percurso da narrativa nas respostas dos entrevistados demarcam que ora pela rotina, ora pela distração do novo, o jornalista poucas vezes tem consciência de que, no momento em que escreve o texto, está efetivando uma leitura histórica

¹ Professor do Curso de Jornalismo e do Programa de Mestrado em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia FACED-UFU. Atua em pesquisas em Comunicação, Cultura, Memória, Velhice com enfoque nos Estudos Culturais, e-mail: g.sousa1971@hotmail.com.

fundante para o seu tempo. Este artigo é resultado da pesquisa para entender as implicações da Cultura no processo de construção de identidade do jornalista que vivencia o cotidiano de Uberlândia.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Mídia. Estudos Culturais. Comunicação. Identidade.Memória.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar a narrativa de jornalistas de Uberlândia a partir da seguinte problemática: a produção do jornalismo pode ter atribuído em sua produção de sentido o status de história? Essa pergunta, simples e complexa, se fez como um dos momentos da entrevista aos profissionais jornalistas de Uberlândia durante a realização da pesquisa “**As implicações da Cultura no processo de construção de identidade do Jornalista: memória de formação teórica e experiência profissional no cotidiano de Uberlândia**”, no qual atuei como coordenador. A pesquisa, com entrevistas realizadas no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2016, e finalizada com livro reportagem em abril de 2019, teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

O dilema desta interrogação está articulado ao debate sobre a afirmativa de ser o jornalista como historiador do cotidiano, ou mais precisamente, no jornalista como historiador do tempo imediato. Esse tempo imediato se dissocia da afirmativa do tempo presente e também do tempo contemporâneo, concepções que vem sendo utilizadas no campo da história. Ao indagar o tempo presente, o que se vislumbra é a presença do historiador em seu tema”. O que suscita o debate sobre o recuo histórico para se compreender o fato histórico.

Entretanto, o ponto de indagação aqui está na discussão sobre a História Imediata, na qual articula o trabalho do jornalista. No texto *Questões para a história do tempo Presente*, TETÁRD e CHAUVEAU (1999) faz uma articulação sobre a história imediata que de alguma forma indaga questionamento sobre a produção jornalística.

“A história imediata é a que mais suscita desconfiança, pois é a que parece engendrar o maior paradoxo fazendo rimar dois termos contraditórios: imediato e história. Pode-se falar de uma história do imediato? Esta história é legítima? O fator cronológico não é nem suficiente, nem satisfatório para embasar uma definição de história imediata. Percebe-se a dificuldade quando se quer especificar com precisão o espaço cronológico que cobre o imediato. E caso se faça uma escolha, ela logo parece arbitrária. A noção é obstinadamente fluida: algumas horas? Algumas semanas? Alguns anos? Parece que pode ser tudo isso ao mesmo tempo. (...) Se nos restringirmos a essa visão das coisas, a história imediata não existe.. (...) De fato, o procedimento da história imediata é mais parecido com as técnicas jornalísticas do que com as da ciência histórica” (CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe, 1999: p. 16,23, 30)

Há outro embate que precisa ser aqui articulado como apresentado por CRUZ ao problematizar o jornalista como historiador do cotidiano: a relação com o tempo e com a produção da notícia.

Ao se considerar um historiador do instante o jornalista, ao mesmo tempo, empreende uma luta para superar o caráter perecível e transitório das notícias, jocosamente expresso num dito popular: “Jornal da véspera só serve para embrulhar peixe”. Os tempos são outros, não se embrulha mais peixe em jornal do dia anterior, e o próprio futuro do jornal impresso está em debate. A perenidade da notícia, não. Talvez por isso, todo esse esforço de se intitular o repórter como historiador do presente. (CRUZ, Lúcia Santa, 2014, p. 11)

Em meio aos desafios postos aqui de forma reduzida sobre o embate entre considerar o valor da história do tempo imediato em contraponto a história do tempo presente, a pesquisa sobre a identidade do Jornalista procurou discutir com os profissionais de Uberlândia durante a entrevista. Por isso, nesse primeiro momento é preciso aqui definir o conceito de entrevista e de memória na qual se orientou a pesquisa. A proposta é apresentar as respostas sobre esse tema de dois profissionais do jornalismo para ter a compreensão sobre esse dilema a partir da experiência vivida.

A problemática da pergunta como abre deste artigo está diretamente vinculada ao método de Análise Cultural da qual o trabalho se seguiu pela base teórica dos Estudos Culturais. Há três fatores importantes para se entender a análise da narrativa da historicidade do Jornalismo. O primeiro aspecto se refere ao conceito de entrevista. É sintomático, neste processo, entender o que venho tratando como conceito de entrevista. O posicionamento teórico é que a entrevista tem de ser compreendida em sua mais profunda forma de ser o diálogo possível, como defende Cremilda MEDINA (1986).

Como já escrevi em outro artigo, SOUSA (2015) a entrevista é a construção crítica possibilitada na relação entre sujeitos que mergulham na realidade histórica do processo comunicativo por meio do conflito da experiência vivida. A entrevista se estrutura no tempo de concessão de vida em que entrevistado e entrevistador definem como valor para existência em determinado espaço social. Essa relação entre os sujeitos conduz a nova dimensão no movimento do conhecimento sobre determinado aspecto da realidade. Em todos esses movimentos do passado, é a memória que se efetiva no presente como produção de sentido.

O segundo aspecto é sobre a historicidade, na qual a entrevista se seguiu por meio do método dialético. Como os jornalistas compreendem sua produção de sentido como sentido histórico? A pergunta direcionada aos entrevistados, sobre o porquê é possível considerar o jornalismo como histórico, tem o ponto preciso de compreender a distância entre a elaboração conceitual da profissão e a consciência do ato do sujeito em sua realidade.

O paradoxo em que cada entrevistado enfrentou na busca de coerência para si mesmo sobre o seu cotidiano esteve em problematizar: é possível considerar o trabalho jornalístico como história e ao mesmo tempo considerar que o jornalista não tem consciência de que aquilo que ele faz é história? Há outro questionamento: se a rotina de inúmeras matérias a serem produzidas no dia-a-dia leva ao obstáculo de entender a profundidade em sua dimensão histórica, o que realmente edifica a definir que esses textos se fundamentem como história? É possível relegar ao tempo e ao registro da plataforma a consciência histórica que está ausente do sujeito jornalista que a produz em sua experiência vivida? E a que preço se efetiva essa afirmativa, em que o conteúdo do que se efetiva como escrito é substantivo e o escritor é destituído sem se compreender como ser produção social?

O que sustenta essas perguntas está no desafio apresentado por Le GOFF para os historiadores e jornalistas na produção de sentido da história imediata.

“O que espero dos historiadores da difícil história imediata, inclusive dos jornalistas, que, se fizerem bem seu ofício, são verdadeiros historiadores da história imediata, são quatro atitudes: 1. ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente; 2. manifestar

quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes; 3. não se contentar em descrever e contar, mas esforça-se para explicar; 4. tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam". (LE GOFF, 1999, p. 101-102)

É por meio desta provocação apresentada pelo embate do historiador francês que iremos percorrer as respostas dos entrevistados sobre a experiência vivida no cotidiano da produção de sentido de ser jornalista. E o tom inicial de todas as perguntas teve por objetivo compreender as possibilidades entre o confronto de rotina e cotidiano da produção jornalística, a primeira atitude apresentada por Le Goff. Em meio ao trabalho jornalístico como é possível ler o presente, o acontecimento, com profundidade histórica suficiente e pertinente? E aqui se refere ao sujeito que produz sentido neste processo comunicativo. Antes de apresentarmos as narrativas das entrevistas, é necessário aqui conceituar a memória.

O texto *Memória e Identidade* (POLLAK, 1992) nos conduz a efetivar a seguinte problemática. Como é possível entender o poder da memória individual, coletiva ou subterrânea do sujeito que narra diante do seu papel como produtor de sentido do cotidiano? Esta é outra pergunta que perpassou as discussões da pesquisa e que se sustenta neste artigo. E de alguma forma nos coloca diante do embate entre a memória e a identidade. Parte-se do seguinte pressuposto: a construção da identidade do sujeito na atuação como jornalista está estruturada na atribuição de valor à experiência vivida materializada na memória. Esta afirmativa está relacionada ao conceito defendido por Michel Pollak ao partir da seguinte problemática: há separação entre memória e identidade? Essa discussão já efetivei em outro artigo SOUSA (2015). Neste momento vale a pena retomar determinados aspectos apresentados por Pollak e que nos possibilitam entender essa relação entre memória e identidade, e em seguida passarmos ao debate sobre história.

A primeira articulação para a resposta a essa provocação teórica segue no diagnóstico do próprio autor ao afirmar que "há algumas designações, atribuídas a determinados períodos, que aludem diretamente a fatos de memória, muito mais do que a acontecimentos ou fatos históricos não trabalhados pela memória". (POLLAK, 1992, p. 201) Eis aqui o contraponto. Pollak nos apresenta que "na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis". No entanto, "determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da essência da própria pessoa". (POLLAK, 1992, p. 201)

A problemática desta afirmativa está em entender o porquê esses elementos, em uma memória construída socialmente, são tornados como marcos do sujeito e levados a essência

de sua história de vida. Pollak nos indica a perspectiva por meio de outra problemática: Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? E o autor apresenta três aspectos que possibilita articular com a pesquisa sobre formação do jornalista. O primeiro elemento é entender o sujeito a partir da experiência vivida a partir de três aspectos essenciais: os acontecimentos vividos pessoalmente; os acontecimentos vividos por “tabela” – acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer; e os acontecimentos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo. Para entender esse dilema torna-se necessário analisar como Pollak faz essa relação direta entre Identidade e Memória. Para o autor:

“a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. (POLLAK, 1992, p. 203)

Neste momento é preciso recorrer para a segunda instância dos elementos constitutivos da memória apresentada por Pollak: trata-se da memória que é constituída por pessoas, personagens. Seja por personagens encontradas no decorrer da vida; seja por personagens frequentadas por tabela; seja por personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Os lugares de memória completam o terceiro elemento. Há identificado os lugares particularmente ligados à uma lembrança, que não necessariamente precisa ter apoio cronológico; os públicos, de apoio da memória como de comemoração; e os lugares fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa.

2 DOCUMENTO HISTÓRICO

Para este artigo serão selecionados quatro entrevistados cujas respostas identificam os dilemas da historicidade do jornalismo. O primeiro trata do jornalista Fernando Boente. Você considera que seu trabalho é um documento histórico? Ele responde que sim. Primeiro é necessário identificar qual o conceito que o entrevistado se orienta sobre documento histórico.

Na verdade, o documento histórico é qualquer documento que tenha informação e perpassa o tempo. Isso é uma definição de documento histórico. Se eu escrever um bilhete aqui e ele ficar aqui, ele vai ser um documento histórico, pois eu escrevi num ano, perpassou o tempo e ele vai estar lá. Foi o que eu pensei no dia, entendeu? Até coisas não escritas, coisas simbólicas é um artefato histórico. Por definição. Então o jornal, como ele é uma comunicação linguística, está lidando com uma língua, informações ou virtualmente, no papel, não sei, daqui anos vão ser um banco de dados virtuais que nós vamos pesquisar, é o documento histórico, sem dúvida. Por si só ele já é um documento histórico. (Entrevista, Fernando BOENTE, Out. 2015)

O conceito de documento histórico apresentado por Fernando Boente está demarcado pela temporalidade da matéria. O bilhete se torna histórico porque foi escrito no ontem, assim como o jornal Correio de Uberlândia, no qual escreve. Por ser um documento a ser consultado no futuro, ele já se torna documento histórico. Ora então a produção jornalística se efetiva em sua dimensão de história pelo fator de temporalidade ou por se enquadrar neste campo: qualquer documento que tenha informação e perpassa o tempo. E assim ele tem a justificativa plausível para apresentar o Jornal Correio de Uberlândia como documento histórico. E acentua ainda mais esse grau de importância: a empresa Algar que envia exemplares do Jornal Correio de Uberlândia para serem arquivados no Acervo Municipal. Por conter uma informação e estar disponível ao longo do tempo, para consulta, o Jornal Correio de Uberlândia é um documento histórico.

Ao se efetivar como documento histórico torna-se necessário entender se, para além de configurar a informação como técnica, o entrevistado irá colocá-la como elemento de embate no processo comunicativo. Pois, há os dilemas envoltos nesse processo de produção. E o primeiro a ser enfrentado é sobre a ideologia da empresa. Ou mais precisamente no cerne da questão desta pesquisa: qual o tipo de história que está sendo narrada pelo jornalista? Fernando Boente afirma que há, claro, um conflito entre a responsabilidade social de jornalista e as questões da empresa. E pondera: “Mas não existe um meio de comunicação sem interesse”.

A resposta poderia indicar, em primeiro momento, que se trata de uma aceitação sem questionamento. Mas o entrevistado logo precisa que o ponto importante para entender esse interesse de uma empresa não está no fator de ganhar dinheiro. Pelo contrário: o veículo jornal em determinadas situações até deixa de ganhar dinheiro, quando não fecha em vermelho. E o exemplo do Jornal Correio de Uberlândia, que fechou no dia 31 de dezembro de 2016, pode ser listado neste processo de análise econômica. O primeiro elemento é como instrumento de força política.

O veículo de comunicação, o jornal impresso, quando eles são criados por uma empresa privada, ele tem duas intenções e não é ganhar dinheiro, você pode ter certeza que não é ganhar dinheiro, nenhum jornal da dinheiro. The New York Times foi vendido por um grupo mexicano por quê?! Primeiro ele é um instrumento de força política, quando você tem um canal de comunicação, você está falando com as pessoas, quem fala com as pessoas tem o poder de talvez, não estou dizendo que vai manipular, mas tem o poder de mostrar aquilo que você quer. Isso não seria manipular, seria distorcer. Mostrar o que você quer não é mentir, é ignorar alguma coisa e mostrar o que você quer. (Entrevista, Fernando BOENTE, Out. 2015)

Usar o canal de comunicação como instrumento de força política. Em vez de manipular, há a afirmativa do distorcer a informação. E assim temos de voltar ao enfrentamento: que história distorcida está sendo armazenada nos arquivos municipais e

que se tornou documento histórico por trazer a informação e por estar no fator tempo? E com que forças ou conhecimento suficiente será possível desvelar dessa mensagem o que foi ignorado, ou por interesse, deixado de lado? Esse fator nos coloca diante de um estado de conflito: o reconhecimento da distorção da notícia pelo interesse político da empresa está em oposição justamente no item considerado como primordial de Fernando Boente ao responder o porquê de cursar o jornalismo.

No entanto, Fernando Boente apresenta que o veículo de informação adquirido pelo empresário com a finalidade de ser utilizado como poder, como instrumento de força política, necessita do jornalismo. E ao ter de empreender o jornalismo, torna-se fundante outro valor social: a credibilidade. E é assim que a produção jornalística se encarrega de sua responsabilidade social para estabelecer credibilidade ao social.

Então ele existe por isso. Só que quando uma empresa monta isso, pra ele ter esse poder de voz, ele tem que ter credibilidade. E credibilidade você só constrói quando se trabalha de forma que, não estou dizendo que é perfeita, mas que você vai seguir as regras do bom funcionamento do jornalismo, no meio de comunicação. Então ele vai criar um setor de jornalismo que vai ter esse preceito, um princípio. Ele vai ter, nem sempre as limitações são compartilhadas com o setor de jornalismo. (Entrevista, Fernando BOENTE, Out. 2015)

O conflito então se apresenta: o interesse da empresa em contraponto aos princípios definidos pelo jornalismo. Há uma linha tênue que parece interligar esses dois valores para estabelecer o estado de tensão e conflito. Fernando Boente explica que esse processo é explícito em grandes empresas quando tomam posição política. O problema é nas empresas de comunicação do interior, cuja ideologia se faz de forma explícita a partir do jogo de interesses.

Não existe orientação, ele não vai dizer isso na sua cara, ele meio que joga duplo, entendeu? E às vezes parece que está jogando com interesse e às vezes nem dá pra saber. Ai na rotina que a gente tem que fazer as coisas, acaba caindo nisso, querendo agradar a gregos e troianos, mas é um dilema que você vai conviver, não tem jeito. Ou você põe a cara pra fazer ou desiste, arruma outra profissão, porque você vai ter que conviver, a linha é muito tênue, sabe?! Até pra você mesmo, porque fora as questões da empresa, tem o seu posicionamento em cima das coisas também, então você tem que ter um bom discernimento, bom senso, parar e pensar... É complicado, não é fácil não, você vai trabalhar com informação. (Entrevista, Fernando BOENTE, Out. 2015)

A linha tênue que separa o manipular do distorcer, da informação para a comunicação, do aprimoramento técnico para o tecnicismo. Não há uma solução à vista: é preciso enfrentá-la.

3 A REFERÊNCIA DO LEITOR

A segunda entrevistada é Gleide Correa, que no período da entrevista atuava como editora no Jornal Correio de Uberlândia. O principal elemento considerado pela

entrevistada é considerar que o jornalista está sempre em um local privilegiado para narrar. E antes de efetivar a pergunta sobre a historicidade é preciso enfrentar outro dilema: qual a consequência de esta narrativa ser submetida a determinação econômica e ideológica da empresa? A resposta a essas interrogações agora são deslocadas para a análise de Gleide Correa. A construção da pergunta perpassa pelos três fatores importantes. A primeira: o repórter sabe pra quem ele escreve? E ele escreve para o leitor, ele tem essa dimensão do leitor? Segundo fator: Ou escreve às vezes muito mais pro seu ego, pro seu posicionamento? Terceiro fator: Ou ele escreve muito mais pra ideologia da empresa onde ele está?

É claro que o que mais marca é a linha editorial da empresa. Não tem jeito. Por mais que eu queira escrever de uma determinada forma, mas eu vou ter que seguir a linha editorial da empresa, não tem jeito. Então isso, se for pra pesar esses fatores, primeiramente é a linha editorial da empresa. Não tem como fugir dela. Não adianta eu querer fazer uma matéria criticando o governo Dilma se a minha empresa é mais aliada ao governo Dilma, não vai permitir isso. Então esquece, isso não vai acontecer. Então primeiramente eu tenho que seguir a linha editorial da empresa. (Entrevista, Gleide CORREA, Nov. 2015)

A resposta da entrevistada demarca o primeiro sentido hierárquico para a qualificadora objetiva da produção Jornalística. É o momento em que a liberdade subscrita na criatividade do jornalista é posta em confrontação com a estrutura de determinação do Jornalismo. É preciso seguir a linha editorial da empresa. Embora essa afirmativa seja plausível, por se tratar de uma empresa que possui como meta a obtenção de lucros, o fato importante é considerar qual a intensidade atinge e redefine o sujeito jornalista. Pois embora se trate de empresa, o jornalista produz matéria para o público, como se pode perceber pela defesa de Gleide Correa. E assim, surpreende a continuidade da resposta de Gleide Correa. Na ordem hierárquica, ela analisa e problematiza que o público vem depois da ideologia da empresa e do ego do jornalista.

Tirando a linha editorial, muitas vezes o repórter esquece que ele está escrevendo pro leitor. Ele escreve muito mais pra ele, pra seus pares, do que para o leitor. Porque quando você está escrevendo pro leitor, você tem que perguntar “e eu com isso?”, “o que que isso tem a ver? E aí, o que isso vai me interessar?”, né? Se colocar no lugar do leitor pra saber “e aí, o que isso que você está dizendo aqui me interessa?”. Então as vezes ele esquece um pouco disso. Por isso as vezes falta um pouco de aprofundamento, um pouco de apuração, na hora de você ir pra sua matéria, pra sua pauta, pra que você possa entregar mais pro seu leitor, entregar mais algo que interessa a ele e não simplesmente um registozinho do factual. (Entrevista, Gleide CORREA, Nov. 2015)

“Muitas vezes o repórter esquece que ele está escrevendo pro leitor”. Quais as implicações para se pensar o sentido do Jornalismo ao considerar esse esquecimento do leitor? A frase em cima já funda um problema teórico para conceituar o jornalismo. E esse

problema tem duas agravantes que se torna necessário levar em conta na análise. Primeiro, é porque é o momento da narrativa em que Gleide Correa reúne os seus conhecimentos teóricos e instaura um problema justamente na prática, lugar fundante em que defende como lugar da construção crítica do jornalista. Para quem considera que o constante aprendizado se efetiva na prática, considerar o esquecimento do leitor é sintomático.

A segunda agravante é que temos de revisitar o conceito de jornalismo formulado por Gleide Correa para realizar o enfrentamento da frase. O termo gratificante que ela utiliza para demarcar o que é o jornalismo está diretamente vinculada a essa possibilidade de estar em uma profissão que “permite contar as histórias e principalmente a ter um olhar”. Há uma distância entre contar as histórias a partir dos diversos olhares em contraponto ao fazer “simplesmente um registrozinho do factual”. E o sentido desta agravante está justamente em compreender esse estado de enfrentamento entre o cotidiano e a rotina da produção jornalística. Se muitas vezes ele esquece, podemos considerar que há outros momentos em que o jornalista lembra do leitor como referência.

A diferença entre o cotidiano e a rotina da produção jornalística pode ser entendida assim nesta concepção teórica. O jornalista quando estiver naquele momento privilegiado precisa pensar para além de si, da ideologia da empresa, e do simples registro do factual. Ele precisa tomar consciência de que sua responsabilidade social tem de ser materializada em sua projeção e identificação com o público. As perguntas a serem formuladas pelo jornalista, e apresentadas por Gleide Correa, parece, num primeiro momento, soar como da ordem subjetiva do jornalista: “e eu com isso?”, “o que que isso tem a ver? E aí, o que isso vai me interessar?” Mas quando a entrevista se posiciona de que é necessário o jornalista se colocar no lugar do leitor, para se alcançar a profundidade do saber, ela posta no interesse público.

Eis aqui a primeira resultante do enfrentamento do sujeito jornalista em meio a determinação econômica. Mas o segundo problema, para além do esquecimento do público, é que o jornalista só lembra de escrever para si mesmo e para os seus pares. As consequências desse procedimento podem ser sentidas no complemento da frase de Gleide Correa: problemas de apuração, falta de aprofundamento, um registrozinho do factual.

Se as perguntas com interesse do leitor não são formuladas pelo jornalista, é porque ele não está cumprindo com o seu papel de ser jornalista. Ao ser indagada sobre o dia a dia de um jornalista, Gleide Correa defende que para se estar preparado para a profissão é preciso ter alguns procedimentos: ler os principais jornais do dia, preparar e estudar a pauta, entender os dilemas e verificar as angulações e produzir entrevista e texto tendo como referência o leitor. Mas nem sempre este caminho é cumprido. E aqui está a instauração da rotina no jornalismo.

Aí você pode me perguntar “mas isso acontece todos os dias?”. Não, infelizmente a maioria dos profissionais, não sei se por tempo ou porque, eles não fazem muito essa tarefinha de casa de ler, de saber que que está acontecendo, de estudar a pauta dele. Infelizmente isso não acontece, mas era o que devia acontecer. (Entrevista, Gleide CORREA, Nov. 2015)

Infelizmente isso não acontece no dia a dia. Temos aqui um referencial suficiente para caminharmos para o outro debate: o sentido do valor histórico do jornalismo diante deste estado de conflito da determinação econômica e do questionamento da pragmática da atuação do jornalista, na ordem subjetiva. A pergunta chave desta pesquisa então se exterioriza: Você considera que o Jornalismo tem um valor histórico e por quê?

Claro, ele tem valor histórico, porque é por meio do Jornalismo que a gente descobre, que a gente tem o registro de vários acontecimentos importantes que vão ficar aí marcados ou que já marcaram pra sempre. É preciso ter um cuidado de não achar que o Jornalismo é o quarto poder, como muita gente acha. Não. O jornalismo tem a simples função de mostrar os fatos, perseguir a verdade dos fatos a qualquer custo, e mostrar todos os lados. Se a gente for pegar pela história tem muita coisa aí mostrando, até na história atual recente que é contada pelo jornalismo. O jornalismo que vai lá, registra e mostra tudo isso. (Entrevista, Gleide CORREA, Nov. 2015)

Ao elencar o registro do fato como fator importante, a primeira indagação é se há um reducionismo aqui referente ao processo de produção jornalística. O segundo é sobre a distinção entre acontecimentos importantes que ficam marcados no registro do jornal e em seguida se torna história. Mas o mais importante é retornarmos para o estado de tensão e conflito da rotina jornalística e sobre o “muitas vezes” do esquecimento do leitor para indagarmos: será que o repórter tem consciência, no momento em que ele está produzindo a matéria, de que aquilo que ele escreve é histórico? No primeiro momento Gleide Correa retorna com uma afirmativa quase em tom interrogativo. “Ele pelo menos deveria ter essa consciência. É difícil falar assim “ah, todos os jornalistas tem consciência”, não sei.” (Entrevista, Gleide CORREA, Nov. 2015)

Mas o prosseguimento a conduz novamente para o valor da história da mídia para o registro.

A minha impressão é que na maior parte das vezes sim. Que ele tem essa consciência, porque ele sabe que aquilo que ele está escrevendo ali vai ficar registrado pra sempre. Que ali não vai acabar. Não vai acabar. Sempre, se você faz uma coisa, você descobre, tem um furo de reportagem bacana, aquilo ali vai ficar pra sempre, sempre, sempre, sempre, daqui 20, 30 anos, olha “essa história começou com a reportagem de fulano de tal, que descobriu isso e isso e isso”. Então vai ser lembrado. (Entrevista, Gleide CORREA, Nov. 2015)

A demarcação de que ele está escrevendo e ali vai ficar registrado nos obriga a fazer uma análise direta da crítica desferida por Gleide Correa sobre a necessidade de ir além do registrozinho do factual. E em meio ao contexto é preciso questionar se o valor

histórico do jornalismo está enquanto registro ou enquanto construção crítica. O que realmente efetiva o jornalismo enquanto histórico? Seria realmente o fato de que há 10 anos alguém possa tomar o documento? Ou podemos considerar que é o fato de que eu tenho consciência e escrevo uma matéria de certa forma que me leve a uma construção crítica sobre determinado tema?

Diante desse novo dilema, a entrevistada vai para o cerne das mudanças que podem ser provocadas pelo Jornalismo para além do registro.

O jornalismo, por conta de matérias que foram veiculadas, ele provoca mudanças, então ele tem um valor crítico. Ele serviu para uma construção crítica. Ou que não provocou uma mudança, mas que levou a um debate, quando você pega por exemplo uma matéria, sei lá, que virou tema da redação do Enem, por exemplo. Tem um valor crítico grande aí, porque ou ela provocou uma mudança ou, no mínimo, ela suscitou uma discussão. Então pra mim isso é um valor crítico. Claro que tem o registro também, né, porque vai ficar o registro ali, mas eu analiso mais nessa questão desse registro crítico. (Entrevista, Gleide CORREA, Nov. 2015)

O jornalismo tem de ser analisado pelo seu valor crítico para entender esse sentido histórico. E que vai além do registro. Mas é possível identificar que as afirmativas não podem ser simplesmente enunciadas por uma concepção ideal sem que você recorra ao conflito instaurado na rotina do produzir o jornalismo. E com esta complexidade no caminho de respostas, se define um último contraponto para esse sentido histórico. E assim temos de retornar a ideologia da empresa, ou mais ao ego do jornalismo, tendo o público como última referência, para indagar: que tipo de história o jornalismo está narrando? A resposta tem de ser buscada neste contexto de tensão.

Nós muitas vezes... Porque assim, não dá pra você distanciar a linha da empresa. Não dá. Então assim, a gente está contando aquilo que a empresa nos permite contar. Mas mesmo quando falta um pouco de aprofundamento, mas a gente está contando um fato real e sem deturpar. Isso, assim, eu falo claramente do jornal Correio, a gente está contando a história como ela realmente acontece. Né, eu posso as vezes não noticiar um fato? Sim, as vezes eu vou não noticiar, porque a empresa assim quer. Mas eu jamais vou deturpar aquele fato "ah, eu vou contar que aconteceu dessa forma, mas aconteceu de outro jeito", não... Eu tenho que relatar ele da forma como realmente acontece. (Entrevista, Gleide CORREA, Nov. 2015)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta descrita de dois, dos 10 jornalistas entrevistados na pesquisa, revela o que se apresenta como essa "difícil história imediata" para historiadores e os jornalistas, como salienta Le GOFF. E esse desafio está posto na primeira atitude: ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente. A questão toda

se efetiva neste embate entre a rotina e o cotidiano da produção de sentido jornalístico. E principalmente o fator ideológico, em que determinadas situações o público se perde como referência para outros elementos. A principal problemática está em entender como a exigência de temporalidade imediata, instantânea no Jornalismo pode ser ultrapassada com essa consciência sobre aquilo que se escreve que permite realizar a leitura do presente e do acontecimento.

Ao analisar as entrevistas, por meio da Teoria dos Estudos Culturais, o ponto nodal é a defesa do sujeito. E ao mesmo tempo um contraponto à estrutura. A crítica teórica apresentada aqui é contra esse determinismo econômico, embora se considere a determinação como contexto em que os jornalistas estão inseridos. A discussão sobre a historicidade imediata do jornalismo se efetivou como uma das categorias de análise da pesquisa que resultou na produção do livro reportagem. O objetivo era problematizar esse fator a partir da *praxis* dos sujeitos na produção jornalística. É a partir da sua compreensão de formação teórica e prática na universidade, somado a experiência vivida no mercado de trabalho, que podemos entender a tensão e os conflitos que esses homens e mulheres experienciam enquanto sujeitos.

O resultado revela que todos os jornalistas consideram que o trabalho se efetiva com esse fator de história imediata. Alguns apresentam até como lugar de memória, já que os jornais se tornaram documentos de consultas para as gerações futuras e atualmente ocupam acervos municipais. Outros apresentam que se trata do fato o elemento histórico. Entretanto, o ponto em questão ainda está na dialética do cotidiano do sujeito jornalista. Ao compreender a determinação que o apreende no estado de tensão e conflito o jornalista se vê diante deste quadro. Há espaço e tempo suficientes para que se faça leitura com profundidade histórica do acontecimento para que seja escrito com essa força para o público. Um dos entrevistados, diante do dilema, argumentou em uma linha próxima ao articulado por Paul VEYNE (2014): mas é preciso ter consciência do que se escreve para se efetivar como história? Mais importante do que a resposta imediata é a análise temporal do que se produz sem consciência para compreender qual história está sendo narrada. Esse documento tem potencial para ser uma das fontes quando se analisar não o imediato, mas a história do tempo presente.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

AREND, Sílvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 201-216, jan./jun. 2009.

CALDAS, Graça. Mídia e Memória: a construção coletiva da história e o papel do jornalista como historiador do cotidiano. In: BEZZON, Lara Andréa Crivelaro. **Comunicação, política e sociedade**. Campinas (SP): Editora Alínea, 2005.

CALIL, Gilberto. História imediata e marxismo. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPHU**, Londrina, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. V. 1 e 2. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994. e 1997.

_____. **A Cultura no Plural**. Campinas (SP): Papyrus, 1995.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: _____. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CRUZ, Lúcia Santa. O repórter como historiador do tempo presente: notas sobre a relação entre jornalismo e memória social. **Anais do 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia**, Rio de Janeiro, na Escola de Comunicação da UFRJ, abril de 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (ORG.). **História do tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia dos Estudos Culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Ed. Autentica.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardiã Resende ... (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999. p. 93-102.

MARCILIO, Daniel. O Historiador e o Jornalista: a História imediata entre o ofício historiográfico e a atividade jornalística. **AEDOS**, Porto Alegre, v. 5, n. 12, Jan./Jul., 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MONTEIRO, José Fernando Saroba. Tempo presente: entre os métiers do historiador e do jornalista. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 510 – 539, abr./jun. 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.) **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

SOUSA, Gerson de. A produção de sentido do sujeito jornalista no processo comunicativo: codificação e decodificação na dialética da consciência histórica. **Anais do XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, setembro de 2017.

_____. Os dilemas da construção da identidade de ser jornalista: análise cultural dos conflitos na narrativa da experiência de vida por meio da memória. **Anais do 7º Seminário Brasileiro de Educação e Estudos Culturais e 4º Seminário Internacional Educação e Estudos Culturais**, 2017.

_____. A produção de sentido no processo comunicativo: a construção da entrevista como conflito na memória e identidade do sujeito jornalista. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, setembro de 2015.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. Alda Batar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Trad. André Glasser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CAPÍTULO 18

ATIVIDADE DE INCENTIVO À LEITURA - QUE TÍTULO VOCÊ DARIA PARA ESSE LIVRO?

Data de submissão: 05/04/2021

Data de aceite: 21/04/2021

João Vitor Santos de Souza

Universidade Federal do Pampa
Campus Itaqui (Bolsista PET)
Itaqui – Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/1569111201370009>

Luciana Zago Ethur

Universidade Federal do Pampa
Campus Itaqui (Bolsista PET)
Itaqui – Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/3040963753794741>

Guilherme Schimitt

Universidade Federal do Pampa
Campus Itaqui (Bolsista PET)
Itaqui – Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/6621126752340436>

Shirlei Pezzi Fehndrich

Universidade Federal do Pampa
Campus Itaqui (Bolsista PET)
Itaqui- Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/5552550598321283>

Aparecida Miranda Corrêa

Universidade Federal do Pampa
Campus Itaqui (Bolsista PET)
Itaqui- Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/2798815357083543>

João Vitor Liscano Gomes

Universidade Federal do Pampa
Campus Itaqui (Bolsista PET)
Itaqui- Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/5366539312815647>

Danrlei Melo Maciel

Universidade Federal do Pampa
Campus Itaqui (Bolsista PET)
Itaqui- Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/5448010255333649>

Daniele Felicio Rodrigues

Universidade Federal do Pampa
Campus Itaqui (Bolsista PET)
Itaqui - Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/8331540248075932>

Carine Borges Batista

Universidade Federal do Pampa
Campus Itaqui (Bolsista PET)
Itaqui - Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/1021085200297627>

RESUMO: A extensão é um dos pilares da Universidade e é caracterizada pelo vínculo entre universidade e comunidade. Atividades de incentivo à leitura são importantes para estimular os alunos da educação básica quanto à criatividade e ao desenvolvimento do senso crítico. Assim, o objetivo do trabalho foi despertar a curiosidade e incentivar as crianças e adolescentes à leitura. Além

disso, levar o PET Agronomia e a UNIPAMPA a participarem de evento realizado pela comunidade. A atividade foi realizada na praça Marechal Deodoro da Fonseca, durante a 1ª Feira Multicultural, promovida pela Livraria Entre Livros. Foi aberta ao público, com enfoque nas escolas de Itaqui - RS. Organizou-se um estande com dois banners, contendo informações e gravuras sobre duas histórias - uma para o público infantil e outra para o juvenil. Os participantes foram convidados a indicar um título para a história apresentada. Os títulos foram escritos em tiras de papéis que foram fixadas do lado inverso dos respectivos banners. Com o auxílio desses instrumentos visuais pode-se desenvolver uma conversa simples e clara com os estudantes e comunidade presente. O trabalho contabilizou 35 títulos para o público juvenil e 05 para o público infantil, representando cerca de 20% e 10% do público participante da atividade, respectivamente. A atividade desenvolvida chamou a atenção das crianças e adolescentes com relação à leitura, interpretação de texto e criatividade na escolha do título para a história. Além disso, a participação do grupo incentiva os organizadores a continuarem realizando atividades de cunho cultural para a cidade de Itaqui, mostrando que a UNIPAMPA tem interesse no desenvolvimento cultural local.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. PET Agronomia. Evento cultural.

READING INCENTIVE ACTIVITY - WHAT TITLE WOULD YOU GIVE THAT BOOK?

ABSTRACT: Extension is one of the pillars of the University and is characterized by the link between the university and the community. Activities to encourage reading are important to stimulate basic education students regarding creativity and the development of critical thinking. Thus, the objective of this work was to arouse curiosity and encourage children and adolescents to read. In addition, taking PET Agronomia and UNIPAMPA to participate in an event held by the community. The activity was held at Marechal Deodoro da Fonseca square, during the 1st Multicultural Fair, promoted by Livraria Entre Livros. It was open to the public, focusing on schools in Itaqui - RS. A stand was organized with two banners, containing information and pictures about two stories - one for children and one for adolescents. Participants were asked to indicate a title for the story presented. The titles were written on strips of paper that were attached to the reverse side of the respective banners. With the aid of these visual instruments, a simple and clear conversation can be developed with the students and the community present. The work counted 35 titles for the adolescent audience and 05 for the children audience, representing about 20% and 10% of the audience participating in the activity, respectively. The activity developed drew the attention of children and adolescents in relation to reading, text interpretation and creativity in choosing the title for the story. In addition, the group participation encourages the organizers to continue carrying out cultural activities for the city of Itaqui, showing that UNIPAMPA is interested in local cultural development.

KEYWORDS: University extension. PET Agronomy. Cultural event.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os três pilares da Universidade está a extensão universitária que contempla atividades práticas internas e externas à instituição, sendo caracterizada pelo vínculo

entre universidade e comunidade. A extensão pode ser vista como uma função social da instituição de ensino, contribuindo para a melhoria do local (ambiente) em que está localizada (JEZINE, 2004). O Programa de Educação Tutorial (PET) ligado ao Ministério da Educação (MEC) tem como um dos objetivos buscar o contato direto do grupo, e da universidade, com a comunidade. Os petianos devem desenvolver a capacidade de visionar projetos de extensão universitária, onde a sociedade pode participar ativamente de atividades diversas, sendo função do petiano participar da elaboração, aplicação e apoio a esses projetos (MARTINS, 2007).

O comprometimento com o desenvolvimento de projetos ou atividades de estímulo ao estudo e à leitura é um objetivo dos projetos de extensão que são desenvolvidos com as escolas.

Com a leitura aprende-se e cultiva-se, não só ao nível dos textos, a que todos os alunos necessitam de recorrer para obter sucesso escolar, mas também no que concerne à leitura como deleite, como forma de entretenimento (GOUVEIA, 2009).

A leitura esclarece dúvidas e expõe respostas ao meio de vivência do indivíduo, formando novas opiniões sobre uma diversidade de temas e conseqüentemente construindo o conhecimento, com isso a criança estimulada a leitura desde pequena será um adulto com pensamento crítico e questionador, demonstrando a importância da leitura para a sociedade (ARANA e KLEBIS, 2015).

Neste contexto, a família, de acordo com Cassiano (2009), também apresenta papel fundamental no incentivo à leitura, com o hábito de leitura em família, fazendo que se torne algo comum no cotidiano. Porém, na grande maioria dos casos a família não só participa, como também não tem o hábito de leitura e não incentiva.

O incentivo aos alunos concluírem o ciclo escolar e ingressarem na Universidade está interligado a vontade destes alunos em aprender, sendo a leitura o melhor mecanismo de estímulo à imaginação e ao aprendizado. Segundo Cunha (2011), o leitor faz uso de seu conhecimento e desta maneira interpreta a mensagem que a história quer lhe transmitir, e esta mensagem não necessariamente é a pensada pelo autor do texto, livro ou outra fonte de informação.

Muitas vezes, o aluno descobre o seu caminho na companhia de amigos. Também os adultos, pais e professores, devem ajudar naquilo que o adolescente não é capaz de fazer sozinho, com paciência e livros que valha a pena partilhar (GOUVEIA, 2009).

Além disso, deve-se buscar sempre estimular e conhecer a melhor metodologia para os alunos, visto que, não é apenas lendo que é obtido boas competências de leitura, é preciso aprender as habilidades e as estratégias adequadas (SANTOS, 2000).

Observa-se que entre às habilidades necessárias para a aquisição de leitura e escrita, está a consciência fonológica, caracterizada como a capacidade de segmentar palavras, sílabas e fonemas (FROTA & PEREIRA, 2010) e que está intimamente relacionada à rota fonológica de leitura (CAPOVILLA et al., 2005).

Considerando estas informações, o presente trabalho teve como objetivo despertar a curiosidade e incentivar as crianças e adolescentes para a leitura. Além disso, levar o PET Agronomia e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) a participarem de evento realizado pela comunidade, incentivando a organização de eventos culturais locais.

2 METODOLOGIA

A atividade ocorreu durante a “1ª Feira Multicultural”, nos turnos manhã e tarde, do dia 04 de maio de 2018, em Itaqui - RS. A feira foi promovida e organizada pela Livraria Entre Livros e contou com a participação de diferentes associações, entidades sociais e instituições de ensino, dentre as quais a UNIPAMPA, que fizeram exposição de materiais, trabalhos práticos, atividades interativas e artesanatos; exposição de quadros e fotografias de artistas locais; exposição de livros, pela livraria; contação de histórias; e apresentações musicais com artistas amadores locais. Os estandes foram organizados ao longo da rua e calçada da praça Marechal Deodoro da Fonseca, que é a praça central da cidade.

A estande do Grupo PET Agronomia foi organizada de modo que facilitasse a participação do público presente, pois se tratou de uma atividade interativa. Dessa forma, foram criados e organizados dois banners (Figura 1) e expostos lado a lado para que os visitantes pudessem ler o texto informativo e observar as gravuras.

Figura 1: Foto dos banners com as respectivas informações e ilustrações dos livros.



Fonte: ETHUR, 2018

Cada banner continha uma história (Figura 1) para contemplar os públicos infantil e juvenil. A história infantil foi retirada do livro “365 Histórias para Sonhar” (TESSANDIER et al., 2009), onde foram utilizados gravuras e fragmento da história:

“Lupi, o lobo, está triste, porque não tem amigos! Escondido numa moita, olha os carneirinhos brincando e dando cambalhotas. Mas, assim que se mostra... os carneirinhos fogem, gritando de medo! Então, Lupi fica só e triste! De repente, tem uma ideia genial!! Com um grande sabonete, vai ao rio e ensaboa-se forte, tão forte que se cobre de uma espuma bem branca. No reflexo da água, parece mesmo com um carneirinho. Todo contente e cheio de espuma, vai conversar com os carneirinhos. Mas, de repente o céu escurece e começa a chover... Num segundo, Lupi está limpinho, sem nenhuma bolha de sabão. - “Socorro, é um lobo!!” - gritam os carneirinhos.”

Para o público juvenil o livro utilizado foi “Histórias de Sherlock Holmes - Um estudo em vermelho” (DOYLE, 2016), do qual foram retirados os fragmentos:

“Na casa de número 3, da Rua Lauriston Garden ocorreu a morte de um cavalheiro...
- “Mexeram nele?” Perguntou.
- “Não mais que o necessário para os fins de nosso exame.”
- “Podem levá-lo para o necrotério agora”, disse. “Não há mais nada a apurar”. Gregson tinha uma padiola e quatro homens à espera. A seu chamado eles entraram na sala e o estranho foi erguido e levado embora. Quando o levantaram, um anel caiu tilintando, e rolou pelo assoalho. Lestrade o agarrou e lançou-lhe um olhar perplexo.
- “Uma mulher esteve aqui”, exclamou. - “É uma aliança de mulher.” Enquanto falava, exibiu-a na palma da mão. Reunimo-nos à sua volta e a observamos atentamente. Não poderia haver nenhuma dúvida de que o simples aro de ouro adornara antes o dedo de uma noiva.
- “Isto complica as coisas”, disse Gregson. - “E Deus sabe que elas já estavam suficientemente complicadas”.
...

A proposta feita para o público foi pensar e escrever um título para a história utilizando apenas o informativo (fragmento da história e figura) anexado aos banners. Os títulos pensados pelo público foram escritos por eles em tiras de papéis que foram fixadas do lado inverso dos respectivos banners onde constavam as informações. Com o auxílio desses instrumentos visuais pode-se desenvolver uma conversa simples e clara com os estudantes do ensino básico e comunidade presente. Ao final da manhã e ao final da tarde, os participantes puderam passar para conhecer os livros, dos quais as histórias foram retiradas e saber qual era o título que o autor da obra havia lhe atribuído. Além disso, de ler os títulos escritos pelos demais participantes da atividade.

É importante salientar que a professora ou cuidadora da turma de visitantes era questionada sobre qual das histórias seria mais indicada para a sua turma, para que a história fosse apropriada para a faixa etária.

A análise do trabalho foi feita com a observação do número de títulos escritos e da participação, no geral, com relação às histórias, que demonstram a interação entre o grupo e o público, além da aceitação da proposta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho contabilizou 35 títulos para o público juvenil e 05 para o público infantil, representando cerca de 20% e 10% do público participante da atividade, respectivamente.

Foi observado que muitos adolescentes demonstraram constrangimento e optaram por não participar escrevendo o título, sendo que às vezes apenas falavam os títulos, mas se recusaram a escrever; outras vezes se agrupavam e pediam para um representante (Figura 2) escrever o título que o grupo pensou. Quanto a isso, de acordo com Resnick (2020), o processo criativo e de aprendizagem se enriquece ainda mais quando há a troca de ideias com outras pessoas e quando é incentivada a exploração de materiais e conceitos envolvidos no projeto de forma livre e descontraída. Dessa forma os 35 títulos escritos representam a participação de um elevado número de estudantes.

Figura 2- Participação do público presente.



Fonte: ETHUR, 2018.

O fato de os títulos estarem sendo colados atrás do banner não diminuiu a aparente intimidação que a escrita causava aos alunos. Contudo, os títulos pensados e transcritos foram muito criativos e constam no quadro 1. Resnick (2020), defende a ideia de que é necessário que as pessoas tenham capacidade de pensar e agir de maneira criativa, o que pode ser buscado de diversas formas, inclusive através da leitura. Nesse sentido tem-se que o hábito da leitura proporciona inúmeros benefícios aos indivíduos, pois estimula a capacidade criativa, simplifica a compreensão do leitor, melhora o vocabulário, aprimora

a escrita, amplia o conhecimento e facilita a comunicação (COELHO & MACHADO, 2018), de modo a contribuir não apenas para o ensino, mas para a vida toda, no trabalho e na vida pessoal de cada indivíduo (RESNICK, 2020). Assim, quanto maior o contato dos alunos com a leitura, maior a possibilidade de expressarem títulos mais criativos, e com maior assertividade na escrita.

Quadro 1 - Títulos escritos pelos estudantes para o livro juvenil.

Títulos:

- O suspeito da aliança em vermelho;
- A morte de um cavalheiro;
- O mistério da morte de Gregson;
- Suspeita;
- O amor nos trai;
- A noiva do cadáver;
- Não há mais nada a apurar;
- O mistério;
- O mistério da casa número 3;
- Aliança;
- O amor é complicado;
- O mistério do anel;
- O assassino da noite;
- Relacionamento e aliança;
- A morte de um cavalheiro;
- O assassino misterioso;
- O cadáver;
- O mistério da morte do cavalheiro;
- O assassino;
- Aliança de ouro;
- A morte;
- O mestre e o cadáver;
- O cadáver casado;
- O mistério da casa nº 3;
- Xequemate;
- A morte de um cavalheiro;
- O mistério da morte de um cavalheiro.
- O cadáver;
- A morte e a aliança;
- O assassinato de um cavalheiro
- O mistério do cadáver;
- A aliança misteriosa;
- O assassinato na casa nº 3;
- O mistério da aliança;
- A aliança e o cadáver.

Para o público infantil a história era lida (contada) e mostrada a figura no banner (a contadora permanecia ao lado do banner), para facilitar a leitura e o entendimento das crianças. As crianças despertam interesse pelos livros através da contação de histórias, sendo esse o primeiro contato, que é feito oralmente (CESAR et al., 2014). O interessante é que como a abordagem foi realizada de forma oral e que as crianças não estavam em seu ambiente de “sala de aula”, não se sentiram à vontade para escrever o título sobre a mesinha disponibilizada. Constatou-se que logo após a história, quando lhes era perguntado como era o nome da história, respondiam rapidamente e utilizando apenas uma palavra: “carneirinho, espuminha, lobo e ou lobinho”. As cinco respostas escritas foram: “carneirinho (2)”, “espuma (2)” e “lobo (1)”, sendo que a professora da turma foi quem escreveu.

A obtenção de linguagem é atingida por meio da experiência passada durante o nosso desenvolvimento. Gomes (2002), ao estudar sobre a teoria de Skinner, mostra que as crianças iniciam seu processo de aprendizagem como uma folha de papel em branco, e seus conhecimentos linguísticos são constituídos por estímulos, respostas, imitações e reforços. De acordo com Grazioli e Coenga (2014), cabe aos professores montar estratégia para estimular os alunos a leitura, deixando-os mais íntimos com a mesma, através da criatividade e expressividade.

Segundo Santos (2006), a criança necessita fazer interações com o meio em que está inserida, buscando o máximo de informações possíveis e experiências para agregar em seus conhecimentos, portanto, pode ser caracterizada como “uma esponja insaciável e curiosa”. Contudo, quando não há estímulo para tais interações, com o passar do tempo, pode provocar o desinteresse na prática da leitura. O incentivo à leitura, além de contribuir para o ganho de conhecimento e criatividade, permite que as pessoas estimulem a curiosidade e que consigam obter maior compreensão do mundo e autoconhecimento (FONSECA, 2013). Resnick (2020) ainda ressalta a importância da formação de jovens com capacidade de pensar e agir de maneira criativa, seja atuando no mercado de trabalho ou até mesmo fora dele, porque serão confrontados por situações novas e inesperadas durante toda a vida.

Constatou-se em análise posterior que alguns títulos estavam escritos com erros de ortografia (exemplo: «assasino») ou com uso incorreto de termos («cavaleiro» - a história falava em um cavaleiro), além do que alguns adolescentes perguntavam como era a escrita de algumas palavras. Esse fato mostra a necessidade de cada vez mais a educação básica e os familiares estimularem as crianças e adolescentes para a leitura e a escrita. A leitura serve de instrumento para acrescentar em vocabulário e aproximar o leitor, através de textos e livros, sobre distintas perspectivas de um determinado assunto (SILVA, 2016).

A leitura é fundamental na junção entre os sujeitos sociáveis com a linguagem sociocognitiva, assim, favorecendo um contato eficiente com elementos significativos do texto (KOCH e ELIAS, 2008). Desse modo, o leitor incrementa seu contato com as diferentes palavras e seus respectivos significados, observando o seu sentido, forma correta de escrita, além de promover um caminho de inovação das linguagens (ORLANDI, 1995).

Observa-se a importância do incentivo à leitura e ao estudo, além da necessidade de apoio e estímulo constante aos estudantes, de modo que leiam mais e obtenham maior facilidade com relação à escrita. Os discentes do PET Agronomia que participaram dessa atividade compreenderam a importância da leitura para a vida acadêmica, além da importância de realizar ações de extensão como essa para a comunidade escolar de Itaquí. Estes mecanismos de atuação junto da comunidade são ações esperadas dos petianos, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e o próprio desenvolvimento ético e social dos integrantes dos grupos PET, como cita Martins (2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade desenvolvida pelo grupo PET Agronomia chamou a atenção das crianças e adolescentes com relação à leitura, interpretação de texto e criatividade na escolha do título para a história, durante a 1ª Feira Multicultural. Além disso, a participação do grupo incentiva os organizadores a continuarem realizando atividades de cunho cultural para a cidade de Itaquí, mostrando que a UNIPAMPA/Campus Itaquí tem interesse no desenvolvimento cultural local.

REFERÊNCIAS

ARANA, A. R.; KLEBIS, A. B. A importância do incentivo à leitura para o processo de formação do aluno. **Anais...CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XII**, 2015, Curitiba: EDUCERE, 2015. p. 26670 - 26686.

CAPOVILLA, F.; CAPOVILLA, A. G. S., VIGGIANO, K.; MAURICIO, A.; BIDÁ M. Processos logográficos, alfabéticos e lexicais na leitura silenciosa por surdos e ouvintes. **Estudos de Psicologia**. v.10, n.1, p 15 – 23, 2005.

CASSIANO, A. A. **O prazer de ler: o incentivo da leitura na Educação Infantil**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

CESAR, C.; MAGALHÃES, L.C.; PEREIRA, S.; LEITO, V.A.M. As contribuições da contação de histórias como incentivo à leitura na educação infantil. **Rev. Interação**, v.14, n.2, 2014.

COELHO, K.; MACHADO, M. A. **A importância da leitura na educação infantil**: um estudo teórico. 2018. Disponível em: <<https://fapb.edu.br/wp-content/uploads/sites/13/2018/02/especial/4.pdf>>. Acesso em: 31 de mar. de 2021.

- CUNHA, V. A. D. Incentivo ao hábito de leitura como alicerce para o desenvolvimento humano. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v.5, n.2, p. 78-87, 2011.
- DOYLE, A.C. **Histórias de Sherlock Holmes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- FONSECA, N. K. A. G. **Convite à leitura infantil: da importância do incentivo dos pais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – UFPB: João Pessoa, 2013.
- FROTA, S.; PEREIRA, L. D. Processamento auditivo: estudo em crianças com distúrbios da leitura e da escrita. **Rev. Psicopedagogia**. São Paulo. v. 27, n. 83, p. 214-222, 2010.
- GOMES, M. F. C. Relações entre desenvolvimento e aprendizagem: consequências na sala de aula. **Presença Pedagógica**, v. 8, n. 45, 2002.
- GOUVEIA, J. M. S. **Hábitos de leitura em crianças e adolescentes: um estudo de caso em alunos do segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico**. Dissertação de Mestrado em Supervisão e Coordenação da Educação, 2009.
- GRAZIOLI, F. T.; COENGA, R. E. **Literatura infanto juvenil e leitura: novas dimensões e configurações**. Erechim: Habilis, 2014.
- JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. Belo Horizonte, 2004. **Anais... CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, II**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- KOCH, I. V.; ELIAS, M. V. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, I. L. **Educação Tutorial no ensino presencial: uma análise sobre o PET**. PET± Programa de Educação Tutorial: estratégia para o desenvolvimento da graduação. Brasília: Ministério da Educação. 2007 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet_texto_iv.pdf>. Acesso em: 01 set. 2018.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- RESNICK, M. **Jardim de infância para a vida toda: por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos**. Porto Alegre: Penso, 2020.
- SANTOS, E. **Hábitos de Leitura em Crianças e Adolescentes**. Coimbra: Quarteto, 2000.
- SANTOS, M. V. M. A leitura como prática cotidiana e motivacional: da infância ao crescimento intelectual e discernimento crítico. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.11, n. 1, p.29-37, 2006.
- SILVA, A. E. E. S.; GUIMARÃES, A. G. J.; CONCEIÇÃO, L. B.; FARIAS, T. D. P. **Leitura na educação infantil: práticas necessárias à formação de bons leitores**. 2016. Disponível em:<<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc14.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- TESSANDIER, C.; VIDEAU, V., BAILLIENCOURT, L.; TRANNOY, G. **365 Histórias para sonhar**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

CAPÍTULO 19

A IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DA ESCRITA

Data de submissão: 05/04/2021

Data de aceite: 23/04/2021

Daiane Luiza Lopes

Universidade Regional do Noroeste do
Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí
Ijuí - RS
<http://lattes.cnpq.br/8784571593509139>

Alexa Fagundes dos Santos

Universidade Regional do Noroeste do
Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí
Ijuí - RS
<http://lattes.cnpq.br/6330650401295262>

Carolina Baldissera Gross

Universidade Regional do Noroeste do
Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí
Ijuí - RS
<http://lattes.cnpq.br/6338122141322352>

RESUMO: O presente estudo toma como base o caso de Theodore Kaczynski, aborda reflexões acerca da escrita psíquica, conceituando o traço unário e a metáfora como constituinte. Objetivando assim, a análise de possibilidades de identificação do sujeito mediante a sua escrita, assimilando a proposta de estudo sob o ponto de vista psicanalítico. A pesquisa, de caráter bibliográfico, dispõe de conceitos lacanianos

e fundamenta-se na tese de doutorado da pesquisadora Rego (2006). O estudo discorre a partir do conceito de traço unário, que refere-se ao aspecto singular do sujeito e se desdobra na concepção da ideia de significação. Por conseguinte, a metáfora é sustentada pelo prazer, no sentido da produção de prazer em saber. Nesse sentido, o sintoma pode ser identificado através da metáfora, por meio das linguagens, representações e significações. A escrita é considerada psíquica devido aos traços mnêmicos, visuais e auditivos, desenvolvidos através dos movimentos pulsionais inconscientes. Logo, a letra é da ordem do real e remete à importância da repetição, fornecendo um significante através da maneira que o sujeito escreve. Sendo assim, o conjunto de escolhas individuais definem o estilo único de escrita dele, auxiliando na identificação do escritor. Constatou-se que a escrita é algo fundamental na vida do sujeito, por estar presente no cotidiano e representar o inconsciente, ou seja, representar o sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Inconsciente. Escrita. Representação psíquica. Traço unário. Psicanálise.

THE IDENTIFICATION OF THE SUBJECT THROUGH WRITING

ABSTRACT: The present study is based on the case of Theodore Kaczynski, and approaches reflections about psychic writing, conceptualizing the unitary trace

and the metaphor as a constituent. Thus, it aims at the analysis of the possibilities of identification of the subject through his writing, assimilating the study proposal under the psychoanalytic point of view. The research, of bibliographical nature, makes use of Lacanian concepts and is based on the doctoral thesis of the researcher Rego (2006). The study is based on the concept of the unary trace, which refers to the singular aspect of the subject and unfolds in the conception of the idea of signification. Therefore, the metaphor is sustained by pleasure, in the sense of the production of pleasure in knowing. In this sense, the symptom can be identified through the metaphor, through languages, representations, and significations. Writing is considered psychic due to the mnemonic traces, visual and auditory, developed through unconscious pulsional movements. Therefore, the letter is of the order of the real and refers to the importance of repetition, providing a signifier through the way the subject writes. Thus, the set of individual choices define his unique writing style, helping to identify the writer. It can be seen that writing is something fundamental in the life of the subject, for being present in everyday life and representing the unconscious, that is, representing the subject.

KEYWORDS: Unconscious. Written. Representation psychic. Trace unary. Psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo toma como base o caso de Theodore Kaczynski, para desdobrar reflexões e tecer considerações acerca da escrita, apresenta a constituição da escrita psíquica a partir do traço unário e da metáfora como constituinte. À luz da psicanálise, tais conceitos influenciam no desenvolvimento do sujeito psíquico, no sentido de significação que estes abrangem, tanto na formação da escrita, como no prazer por sabedoria. Para tanto, o estudo aborda concepções Freudianas e Lacanianas perante a escrita psíquica e a sua constituição no inconsciente. Complementarmente, o estudo contempla o tratamento da linguística forense, com o intuito de identificar o sujeito a partir da maneira como escreve, com a finalidade de encontrar o culpado por meio de sua escrita.

A partir disso, objetiva-se analisar a viabilidade/possibilidade de identificar um sujeito mediante a maneira como escreve, bem como, abranger a reflexão de conceitos apresentados por Freud e Lacan no decorrer da pesquisa, assimilando o âmbito do tema no ponto de vista psicanalítico.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, realizada no componente curricular Modelos de Pesquisa em Psicologia no Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul, durante o primeiro semestre de 2019.

A pesquisa bibliográfica foi produzida através de leituras acerca do conceito de metáfora em Lacan, e da tese de doutorado da pesquisadora Cláudia Rego (2006).

3 DISCUSSÃO

Para iniciar o desenvolvimento do tema, é importante apresentar o caso de Theodore Kaczynski. No artigo “The unabomber: estudo de caso e perspectivas acerca do ambientalismo radical” (ANTUNES, COSTA, & COSTA, 2018), os autores expõem que Theodore ingressou na faculdade de Harvard aos dezesseis anos de idade para cursar matemática foi professor assistente na *University of California*, em Berkeley. No final de sua graduação, Kaczynski decidiu viver isoladamente nas florestas de Montana, nos Estados Unidos da América, adotando um estilo de vida primitivo. Theodore, ou apelidado Ted, ficou conhecido como Unabomber logo após as suas primeiras explosões, atentados que ocorreram ao longo de vinte anos, onde o mesmo matou três pessoas e feriu outras vinte e três, entre os anos de 1978 e 1995. O objetivo de Ted era iniciar uma revolução contra o sistema tecno-industrial. A procura por ele se deu a partir do momento que ele publicou seu manifesto no *New York Times*. Entre milhares de pessoas que leram o manifesto, David Kaczynski, irmão de Ted, reconheceu a escrita e ideais do irmão, levando-o a denunciá-lo para a polícia. A partir do reconhecimento e da denúncia, decorreu-se a análise das escritas, e posteriormente, a sua confissão. Frente a isso, Ted foi condenado à prisão perpétua.

Assim, objetivando trazer uma leitura psicanalítica do caso, analisa-se o conceito de traço unário. Traço unário é uma expressão utilizada pelos professores alemães para o ensino da caligrafia/escrita. O traço unário, ou traço único, refere-se ao aspecto singular do sujeito e se desdobra na concepção da ideia de significação. Neste sentido, cabe salientar que a identificação é diferente da unificação. A unificação é uma distinção entre os significantes letra e escrita, enquanto que a identificação é “[...] um processo intrapsíquico de cotejamento de imagens mnêmicas [...]” (REGO, 2006 p. 103). De todo modo, Lacan (1961 apud REGO, 2006, p. 176) apresenta:

A letra e o traço unário como sinônimos e os considera a essência do significante. Isso feito, afirma que a letra é que vai possibilitar a distinção entre signo e significante. É o significante funcionando em sua essência de letra, isto é, não significando nada, o que o torna diferente do signo, pois este sempre significa algo para alguém.

Rego (2006) apresenta a ideia de letra como uma estrutura psíquica do sujeito e o traço unário como uma marca que possui experimentos já ocorridos. Sob essa perspectiva, o traço unário vindo do outro como a repetição de algo idêntico, fornece sentido para a priorização da escrita. Entretanto o outro também é único e essas unicidades que os diferenciam.

Refletindo sobre a constituição do sujeito, encontra-se a metáfora, a qual, se revela ainda mais através da escrita. Aristóteles apresenta em Poética (1997, apud REGO, 2006), a ideia de que o nome se constitui como a verdadeira metáfora, pois possui a característica de identificar algo ou alguém. Além disso, a metáfora também é sustentada pelo prazer, no sentido da produção de prazer em saber, em reconhecer o mesmo.

Rego (2006), destaca em seu estudo, a metáfora como transmissão e assim, como constituinte, a partir da abordagem aristotélica. De acordo com Aristóteles (1997, apud REGO, 2006, p. 21 e 22)

A metáfora é o transporte para uma coisa de um nome que designa uma outra coisa, transporte de gênero para espécie, ou de uma espécie para gênero, da espécie para a espécie ou segundo a analogia. Do gênero para a espécie significa, por exemplo, 'Meu barco está parado ali' porque fundear é uma espécie de parar; da espécie para o gênero.

O conceito de metáfora vai se diferenciar para Lacan (2003), o qual se questiona entre as relações de letra e escrita na Psicanálise. Lacan afirma no seminário sobre a identificação (2003) que a metáfora é substituição, a mesma ultrapassando a significação. E que assim, o sintoma pode ser identificado através da metáfora, por meio das linguagens, representações e significações.

Ademais, encaminhando-se na composição do tema, Freud e Lacan apontam considerações sobre a escrita psíquica e onde a mesma se desenvolve. Freud (1977, apud REGO, 2006) manifesta pela primeira vez sobre a escrita em "A Interpretação dos Sonhos", onde, a partir desse, levanta o questionamento da relação existente entre o inconsciente e a escrita. A função de escrever é a mesma para todos os sujeitos, entretanto a escrita está em constante mudança. Freud (1977, apud REGO, 2006, p. 105) afirma que "A representação palavra está ligada à representação-objeto a partir não de todos os seus componentes, mas apenas através da imagem acústica".

Freud aponta ainda que na fala existe uma escrita, e esta é de origem inconsciente. Ademais, a simbolização produzida inconscientemente é a escrita psíquica. Esta escrita é considerada psíquica devido aos traços mnêmicos, visuais e auditivos, desenvolvidos através dos movimentos pulsionais inconscientes.

Na perspectiva Lacaniana, o mesmo busca apontar as diferenças entre letra e significante, onde a letra é da ordem do real. E remete à importância da repetição, ou seja, da permanência em algo, fornece um significante. Diferente de Freud, Lacan (2003) afirma que a letra, não é do inconsciente, mas permanece no mesmo. Um dos motivos que ocasionou essa afirmação, é de que a letra, por si só, não apresenta sentido, ou seja, é vazia de sentido.

Em relação ao significante, pode-se afirmar que a letra e o traço unário são essenciais à constituição da escrita psíquica. Para Lacan (2003), a escrita só é possível devido à identificação significante - traço, onde fazer o traço/letra é expor a condição psíquica. Assim, a repetição é uma maneira de pensar no que se está falando e a partir disso ressurgir algo inconsciente. Lacan apresenta que o nome próprio é da ordem da escrita por envolver uma relação direta entre o significante e o objeto, onde o nome próprio pode ser um traço.

A diferença entre escrita e fala é que a escrita é formada por significante. Ou seja, o inconsciente é a escrita, não é estruturado como uma, mas, é de onde se origina a mesma. A escrita é algo que reflete na palavra. Rego (2006, p.206) afirma que:

A letra é instrumento para a escrita do discurso, mas também pode servir para designar a palavra que está no lugar de outra (metáfora) ou que leva a uma outra (metonímia). Mesmo permanecendo ausente na flor da fala, a letra sustenta estes efeitos de significante sem que seja necessário, no entendimento de Lacan, supor que seja primária a estes efeitos.

Antunes, Costa J. & Costa Y. (2018), visando detalhar uma maneira de reconhecer uma pessoa através da sua escrita, destacam a linguística forense, a qual é utilizada principalmente em investigações, onde apresenta uma série de análises para chegar a um resultado. Entretanto, o foco está em explicar de forma sucinta, a identificação de uma pessoa através da maneira que ela escreve. O conjunto de escolhas individuais pode definir o seu estilo único de escrita, o que auxilia a identificar o autor ou eliminar autores que não correspondem ao perfil suposto.

Ao isolar traço da escrita, é possível fazer o levantamento das ocorrências dos fenômenos linguísticos, onde, a maioria das escritas são compostas por frases específicas que se repetem em outros textos. O agrupamento dessas características linguísticas confirma que as escolhas de palavras estão no sistema próprio de palavras, isso, manifestará nas escritas produzidas, a identidade do autor (Antunes, Costa J. & Costa Y., 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu a ampliação da compreensão de conceitos psicanalíticos de Freud e Lacan que foram abordados através da tese de Rego (2006). O percurso permite apontar o traço unário como algo único do sujeito repleto de significações. Em relação a metáfora, a mesma é relevante no sentido que é compreendida como prazer por sabedoria, cuja qual, revela-se de forma intensa através da escrita. Relativo à identificação do sujeito por meio da linguística forense, pode-se observar o quanto é complexo, entretanto no presente estudo, a mesma foi conceituada de forma simples e objetiva, com o intuito apenas de apresentar que é possível esta identificação através de sua escrita.

Conclui-se que a escrita é algo fundamental na vida do sujeito, por estar presente no cotidiano e representar o inconsciente. O conceito de escrita fundamenta-se em traço unário e metáfora, ou seja, a escrita é algo que representa o sujeito. Além disso, a escrita é de grande importância em investigações, onde é possível reconhecer uma pessoa por meio de como esta escreve.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, V.V.; COSTA, J. A.; COSTA, Y.A. **The Unabomber: Estudo de Caso e Perspectivas Acerca do Ambientalismo Radical**. Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.111-125, maio. 2018. Semestral.

LACAN, J. **Seminário 9: a identificação**. Tradução de Ivan Corrêa e Marcos Bagno - Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003. p. 442.

REGO, C. M. **Traço, letra e escrita na/da psicanálise**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2006.

TELES, L. R. A. R. **Atribuição de Autoria em Linguística Forense: uma análise combinada para a identificação de autor através do texto**. 2015. p. 78. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

SOBRE OS ORGANIZADORES

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO: Profesora y Licenciada en Física, Doctora en Ciencias Física. Directora del Departamento de Física de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad Nacional de Catamarca, Argentina. Editora de la Revista Electrónica “Aportes Científicos en PHYMATH” – Facultad de Ciencias Exacta y Naturales. Profesora Titular Concursada, a cargo de las asignaturas Métodos Matemáticos perteneciente a las carreras de Física, y Física Biológica perteneciente a las carreras de Ciencias Biológicas. Docente Investigadora en Física Aplicada, Biofísica, Socioepistemología y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a fenómenos físicos-biológicos cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas. Participación en disímiles eventos científicos donde se presentan los resultados de las investigaciones. Autora del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Coautora del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Miembro de la Comisión Directiva de la Asociación de Profesores de Física de la Argentina (A.P.F.A.) y Secretaria Provincial de dicha Asociación.

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ: Profesor y Licenciado en Matemática, Candidato a Doctor en Ciencias Humanas. Profesor Titular Concursado, desempeñándose en las asignaturas Matemática Aplicada y Modelos Matemáticos perteneciente a las carreras de Matemática. Docente Investigador en Matemática Aplicada, Biomatemática, Modelado Matemático, Etnomatemática y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a Educación Matemática desde la Socioepistemología cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas y de la Matemática Discreta. Autor del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Coautor del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Desarrollo de Software libre de Ecuaciones en Diferencias, que permite analizar y validar los distintos Modelos Matemáticos referentes a problemas planteados de índole multidisciplinarios. Ex Secretario Provincial de la Unión Matemática Argentina (U.M.A) y se participa en diversos eventos científicos exponiendo los resultados obtenidos en las investigaciones.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actividad sexual 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

Adultos 10, 13, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 35, 40, 75, 199

África 144, 145, 146, 149, 154, 155, 167, 178

Amazônia 157, 158

Antropologia da dor 157

Artesanato 139, 143, 200

ASD 51, 54, 60

B

Buen vivir 22, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100

C

Caso Dreyfus 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9

Circulação 144 150, 153, 154

Coherencia organizacional 109

Comunicação 1, 6, 9, 63, 85, 126, 133, 142, 160, 165, 166, 176, 183, 187, 188, 189, 195, 196, 203

Cosmovisión andina 93, 94, 95, 97, 98, 99

Cultura 9, 14, 26, 29, 34, 43, 44, 69, 83, 85, 96, 97, 120, 135, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 195, 196

Curas e plantas 144

D

Design 20, 100, 139, 140, 143

Desinstitucionalización 36, 37, 39, 45, 47, 49, 50

E

Economia Solidária 139, 140, 142, 143

Ecuador 36, 68, 70, 71, 76, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101

Envelhecimento e práticas terapêuticas 157

Escrita 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Estudos Culturais 183, 185, 194, 195, 196

Evento cultural 198

Extensão universitária 198, 199, 206

F

Fake news 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Fortalezas del carácter 20, 21, 23, 24

G

Gênero 8, 24, 25, 69, 70, 75, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 91, 92, 96, 97, 101, 153, 168, 177, 210

Gerontología 20, 157, 164

H

Historiografia da Mídia 183

Hombres y mujeres mayores 67, 70

I

Iatrogenia 36, 42, 43

Identidade 80, 83, 127, 139, 169, 177, 183, 184, 186, 187, 195, 196, 211

Inconsciente 31, 207, 208, 210, 211, 212

Inteligencia emocional 10, 12, 13, 14, 18, 24

J

Juego 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Juicio de coherencia 109, 110, 113, 116

L

Latino-Americano 62, 170

Liderazgo auténtico 93, 97, 98

M

Maria 51, 78, 91, 102, 156, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 194, 195, 196

Memória 64, 100, 128, 133, 145, 169, 183, 184, 185, 186, 187, 194, 195, 196

Movimento sindical 119, 120, 121, 130, 131

Music therapy 51, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 63, 66

N

Niños 28, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 47, 50

Nordoff-Robbins Scales 51

Nueva Socialidad 36, 37, 42, 43, 48, 49

P

Personalidad 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 22, 24, 30, 37, 40, 103

PET Agronomia 198, 200, 205

Polícia Federal 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138

Pós-verdade 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9

Práticas sexuais 67, 70, 71, 72, 73, 75

Preocupación social 37, 49, 50

Psicanálise 207, 208, 210, 212

Psicoanálisis 28, 31, 33, 34, 108

Psicología del desarrollo 20, 26

Psicología Positiva 20, 21, 25, 26, 27

Pulsión 28, 32, 34

R

Rasgos de personalidad 10, 11, 12, 15

Reaproveitamento 139, 142

Relação 6, 7, 8, 53, 62, 64, 65, 80, 90, 123, 125, 132, 133, 140, 150, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 195, 198, 202, 205, 210, 211

Representação psíquica 207

S

Saberes 123, 124, 131, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 169

Salud/salud mental 102, 103, 107

Satisfacción sexual 67, 69, 70, 72, 74, 75

Saúde mental 78, 87, 88, 91, 143

Sensibilidad Social 36, 37, 38, 41, 48, 50,

Sentido subjetivo 109, 111, 112, 116

Significante 28, 32, 33, 34, 178, 207, 209, 210, 211

Sistema carcerário 78, 86, 87, 89, 90

Structural validity 51, 53, 54, 61, 65

Subjetividad 102, 103, 116, 117, 118, 132, 137, 158

T

Trabajo 11, 20, 23, 25, 27, 28, 30, 32, 34, 67, 70, 75, 93, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 116, 117, 118, 123

Trabalho imaterial 119, 120, 123, 124, 125, 127, 137

Traço unário 207, 208, 209, 211, 212

Trindade 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

V

Vejez 20, 21, 25, 26, 69

Violação de direitos 78

Violência contra a mulher 78

Vulnerabilidade 78, 79, 80, 81, 82, 83, 90, 91, 92, 158



**EDITORA
ARTEMIS**